

Edvania Gomes da Silva

MUDANÇA OU CONTINUIDADE?
A POLÊMICA NA SEÇÃO TENDÊNCIAS/DEBATES DA *FOLHA DE S. PAULO*

Orientador: Prof. Dr. Sírio Possenti.

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Estudos da Linguagem
Departamento de Lingüística
Fevereiro de 2004

Edvania Gomes da Silva

**MUDANÇA OU CONTINUIDADE?
A POLÊMICA NA SEÇÃO TENDÊNCIAS/DEBATES DA *FOLHA DE S. PAULO***

Dissertação apresentada ao Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Sírio Possenti.

Fevereiro de 2004

NIDADE BC
° CHAMADA I MANICAMP
538m
EX
OMBO BC/ 59332
ROC 16-117-04
DX
REÇO R\$ 11,00
ATA 30-7-04
° CPD

CM00198272-7

BIBID. 318507

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

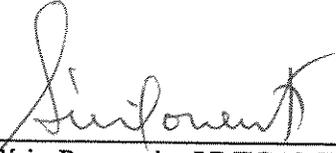
Si38m

Silva, Edvania Gomes da
Mudança ou continuidade? A polêmica na seção
Tendências/Debates da Folha de S. Paulo / Edvania Gomes da Silva. --
Campinas, SP: [s.n.], 2004.

Orientador: Prof. Dr. Sírio Possenti
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Análise do discurso. 2. Folha de S. Paulo. 3. Mudança. 4.
Continuidade. I. Possenti, Sírio. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Sírrio Possenti – UNICAMP (orientador)

Prof. Dr. Valdemir Miotello – UFSCar

Profa. Dra. Vanice Maria de Oliveira Sargentini – UFSCar

Prof. Jonas de Araújo Romualdo – UNICAMP (suplente)

Ao meu pai (em memória),
pela saudade que sinto e que tanto me motiva.

À minha mãe,
por fazer de sua vida uma constante doação.

AGRADECIMENTOS

A Deus, autor da vida e fonte de toda sabedoria;

A Sírio, pela leitura atenta e pela competente orientação;

À minha família, por todo incentivo e pela confiança que sempre depositou em mim. Em especial, a tio Marcos, por todo carinho, amizade e apoio;

Aos amigos que ficaram em Recife, pela compreensão e pela paciência;

Aos amigos de Recife que vieram junto comigo, por toda partilha e pelo encorajamento nos momentos que pensei em desistir;

Aos professores do curso de letras da UFPE, por terem despertado em mim o gosto pela lingüística. Em especial, a Dóris, por ter acreditado em mim;

Aos professores do programa de pós-graduação em lingüística da UNICAMP, pelas inquietações teóricas que em mim despertaram. Em especial, ao professor João Wanderley Geraldi;

Aos amigos alagoanos, baianos, cariocas, cearenses, goianos, mineiros, paranaenses, paulistas, piauienses, por tornarem minha estada em Campinas mais doce e menos dolorosa. Em especial, a Marinalva, pela minuciosa leitura e revisão deste trabalho.

A Valdemir Miotello e a Vanice Sargentini, pelas contribuições que deram a este trabalho;

Ao CNPq, pelo financiamento desta pesquisa.

Deponho a taça e volto-me para meu espírito. É a ele que compete achar a verdade. Mas como? Grave incerteza, todas as vezes em que o espírito se sente ultrapassado por si mesmo, quando ele, o explorador, é ao mesmo tempo o país obscuro a explorar e onde todo o seu equipamento de nada lhe servirá. Explorar? Não apenas explorar: criar. Está diante de qualquer coisa que ainda não existe e a que só ele pode dar realidade e fazer entrar em sua luz. (Proust, *Em busca do tempo perdido – no caminho de Swann*. Trad. Mário Quintana. p. 49)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo investigar alguns aspectos do “discurso polêmico” na seção Tendências/Debates do jornal *Folha de S. Paulo*, observando, principalmente, como se dá a criação dos simulacros discursivos em cada um dos textos analisados. Trata-se de pensar em que medida a polêmica entre os discursos contribui para o funcionamento textual-discursivo da citada seção. O eixo central das discussões desta pesquisa se situa na noção de *polêmica discursiva*, a partir da hipótese do interdiscurso, mais precisamente, a partir da noção de *interincompreensão*, proposta por Maingueneau (1984). De acordo com o autor, a *interincompreensão regrada* é constitutiva da *prática interdiscursiva* dos discursos que partilham do mesmo *espaço discursivo*. Nesse sentido, interessa-nos saber quais os mecanismos lingüísticos que entram em cena quando dois discursos que estão em um mesmo espaço discursivo instauram uma polêmica entre si. A escolha da seção Tendências/Debates como *corpus* justifica-se pelo fato de ela apresentar duas opiniões diferentes sobre um mesmo assunto. Tal estruturação possibilita a observação da construção de diferentes espaços discursivos que se constituem no interior de um certo interdiscurso. A metodologia de pesquisa utilizada está centrada no dispositivo teórico-analítico da Análise do Discurso, a partir do qual consideramos as marcas lingüísticas e textuais como *indícios* que ajudam a identificar o funcionamento dos discursos materializados nos textos analisados. Com base neste dispositivo, verificamos quais os traços semânticos que caracterizam os discursos materializados nos textos. Trata-se de observar a forma como tais traços são (re)interpretados dentro da grade semântica específica dos discursos com os quais polemizam. Inicialmente, fizemos algumas considerações acerca das condições de produção e do estilo da seção, procurando compreender a forma de estruturação da mesma e estabelecer alguns critérios de análise. Neste primeiro momento, verificamos quais são as características que contribuem para a constituição do *estilo polêmico* da seção: (a) os traços semânticos da *mudança* e da *continuidade*; (b) um certo funcionamento da autoria; e, (c) a criação dos simulacros discursivos. Com isso, após algumas considerações, apresentamos os aspectos lingüísticos e os traços semânticos que caracterizam esse estilo polêmico. Para tanto, selecionamos, dentre os 68 temas

publicados no período entre dezembro de 2001 a abril de 2003, dez questões (conseqüentemente 20 textos, sendo 10 favoráveis e 10 contrários) que abordam um dos seguintes temas: *bioética*, *liberdade civil* ou *segurança pública*. A análise revelou que os temas relacionados acima apresentam funcionamentos discursivos específicos e, portanto, instauram a polêmica com seus “adversários” discursivos de maneiras distintas. Essa forma de polemizar está subordinada, principalmente, ao *ethos* de cada um desses discursos.

Palavras-chave: discurso polêmico, *ethos*, interincompreensão, interdiscurso, artigo de opinião

RÉSUMÉ

Ce travail cherche à étudier quelques aspects du « discours polémique » dans la section « Tendências/Debates » du journal quotidien brésilien *Folha de S. Paulo*. L'objectif est d'observer comment on arrive à la création des simulacres discursifs dans chacun des textes analysés. Il s'agit de penser à quelle mesure la polémique entre les discours contribue au fonctionnement textuel-discursif de la section ci-dessus. Le noyau des discussions de cette recherche est situé dans la notion de *polémique discursive* considérée à partir de l'hypothèse de l'interdiscours, plus précisément à partir de la notion d'*interincompréhension* proposée par Maingueneau (1984). Selon cet auteur, l'*interincompréhension réglée* est constitutive de la *pratique interdiscursive* des discours qui partagent le même *espace discursif*. Dans cette direction, nous intéressons à savoir quels sont les mécanismes linguistiques mis en scène quand deux discours qui partagent le même espace discursif engagent une polémique un avec l'autre. Le justificatif pour le choix de la section « Tendências/Debates » comme corpus se trouve dans sa propre structuration, c'est-à-dire, dans le fait de telle section présenter deux opinions différentes sur un même sujet. Cette structuration permet d'observer la construction de différents espaces discursifs qui se constituent dans l'intérieur d'un certain interdiscours. La méthodologie de recherche est centrée dans le dispositif théorique-analytique de l'Analyse du Discours, à partir duquel nous avons considéré les marques linguistiques et textuelles comme *indices* qui contribuent à l'identification du fonctionnement des discours matérialisés dans les textes analysés. À partir de ce dispositif, nous avons vérifié quels sont les traits sémantiques qui caractérisent les discours matérialisés dans ces textes. Il s'agit d'observer comment tels traits sont (re)interprétés dans la grille sémantique spécifique des discours avec lesquels ils engagent une polémique. D'abord, nous avons fait quelques considérations à ce qui concerne les conditions de production et le style de la section « Tendências/Debates » pour comprendre la structuration de cette section-là et d'établir les critères d'analyse. Dans ce premier moment, nous avons vérifié quels sont les caractéristiques qui contribuent à la constitution du style polémique de la section : (a) les traits sémantiques du *changement* et de la *continuité* ; (b) un certain fonctionnement de la qualité

d'auteur; et, (c) la création des simulacres discursifs. Ensuite, après avoir fait quelques considérations théoriques, nous avons présenté les aspects linguistiques et les traits sémantiques qui caractérisent ce style polémique. Pour cela, nous avons sélectionné, parmi 68 thèmes publiés de décembre 2001 à avril 2003, dix questions (20 textes – 10 favorables, 10 contre) qui abordent l'un des thèmes suivants : *bioéthique*, *liberté civil* ou *sécurité publique*. L'analyse a montré que les thèmes mentionnés ci-dessus présentent des fonctionnements discursifs spécifiques à chacun et, cependant, engagent la polémique avec ses 'adversaires' discursifs de façon différente. Cette forme d'instaurer la polémique est subordonnée, surtout, à l'*ethos* de chacun des discours.

Mots-clé : discours polémique, *ethos*, interincompréhension, interdiscours, article d'opinion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. Primeiras palavras: o nascimento de uma polêmica	1
2. Procedimento metodológico e distribuição dos capítulos	3
CAPÍTULO I	
Considerações acerca das condições de produção do corpus	6
1. Sobre a seção Tendências/Debates	6
1.1 Os temas	8
1.2 Os convidados	9
1.3 As perguntas	11
1.3.1. O papel da modalização deôntica nas perguntas	14
1.4 As ilustrações	15
1.5 O gênero artigo de opinião	20
CAPÍTULO II	
Tendências/Debates: estilo, <i>ethos</i> e funcionamento discursivo	29
1. Discurso e Estilo: algumas implicações teóricas	29
1.1. Sobre a noção de competência discursiva	30
1.2. Sobre a noção de singularidade	31
1.3. Estilo: uma questão de trabalho	33
1.4. Estilo, gênero e discurso	35
2. O estilo da seção Tendências/Debates	36
2.1. A seção Tendências/Debates e a relação entre <i>mudança</i> e <i>continuidade</i>	39
2.2. O funcionamento da autoria	43
2.3. Estilo e interincompreensão	46

CAPÍTULO III

Concepções e discussões acerca da discursividade	55
1. As bases teóricas da Análise do Discurso: discurso e formação discursiva	55
1.1. Algumas considerações sobre a noção de discurso	55
1.2. Formação discursiva: de Foucault a Maingueneau	57
2. A noção de heterogeneidade discursiva	62
2.1. Heterogeneidade constitutiva: o Outro sempre presente	63
2.2. Interdiscurso: o Outro no discurso do Mesmo	64
2.3. Heterogeneidade mostrada: as marcas de alteridade	66
3. Discurso e interincompreensão: sobre a noção de polêmica	68
3.1. O discurso polêmico	68
3.2. Sobre a noção de interincompreensão	70

CAPÍTULO IV

Análise dos temas da seção Tendências/Debates: a polêmica em torno da mudança	72
1. Mudança ou continuidade: uma questão discursiva	72
1.1. A polêmica em relação à bioética	75
1.2. A polêmica em relação à liberdade civil	96
1.3. A polêmica em relação à segurança pública	113

CONCLUSÃO	130
-----------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135
----------------------------------	-----

ANEXOS	139
--------------	-----

INTRODUÇÃO

Escrever é triste. Impede a conjugação de tantos outros verbos (Carlos Drummond de Andrade, Hoje não escrevo. In: Seleta em prosa e verso, p. 25).

1. Primeiras palavras: o nascimento de uma polêmica

A pós-modernidade trouxe consigo o desenvolvimento cada vez maior de diferentes discursividades. O homem pós-moderno é um sujeito essencialmente *clivado*, dividido entre as diferentes posições que necessita assumir em cada uma das esferas de sua vida social e dividido também em relação a si mesmo (cf. Lacan, 1978; Authier-Revuz, 1998). Obviamente, a existência de um sujeito clivado não é consequência da pós-modernidade. Entretanto, com quase toda certeza, é a sociedade contemporânea que apresenta as maiores marcas dessa fragmentação do sujeito.

De acordo com Birulés (1996), uma vez “livre” da velha noção de sujeito cartesiano, a humanidade assume a existência de um “*sujeito encarnado*”. Esse sujeito encarnado constitui-se a partir do social, sendo fortemente condicionado ou interpelado (mas não determinado) pelos diferentes discursos que constituem o universo social da pós-modernidade. Por isso, ainda conforme a autora, é impossível um ponto de vista neutro ou imparcial, pois qualquer contextualização leva a diferentes impressões.

Vivemos um período em que a diferença, a fragmentação e, principalmente, a “consciência” da presença (muitas vezes incômoda) do Outro são fatores determinantes na construção de uma identidade discursiva. Ou seja, essa condição fragmentada do homem contemporâneo traz consigo diversas mudanças também no âmbito discursivo. Por isso, é cada vez maior o número de discursos que rivalizam entre si, buscando na “destruição” do Outro as bases necessárias para construção de uma identidade própria.

A primeira motivação para a elaboração desta dissertação nasceu, portanto, da constatação de que, na sociedade pós-moderna, as relações entre os discursos são cada vez mais polêmicas. Polêmicas não só no sentido discursivo do termo, mas principalmente no sentido corrente da

palavra, isto é, enquanto relação conflituosa que revela posições opostas acerca de um mesmo tema.

A partir dessa primeira constatação, passamos a observar duas questões de pesquisa que orientaram a elaboração deste trabalho: (1) é possível compreender a constituição de uma subjetividade fundamentada na inter-relação entre o Mesmo e seu Outro?; e (2) como entender a relação entre sujeito e discurso levando em consideração a dinâmica dos discursos polêmicos?

Os textos discutidos durante o curso “*Discurso e Subjetividade*”, ministrado pelo professor João Wanderley Geraldi¹, foram muito importantes no esclarecimento da primeira questão. As diferentes noções de subjetividade, identidade e alteridade apresentadas pelos autores estudados no curso em questão serviram para que pudéssemos compreender melhor a hipótese do dialogismo bakhtiniano, observando a constituição de uma certa alteridade discursiva. Entretanto, restava ainda a segunda questão.

Essa começou a ser respondida no curso “*Tópicos de análise do discurso*”², ministrado pelo professor Sírio Possenti. Nesse curso, pudemos estudar questões relacionadas à constituição do sujeito autor. Com base na noção de autoria enquanto uma das funções de um sujeito essencialmente disperso, foi-nos possível compreender melhor a relação entre discurso e sujeito postulada pela Análise do discurso.

Durante esse percurso teórico, tivemos oportunidade de amadurecer nossas inquietações acerca das relações entre discursos, bem como de alguns pontos relacionados à polêmica discursiva. No entanto, restava ainda compreender a dinâmica da polêmica a partir da análise de um *corpus* que fosse suficientemente contundente para embasar as observações teóricas que havíamos feito até aquele momento. Os dados fornecidos pela seção Tendências/Debates mostraram-se bastante proveitosos nesse sentido. Portanto, o percurso metodológico que resultou nesta dissertação nasceu de uma inquietação empírica que, após ter sido fomentada por uma teoria do discurso, encontrou seu embasamento em um *corpus* específico.

Em síntese, ao iniciar a pesquisa que resultou neste trabalho, havia de nossa parte um interesse em compreender quais as estratégias interdiscursivas utilizadas cada vez que duas

¹ Curso ministrado no IEL (Instituto de Estudos da Linguagem) da UNICAMP durante o primeiro semestre de 2002.

² Curso ministrado no IEL (Instituto de Estudos da Linguagem) da UNICAMP durante o segundo semestre de 2002.

formações discursivas polemizam entre si. Além disso, interessava-nos saber quais os mecanismos lingüísticos que entram em cena quando dois discursos que partilham de um mesmo espaço discursivo não conseguem se entender. Nessa perspectiva, o objetivo desta dissertação é analisar aspectos do discurso polêmico na seção Tendências/Debates (doravante T/D) da *Folha de S. Paulo*, observando, principalmente, como se dá a criação dos simulacros em cada um dos textos analisados.

2. Procedimentos metodológicos e distribuição dos capítulos

A metodologia utilizada neste trabalho está centrada no dispositivo analítico da Análise do Discurso. Isso significa que partiremos do texto para chegar ao discurso, utilizando as marcas lingüísticas e textuais como *indícios* que ajudarão a identificar o funcionamento dos discursos materializados nos textos que compõem o *corpus* deste trabalho.

Para tanto, utilizamos, em alguma medida, o *paradigma indiciário* de Ginzburg (1986). De acordo com o autor, uma análise baseada no paradigma indiciário leva em consideração a qualidade dos indícios. Ou seja, muito mais importante do que a quantidade dos dados é a relevância desses dados a partir daquilo que está sendo investigado. Assim, é por meio da observação atenta de dados, mesmo se aparentemente secundários, que poderemos comprovar ou rejeitar as hipóteses levantadas no inicialmente. É por isso que, seguindo a metodologia indiciária, verificaremos os diferentes “sinais” que possam vir a indicar a presença de algum aspecto polêmico nos textos da seção Tendências/Debates.

A dissertação está dividida em quatro capítulos. Nesses capítulos, procuramos responder às questões de pesquisa, citadas no início desta introdução, a partir de discussões teóricas e, principalmente, da análise dos dados. É por isso que, desde o primeiro capítulo, procuramos trabalhar com os dados. Nesse sentido, esta pesquisa é essencialmente constituída da análise do *corpus*. Essa priorização da análise deve-se à necessidade de comprovar empiricamente teorias, como a noção de *simulacro*, que, na nossa concepção, ainda não foram suficientemente exemplificadas.

O primeiro capítulo apresenta uma discussão acerca das condições de produção do *corpus*. Analisaremos a organização da seção Tendências/Debates, observando cada um dos

traços de sua estrutura como, por exemplo, a organização gráfica da seção, a estrutura e a seleção das perguntas, a escolha dos convidados, entre outros aspectos. Com isso, pretendemos apresentar ao leitor uma visão geral acerca do *corpus* da pesquisa. Além disso, no tópico que trata do *gênero artigo de opinião*, iniciaremos uma análise das características do gênero opinativo e, principalmente, do funcionamento desse gênero na constituição da seção Tendências/Debates. Esse esboço de análise, iniciado no primeiro capítulo, contribuirá essencialmente na elaboração do capítulo dois, no qual proporemos uma discussão sobre o *estilo* da citada seção.

No segundo capítulo, discutiremos a questão do estilo da seção Tendências/Debates, observando, principalmente, a constituição do discurso polêmico, a relação com os temas ligados aos traços semânticos da *mudança* e da *continuidade* e o funcionamento da autoria. Em síntese, o objetivo do segundo capítulo é verificar em que medida o estilo da seção Tendências/Debates influencia a estrutura dos artigos nela publicados.

O terceiro capítulo é constituído por uma breve discussão teórica dos principais conceitos utilizados na dissertação. Começaremos apresentando o conceito de *discurso* com o qual estamos trabalhando. Em seguida, haverá um tópico tratando da noção de *formação discursiva* e suas implicações para a teoria do discurso. A partir da noção de formação discursiva assumida nos trabalhos de Maingueneau, teceremos alguns comentários acerca das sete teses desenvolvidas pelo autor em questão no livro *Genèses du discours*. Tais teses auxiliarão na compreensão da análise que iremos desenvolver no quarto capítulo da dissertação. Após a apresentação e discussão dos conceitos de discurso e de formação discursiva, trataremos da questão da *heterogeneidade discursiva*. Nos tópicos seguintes, apresentaremos uma síntese das noções de *heterogeneidade constitutiva* e *heterogeneidade mostrada*. O objetivo é apresentar, a partir da noção de heterogeneidade constitutiva, a concepção de interdiscurso com a qual trabalha Maingueneau. Pois, com base nessa noção, pode-se chegar à hipótese da interincompreensão e, conseqüentemente, à discussão sobre a polêmica discursiva, que é o ponto central desta dissertação. A questão da polêmica será abordada no último tópico do terceiro capítulo. Nele, discutiremos, com base em Maingueneau, não só a polêmica discursiva, mas também o conceito de interincompreensão e a questão da criação dos simulacros.

No quarto capítulo, as teorias introduzidas no terceiro capítulo serão retomadas a fim de embasar a análise dos dados. Como dissemos no início, o *corpus* desta pesquisa é constituído por textos da seção Tendências/Debates. Na análise, verificamos que esses textos poderiam ser agrupados a partir da delimitação de dois traços semânticos, a saber: *mudança* e *continuidade*. Além disso, dividimos os textos publicados na seção Tendências/Debates em três grandes grupos temáticos: 1) *mudança e bioética*; 2) *mudança e liberdade civil*; e 3) *mudança e segurança pública*. Essa divisão está baseada na periodicidade com que cada um desses temas foi abordado pela seção durante o período de coleta dos dados. Ao final da análise de cada grupo temático, apresentaremos uma tabela na qual sistematizaremos os principais semas que caracterizam cada um dos discursos em relação polêmica. Essa sistematização também priorizará a relação entre os semas da mudança e da continuidade.

Apresentadas essas considerações preliminares, enfatizamos que, ao analisarmos a constituição de alguns aspectos do discurso polêmico, procuramos compreender a dinâmica e o funcionamento da polêmica discursiva na sociedade contemporânea. Assim, ao discutirmos e sistematizarmos questões relacionadas às diferentes práticas, que são evidenciadas a partir do estudo da polêmica, esperamos contribuir, em alguma medida, para o desenvolvimento de novas pesquisas que privilegiem a noção de *polêmica* e sua possível relação com uma teoria interdiscursiva da discursividade.

Capítulo I

CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO *CORPUS*

A superação das barreiras de comunicação não nos converteu em cidadãos do mundo, mas em seres desarraigados. A possibilidade de informação sobre a realidade torna cada vez menos concebível a idéia de uma realidade (Birulés, “Del sujeto a la subjetividad”, p.224).

1. Sobre a seção Tendências/Debates

Como afirmamos na introdução, o principal objetivo deste trabalho é analisar aspectos do discurso polêmico na seção Tendências/Debates da *Folha de S. Paulo*. Assim, parece relevante começar precisando alguns traços acerca da estrutura e do funcionamento da seção mencionada.

Nosso interesse pela seção T/D decorre, primeiramente, da constatação de que a imprensa apresenta-se como terreno fértil para as análises discursivas. Isso porque, além da variedade de gêneros (editoriais, entrevistas, reportagens, cartas do leitor, opiniões, entre outros), nos textos jornalísticos verificamos, com bastante clareza, o entrecruzamento de diferentes discursos que dialogam entre si, constituindo assim uma ampla e heterogênea rede dialógica. Vale salientar ainda que a imprensa, de uma forma geral, tem a vantagem de poder vir a ser um *corpus* que proporciona uma espécie de “visão global” da sociedade contemporânea. Afinal, cada reportagem ou artigo de opinião publicados na imprensa escrita ou ainda, cada noticiário da imprensa televisiva, fornece uma infinidade de possibilidades para análises discursivas.

A escolha de textos da seção Tendências/Debates para *corpus* desta dissertação justifica-se ainda pela diversidade de temas polêmicos abordados a cada semana pela seção. Essa variedade permite observar melhor a questão da relação entre discursos, pois abre um leque de possibilidades no que diz respeito às diferentes discursividades presentes em nossa sociedade. Além disso, o fato de a seção Tendências/Debates apresentar duas opiniões diferentes sobre um mesmo assunto possibilita uma análise mais aprofundada do discurso

polêmico, uma vez que podemos observar a construção de diferentes espaços discursivos que se constituem no interior de um certo interdiscurso.

Na seção Tendência/Debates, políticos, economistas, professores, médicos, cientistas e outras autoridades debatem sobre temas considerados polêmicos, como a questão do celibato clerical, da clonagem humana, da crise na Argentina, da alta do dólar, entre outros. Todos os sábados, a seção apresenta os textos de duas personalidades que emitem pontos de vista, respondendo SIM ou NÃO a uma pergunta elaborada pela equipe editorial. Essa equipe propõe temas polêmicos que estão sendo amplamente discutidos e, por isso, são, supostamente, de grande interesse. Esses temas são tratados de forma geralmente acessível, mesmo para um público não especializado. As pessoas convidadas a defender um determinado ponto de vista, no entanto, podem ser consideradas, na maioria das vezes, “especialistas” naquele tema. Assim, quando o assunto é política, os “debatedores” são cientistas políticos ou políticos, quando o assunto é economia, são convidados economistas ou professores universitários que trabalham na área de economia, e assim sucessivamente.

Algumas características que poderiam, em princípio, ser vistas como sem importância contribuem, essencialmente, para a constituição da seção T/D. O fato de essa seção estar localizada na parte do jornal que traz os textos opinativos é um indício, bastante óbvio, de que um dos seus objetivos é apresentar opiniões sobre um determinado assunto. O próprio título da seção “mostra” que nela encontraremos textos que apresentam diferentes pontos de vista sobre política, economia, religião etc., além de *debates* (esses só aos sábados) sobre os mais variados temas³. Durante a semana, a seção Tendências/Debates apresenta dois textos, não necessariamente sobre o mesmo assunto, que, além de bastante explorados pela opinião pública, são, em geral, polêmicos. Esses textos são polêmicos não só no sentido de polêmica enquanto processo discursivo, mas também (e, talvez, principalmente) no sentido corrente da palavra *polêmica*, ou seja, polêmica enquanto discussão acerca de um assunto que gera opiniões controversas. Algumas vezes, inclusive, um dos temas tratados durante a semana é retomado no “debate” do sábado. Além disso, os convidados que escrevem textos para serem publicados aos sábados, retomam, em alguns casos, algum(uns) dos textos publicado(s)

³ Nesta dissertação, selecionamos como parte do *corpus* apenas alguns dos artigos publicados aos sábados. Essa escolha deve-se, principalmente, ao objetivo da dissertação. Ou seja, como o que nos interessa é observar aspectos do discurso polêmico, optamos por não incluir os artigos que não se caracterizam pelo debate direto entre duas posições contrárias. Entretanto, poderemos, em algum momento, fazer referência também aos textos publicados durante a semana.

durante a semana. Também existem artigos publicados aos sábados que citam entrevistas ou reportagens publicados em outros cadernos da *Folha*. Esse retorno aos textos publicados na FSP revela que os convidados da seção T/D são, em sua maioria, além de pessoas representativas no meio no qual estão inseridos, leitores da *Folha*.

Nessa descrição da seção Tendências/Debates, atente-se para o fato de que a citada seção, pela sua própria estruturação, contribui, essencialmente, para corroborar o *ethos*⁴ democrático que, segundo Discini (2003), caracteriza a FSP. Afinal, um jornal que “dá voz” aos dois lados de uma polêmica é, ao menos aparentemente, bastante democrático. Essa questão do *ethos* da FSP será mais bem explicitada no segundo capítulo.

Para compreendermos melhor o funcionamento da seção que estamos analisando, apresentaremos alguns tópicos de uma entrevista feita com Rodrigo Uchôa⁵, coordenador do caderno *Artigos e Eventos da Folha de S. Paulo*, do qual faz parte a seção Tendências/Debates. Essa entrevista foi retirada da Dissertação de Mestrado de Mario Nahuelpán López⁶ e apresenta alguns pontos interessantes que contribuirão, de alguma forma, para a análise que pretendemos realizar.

1.1. Os temas

No que se refere aos temas escolhidos para o debate, a equipe editorial, como dissemos acima, procura apresentar ao leitor uma grande variedade de assuntos que estejam sendo amplamente discutidos pela sociedade em geral. Questionado a respeito da escolha dos temas, o coordenador da seção Tendências/Debates faz o seguinte comentário:

Dá-se inicialmente preferência a assuntos que estejam na pauta do jornal. Isso não impede que assuntos “atemporais” sejam contemplados, porém, eles não ganham prioridade.

Em relação aos critérios utilizados para a seleção dos artigos publicados na seção T/D, Uchôa afirma:

⁴ Estamos concebendo *ethos* de acordo com Maingueneau. Segundo esse autor, “o *ethos* implica, portanto um policiamento tácito do corpo, uma maneira de habitar o espaço social. Longe de surgir todo armado do imaginário pessoal de um autor, constitui-se através de um conjunto de representações sociais do corpo ativo em múltiplos domínios” (Maingueneau, 1993:139).

⁵ A entrevista completa encontra-se, em anexo, no fim desta dissertação.

⁶ O título da pesquisa é “*Tendências/Debates en la Folha de S. Paulo: perspectivas*”. A dissertação foi defendida na Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero – São Paulo, no ano de 2001.

Tentamos imprimir um equilíbrio entre as tendências, ou seja, se publicamos um artigo extremamente contrário a determinado assunto, procuramos dar um extremamente favorável.

A partir das respostas de Roberto Uchôa, podemos fazer algumas observações acerca dos temas escolhidos para serem discutidos na seção Tendências/Debates:

- ✓ Há preferência por temas atuais e de grande repercussão na sociedade;
- ✓ Entende-se por temas “*atemporais*” aqueles que, apesar de não estarem sendo discutidos na atualidade, nunca perdem seu caráter polêmico e controverso (ex: a questão do celibato clerical). Entretanto, mesmo os temas considerados atemporais pela equipe editorial têm sempre um caráter de atualidade. Ou seja, eles não surgem do nada, mas estão, de alguma forma, ligados a temas atuais. Voltando ao exemplo do celibato clerical, constatamos que esse tema foi escolhido para o debate aproximadamente na mesma época em que começaram a ser descobertos os casos dos padres aliciadores de menores.
- ✓ Há uma preocupação da FSP em mostrar-se um jornal democrático que não só procura abranger o maior número possível de assuntos em suas edições diárias, mas também se mantém, supostamente, “neutro” quando trata de algum tema controverso.

1.2. Os convidados

No que diz respeito às pessoas convidadas para escreverem na seção Tendências/Debates, Roberto Uchôa faz o seguinte comentário:

Há uma preferência dada aos mais representativos dentro de cada setor. Porém, há uma importante contribuição de novos autores que tenham visões inovadoras das questões discutidas.

O comentário de Uchôa mostra, mais uma vez, a preferência que os editores da seção T/D dão àquilo que a sociedade considera atual, inovador e polêmico. Assim, a seção só aceita a contribuição de novos autores se estes tiverem *visões inovadoras das questões discutidas*. Entenda-se por visões inovadoras aquelas que apresentam pontos de vista que estão sendo *amplamente discutidos pela mídia*, como afirma Uchôa em outro momento da entrevista. Ou seja, cada vez que a equipe editorial *escolhe* um nome para assinar um artigo

da T/D, ela considera, principalmente, (1) a relevância desse nome no cenário nacional, principalmente em relação ao tema que está sendo tratado; e (2) o impacto que a posição defendida por essa “personalidade” pode causar.

Nessa perspectiva, constatamos que alguns nomes, como o de Estêvão Bettencourt, são presença bem constante nos artigos da T/D. O monge beneditino é convidado a apresentar “seu” ponto de vista em assuntos nos quais ele é considerado um *nome representativo*, como no caso do celibato clerical; mas também em assuntos nos quais, apesar de Bettencourt não poder ser considerado um profundo conhecedor, o fato de representar um campo discursivo (o campo dos cristãos católicos) amplamente difundido nas diferentes formações sociais da atualidade apresenta-se como pré-requisito suficiente para que ele seja convidado a assinar um texto da T/D. Um exemplo de uma dessas situações em que Estêvão Bettencourt é convidado a expor o ponto de vista do discurso que ele representa sem, no entanto, apresentar-se como uma “autoridade” no assunto, são os temas ligados à bioética, como, por exemplo, a clonagem humana e terapêutica. Sabemos, entretanto, que o ponto de vista apresentado pelos convidados da seção T/D não é pessoal, mesmo que, em alguns textos, tente-se criar um efeito de individualidade. Na verdade, cada texto apresenta o ponto de vista aceito por um certo discurso para o qual o *nome* da pessoa que assina o artigo tem uma certa relevância. Isso ocorreu, por exemplo, quando a T/D tratou sobre a clonagem humana e a terapêutica. Nesses dois casos, Estêvão Bettencourt foi convidado a apresentar o ponto de vista do discurso que ele representa. Os coordenadores da seção poderiam ter convidado um geneticista contrário à clonagem para escrever os artigos, no entanto, nas duas situações, o convidado foi o monge beneditino.

Verificamos, portanto, que além de ser alguém que represente uma posição polêmica, o convidado precisa ser um *nome representativo* no campo discursivo referente ao assunto que está sendo tratado ou, como ocorre no caso de Bettencourt, em um campo que exerça alguma influência nas diferentes discursividades da atualidade. Portanto, o *estatuto do enunciador* (cf. Maingueneau, 1984) da seção Tendências/Debates está diretamente relacionado a uma certa noção de representatividade. Ou seja, para legitimar seu dizer na seção T/D, o enunciador precisa ser alguém que possua, no espaço discursivo no qual está inserido, alguma representatividade.

1.3. As perguntas

As perguntas elaboradas pela equipe editorial são de grande relevância na compreensão da organização e estruturação da seção T/D. No que se refere a essas perguntas, Uchôa faz o seguinte comentário:

As perguntas tentam abarcar facetas não-exploradas a fundo pelo jornal em sua cobertura noticiosa diária e temas que despertam controvérsias na sociedade. Não controlamos as respostas, apenas tomamos o cuidado de pedir artigos para pessoas que tenham posições diferentes, para que seja estabelecido o contraditório.

Ao afirmar que a equipe editorial não controla as respostas dos convidados, Uchôa procura reforçar uma suposta *neutralidade* do jornal em relação às opiniões de cada convidado. Outro fato que indica um certo *efeito de neutralidade* por parte dos organizadores da seção T/D é que, a cada semana, o jornal inverte a ordem das respostas dos convidados. Assim, quando o artigo que responde SIM à questão proposta pelo jornal é publicado antes do que responde NÃO, em um determinado sábado, na outra semana, essa ordem será invertida, primeiro virá o NÃO e depois o SIM. Dessa forma, a seção Tendências/Debates apresenta uma diagramação que, aparentemente, não privilegia nenhuma das posições defendidas nos artigos. Essa diagramação cria, como dissemos acima, um *efeito de neutralidade* que corrobora o *ethos democrático* da seção. Esse *ethos* democrático indica uma certa prudência da *Folha* no que diz respeito às tomadas de decisão ou aos posicionamentos mais definidos. Nesse sentido, o sujeito enunciador da FSP afirma-se, de acordo com Discini (2003:200), mais pela probabilidade do que pela certeza. A afirmação pela probabilidade está relacionada a um *sentimento de aptidão* que se contrapõem ao sentimento de *autoridade* ou *capacidade* presente, como bem assinalou Discini, nos textos do *Estado de S. Paulo*.

Ainda no que concerne às perguntas da seção Tendências/Debates, verificamos a existência de um traço semântico em comum na maior parte das questões que compõem o *corpus* desta dissertação. A relação entre o par semântico *mudança/continuidade* está presente em muitos dos textos publicados na T/D, favorecendo o estabelecimento de um fio condutor que atravessará toda nossa análise. Abaixo, apresentamos uma tabela na qual algumas das perguntas motivadoras do debate são apresentadas a partir dessa oposição entre mudança e continuidade:

Tabela 1
Perguntas relacionadas com os semas da mudança e da continuidade

Perguntas	Mudança	Continuidade
A maconha deve ser descriminalizada?	SIM	NÃO
O Brasil deve também desenvolver técnicas de clonagem humana?	SIM	NÃO
Morrendo um cônjuge homossexual, é certo dar a guarda do filho dele ao outro cônjuge?	SIM	NÃO
O Carandiru deve ser desativado já?	SIM	NÃO
O celibato clerical deve ser opcional?	SIM	NÃO
Deve-se incentivar a clonagem terapêutica?	SIM	NÃO
O novo governo deve liberar os transgênicos?	SIM	NÃO
Devem-se empregar as forças armadas no combate ao crime?	SIM	NÃO
Aumentar as penas dos condenados auxilia no combate ao crime organizado?	SIM	NÃO
Devem-se descriminalizar as drogas como meio de combater o crime organizado?	SIM	NÃO

No quadro acima, as respostas apresentam dois eixos centrais: (1) o da mudança, caso em que os textos defendem uma atitude de transformação em relação a algo (uma lei, uma política econômica, uma decisão judicial, etc.); ou (2) o da continuidade, caso em que os textos defendem a manutenção de uma determinada posição que, assim como no caso da mudança, pode ser política, econômica ou social.

A forma como algumas perguntas são elaboradas permite-nos estabelecer uma linha de aproximação entre as respostas. Ou seja, segundo o corte analítico realizado acima, a relação entre mudança e continuidade é uma das características centrais dos artigos publicados na seção Tendências/Debates. Obviamente, há casos em que essa oposição não se mantém. É o que ocorre, por exemplo, no caso da seguinte questão, publicada na seção T/D do dia 20 de outubro de 2001: *“Os EUA pedirem menos exibição de Bin Laden na TV atenta contra a liberdade de imprensa?”*. Nesse caso, a resposta, seja ela SIM ou NÃO, não está ligada a uma atitude de mudança ou de continuidade, mas a uma avaliação, positiva ou negativa, em relação à postura dos EUA. Entretanto, também existem muitas outras perguntas, não apresentadas neste trabalho, que se enquadram na classificação da mudança ou da continuidade. Assim, talvez possamos afirmar que, mesmo não sendo uma regra constante, há, nas perguntas elaboradas pela equipe editorial da seção Tendências/Debates, uma grande incidência de temas que possibilitam respostas ligadas ao traço semântico da mudança ou ao da continuidade. Talvez o recurso às perguntas com essa conotação esteja, de alguma forma, ligado aos temas tratados na seção. No quarto capítulo, retomaremos essas questões. Por hora, apresentaremos (ver abaixo) uma tabela com alguns dos temas tratados na seção

Tendências/Debates. Nessa tabela também estarão os títulos de cada artigo, as perguntas que motivaram os debates e o nome dos convidados que responderam as questões. Os temas elencados na tabela não foram escolhidos aleatoriamente. Eles têm em comum o fato de tratarem de questões relacionadas com a *bioética*, com a *liberdade civil* e com a questão da *segurança pública*. Isso porque, como veremos mais adiante, procuramos realizar uma análise a partir de grupos temáticos. Com isso, pretendemos fazer uma descrição mais aprofundada da estrutura da seção T/D e assim compreender melhor seu funcionamento.

Além dos temas selecionados para a análise, incluiremos, caso necessário, outros textos da seção T/D no decorrer da dissertação. O critério de seleção será, em última instância, a própria seção. Dessa forma, poderemos, ao final desta dissertação, apresentar um estudo que priorize, além dos aspectos concernentes ao funcionamento do discurso polêmico, algumas observações acerca do estilo da seção.

Tabela 2
Temas selecionados para análise da seção Tendências/Debates

TEMA	PERGUNTA	NÃO	SIM	DATA
Liberação das drogas	A maconha deve ser descriminalizada?	<i>Jogar com o risco</i> – Arthur Guerra de Andrade	<i>A velha discussão sobre o crime sem vítima</i> – Fernando Gabeira	24/11/2001
Clonagem	O Brasil deve também desenvolver técnicas de clonagem humana?	<i>A reprodução humana está ligada ao amor</i> – E. Bettencourt	<i>Nosso admirável mundo novo</i> – João Pedro Junqueira	01/12/2001
Direitos dos homossexuais	Morrendo um cônjuge homossexual, é certo dar a guarda do filho dele ao outro cônjuge?	<i>A vida é bela</i> – Francesco Scavolini.	<i>Uma questão de justiça</i> – Sílvia Pimentel.	12/01/2002
Segurança pública	Mais policiais e penas mais duras solucionariam a questão da segurança?	<i>Sem anestesia!</i> – Denise Frossard	<i>Nós ou eles</i> – Fernando Fantauzzi	02/02/2002
Segurança Pública	O Carandiru deve ser desativado já?	<i>Ameaça de outros “carandirus”</i> – Rubens Approbato Machado	<i>Crônica de uma desativação anunciada</i> – Carlos Weis.	23/03/2002

Celibato Clerical	O celibato clerical deve ser opcional?	<i>A raiz do problema é outra</i> – Estêvão Bettencourt.	<i>De volta ao futuro</i> – Mario Sérgio Cortella.	27/04/2002
Transgênicos	O novo governo deve liberar os transgênicos?	<i>A Europa e os transgênicos</i> – Roberto Freire.	<i>Transgênicos, a falsa salvação</i> – Andréa Salazar; Jean M. V. D. Weid e Mariana Paoli.	07/12/2002
Segurança pública.	Deve-se empregar as forças armadas no combate ao crime?	<i>Mero paliativo</i> – Antônio Cláudio Mariz de Oliveira.	<i>O papel das Forças Armadas</i> – Ives Gandra da Silva Martins	08/03/2003
Liberação das drogas.	Devem-se descriminalizar as drogas como meio de combater o crime organizado?	<i>Proibição e Legalização</i> – Walter Maierovitch.	<i>Há muito o que discutir</i> – Arthur Guerra de Andrade.	05/04/2003

1.3.1 O papel da modalização deôntica nas perguntas

Além de estarem relacionadas aos traços semânticos da mudança ou da continuidade, as perguntas elaboradas pela equipe editorial da seção T/D têm uma outra característica que merece um certo destaque. Grande parte dessas perguntas apresenta em sua estrutura o modalizador deôntico *dever*⁷. Para confirmar a recorrência do citado modalizador, basta verificarmos a tabela acima (tabela 2). Das dez perguntas apresentadas, apenas duas não apresentam esse modalizador. Essa repetição do verbo *dever* nas perguntas que antecedem os textos da seção Tendências/Debates revela uma certa postura da *Folha* no que diz respeito ao *ethos* do citado jornal. Poder-se-ia supor que a FSP, que se apresenta enquanto enunciador sutil, de tom *relativizador* e postura serena (Discini, 2003), estaria dando mostras de um *ethos* de autoridade (como é o caso, ainda segundo Discini, do jornal *O Estado de S. Paulo*) que se manifesta através de um *tom* enfático. Entretanto, os dados nos mostram que não é bem isso o que ocorre.

Apesar do uso constante de modalizadores deônticos nas perguntas elaboradas pela equipe editorial, constatamos que o *tom* da seção reforça o *ethos* relativizador da *Folha*. Ou

⁷ A respeito dos modalizadores deônticos, fazemos referência a Neves (1999). De acordo com a autora, há verbos que se constroem com outros para modalizar os **enunciados**, especialmente para indicar **modalidade epistêmica** (ligada ao conhecimento) e **deôntica** (ligada ao dever) (Neves, *op. cit.* p. 62). Dessa forma, definimos os modalizadores deônticos como aqueles que indicam relações de sentido ligadas ao *dever*.

seja, podemos supor que os modalizadores deônticos usados nas perguntas da equipe editorial exercem um certo efeito sobre a seção T/D, mas esse efeito manifesta-se apenas nos textos publicados e não na estrutura global da seção.

Assim, os textos publicados na seção, como veremos no quarto capítulo, apresentam um *tom* que varia do mais exaltado ao mais suave, mas, quase sempre, enfático. Ou seja, não há abertura para outros pontos de vista, além do que está sendo defendido no texto. Ao utilizar o modalizador deôntico *dever* na elaboração das perguntas da seção T/D, a *Folha* “induz” o convidado a responder apenas SIM ou NÃO, restringindo a possibilidade de outras respostas⁸. No entanto, apesar do uso da modalização deôntica, a forma como as perguntas são apresentadas, longe de contrapor-se ao tom relativizador da *Folha*, apenas simulam uma suposta postura mais engajada ou *apaixonada*⁹ do sujeito-enunciador do jornal FSP. Na verdade, a *Folha* mantém seu tom relativizador e supostamente democrático, atribuindo a responsabilidade de posicionar-se de forma mais enfática aos articulistas convidados pela equipe editorial da seção T/D.

1.4. As ilustrações

No que concerne às ilustrações¹⁰ que antecedem os artigos publicados aos sábados¹¹, parece relevante tecer alguns comentários breves, já que a análise desenvolvida nesta dissertação se restringirá à parte verbal, isto é, aos artigos publicados na seção Tendências/Debates.

A primeira característica que chama atenção nessas ilustrações é o fato de elas, quase sempre, fazerem referência a apenas um dos textos da seção. Ou seja, as ilustrações, apesar de apresentarem uma visão geral da seção, têm como foco principal um dos dois textos. Assim, a

⁸ Há alguns anos, a seção T/D tinha em sua estrutura, além do SIM e do NÃO, um TALVEZ. Supomos que a possibilidade de responder *talvez* ou *em termos* poderia proporcionar ao convidado uma postura mais flexível, o que talvez favorecesse um *tom* mais sutil e menos enfático. Entretanto, não temos dados para comprovar tal hipótese. Fica, portanto, a sugestão para outros possíveis trabalhos.

⁹ Termo utilizado por Discini (2003) para se referir ao sujeito-enunciador do jornal *O Estado de S. Paulo*

¹⁰ Ao chamarmos as figuras da seção T/D de ilustrações, estamos assumindo a nomenclatura da FSP, que nomeia de *charge* as figuras da página A2 e de *ilustração* as da página A3. Assim, assumindo a nomenclatura do jornal, nos abstermos, ao menos neste trabalho, de tecer comentários acerca de uma possível diferença entre esses dois gêneros.

¹¹ Como não estamos analisando os textos publicados na seção T/D durante a semana nem aos domingos, não teceremos comentários acerca das ilustrações desses dias. Entretanto, pelo pouco que observamos, podemos supor que as observações feitas sobre as ilustrações dos sábados também se aplicam, de certa forma, aos demais dias.

ilustração, na maioria dos casos, não se relaciona com a pergunta que a antecede, mas com uma das respostas que a segue. É o que pode ser verificado na análise da seção Tendências/Debates do dia 24 de maio de 2003.

Nesse dia, a pergunta motivadora do debate é “*É cedo para cobrar resultados econômicos do governo Lula?*”. Os convidados a responder essa questão são o deputado federal Alberto Goldman, que responde NÃO à pergunta do jornal, e o empresário Abram Szajman, que responde SIM. Logo abaixo da pergunta motivadora do debate há uma ilustração assinada por Carvall. Vejamos a ilustração:



Na ilustração em questão, um avião verde e amarelo (representação do Brasil) tenta decolar, mas não consegue porque está preso a uma bola de ferro. No comando do avião, que se assemelha a uma antiga aeronave de guerra (daquelas utilizadas na segunda guerra mundial), está um piloto com uma feição relativamente irritada (boca cerrada e sobrancelhas inclinadas sobre os olhos). Além disso, da parte da frente do avião, entre as hélices e a cabine do piloto, está saindo uma fumaça preta que indica mau funcionamento da aeronave.

Logo abaixo dessa figura, está o texto de Alberto Goldman (deputado federal pelo PSDB – SP). O artigo, intitulado “*Sobra carisma, falta competência*”, responde negativamente à pergunta do início da seção. Se compararmos o que é dito no texto à imagem do avião verde e amarelo, concluiremos que, em ambos, há uma crítica à suposta falta de capacidade do governo petista de fazer o Brasil (ou o avião) decolar.

No artigo, Goldman critica o que ele chama de *paralisia do governo Lula*. Segundo o articulista:

Quando se trata de economia, o que a sociedade deseja é que a produção cresça, o emprego responda ao aumento de força de trabalho e a renda gerada esteja sendo apropriada pelos que produzem.

Já sabemos que esse desejo não se realiza como num passe de mágica. É preciso uma série de ações que, além de produzir resultados parciais, aponte um caminho e torne crível um objetivo. Aí é que está a frustração que começa a se abater sobre a sociedade: essas ações também não estão acontecendo, ou estão caminhando no sentido contrário ao objetivo que se supõe ser o do novo governo.

Nesse trecho, o texto de Goldman critica o governo Lula afirmando que este está gerando um clima de frustração na sociedade.

O segundo texto, publicado na T/D desse mesmo dia, está assinado por Abram Szajman (empresário e presidente da Federação de Comércio do Estado de São Paulo e do Conselho de Administração do Grupo VR). O título do texto é “*Os trilhos que faltam*”. E nele defende-se a tese de que *ainda não é o momento de cobrar resultados do novo governo*. Em princípio, pode-se pensar que a ilustração de Carvall também representa, em alguma medida, esse segundo texto. Afinal, mostrar que o avião Brasil ainda não decolou não significa dizer que ele não vai decolar. Entretanto, a bola de ferro que prende o avião à terra e a fumaça que sai do motor mostram que algo não está funcionando bem. Ou seja, segundo a ilustração, não se trata apenas de soltar o avião (ou, no caso do texto de Abram Szajman, acertar os trilhos) para poder começar a trabalhar, como defende o segundo texto. A questão é que a máquina não está funcionando. E é justamente isso o que afirma o texto de Alberto Goldman. Portanto, a ilustração funciona como uma espécie de reafirmação do ponto de vista defendido no texto de Goldman.

No entanto, verificamos que na seção T/D do dia 7 de junho de 2003, ocorre uma situação diferente da observada na análise anterior. Nesse dia, a questão motivadora do debate é a seguinte: “*Deve-se incentivar a exploração de madeira nas Florestas Nacionais*”. Abaixo dessa pergunta, temos a seguinte ilustração:



A ilustração é constituída, em sua maior parte, por uma grande árvore em tons de azul. Da árvore pende uma espécie de fruto que tem o formato do mapa do Brasil. Esse fruto está quase sendo alcançado pela mão, que mais parece uma garra, de um homem que usa uns óculos escuros. Se fizermos uma análise semiótica dessa ilustração, poderemos verificar que a figura corresponde, em certa medida, a uma crítica feita à forma pela qual se dá a exploração de madeira nas florestas brasileiras. O homem de óculos escuros é a caricatura do estrangeiro (ou talvez do grande empresário) que está querendo apropriar-se dos frutos, nesse caso do próprio Brasil, produzidos nas florestas nacionais. A mão em forma de garra dá a idéia de algo assustador, algo temível, monstruoso. Nesse sentido, a ilustração indica que, com a exploração das florestas, o país será prejudicado, uma vez que tal exploração tem, de acordo com a figura, um sentido bastante negativo. Poderíamos, em um primeiro momento, pensar que a ilustração em questão está reforçando o ponto de vista defendido pelo texto que responde NÃO à pergunta elaborada pela equipe editorial da seção T/D.

No entanto, ao analisarmos o texto de Daniel Nepstad, intitulado *O papel social da madeira*, verificamos que esse texto não responde NÃO à exploração da floresta, mas a uma exploração que não beneficie os pobres. Vejamos um trecho do texto em questão:

As populações rurais carentes – agricultores, seringueiros, índios, caboclos e quilombos – ocupam e controlam quase metade das florestas da região. Entretanto, são beneficiadas com uma fatia irrisória da renda gerada pela indústria madeireira (estimada em US\$ 2 bilhões ao ano). Assim, o grande desafio da política nacional de florestas na Amazônia torna-se incentivar o manejo florestal e, ao mesmo tempo, combater a pobreza nas áreas rurais.

Aqui, o que está em questão não é a exploração das florestas nacionais, mas o fato de tal exploração não trazer nenhum benefício para as populações mais pobres que vivem nessas /dessas florestas.

Em certa medida, o texto que responde SIM à pergunta do jornal também defende uma determinada forma de exploração em oposição a uma outra. É o que podemos comprovar no seguinte trecho:

/.../ a discussão efetiva sobre o sistema de concessão deve incluir temas como lisura e transparência do processo, oportunidades para as populações locais e capacidade gerencial do governo. Além disso, será importante discutir formas de compensação ou repartição dos benefícios da utilização das Flonas com os governos e comunidades locais.

Para ambos os textos, o mal não está em explorar, mas em *como* explorar. Nesse sentido, os dois textos representam um mesmo discurso – aquele que defende a exploração, contanto que esta seja feita de uma certa forma.

Por outro lado, a ilustração de Carvall critica qualquer tipo de exploração, pois a apresenta como algo “cruel”. Assim, podemos supor que a ilustração funciona como um segundo ponto de vista, representante de um outro discurso, segundo o qual a exploração das florestas brasileiras não deve ser implementada sob nenhuma circunstância. Talvez haja alguma ligação entre essa posição, sugerida pela ilustração de Carvall, e a pergunta motivadora do debate, pois a utilização do verbo *admitir* na elaboração da pergunta dá a esta um certo *tom* de crítica. Afinal, esse verbo tem uma carga semântica, até certo ponto, negativa. Pois, um dos sentidos do verbo *admitir* é *aceitar com uma certa reserva* (Holanda, 1999:54). Nessa perspectiva, a forma como a pergunta é elaborada motiva, até certo ponto, uma posição contrária a uma possível exploração.

A partir da análise dessas duas ilustrações, verificamos que as figuras apresentadas na seção T/D podem servir para reforçar o ponto de vista defendido por um dos dois textos publicados na seção, mas podem ainda apresentar um outro ponto de vista que se contraponha aos dois textos, quando esses apresentam uma mesma posição. Dessa forma, podemos supor que a estrutura da seção T/D induz o leitor, ao menos visualmente, à escolha de um determinado ponto de vista. Se unirmos a essa constatação às observações feitas no tópico 1.3 acerca das perguntas elaboradas pela equipe editorial, teremos alguns indícios de que a

suposta neutralidade da seção T/D é apenas um *efeito de sentido* que busca reforçar o suposto *ethos* democrático da *Folha de S. Paulo* (cf. Discini, 2003)

Talvez, a análise de outras ilustrações possibilitasse conclusões mais concretas a respeito da *unidade integral* (ilustrações + artigos) da seção T/D e sua relação com a *totalidade discursiva* da FSP (cf. Discini, 2003). Entretanto, como afirmamos anteriormente, o objetivo deste trabalho não é realizar uma análise exaustiva das ilustrações da seção T/D¹². Portanto, as observações feitas a esse respeito serviram apenas para mostrar a relação entre as ilustrações e a parte verbal (os artigos) da citada seção, sem, no entanto, correlacioná-las, a partir de uma análise mais detalhada, com o *ethos* da *Folha*.

1.5. O gênero artigo de opinião

Como dissemos acima, a seção Tendências/Debates está localizada na parte de *opiniões* do jornal FSP. A seção de opiniões da FSP está dividida em duas páginas: A2 e A3. Na página A2, no canto esquerdo, estão os três editoriais do jornal¹³. Acima e à direita dos editoriais está a charge política do dia. Abaixo da charge há uma crônica de Clóvis Rossi (menos às segundas-feiras, quando um outro articulista escreve nesse espaço), seguida de uma outra crônica, cujo autor varia a cada dois dias. Abaixo dessa última crônica, há uma outra crônica assinada por Carlos Heitor Cony, com exceção das sextas-feiras, quando quem assina essa última crônica são diferentes convidados, um a cada sexta-feira. Ainda na página A2, há um artigo de opinião, também de responsabilidade de diferentes autores. Abaixo desse artigo, destaca-se um pequeno espaço para a seção FRASES. Nessa seção, selecionam-se frases, geralmente retiradas do próprio jornal, que tratam de personagens ou situações da política brasileira. Na página A3, está localizada a seção Tendências/Debates. Essa, como explicitado anteriormente, é composta, durante a semana, por dois textos sobre assuntos considerados, em geral, polêmicos. Aos sábados, quando são publicados os artigos que constituirão o *corpus* desta dissertação (cf. nota 3), a seção propõe uma pergunta polêmica e apresenta dois textos

¹² Vale ressaltar que essa *escolha* analítica deve-se não a uma suposta falta de interesse pela análise do não-verbal, mas a uma questão de metodologia, pois, infelizmente, temos que priorizar alguns pontos e, conseqüentemente, apenas mencionar outros.

¹³Sobre os editoriais da FSP, remetemos a Discini (2003). Neste livro, a autora faz, entre outras coisas, uma análise dos editoriais da *Folha* e dos do *Estado de S. Paulo*. Para Discini, a FSP apresenta um *ethos sereno*. O sujeito enunciador da *Folha* vai-se constituindo *enquanto um sujeito que não se assume, um sujeito distante, “sereno”, porque não diz explicitamente eu, auxiliado, ainda, nessa dissimulação por volteios sintáticos do próprio enunciado* (Discini, *op. cit.* p. 160)

que respondem, negativa ou afirmativamente, à pergunta proposta pela equipe editorial. Além dos artigos, a T/D apresenta uma ilustração, geralmente assinada por Carvall. No lado direito da seção T/D, está a seção de cartas de leitores. Nessa seção, muitas vezes, encontram-se cartas que comentam os textos publicados na T/D. Essa estrutura da parte de *opinião* da FSP revela alguns pontos que merecem destaque:

- ✓ A estrutura da seção de opiniões da FSP cria um (pelo menos aparente) efeito democrático, pois, enquanto há apenas três editoriais apresentando a posição do jornal; há seis artigos assinados (sem contar as cartas dos leitores) que, supostamente, apresentam o ponto de vista de outras instâncias da sociedade;
- ✓ Há uma certa gradação em relação à importância e ao espaço dado aos diferentes pontos de vista apresentados na FSP. Primeiramente, temos a posição do jornal (os editoriais); depois o ponto de vista de alguns articulistas que sempre escrevem na *Folha*, o que pode representar uma posição intermediária entre a posição do jornal e outros pontos de vista, uma vez que alguns dos colunistas que assinam textos da página dois (Carlos Heitor Cony e Clóvis Rossi, que é também repórter da *Folha*) são membros da equipe editorial do jornal¹⁴. Por último, tomando quase toda a página três, está a seção Tendências/Debates, que representa o espaço das discussões, no qual diferentes pontos de vista são postos em confronto. No caso dessa seção, atente-se para o fato de que nela estão os textos mais extensos da parte de opiniões. Talvez essa importância dada à seção T/D seja um indício de que, como afirma Discini (2003), a FSP possui um “tom” *relativizador e sereno*. Um tom que nega qualquer exaltação, qualquer certeza e que se caracteriza pela aceitação das diferenças.

De acordo com Rodrigo Uchôa, os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos colunistas. Ainda segundo Uchôa:

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

¹⁴ Essa constatação pode ser também um indício de que a suposta não intervenção do jornal nos artigos de opinião é, na verdade, um efeito de “neutralidade” que, assim como a existência da seção T/D, serve para reforçar o *ethos* democrático da *Folha*.

Portanto, a grande característica da seção opinativa da FSP é a variedade (ou suposta variedade) de opiniões. Os textos variam não só pelas temáticas, mas principalmente pelas variadas posições sobre os diferentes temas.

Ainda no que se refere à seção Tendências/Debates, esta pode ser categorizada como pertencente ao gênero opinativo. Isso porque, entre outras características desse gênero, os textos da seção apresentam uma estrutura argumentativa na qual o articulista busca *persuadir*¹⁵ o leitor acerca de um certo posicionamento sobre um determinado assunto. Entretanto, atente-se para o fato de que, apesar de pertencer ao gênero opinativo, os artigos publicados na seção T/D possuem características próprias que os diferenciam, essencialmente, dos artigos publicados na página A2, apesar de estes últimos também serem caracterizados como pertencentes ao gênero *artigo de opinião*. No entanto, essas diferenças não estão, ao menos não essencialmente, no corpo do texto¹⁶; elas estão presentes, principalmente, na estrutura da seção. A localização da seção e sua estrutura, externa e interna, diferenciam os textos que nela são publicados dos textos assinados da página A2, por exemplo.

O maior interesse dos “autores” que assinam os artigos publicados na T/D é argumentar em favor de um determinado ponto de vista. Ou seja, não há apenas a resposta, positiva ou negativa, a uma pergunta, mas expõe-se toda uma argumentação em favor do ponto de vista defendido.

Em alguns casos, os autores *escolhem* apresentar a posição que estão defendendo de forma mais “refinada”. Eles utilizam-se de possíveis contra-argumentos e reconhecem a existência de outros pontos de vista possíveis, assumindo uma posição supostamente democrática e flexível. Entretanto, o que esses textos apresentam, de fato, é mais a criação de um certo *efeito de flexibilidade* do que uma posição marcadamente democrática. É o que ocorre, por exemplo, no trecho abaixo:

¹⁵ Vale ressaltar que, na perspectiva teórica com a qual estamos trabalhando, essas estratégias persuasivas são, de certa forma, ilusórias. Isso porque, segundo Maingueneau (1984), a *competência discursiva* de cada FD não permite que *entendamos* o discurso do outro como ele é. Os argumentos do discurso Outro serão, quase sempre, reinterpretados a partir da FD que partilha com ele o mesmo espaço discursivo. Entretanto, isso não significa que não exista argumentação, mas apenas que essa argumentação serve, muito mais claramente, para reafirmar posições já consolidadas do que para motivar alguma mudança de posição.

¹⁶ Um texto publicado na página A2 e assinado por um dos colunistas dessa página poderia, sem grande dificuldade, ser publicado na seção Tendências/Debates.

Exemplo 1

*Eu penso que a apresentadora Sonia Francine errou ao admitir publicamente que fuma maconha, em reportagem da revista “Época”. Antes de justificar a **minha** posição, **acho** necessário pontuar que o **meu** conhecimento sobre a apresentadora era bastante restrito, mas que sua figura era e continua sendo simpática. Além disso, tanto na reportagem como em entrevistas posteriores, entendi que o objetivo de Soninha (peço permissão para usar essa forma carinhosa) era estimular o debate, e não fazer propaganda da maconha. (FSP, 24/11/2001. A maconha deve ser descriminalizada? – (Não) Arthur Guerra de Andrade. Jogar com o risco).*

O uso dos pronomes *eu*, *minha* e *meu* serve para dar ao texto um caráter opinativo. A glosa metadiscursiva *peço permissão para usar essa forma carinhosa* reforça o tom pessoal do texto e supõe uma posição flexível e que, longe de indicar uma verdade absoluta, apresenta-se, supostamente, como um conselho sem nenhuma conotação preconceituosa ou pessoal contra a apresentadora. Entretanto, apesar do tom moderado do texto, o artigo de Arthur Guerra de Andrade apresenta, como qualquer texto opinativo-argumentativo, uma tese central, que remete a um certo discurso – nesse caso, a tese de que a maconha não deve ser descriminalizada – e que vai sendo reforçada no texto através de uma cadeia argumentativa. Além disso, o tom moderado não se mantém por todo o texto. Quando fala a partir de sua posição de médico, Arthur Guerra de Andrade mostra-se seguro e o tom do texto, em vez de moderado, torna-se incisivo. Vejamos um trecho que exemplifica essa postura discursiva:

Exemplo 2

DO PONTO de vista médico**, as pessoas que fumam maconha podem estar em três grupos: os usuários sociais ou ocasionais (cujo consumo não traz complicações ao indivíduo ou à sociedade); os usuários com quadro de abuso (já com conseqüências negativas advindas do uso, como baixo rendimento escolar, dificuldades familiares e alterações psicológicas); e os usuários com dependência (necessita da maconha para relaxar e sem ela não se sente bem). Atualmente, **não conseguimos** identificar quais são os fatores que levam uma pessoa a se fixar em um desses estágios. **Sabemos** que o consumo da maconha é uma condição necessária (só vai ser usuário quem fumar maconha) e que, quanto mais fácil for obtê-la, maior será o risco de a pessoa se tornar usuária. Cada uma das situações acima necessita de uma avaliação diferente e de condutas específicas. **É óbvio** que o usuário ocasional não necessita de tratamento; **não é preciso ser médico para entender que a pessoa que apresenta dependência precisa ser

tratada. Isso vale para o usuário de maconha, cocaína, álcool e (perdão ao leitor desavisado) tabaco.

Este trecho inicia-se pela glosa metadiscursiva *do ponto de vista médico*. A utilização dessa glosa indica claramente a posição institucional (supostamente “científica”) assumida pelo articulista. Arthur Guerra de Andrade estará falando a partir da sua posição de médico. Aqui, ao contrário do trecho analisado acima, os verbos estão na primeira pessoa do plural (**conseguimos, sabemos**), o que gera um certo efeito de impessoalidade. O uso do modalizador *é óbvio* produz um tom de certeza reforçado pelo uso da glosa metadiscursiva *perdão ao leitor desavisado*. Essa glosa, que faz referência ao interlocutor, reforça um tom de advertência que só é aceito a partir do momento que o enunciador assume a posição de quem está capacitado a advertir. Nessa perspectiva, não é Arthur Guerra de Andrade falando sobre o uso da maconha, mas é a voz da medicina ou um certo discurso científico que se faz presente no texto. Vale salientar, entretanto, que o que muda entre os dois momentos do texto é o efeito de sentido. Em outras palavras, mesmo quando trata da apresentadora Sônia Francine e suas declarações, Arthur Guerra de Andrade não está falando de uma posição pessoal, individual. Nesse caso, ele também está falando a partir de um certo discurso que o interpela. Entretanto, cria-se, no texto, um efeito de individualidade. É como se, no caso de Sônia Francine, fosse o cidadão Arthur que estivesse opinando. Já, no caso do consumo da maconha e suas conseqüências, é o médico, isto é, alguém capacitado a falar, quem expõe os argumentos.

Apesar de encontrarmos textos como o de Arthur Guerra de Andrade, na maioria das vezes, a opinião do articulista é apresentada como a única solução possível, como algo inquestionável. Esse caráter de verdade absoluta dos textos da seção Tendências/Debates está, na maioria dos casos, como veremos mais adiante, relacionado com o discurso no qual o texto está inserido. Além disso, esse *tom* de um discurso que não admite objeção dá a esses textos um caráter, às vezes, exaltado, quase agressivo. É o que podemos observar no trecho abaixo:

Exemplo 3

A desativação do complexo do Carandiru não pode e não deve ser imaginada como um fator de marketing. Desativar o Carandiru pressupõe, no mínimo, a existência de um planejamento para a adequada reposição das vagas alocadas naquele antigo complexo prisional. (FSP, 23/03/02. O Carandiru deve ser desativado já? - Não – Ameaça de outros “Carandirus”).

O uso dos modalizadores deônticos *dever* e *poder* indicam uma posição firme, de quem não abre espaço para possíveis contestações. A expressão *no mínimo* reforça um tom ligeiramente exaltado, de alguém que se considera autorizado a falar, pois conhece o assunto que está sendo tratado. Isso fica ainda mais claro no trecho abaixo:

Exemplo 4

Desativar um barril de pólvora, com cerca de 7.000 presos, sem uma correta relocação dos presos, é agravar uma situação de déficit que já soma quase 26 mil unidades carcerárias. O amontoado de presos é também escandaloso nas delegacias. Calcula-se que, nas cadeias paulistas, existam 34 mil presos em menos de 18 mil vagas. Procurar excluir o Carandiru dessa paisagem, além de não resolver os problemas, irá, ao reverso, aumentá-los. Não adianta impor normas, obrigações, disposições sem atentar para os climas e ambientes sociais e psicológicos em que vivem as polícias. (grifos nossos)

Aqui, Rubens Approbato Machado, autor do texto *Ameaça de outros Carandirus*, após apresentar alguns números que mostram a situação das cadeias paulistas, volta a fazer afirmações incisivas acerca da situação carcerária em São Paulo. No último período do trecho acima, o autor nega de forma categórica que a solução para o problema da polícia brasileira seja a imposição de normas, obrigações e disposições. Assim, o texto apresenta a posição discursiva do articulista como se fosse algo inquestionável, uma vez que os números, que geram um *efeito de objetividade*, reforçam a tese de que “*desativar um barril de pólvora, sem uma correta relocação dos presos, é agravar uma situação de déficit*”.

Em síntese, os textos da seção T/D apresentam diferentes maneiras de indicar o ponto de vista assumido pelo articulista. Essas mudanças no “tom” dos artigos estão estritamente relacionadas ao assunto que está sendo abordado e, principalmente, ao fato dos convidados estarem escrevendo para uma seção, supostamente, democrática. Nessa perspectiva, como vimos nos exemplos acima, dependendo do assunto do debate, os textos podem assumir diferentes *tons*. Entretanto, o *ethos* democrático estará geralmente presente, mesmo quando o assunto tratado tiver relação com temas ligados a discursos cujo tom é geralmente exaltado. Pode-se dizer que, além do *ethos* de cada discurso, os textos da seção T/D atendem a exigências do gênero e do estilo dessa seção.

Para exemplificar melhor a questão da influência das coerções genéricas e estilísticas da seção sobre os textos que nela são publicados, vejamos mais alguns trechos retirados da seção Tendências/Debates que tratam de assuntos relacionados, em alguma medida, à questão

da segurança pública. O texto de Fernando Fantauzzi (exemplos cinco e sete) foi publicado no dia 02 de fevereiro de 2002 e tem como pergunta motivadora do debate a seguinte questão: “*Mais policiais e penas mais duras solucionariam a questão da segurança?*”. Já o texto de onde foram retirados os exemplos seis e oito, de autoria de Luiz Antônio Fleury Filho, foi publicado na seção T/D do dia 22 de março de 2003 e tem como pergunta motivadora a seguinte questão: “*Aumentar as penas dos condenados auxilia no combate ao crime organizado?*”.

Exemplo 5

É fundamental devolver a dignidade ao policial, ao bom policial, mostrando-lhe que estamos de fato numa guerra e que cabe ao aparato de segurança pública do Estado proteger o maior bem de que dispõem as pessoas que trabalham e estudam e as donas de casa que se dedicam a suas famílias: a vida. E proteger de quem? Dos marginais que hoje se movem com uma tranqüilidade apavorante em nossas ruas e casas. Não é exagero afirmar que não há alternativas nem grandes muros separando os criminosos das pessoas de bem. Temos de admitir que a equação é "nós ou eles". Até que um governador encarne em suas qualidades a força e a honra necessárias para exercer a autoridade, só nos resta, infelizmente, rezar. (FSP, 02/02/2002, Fernando Fantauzzi. Nós ou eles).

Exemplo 6

Não falo da pena, mas do afrouxamento no seu cumprimento. Soubemos recentemente de preso em cuja cela havia ar-condicionado, TV, frigobar e telefone celular. Adicione-se comida encomendada a restaurantes e visita íntima, além da desobrigação de trabalhar. Enfatizo a palavra regalia, pois há uma grande confusão nesse aspecto. O que era (e ainda é) concessão não-legal está se tornando direito, pelos usos e costumes. Encerrem os benefícios, como propus e já mencionei, e suprimam as regalias, que nunca deveriam ter sido concedidas, e ver-se-á a eficácia das penas. A "democratização" na prisão atingiu estágio de delírio. Os diretores e agentes penitenciários não possuem instrumentos necessários para manter a disciplina e a ordem. Ganham pouco, são verdadeiros reféns dos presos e suas famílias, muitas vezes, são ameaçadas pelos comparsas dos condenados que estão nas ruas. De concessão em concessão, em vez de se respeitar o preso, passou-se a reverenciar o preso, o que levou à situação extrema de hoje, com o crime organizado dominando algumas prisões. /.../ Sim, as penas devem ser aumentadas. Sim, os benefícios precisam ser conquistados por merecimento, e não de forma automática. (FSP, 22/03/2003. Luiz Antônio Fleury Filho. Pena é para ser cumprida).

O tom dos dois trechos acima é de *indignação*. Tom característico do discurso sobre a violência e a falta de segurança nos estados e no país, como veremos no quarto capítulo. O discurso da segurança assume uma posição de revolta frente ao que seus enunciadores chamam de *incompetência dos poderes públicos*. O uso de glosas metadiscursivas que servem para enfatizar e destacar o dito (*é fundamental, não é exagero afirmar, temos de admitir, enfatizo a palavra regalia*) reforça não apenas a indignação, mas também um certo tom incisivo, de alguém que *exige* ser “ouvido”. Isso fica ainda mais claro no final do segundo trecho, quando o advérbio *sim*, seguido, respectivamente, dos modalizadores deônticos *dever* e *precisar* retoma, enfaticamente, a resposta afirmativa dada a pergunta motivadora do debate. Ou seja, é como se o enunciador desse discurso falasse do lugar de quem *sabe* que a solução proposta por ele é a única possível. Na verdade, o sujeito-enunciador do discurso da segurança escreve como se não precisasse persuadir o leitor, mas apenas agir de acordo com o que todos já sabem. Entretanto, mesmo no caso de um discurso que se legitima através da indignação e da recusa de qualquer outra posição, o estilo democrático que caracteriza, até certo ponto, a seção T/D se impõe aos artigos publicados. É o que podemos verificar abaixo:

Exemplo 7

*É verdade que a má situação das prisões tem servido como justificativa para os defensores das penas não-privativas de liberdade. Alegam que "cadeia não recupera preso". Como poderia? O estado caótico das prisões só faz potencializar a índole criminosa de sua população. Também defendo penas alternativas, mas somente para os autores de delitos leves, aqueles que não fazem do crime uma profissão, sabidamente predispostos a não reincidir, seja pela natureza da infração que cometeram, seja pelas circunstâncias em que a praticaram. Fora dessas hipóteses, a aplicação de penas não restritivas são restritivas de liberdade, é terrível engano. (FSP, 02/02/2002, Fernando Fantauzzi. *Nós ou eles*).*

Exemplo 8

Construir prisões leva tempo, sim. E se pensarmos que, só para atender aos 100 mil condenados que freqüentam nossas ruas, seria necessário construir três prisões para 800 marginais por mês, durante três anos, vem logo a pergunta: "Que governo teria fôlego para tanto?". /.../
*A questão da segurança requer, sim, planejamentos de médio e longos Prazos, mas a situação é de emergência. (FSP, 22/03/2003. Luiz Antônio Fleury Filho. *Pena é para ser cumprida*).*

Nesses dois trechos, apesar de ainda se manter o “tom” de indignação e revolta há, ao contrário do que ocorre nos excertos anteriores, uma certa “abertura” ao debate. Ao retomar trechos do discurso com o qual polemiza (“cadeia não recupera preso”; “Que governo teria fôlego para tanto?”) e ao contra-argumentar a partir das alegações desse discurso Outro (A questão da segurança requer, sim, planejamento e longos prazos, mas a situação é de emergência), o texto em questão revela que, de certa forma, está atendendo às coerções do tipo argumentativo e, principalmente, às coerções do estilo da seção Tendências/Debates. Ou seja, se a seção propõe o debate democrático, não basta aos enunciadores defenderem, incisivamente, um certo ponto de vista, é preciso trazer o ponto de vista do discurso Outro (contrário ao seu) para o seu *campo de ataque* para então destruí-lo. É a isso que Maingueneau se refere quando diz que “a polêmica aparece exatamente como uma espécie de homeopatia pervertida; ela introduz o Outro em seu recinto para melhor conjurar sua ameaça, mas esse Outro só entra anulado enquanto tal, simulacro” (Maingueneau, 1984:121).

Capítulo II

TENDÊNCIAS/DEBATES: ESTILO, ETHOS E FUNCIONAMENTO DISCURSIVO.

Deve-se buscar estilo na configuração interdiscursiva de uma totalidade de discursos enunciados (Discini, O estilo nos textos, p. 28)

Uma abordagem do estilo, para ter algum sentido e não somente da ótica da análise do discurso, deve considerar o papel da forma na constituição do sentido e a pressão do sentido, seu papel, como um dos conciliadores da seleção, da escolha de uma forma (Possenti, Discurso, Estilo e Subjetividade, p. 170).

1. Discurso e Estilo: algumas implicações teóricas

Neste tópico, será focalizada a relação entre discurso, gênero e estilo no interior da seção Tendências/Debates. Portanto, o objetivo deste capítulo é verificar em que medida a presença de certos traços estilísticos contribuem para a constituição dos textos da citada seção. Nesse sentido, analisaremos (1) a relevância de certos traços de *singularidade* que estão presentes em cada um dos artigos publicados, pois acreditamos que a noção de estilo, supõe o *trabalho* de um sujeito (Granger, 1968; Possenti, 1988); (2) as coerções singularizadoras dos gêneros do discurso que, de acordo com alguns autores (Bakhtin (1979); Mayrink-Sabinson (1999)), também constituem lugares de manifestações estilísticas; e, principalmente, (3) a emergência do estilo enquanto efeito de sentido e, portanto, enquanto construção discursiva (Discini, 2003). Partimos do pressuposto de que a seção Tendências/Debates apresenta, em sua estrutura discursiva-textual, uma relação equilibrada entre *estilo individual*, *estilo discursivo* e *estilo do gênero*.

Para desenvolver este capítulo, partimos da hipótese de que falar em estilo é aceitar que o sujeito é condicionado pelas estruturas lingüísticas e sociais (um sujeito do discurso), mas que, apesar disso, encontra brechas através das quais podemos entrever alguns indícios de uma certa singularidade. Para defender essa hipótese, baseamo-nos na concepção de *sujeito tático* de De Certeau (1980), a partir da qual será realizada uma análise acerca dos traços (ou indícios) de singularidade presentes na seção Tendências/Debates; bem como na concepção

de estilo de Granger (1968), para quem qualquer enunciado tem estilo, e não apenas os “expressivos”. Além dos autores acima citados, faremos algumas considerações acerca da problemática do estilo, segundo nos propõe Bakhtin (1979), para quem o *estilo dos gêneros* alia-se a um certo *estilo individual*, constituindo o que podemos chamar de uma *alteridade lingüístico-discursiva*; e também enfatizaremos alguns pontos do trabalho de Discini (2003), que analisa o estilo nos textos com base na relação entre *unidade* e *totalidade*. Acreditamos que as concepções de estilo postuladas acima, longe de se excluïrem mutuamente, constituem um todo que possibilitará uma melhor compreensão acerca da constituição do estilo na seção Tendências/Debates.

Partiremos, entretanto, da noção de *competência discursiva* desenvolvida por Maingueneau (1984), pois, através dessa noção, será possível, entre outras coisas, estabelecer uma aproximação entre um *estilo do gênero* e uma certa *maneira de ser* ou um *estilo* dos discursos.

1.1. Sobre a noção de *competência interdiscursiva*

A partir da constatação de que não se pode ter a ambição de construir a gramática de um discurso, uma vez que não existe uma “língua” específica para cada discurso, Maingueneau (1984) propõe a existência de certos “filtros”, que correspondem à semântica global de cada discurso e que atuam no interior desses mesmos discursos. Tais filtros funcionam como operadores que *fixam critérios em virtude dos quais certos textos se distinguem do conjunto dos textos possíveis como pertencendo a uma determinada formação discursiva* (p.p. 45-46). De acordo com essa concepção, as estruturas condicionam¹⁷ o funcionamento discursivo e lingüístico das Formações Discursivas (doravante FD). São, portanto, esses condicionamentos que autorizam (ou desautorizam) os sujeitos, no interior de suas respectivas FDs, a “criarem” enunciados que estejam em conformidade com as regras de cada sistema de restrições.

Maingueneau define a *competência discursiva* como uma capacidade que os sujeitos têm de se adequarem às regras de suas FDs, atendendo às *proibições*, bem como às *exigências*

¹⁷ Dizemos *condicionamentos* e não *determinações* porque, como veremos mais adiante, a própria noção de *competência discursiva* abre espaço para uma certa concepção de estilo segundo a qual existem diferenças *individuais* no nível da *forma*, ou seja, do *como* dizer. Dessa forma, o sujeito, apesar de condicionado, não se encontra determinado pelas estruturas.

que lhes são imputadas por cada sistema de restrição, ou seja, cada formação discursiva. Ainda segundo Maingueneau, essa competência pode ser vista, em um primeiro momento, como (1) a capacidade de reconhecer enunciados pertencentes a sua FD e (2) a competência para criar um número de enunciados inéditos pertencentes a sua FD. Entretanto, já que a noção de competência discursiva está atrelada à noção de interdiscurso, o autor em questão sugere que um sujeito discursivamente competente é também capaz de: (1) reconhecer a incompatibilidade semântica entre o seu discurso e alguns outros pertencentes ao mesmo espaço discursivo e (2) traduzir esses discursos Outros no interior da grade semântica específica de seu discurso.

No entanto, ousamos estender a noção de competência¹⁸ para incluir a hipótese de um sujeito que trabalha, e, ainda mais especificamente, de um sujeito *tático* que (re)cria os objetos sociais a partir das (ou, apesar das) estruturas que o determinam. É a esse sujeito *tático* que De Certeau se refere quando fala das *astúcias do sujeito*.

1.2. Sobre a noção de singularidade

O livro *A invenção do Cotidiano* de De Certeau chama atenção por várias razões, mas principalmente pela forma como o autor trata a questão da singularidade. Para De Certeau, as estruturas pré-existem aos indivíduos, os sistemas de dominação estão presentes por toda sociedade, mas esses aparelhos de poder não são suficientes para impossibilitar a *ação* do *homem ordinário*, que agindo como as *formigas*, inventa táticas que possibilitam uma certa apropriação daquilo que é determinado pelas estruturas (sociais, políticas, econômicas, lingüísticas, etc.) às quais estamos, de certa forma, submetidos.

O autor de “*A invenção do cotidiano*” não busca um regresso ao *indivíduo enquanto unidade elementar a partir da qual seriam compostos os grupos e a qual sempre seria possível reduzi-los* (De Certeau, 1980:37). Ou seja, não há por parte desse autor um retorno ao sujeito cartesiano, senhor de todas as suas ações, mas, como explica o próprio De Certeau:

O exame dessas práticas não implica um regresso aos indivíduos. O atomismo social que, durante três séculos, serviu de postulado histórico para uma análise da sociedade supõe uma unidade elementar, o indivíduo, a partir da qual seriam compostos os grupos e

¹⁸ Aqui, estamos “ampliando” a noção de *competência discursiva*, pois tal noção pode ser, de alguma forma, relacionada à hipótese do *sujeito tático* postulada por De Certeau. Porém, essa aproximação entre competência e tática não é mencionada nos trabalhos de Maingueneau.

à qual sempre seria possível reduzi-los. Recusado por mais de um século de pesquisas sociológicas, econômicas, antropológicas ou psicanalíticas (...), tal postulado se acha fora do campo deste estudo. De um lado, a análise mostra antes que a relação (sempre social) determina seus termos, e não o inverso, e que cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais. De outro lado, e sobretudo, a questão tratada se refere a modos de operação ou esquemas de ação e não diretamente ao sujeito que é o seu autor ou seu veículo. Ela visa uma lógica operatória cujos modelos remontam talvez às astúcias multimilenares dos peixes disfarçados ou dos insetos camuflados, e que, em todo caso, é ocultada por uma racionalidade hoje dominante no Ocidente (De Certeau, 1980:37-38).

Ou seja, reconhecer o poder das estruturas sociais não é, segundo o autor em questão, negar as *maneiras de fazer* que transformam o homem ordinário em um *usuário* das técnicas de produção sócio-cultural. Nesse sentido, falar em usuário exige reinterpretar uma certa visão estruturalista segundo a qual o sujeito é apenas um *consumidor* passivo que se assujeita às determinações sociais, políticas e econômicas.

A partir de uma releitura do livro *Vigiar e Punir*¹⁹ de Michael Foucault (1975), De Certeau desenvolve uma teoria segundo a qual, assim como os *dispositivos*, ligados às instituições de poder, reorganizam o funcionamento dessas instituições para exercer uma vigilância generalizada, existem procedimentos *populares* (também minúsculos) que “driblam” a disciplina e reorganizam o espaço social em busca de adequações que supram algumas de suas necessidades. Essa reorganização não é uma atitude consciente e premeditada do homem ordinário, mas sim uma resposta às necessidades dos grupos ou indivíduos sujeitos às redes de vigilância. Todas as ações do homem ordinário (desde as maneiras de habitar o espaço físico, até as diferentes *escolhas estilísticas* no uso que se faz da língua) correspondem às táticas utilizadas pelo *fraco* para, dentro do espaço do *forte*, reinventar o cotidiano.

No que se refere à seção Tendências/Debates, por exemplo, apesar de a polêmica estar presente em todos os artigos que a constituem, existem diferentes *formas* de estabelecer o *simulacro*²⁰. Essas diferenças envolvem fatores como a *escolha* de certos trechos do discurso do Outro que serão inseridos no discurso do Mesmo. Dessa forma, uma das maneiras de compreender mais adequadamente como funciona o *bom simulacro* é observar que, em uma

¹⁹ Neste livro, Foucault faz um estudo sobre como o homem dos cárceres, bem como a humanidade em geral, incorpora a *arte de punir e de ser punido*.

²⁰ Sobre a noção de simulacro, remetemos ao terceiro capítulo desta dissertação, tópico 3.2.

relação polêmica, nem tudo pode ser citado, ou seja, cada Formação Discursiva seleciona o que pode ser *traduzido*²¹.

1.3. Estilo: uma questão de trabalho

A noção de *estilo* tem sido estudada a partir de diferentes perspectivas teóricas. Por isso, podemos dizer que existem formas bastante diversificadas de compreender e analisar os fenômenos estilísticos. Na crítica Literária, por exemplo, existem, segundo Possenti (1988), ao menos três vertentes que se dedicam ao estudo do estilo²².

Dentre as diferentes concepções de estilo, fazemos referência, nesse tópico, a noção de estilo proposta por Gilles-Gaston Granger. A proposta de Granger interessa a esta dissertação na medida em que, a partir da noção de estilo postulada por esse autor, podemos supor existência de um *estilo individual*.

A concepção de estilo de Granger (1968) está baseada na relação entre *forma* e *conteúdo* que, segundo o autor, deve ser analisada como uma relação de *trabalho*. O trabalho ao qual o filósofo em questão se refere é visto não como *objeto possível de um conhecimento científico*, mas como *uma das estruturas da prática*. Ou, dito de outra forma, o trabalho é uma característica da prática que resulta em obras. Assim, para que possamos compreender melhor a noção de trabalho como proposta por Granger, explicitaremos, a seguir, a concepção de prática que está fundamentando a teoria desse autor:

A prática é a atividade considerada com seu contexto complexo e, em particular, com as condições sociais que lhe dão significação num mundo efetivamente vivido (p. 14).

Nessa perspectiva, fica claro que a noção de *vivido* é muito importante para concepção de estilo que Granger desenvolve em seu trabalho. Isso porque as diferentes maneiras de relacionar forma e conteúdo são resultado do trabalho de toda uma sociedade e, conseqüentemente, de sujeitos *construtores* que executam tarefas realizando *escolhas* a partir

²¹ Baseando-nos em Maingueneau (1984), estamos utilizando o termo *tradução* em um sentido muito particular. Assim, *não há nenhuma razão para limitar o uso desse termo apenas para opacidade entre línguas naturais: no interior de uma mesma língua existem por toda parte zonas de interincompreensão recíproca, e por pouco que elas constituam sistema, pode-se pensá-las em termos de “discurso” e de “tradução”*. (Maingueneau, 1984:72).

²² As três vertentes são: 1) vertente psicologizante (estuda a obra como manifestação da personalidade do escritor); 2) vertente socializante (estuda a obra como manifestação da problemática de uma época); 3) vertente formalista (interessa-se pela materialidade da obra).

das possibilidades que lhes são oferecidas em um mundo *efetivamente vivido*. Ou, nas palavras de Possenti (1988),

A existência do estilo em qualquer linguagem decorre do fato trivial de que nenhuma linguagem é o que é por natureza, mas sim como resultado do trabalho de seus construtores/usuários (p. 167).

Quando tratamos da questão do estilo em Granger, não podemos deixar de fazer, mesmo que de forma incipiente, uma aproximação entre um sujeito que *executa tarefas* e o *sujeito tático* de De Certeau. Nem Granger nem De Certeau negam a existência de uma estrutura que, até certo ponto, precede e determina o sujeito. Entretanto ambos acreditam que esse sujeito consegue, a partir de *dispositivos, estratégias, astúcias* (se quisermos usar termos de De Certeau, sabendo-se que o primeiro desses termos ele o tomou “emprestado” de Foucault) ou de *escolhas* (se preferirmos um termo de Granger), movimentar, inovar e, quem sabe, *modificar* as estruturas.

Quando trazemos as noções de estilo e de *efeito de estilo*²³, defendidas por Granger, para o campo da lingüística e, mais precisamente, para a Análise do Discurso, podemos supor que, mesmo que dois sujeitos enunciem dentro de uma mesma Formação Discursiva ou estejam submetidos às mesmas Condições de Produção, poderá haver diferenças entre eles. Essas diferenças estarão centradas, principalmente, na ordem do *como* dizer (Possenti, 1988). Portanto, não estamos falando de estilo enquanto efeito da psicologia individual de um autor, mas como efeitos resultantes do trabalho. Essa constatação torna-se relevante na medida em que, reconhecendo a existência desse sujeito tático, poderemos priorizar, na análise da seção T/D, não apenas os elementos que indiquem, de alguma forma, a presença de um estilo do gênero ou de um estilo do discurso, mas também identificar, no interior de cada artigo, elementos de um estilo (ou de um *efeito de estilo*) individual, que, longe de representar um retorno ao *indivíduo*, indicam apenas a existência de efeitos de singularidade dentro das diversas formações discursivas que nos assujeitam.

²³ Granger define *efeito de estilo* como a reorganização daquilo que sobra, ou seja, a reestruturação do *resíduo*.

1.4. Estilo, gênero e discurso

Segundo Bakhtin (1979), a problemática dos gêneros do discurso é algo que deve ser considerado nos estudos estilísticos. Para o autor, os gêneros do discurso estão presentes em todas as esferas da atividade humana, contribuindo, significativamente, para uma melhor compreensão da relação entre a língua e os processos históricos. Os gêneros do discurso são definidos como *tipos relativamente estáveis de enunciados que refletem as condições específicas e as finalidades de cada esfera da atividade humana* (Bakhtin, 1979:279).

A concepção de estilo de Bakhtin está relacionada com sua teoria da enunciação. Para esse autor, enunciados estáveis, produzidos em uma determinada esfera social, constituem formas típicas, isto é, modos de estruturação desses enunciados. Dessa forma, cada gênero constitui um estilo próprio de enunciação. Ou seja, cada gênero tem o seu próprio *estilo funcional*.

Nessa perspectiva, o estilo individual, apesar de não ser abolido, passa a ser resignificado. O estilo individual estaria, de acordo com a concepção bakhtiniana, subordinado ao estilo do gênero, pois, para Bakhtin, *nem todos os gêneros do discurso são propícios ao estilo individual* (Bakhtin, 1979:283).

No caso da seção Tendências/Debates, por exemplo, a “singularidade” de cada uma das pessoas que assinam os textos estaria subordinada as “determinações” do gênero. Existem coerções genéricas que limitam (mas, não neutralizam) o estilo individual do articulista. Entre esses condicionamentos genéricos, podemos citar: (1) a limitação do espaço de produção (o artigo *deve* ter um certo número de linhas), (2) as coerções da pergunta elaborada pela equipe editorial (o articulista não *pode* escrever sobre qualquer tema, mas só sobre o tema proposto pela pergunta motivadora do debate)²⁴ e, principalmente, (3) o fato de o articulista saber que haverá, naquela mesma seção, um outro texto contrário ao dele. É esse terceiro ponto que favorece o surgimento da polêmica propriamente dita. Assim, o que ocorre no caso da seção Tendências/Debates não é apenas a manifestação de um dialogismo constitutivo, segundo o qual os discursos estariam sempre polemizando, uma vez que um discurso é sempre uma “resposta” a todos os outros que com ele dialogam. Para além desse dialogismo constitutivo, na citada seção, a polêmica surge enquanto *heterogeneidade mostrada*, pois os discursos, que

²⁴ Entretanto, existem articulistas que, “escapando” da pergunta inicial, abordam outras questões.

se materializam por meio dos textos nela publicados, disputam, empiricamente, o mesmo *espaço discursivo* e, considerando as coerções genéricas, o mesmo *espaço físico*.

2. O *estilo* da seção *Tendências/Debates*

Apesar de, como afirmamos no início deste capítulo, estarmos considerando as concepções de estilo postuladas por autores como Granger (1968) e Possenti (1988), no que se refere a estilo enquanto singularidade; e de Bakhtin (1979), no que se refere ao estilo dos gêneros do discurso, adotamos a definição de estilo proposta por Discini (2003), segundo a qual *o estilo é uma construção do discurso* (p. 37). Porém, propor tal definição, como veremos na análise dos dados, não exclui o reconhecimento de um *estilo individual*²⁵ e nem tampouco a existência de um *estilo dos gêneros*. Portanto, ao utilizar a concepção de estilo de Discini, não significa negar as demais concepções aqui apresentadas. Entretanto, acreditamos que a proposta de estudar o estilo de um texto a partir da noção de *totalidade discursiva* é a que melhor se adapta aos dados desta pesquisa e ao objetivo de analisar o discurso polêmico, priorizando, a hipótese da interdiscursividade. Em virtude dessa perspectiva teórico-analítica, apresentaremos, a seguir, uma breve revisão dos principais aspectos enfocados na pesquisa empreendida por Discini para permitir uma melhor compreensão acerca da concepção de estilo da autora.

De acordo com Discini (2003), *o estilo apóia-se num fato formal, enquanto potencialidade de um fazer, depreensível da totalidade de discursos enunciados*. Em outras palavras, a autora relaciona estilo e discurso, postulando a existência de uma totalidade integral (*totus*) à qual subjaz uma unidade integral (*unus*). Como exemplo, Discini cita a relação entre um suposto conjunto de discursos (a imprensa dita séria) *que significa em oposição à imprensa dita sensacionalista* (p. 32). Dessa forma, ainda segundo a autora, o sentido é dado pela diferença e o todo se reconstrói nas partes. Isto é, o estilo da imprensa dita sensacionalista é tudo aquilo que a imprensa dita séria é (a totalidade integral que faz com que ambas se constituam enquanto meios de comunicação impressa) acrescido de uma unidade integral (tudo aquilo que as diferencia ou individualiza).

²⁵ No entanto, reconhecemos, como será explicitado mais adiante, que o texto de Discini não autoriza uma aproximação entre a definição de estilo proposta pela autora e a existência de um estilo individual. Portanto, o que faremos é propor um diálogo entre ao menos duas teorias do estilo (estilo enquanto efeito do discurso e estilo enquanto trabalho dos sujeitos), assumindo os riscos subjacentes a esse empreendimento.

Ao optar por uma definição de estilo fundamentada na relação entre unidade e totalidade, Discini reconhece a existência de uma *norma* ou *organização imanente a uma totalidade* (Discini, 2003:38). Há uma homogeneidade regrada à qual se opõe uma heterogeneidade que garante um certo efeito de individuação. Esse efeito de individuação é o resultado da passagem da norma (*abstração do uso*) ao uso propriamente dito. Nesse sentido, o estilo pode ser definido como *estabilidade instável* (p. 28).

O estilo é, portanto, fruto de uma relação interdiscursiva na qual o interno (o estilo de um discurso qualquer) significa em oposição ao externo, o Outro pelo qual esse interno se constitui. A posição teórica de Discini é, marcadamente, discursivo-enunciativa, pois para a autora:

(o estilo é) um modo próprio de dizer de uma enunciação única, depreensível de uma totalidade enunciada. Essa perspectiva faz com que as relações de sentido converjam recorrentemente para um centro que, longe de mostrar um sujeito empírico, cria o próprio sujeito (Discini, 2003:17)

Essa posição nega a existência de um estilo individual e, portanto, a existência de um *trabalho* do “usuário” da língua. Para Discini, postular a existência de marcas de um estilo individual seria um retorno ao sujeito intencional, uma vez que os traços estilísticos estariam restritos ao que está *marcado, quer pela carga afetiva, quer pelo inusitado* (Discini, 2003:16).

Questionamos a posição da autora, pois, apesar de reconhecermos a existência de um *corpo discursivo* condicionado pelas “regras” estabelecidas por cada *formação discursiva*, acreditamos que a noção de *efeitos de estilo*, longe de ser um retorno à intencionalidade do sujeito, é apenas o resultado da existência de um *trabalho singular* (*sobre a noção de singularidade*, ver p. 31 desta dissertação) em meio a uma totalidade homogeneizadora.

Os dados com os quais trabalhamos nesta dissertação não nos permitem falar em um *estilo individual* propriamente dito, uma vez que não estamos analisando uma obra ou um conjunto de textos de um mesmo autor. Entretanto, esses mesmos dados corroboram a hipótese segundo a qual existem diferenças na *forma*, ou seja, diferenças na ordem do *como dizer* (Possenti, 1988) que apontam para um certo *efeito de estilo*. É o que podemos constatar nos seguintes exemplos:

Exemplo 9

DO PONTO de vista médico, as pessoas que fumam maconha podem estar em três grupos: os usuários sociais ou ocasionais (cujo consumo não traz complicações ao indivíduo ou à sociedade); os usuários com quadro de abuso (já com conseqüências negativas advindas do uso, como baixo rendimento escolar, dificuldades familiares e alterações psicológicas); e os usuários com dependência (necessita da maconha para relaxar e sem ela não se sente bem).

Atualmente, não conseguimos identificar quais são os fatores que levam uma pessoa a se fixar em um desses estágios. Sabemos que o consumo da maconha é uma condição necessária (só vai ser usuário quem fumar maconha) e que, quanto mais fácil for obtê-la, maior será o risco de a pessoa se tornar usuária.

Cada uma das situações acima necessita de uma avaliação diferente e de condutas específicas. É óbvio que o usuário ocasional não necessita de tratamento; não é preciso ser médico para entender que a pessoa que apresenta dependência precisa ser tratada. Isso vale para usuários de maconha, cocaína, álcool e (perdão ao leitor desavisado) tabaco. (Arthur Guerra de Andrade, FSP, 24/11/2001). (Grifos nossos)

Exemplo 10

Tenho sido honrado com o convite do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, nesses últimos anos, para participar do encontro anual dos Amigos do MST, durante o qual tenho tido oportunidade de dizer com franqueza minha avaliação de seus atos e do avanço de sua luta pela reforma agrária. Da mesma forma, por três vezes, desde 1999, fui convidado pelo MST e pela Unicamp para proferir aulas, para cerca de mil jovens do MST, sobre problemas brasileiros e os instrumentos para avançarmos na luta pela construção de uma sociedade mais justa (Eduardo Suplicy, FSP, 30/03/2002). (Grifos nossos)

Nos dois excertos acima, os articulistas buscam uma certa legitimação para tratar do tema que lhes é proposto. Entretanto, há diferenças na forma como essa legitimação é construída.

O médico Arthur Guerra de Andrade legitima “seu” discurso através de marcas textuais, tais como o uso da expressão metaenunciativa *do ponto de vista médico*, que se volta sobre o dizer, esclarecendo, assim, sua posição enunciativa, ou o uso da primeira pessoa do plural, que, nesse caso, indica a existência da voz de uma certa categoria profissional. Ou seja, o texto de Guerra de Andrade recorre a uma legitimidade que se estabelece com base na voz da medicina. Nesse sentido, o médico em questão mostra-se como alguém “autorizado”, pelo próprio discurso médico, a tratar do tema da liberalização das drogas. Essa legitimação, como

vimos, é discursiva e textualmente construída. Há, portanto, um “mascaramento” do locutor em prol de uma coletividade enunciativa.

Já no caso do senador Eduardo Suplicy, a legitimação é feita através de uma sucinta exposição acerca das participações que o citado senador teve na história do MST. O texto está na primeira pessoa do singular, pois, ao contrário do que ocorre no texto de Guerra de Andrade, há uma exposição do enunciador que se apresenta como alguém pessoalmente vinculado à causa dos sem-terra.

Nesses dois excertos, temos um exemplo claro de ação da singularidade. A legitimação é necessária para ambos os discursos, uma vez que contribuirá, como veremos mais adiante, para o estabelecimento de um certo *efeito de autoria*. Entretanto, a *forma* como cada articulista se autoriza a falar sobre o tema proposto pelo jornal pode, de acordo com o posicionamento teórico assumido neste trabalho, estar relacionada aos efeitos estilísticos de cada texto e, portanto, a supostos traços de singularidade.

Devido a dados como os apresentados acima, retornamos à posição teórica adotada por Discini e questionamos sua crítica à proposta de Possenti (1988), segundo a qual o estilo está relacionado a uma escolha. Supomos, como dito anteriormente, que a existência de um estilo dos discursos não se opõe ao fato de haver um trabalho do sujeito. Além disso, postulamos, com base em Bakhtin (1979), que a relação entre estilo individual e estilo dos discursos está diretamente ligada ao estilo dos gêneros. Existem gêneros que favorecem um maior *trabalho* do sujeito (Bakhtin cita como exemplo os gêneros literários), enquanto em outros (um memorando ou um relatório de pesquisa, por exemplo) o estilo enquanto *trabalho* é mascarado mediante o apagamento dos traços de singularidade. Entretanto, em qualquer um desses gêneros, as coerções das formações discursivas estarão sempre presentes.

Na análise do estilo da seção Tendências/Debates, postularemos a existência de uma possível relação entre singularidade e discursividade a partir de três pontos específicos: 1) a escolha dos *temas*; 2) o funcionamento da *autoria*; e 3) o estabelecimento da *polêmica discursiva*.

2.1. A seção Tendências/Debates e a relação entre *mudança e continuidade*

Ainda no que diz respeito às Condições de Produção da seção Tendências/Debates, há, como vimos no primeiro capítulo, a presença quase constante de assuntos que podem ser

analisados a partir dos traços semânticos da *mudança ou da continuidade*. Esses traços semânticos podem estar presentes em diferentes temas, como veremos no quarto capítulo desta dissertação.

Aqueles sujeitos enunciadores que estiverem submetidos às coerções da “ideologia da mudança” irão, na maioria das vezes, posicionar-se em favor do “novo”. Para esses sujeitos, *a maconha deve ser liberada, a clonagem humana e terapêutica deve ser implementada, os alimentos transgênicos devem poder ser cultivados, a união civil entre pessoas do mesmo sexo deve ser efetivada, o celibato clerical deve ser opcional e as questões de segurança pública devem ser tratadas de forma diferente da atual*. É preciso mudar. Nada deve permanecer como está.

Já para os defensores da continuidade, todas as *mudanças* citadas acima são vistas como precipitações. A militância em prol da continuidade recusa-se a aceitar o fim de uma tradição ou de uma prática social, pois acredita que a mudança é um valor negativo. Para eles, progresso é sinônimo de decadência.

Nosso interesse em verificar, neste capítulo, o recurso a temas ligados à mudança consiste no estabelecimento de uma possível relação entre esses temas e o *estilo* da seção. Pretendemos verificar em que medida a escolha de certos temas, ou seja, de um certo *conteúdo*, está relacionada com a *forma* (a estrutura) da seção T/D.

Na seção Tendências/Debates, como dissemos acima, há uma grande ocorrência de temas que estão, de alguma forma, ligados à questão da mudança. Talvez, o constante retorno a esses assuntos se deva à própria proposta da seção, que visa a tratar de temas polêmicos, considerados de interesse do público leitor.

Falar em mudança ou continuidade é falar de algo, ao menos aparentemente, de grande relevância na sociedade atual. Dessa forma, tanto quando trata do direito de um homossexual criar o filho de seu parceiro que faleceu (Tendências/Debates, 12/02/2002), quanto quando aborda a questão do celibato clerical (Tendências/Debates, 27/04/2002) ou da descriminalização da maconha (Tendência/Debates, 24/11/2001), a seção Tendências/Debates faz emergir várias FDs que têm em comum o mesmo *traço semântico*. Em termos discursivos, todos esses temas estão, em certa medida, ligados à oposição entre mudança e continuidade.

No caso das mudanças no campo científico, por exemplo, aqueles que estão ligados ao traço semântico da mudança afirmam que *há uns cem número de situações a serem desenvolvidas para o benefício do ser humano* (João Pedro Junqueira. FSP, 01/12/2001). Em

contrapartida, há também os defensores da *continuidade*. Para esses, *a volúpia da conquista pode obcecar o cientista e empolgá-lo a tal ponto que a ciência se volte contra o homem, em vez de servir o homem* (Estêvão Bettencourt, FSP, 01/12/2001).

Nessa perspectiva, como veremos mais adiante, essas formações discursivas estão, quase sempre, em uma relação de interincompreensão, pois um enunciador não “pode” compreender a posição discursiva do outro. Além disso, expressões como *direitos humanos, liberdade civil e ética* têm diferentes significados em cada um desses discursos. Dessa forma, incentivar a clonagem será, para um certo discurso, uma atitude antiética, enquanto que para outro, será um *avanço científico* que contribuirá para a *evolução* da humanidade. Assim, o que a Igreja chama de *direito à vida*, será visto como *atraso científico* para a genética. Questões como essas, aliadas à noção de polêmica e interincompreensão, irão nos ajudar a compreender o funcionamento discursivo da seção Tendências/Debates, bem como a entender melhor o debate em torno de noções como *ética, bioética, liberdade política, científica e religiosa*, entre outras, na atual conjuntura social e ideológica.

A relação entre mudança e continuidade fica bastante clara quando analisamos, por exemplo, os textos publicados na seção T/D que tratam de assuntos relacionados ao avanço científico. Para aqueles que defendem a mudança, há urgência em desenvolver novas técnicas, bem como em quebrar “velhos preconceitos”. Para esse discurso, mudar significa evoluir, e essa evolução deve ser implementada o mais depressa possível. É o que podemos observar no trecho abaixo:

Exemplo 11

Se não formos rápidos na discussão, estaremos fadados ao eterno subdesenvolvimento científico-tecnológico, submissos e obrigados a comprar tecnologia ultrapassada. A ciência caminha lado a lado com o ser humano, e não distante dele. Algumas vezes essa ciência atropela o pensamento humano e o homem se esforça para compreendê-la melhor. Essa busca por uma nova compreensão permite que a humanidade se desenvolva, cresça e expanda os seus horizontes (João Pedro Junqueira. Nosso admirável mundo novo. FSP, 01/12/2001).

Aqui, o avanço científico é visto como forma de evitar que a humanidade esteja fadada ao *eterno subdesenvolvimento científico-tecnológico*. De acordo com esse trecho, a mudança é algo urgente. Por isso, é preciso que as discussões sejam agilizadas para que haja crescimento e desenvolvimento. Nesse sentido, mudança é sinônimo de avanço científico ou de *busca por*

uma nova compreensão. No trecho, também há a tentativa de defender o discurso científico de uma constante crítica feita por aqueles discursos que se opõem a algumas práticas da ciência como, por exemplo, o uso de embriões humanos na realização de experiências genéticas. Segundo os discursos *anticientíficos* (esse termo já é um simulacro criado por certos grupos de cientistas, afinal nenhum discurso, seja ele religioso ou mesmo de uma outra facção da comunidade científica, se autodenominaria anticientífico), a ciência (ou uma certa ciência) não leva em consideração a vida humana, ou seja, não respeita a humanidade e não trabalha para o *bem* (sema positivo utilizado por esse discurso) dos seres humanos. É contrapondo-se a esse discurso que Pedro Junqueira afirma: “*A ciência caminha lado a lado com o ser humano, e não distante dele*”. Na primeira parte dessa sentença temos uma afirmação que se contrapõe ao pressuposto de que *a ciência não caminha junto com a humanidade*. Isso fica ainda mais claro na negação polêmica - *e não distante dele* (do homem) – que ocorre na segunda parte da sentença.

Em um outro texto, também relacionado à questão da clonagem, verificamos a presença de um discurso contrário à mudança (nesse caso, a mudança corresponde ao desenvolvimento de técnicas de clonagem terapêutica). Nesse texto, a questão da *ética* é evocada enquanto parâmetro que limita, até certo ponto, a “liberdade desregrada”. Assim, para esse discurso, falar em ética é evocar a noção de liberdade com responsabilidade, isto é, da *mudança prudente*. O título do texto - “*Os fins não justificam os meios*” - já indica uma certa prudência em relação à mudança. Esse título retoma um argumento segundo o qual, mesmo que o objetivo de *salvar vidas* (esse é um dos principais argumentos daqueles que defendem a clonagem) seja nobre, nem todos os meios (as técnicas de clonagem) utilizados para esse fim são justificáveis. No artigo, Estêvão Bettencourt recrimina a clonagem terapêutica, alegando que, mesmo se voltada para fins humanitários, a clonagem é uma atitude antiética²⁶. É o que podemos comprovar na análise do trecho abaixo:

Exemplo 12

Não é lícito produzir um ser humano com a intenção premeditada de o explorar como coisa e depois matá-lo ou congelá-lo por cinco anos e eliminá-lo, desde que um casal benévolo não o venha procurar. A finalidade boa não justifica os meios maus. Aliás, a própria ciência sabe também que, no adulto, existem células-tronco que podem

²⁶ Nesse texto, o que está sendo discutido é a clonagem terapêutica. Ou seja, a clonagem de embriões que ainda estão no início da gestação.

atender à finalidade terapêutica visada. A ciência sem consciência ética pode se voltar contra o homem. Afinal, ela deve ser cultivada em favor do homem e não em favor da ciência (Estêvão Bettencourt. *Os fins não justificam os meios*. FSP, 22/06/2002).

Estêvão Bettencourt define a medicina genética como *a ciência sem consciência ética*. Portanto, a ética é vista como parâmetro para julgar até que ponto a ciência está voltada para o benefício da humanidade. Nessa perspectiva, apelar para a *ilicitude* da clonagem é reafirmar um discurso segundo o qual a *falta de ética* (para aqueles que vêem a clonagem como uma atitude antiética) é interpretada como *falta de respeito* à vida autenticamente humana. Assim, a clonagem é vista, por esse discurso, como uma mudança que só trará conseqüências negativas para a humanidade e que, por isso, as pesquisas nessa área não devem ser implementadas.

Pelo que pudemos observar nos exemplos acima, os traços semânticos da mudança e da continuidade são uma constante nos textos da seção Tendências/Debates. No quarto capítulo, voltaremos a essa questão, observando mais detidamente como tais aspectos contribuem para a constituição da seção T/D. Por hora, resta-nos dizer que o recurso a esses temas, bem como um certo funcionamento da autoria e da relação polêmica (como veremos nos próximos tópicos), caracterizam, em certa medida, o estilo da seção.

2.2. O funcionamento da autoria

No texto *O que é um autor?* Foucault propõe uma redefinição da autoria baseada na construção da noção da “função autor”. Função essa que, segundo o filósofo, se manifesta de forma diferente em cada época e em cada discurso. Para melhor demonstrar o funcionamento da autoria, Foucault apresenta quatro características que, segundo ele, servem para reconhecer, na nossa cultura, um discurso portador da função autor. A primeira dessas características é uma certa relação jurídica entre a obra e seu autor. Segundo Foucault, “*os textos, os livros, os discursos começaram efetivamente a ter autores /.../ na medida em que o autor se tornou passível de ser punido*” (Foucault, 1969b:47). O autor é, portanto, aquele que é *responsável* por sua obra²⁷. Essa característica tem uma grande importância para a análise da

²⁷ Podemos fazer uma aproximação entre a noção de responsabilidade em Foucault e a definição de *locutor*. Segundo as teorias da enunciação (Ducrot, 1984, entre outros), *locutor* é uma expressão que designa o “falante” enquanto responsável pelo que diz.

seção Tendência/Debates. Como dissemos acima, dentre as características dessa seção, podemos observar a importância dada à “assinatura” do articulista (aliás, o próprio Foucault analisa a função do *nome de autor*). Esta aparece na página principal do jornal, quando o texto é anunciado, e torna a aparecer no início do artigo²⁸. Além disso, no final de cada texto há uma nota de rodapé onde consta um breve *curriculum* do “autor”. É um exemplo:

Exemplo 13

“Mayana Zatz, professora titular de genética humana e médica da USP, é coordenadora do Centro de Estudos do Genoma Humano do Instituto de Biociências da universidade”.

Como podemos notar, a nota de rodapé, além de “justificar” a escolha da geneticista para opinar sobre o tema em questão (clonagem terapêutica), uma vez que ela é apresentada como uma pessoa “capacitada” para falar sobre o assunto, isenta a FSP de qualquer *responsabilidade* jurídica para com o artigo. Nessa perspectiva, a *forma* como a seção é estruturada faz funcionar aspectos de autoria em relação aos textos que nela são publicados. Mesmo se não houvesse uma nota de rodapé com o *Curriculum Vitae* da autora do texto, o fato de a seção ser assinada produz um certo *efeito de autoria* que indica um certo funcionamento do nome do autor ligado ao traço da responsabilidade. Obviamente, não se pode dizer que esse efeito de autoria corresponde exatamente à noção de nome de autor proposta por Foucault. As condições de produção do texto jornalístico são totalmente diferentes das de obras nas quais podemos, segundo Foucault, identificar a particularidade do nome de autor. Além disso, não se pode considerar um artigo de opinião uma *obra*, no sentido foucaultiano do termo. Contudo, não estamos falando de uma autoria propriamente dita, mas de um *efeito de autoria*, ratificado por meio do traço da responsabilidade. Salientamos que, para Foucault, a autoria implica responsabilidade, mas nem tudo que supõe uma responsabilidade é sinal de autoria. Entretanto, existem diferentes “níveis” de estabelecimento da autoria e que o traço da responsabilidade, mesmo que não possa caracterizar a autoria da qual trata Foucault, sempre supõe um certo efeito de autoria.

Essa responsabilidade do “autor” está marcada em outros textos da seção Tendências/Debates quando o próprio articulista procura mostrar aos leitores que se trata de

²⁸ Acreditamos que existem algumas semelhanças entre o que Foucault chama de traço da responsabilidade e a estrutura dos textos opinativos. Entretanto, ressaltamos que essa aproximação, apesar de possível, não é obrigatória. Ou seja, unir a questão da responsabilidade enunciada por Foucault à caracterização dos artigos de opinião é fazer uma aproximação possível, porém não autorizada pelo autor.

alguém autorizado a falar sobre o tema em questão. É o que ocorre no texto *Recomendações francas*, escrito pelo senador Eduardo Suplicy e publicado na seção Tendências/Debates do dia 30 de março de 2002, como pudemos observar no *exemplo 10* deste capítulo.

No texto em questão, o citado senador procura comprovar seu envolvimento com a causa dos Sem Terra e, conseqüentemente, mostrar que é alguém autorizado a opinar sobre o assunto. Evocando sua “*constante luta em favor dos Sem Terra*”, Suplicy reafirma sua autoridade para falar sobre a “invasão”²⁹ do MST à fazenda dos filhos de FHC. Essa suposta autoridade já havia sido sinalizada pela equipe editorial da seção T/D quando convidou o senador para escrever um artigo relacionado às atitudes do MST.

Ainda de acordo com o texto de Michel Foucault, a segunda característica da função autor é a constatação de que essa função “*não se exerce de forma constante e universal sobre todos os discursos*” (Foucault, 1969b:48). Para exemplificar essa característica, Foucault cita a relação entre o discurso científico e a questão da autoria. Segundo esse autor, na Idade Média, os textos ditos científicos só eram aceitos como verdade se viessem com as respectivas assinaturas de seus “autores”. A partir do século XVII, ainda segundo Foucault, não havia mais a necessidade do nome do autor para que um texto científico pudesse ser lido como verdade³⁰. No *corpus* analisado, podemos caracterizar a autoria não só como constitutiva ou não de uma determinada época, mas, ampliando essa questão, observar o funcionamento de um certo *efeito de autoria* como um dos traços característicos de alguns gêneros discursivos. Nesse sentido, verificamos que, mesmo em um mesmo suporte (como é o caso do jornal), existem gêneros que apagam a autoria (o editorial, por exemplo) e gêneros que explicitam a autoria, como pudemos observar no caso da seção Tendências/Debates. Assim, a autoria não é apenas uma questão de tipos de discursos (literários, científicos, etc.), como pensava Foucault, é também uma questão de gênero. Ela se manifesta no discurso, mas o apagamento ou não de suas marcas estão presentes no texto. Não queremos com isso reduzir a função autor aos textos identificados (textos assinados), pois sabemos que existem outros traços que

²⁹ Note-se que a pergunta fomentadora do debate neste dia é “O MST cometeu um erro de estratégia ao invadir a fazenda dos filhos de FHC”. O uso do verbo “invadir”, nesse contexto, invalida, se apelarmos para uma análise discursiva, a suposta *neutralidade* da pergunta.

³⁰ A respeito da presença do nome do autor nos textos científicos da Idade Média, Chartier (1994:57) faz o seguinte comentário: “Foucault tem, portanto, razão ao reconhecer uma presença do autor na Idade Média, na época da circulação de textos em manuscritos, mas a hipótese segundo a qual essa função classificatória dos discursos ter-se-ia ligado aos textos ‘científicos’ enquanto as obras ‘literárias’ seriam governadas pelo regime do anonimato parece mais frágil”.

caracterizam a questão da autoria. Afinal, mesmo estando assinado, o texto publicado em um jornal não apresenta o mesmo funcionamento da autoria de um texto literário, por exemplo. Portanto, há funcionamentos diversos, representados por diferentes traços, mas que, de alguma forma, remetem à função autor.

A terceira característica da função autor é aquela que define a autoria “*não pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas através de uma série de operações específicas e complexas*” (Foucault, 1969b:50). É a partir dessa terceira característica que podemos ver o autor como alguém que *estabelece uma certa constância no nível de valor da obra, apresenta um certo grau de coerência conceptual, mantém a unidade estilística e permite ultrapassar as contradições que podem manifestar-se numa série de textos* (p. 54). Como dissemos acima, nem todos os traços observados por Foucault estão presentes em todos os gêneros. Assim, verificamos que essa terceira característica não se aplica aos textos da seção Tendências/Debates.

A propósito da quarta e última característica, Foucault define a função autor como aquela que, baseando-se no princípio da dispersão do sujeito, pode dar lugar a vários “eus” simultâneos, ou, se preferimos, a várias instâncias enunciativas. O enunciador assume diferentes posições discursivas em um mesmo texto. Entre essas diferentes instâncias enunciativas, podemos citar a questão do *simulacro* (cf. capítulo III), quando o enunciador “simula” falar a partir da posição do adversário para poder “desqualificar” o discurso outro. Tal desqualificação se dá não a partir das “palavras” do outro, mas de uma tradução que o discurso que retoma faz do discurso citado.

2.3. Estilo e Interincompreensão

A questão da *interincompreensão* está, de acordo com Maingueneau (1984), diretamente relacionada com a noção de *polêmica*³¹. Neste capítulo, utilizaremos a noção de interincompreensão para tentar compreender como se constitui o *discurso polêmico* e observaremos, principalmente, até que ponto a *forma* de constituição da polêmica está relacionada à questão do estilo.

³¹ A respeito da interincompreensão e da polêmica, remetemos ao próximo capítulo desta dissertação, quando essas noções serão mais bem explicitadas.

No que se refere à seção Tendências/Debates, talvez seja proveitoso observar que, apesar do discurso polêmico estar presente em todos os artigos que constituem a seção, existem diferentes *formas* de estabelecer o simulacro. Ou seja, existem pequenas diferenças na forma de criar o simulacro. Essas diferenças envolvem fatores como, por exemplo, o tom dos artigos e a presença trechos do discurso do Outro que são inseridos no discurso do Mesmo. Analisaremos, a seguir, dois textos da seção T/D para que possamos compreender melhor a tese que estamos defendendo neste capítulo.

Na seção Tendências/Debates do dia 24/04/2002, a pergunta motivadora do debate é a seguinte questão: “*O aumento do IOF para cobrir as perdas da CPMF é uma medida adequada?*”. Os dois políticos “convidados” pelo jornal para responder a essa pergunta são: 1) o deputado *Arthur Virgílio Neto*, que responde SIM à questão proposta pelo jornal, identificado na nota do fim do artigo como “*deputado (PSDB – AM) e líder do governo no Congresso Nacional*” e 2) o também deputado federal *José Genoíno*, que responde NÃO à questão, identificado como “*integrante do PT e candidato do partido ao governo do Estado*”. A interincompreensão, como era de se esperar, está o tempo inteiro presente em ambos os textos. Entretanto, além da interincompreensão regrada, existem diferenças estilísticas na construção dos artigos. Esse é o ponto que queremos destacar na criação dos simulacros.

A tese defendida no texto de Arthur Virgílio Neto é a de que o aumento do IOF é inevitável. Para sustentar essa tese, o deputado estabelece um contraponto com o discurso da oposição, retomando esse discurso em forma de simulacro. Para exemplificar, vejamos o trecho abaixo:

Exemplo 14

Dinheiro não escorre de nenhuma torneira. E nem depende da famosa e tétrica “vontade política”, que é, idilicamente, brandida por setores da oposição, quase que num contraponto à realidade dos fatos.

O deputado Arthur Virgílio introduz no seu texto o termo *vontade política* que está sempre presente no discurso político da oposição³². Entretanto, esse termo não entra no texto de Arthur Virgílio da mesma forma que é interpretado pela oposição. O termo *vontade política*, além de aparecer entre aspas, indicando, segundo Authier-Revuz (1998), um suposto

³² Um exemplo disso é o seguinte trecho, também retirado da coluna Tendências/Debates: “*É inaceitável que a sociedade, que sofreu com o apagão e economizou energia, sob ameaça de pagamento de multas e corte no fornecimento, continue pagando por uma conta que é mais uma consequência da falta de vontade política desse governo*” (Tendências/Debates, 13/04/2002).

distanciamento do enunciador em relação ao enunciado, aparece re-significado de acordo com a grade semântica específica do discurso da situação (governistas). O que para a oposição é vontade política, para os governistas é uma maneira “*dos homens públicos irrealistas exercitarem sua ‘bondade’ social sustentada por colunas de papelão*” (cf. texto de Arthur Virgílio Neto, em anexo).

Em um outro momento, o deputado Arthur Virgílio faz referência explícita a seu “*companheiro de página*”, refutando os prováveis argumentos apresentados por Genoíno e buscando desmoralizar esses argumentos³³.

Exemplo 15

Meu companheiro de página, hoje, certamente, borboleteará em torno de fórmulas periféricas ao verdadeiro compromisso com o ajuste fiscal.

Ao *escolher* dirigir-se abertamente a seu “adversário” no debate, o deputado Arthur Virgílio assume um *ethos* de superioridade³⁴, que pode ser comprovado, por exemplo, pelo uso de termos como *borboleteará*. Nesse contexto, esse verbo pode ser entendido como *tratar um assunto de forma fantasiosa, ou seja, devanear em relação* (cf. Dicionário Aurélio Buarque de Holanda, 1999) *a esse assunto*. Além disso, quando o deputado tucano diz que seu opositor *borboleteará em torno de fórmulas periféricas*, ele está ridicularizando o adversário. Dessa forma, a *oposição* (ou, mais precisamente, o PT) é apresentada, a partir do simulacro criado pelo texto do deputado situacionista, como sonhadora, inconseqüente e despreparada, pois não é capaz de “*escolher entre o desagradável o desastroso*”.

O deputado opositorista José Genoíno inicia seu texto responsabilizando diretamente o Ministério da Fazenda pelo aumento do IOF, como pode ser comprovado no trecho abaixo:

Exemplo 16

“A decisão do Ministério da Fazenda de aumentar a alíquota do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) caracteriza mais um dos abusos que este governo vem cometendo sistematicamente contra o contribuinte e o consumidor”

³³ De acordo com Maingueneau (1984), a antecipação que o deputado do PSDB faz dos possíveis argumentos de Genoíno só é possível devido à *competência interdiscursiva*. Pois, graças a essa competência, o deputado situacionista torna-se “capaz” de identificar os enunciados do discurso Outro (nesse caso, o discurso petista) e traduzir esses enunciados no interior do seu próprio discurso.

³⁴ Com relação a esse *ethos de superioridade* dos tucanos, fazemos referência ao trabalho desenvolvido por Miqueletti (2002) que apresentou de forma bastante clara a constituição do *ethos* tucano.

Aqui, o deputado Genoíno responsabiliza de forma categórica o Ministério da Fazenda pelo aumento da alíquota do IOF, afirmando que a medida foi uma *decisão* desse Ministério. Entretanto, se voltarmos ao texto de Arthur Virgílio Neto, verificaremos que o que Genoíno chama de *decisão* o deputado governista considera uma *opção*. Vejamos:

Exemplo 17

“Daí a opção pelo aumento do Imposto sobre Operações Financeiras, o IOF, que talvez, por si só, não seja suficiente para cobrir o inteiro do déficit”.

Além do uso do substantivo *opção* que, ao contrário de *decisão*, suaviza bastante a ação do Ministério, atente-se para o fato de que, no texto de Arthur Virgílio, a oração que trata sobre a *opção* do Ministério não apresenta o responsável por essa opção, ou seja, o *complemento nominal* do substantivo *opção* não está explicitado. Aliás, em nenhum momento o deputado situacionista informa quem *optou* pelo aumento. Mesmo supondo que o leitor “saiba” que essa decisão só poderia vir do Ministério da Fazenda, portanto, do Governo, o efeito de sentido que essa *escolha* do enunciador gera é o de que *não há um responsável pelo aumento* que, como defende o deputado Arthur Virgílio, *é inevitável*. Isso ocorre, provavelmente, porque a grade semântica específica que rege o discurso de Arthur Virgílio considera o aumento uma necessidade e não uma decisão. Nesse sentido, o discurso no qual o deputado situacionista está inserido não “permite” que o texto em questão explicita quem são os “responsáveis” pelo aumento do IOF, pois tal explicitação permitiria a conclusão de que havia opção e isso geraria um efeito de responsabilização que o discurso situacionista pretende evitar.

Outro ponto que merece destaque é o fato de Arthur Virgílio, ao contrário de Genoíno, não explicitar o motivo do atraso na aprovação da ementa constitucional que prorroga a CPMF. Vejamos os trechos que tratam sobre essa questão nos dois textos:

Exemplo 18

“O atraso na aprovação da proposta de ementa constitucional que prorroga a CPMF abre buraco inaceitável nas contas públicas brasileiras”. (texto de Arthur Virgílio Neto - deputado governista).

Exemplo 19

“O atraso na aprovação da prorrogação da CPMF deveu-se à briga na base governista, entre PSDB e PFL, que resultou na liquidação da

candidatura de Roseana Sarney à Presidência da República". (texto de José Genoíno – deputado opositor)

Neste caso, a *escolha* por não informar o motivo no atraso na votação da ementa está diretamente relacionada ao fato de a posição discursiva na qual o deputado Arthur Virgílio está inserido não “permitir” que esse motivo seja explicitado. Por isso, remetendo, mais uma vez à noção de interincompreensão de Maingueneau (1984), verificamos que o estilo, nesse caso, está sendo determinado pelo fato de o Outro ao qual o discurso de Genoíno se opõe representar sempre uma ameaça, havendo, portanto, a necessidade de destruí-lo. Para a posição discursiva na qual o deputado petista está inserido, não basta falar em atraso, é preciso acrescentar que este atraso é culpa do governo.

Para concluir esse esboço de análise, observemos o trecho abaixo, retirado da seção Tendências/Debates do dia 26/01/02 e assinado por Kathrin Holtermayr Rosenfield. A pergunta que motiva o debate é: “*A morte do prefeito Celso Daniel indica um movimento de radicalização da polícia?*”. No artigo, Rosenfield – identificada na nota do final do texto como “*mestra em antropologia pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, de Paris, doutora em ciência da literatura pela Universidade Salzburg (Áustria) e professora de filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*”. - responde NÃO à questão proposta pelo jornal e defende a tese de que o PT está alardeando “*uma ficção que beira o mau gosto*”, pois o partido assume a tese de que o assassinato de Celso Daniel foi um crime político.

Exemplo 20

“Se um chefe do narcotráfico tivesse um pouco de senso de humor negro, poderia usar essa lógica escorregadia, que deturpa o sentido real das palavras, para criar mais uma ficção. /.../.

Não seria uma brincadeira digna da atual perversão lingüística que se observa nos jornais se um traficante dessa cepa traduzisse na sua linguagem as metáforas da ‘luta’ (‘armada’ ou ‘radical’) que tanto encantam o PT? Por que não batizar de Farb (Frente da Ação Revolucionária Brasileira) um grupo de traficantes, se os políticos misturam constantemente as justas reivindicações pelos direitos dos excluídos com incongruentes simpatias por Che Guevara ou pela Farc? Se toda e qualquer ‘luta’ é boa, se palavras escorregadias podem apagar as diferenças qualitativas entre as forma de ação, um traficante também teria o direito de se declarar combatente contra a miséria urbana, contra a injustiça do Estado e da política, etc.”.

A autora do texto utiliza-se de um simulacro criado a partir do discurso do PT gerando um certo *efeito de estilo*. Segundo a *tradução* que o discurso antipetista faz do discurso petista, para o Partido dos Trabalhadores “*toda e qualquer ‘luta’ é boa*”. De acordo com essa forma de enxergar o discurso petista, o que interessa para o PT é a luta, quaisquer que sejam os motivos. Mediante a criação desse simulacro, Rosenfield dá ao seu artigo um tom irônico que demonstra a tentativa de ridicularizar o discurso da oposição. Entretanto, não é Kathrin Rosenfield quem cria o simulacro (pois, esse é criado pela impossibilidade do discurso antipetista “entender” o discurso petista fora da grade semântica específica do primeiro), ela apenas “usa” esse simulacro para criar um determinado *efeito de estilo*.

Por outro lado, no texto de Nilmário Miranda (também publicado na seção Tendências/Debates do dia 26/01/2002), que defende a tese de que o assassinato de Celso Daniel foi um crime político, há um discurso que apela para a emotividade do leitor. Ao contrário do que afirma o texto de Kathrin Rosenfield, Nilmário Miranda procura mostrar que a intenção do PT não é gerar um clima de terror na população ou criar “confusão” sem motivos, mas esclarecer as causas dos assassinatos cometidos contra os políticos desse partido. Para ilustrar e resumir o texto de Nilmário Miranda, vejamos o trecho abaixo:

Exemplo 21

MESMO afrontado com as seqüenciais ameaças, com os atentados e com as execuções de seus integrantes, ocorridas especialmente nos últimos meses, o Partido dos Trabalhadores acautelou-se em denunciar à sociedade a existência de uma ação articulada com a finalidade de retaliar criminosamente a nossa ação política. Isso porque, como partido democrático, acreditamos nas instituições basilares da República Federativa do Brasil e, por conseguinte, no desempenho de suas atribuições constitucionais. Também porque a consternação que nos domina a todos com os recentes assassinatos de nossos companheiros não nos autoriza a adiantar o veredicto sobre a abominável ação de criminosos que, ao eliminar em tão pouco tempo duas expressivas lideranças do PT, subtraiu também um pouco de cada um de nós, militantes, parlamentares, prefeitos e governadores, que construímos juntos a história do partido. Terceiro, porque é em nome da imorredoura lembrança de Toninho, Celso Daniel, Dorcelina Folador e de tantos outros que tragicamente nos foram tomados que cremos na Justiça! Que lutamos pela justiça social, que cultuamos a cidadania!

Ocorre, contudo, que a concatenação de vários acontecimentos, a revelação de tantos indícios, nos direciona fortemente para a probabilidade de crime político contra os prefeitos de Campinas e de

Santo André. Esse é o eixo da persecução investigatória que se impõe às nossas consciências. (grifos nossos)

Neste trecho, há um forte tom de exaltação, corroborado pelo uso de expressões como *abominável ação criminosa*, além do uso de frases exclamativas que reforçam o “tom” de indignação. O “tom” indignado contrapõe-se ao “tom” debochado e irônico do texto anterior. Esse tom do discurso petista também corresponde à posição de vítima assumida pelos políticos desse partido, no que diz respeito aos assassinatos de Toninho e Celso Daniel. Contrapondo-se ao texto de Rosenfield (e, conseqüentemente, ao discurso que ela representa), o texto de Miranda evoca a memória dos políticos assassinados para justificar a luta do partido dos trabalhadores. Com isso, o discurso petista responde³⁵ à acusação de que para eles *toda e qualquer luta é boa*, afirmando que é em nome da *imorredoura lembrança* de seus companheiros que eles lutam. Assim, segundo o discurso petista, não é qualquer luta que os motiva, mas apenas a luta *pela justiça social e pela cidadania*.

A partir do esboço de análise apresentado, é possível fazer algumas observações sobre estilo da seção Tendências/Debates. No que diz respeito à nossa primeira hipótese, podemos afirmar que realmente existe uma preferência por temas que evocam os traços semânticos da mudança e da continuidade³⁶. Em relação à segunda hipótese, há um *funcionamento da autoria* que é, de certa forma, constitutivo do estilo da seção. Esse funcionamento pode ser comprovado, principalmente, por meio da importância dada ao nome do articulista e da *responsabilidade* evocada com base nessa identificação. Quanto à nossa terceira hipótese, a análise revelou que talvez possamos falar de um certo *estilo dos discursos polêmicos*. Isso porque, fazendo referência a Maingueneau (1984), que diferencia o *nível dialógico*, inerente a todo e qualquer discurso vivo, do *nível propriamente polêmico*, no qual o Outro só entra *anulado*, podemos afirmar que existe um dialogismo constitutivo, segundo o qual todos os discursos estariam sempre polemizando, uma vez que todo discurso é sempre uma “reposta” aos demais discursos que com ele dialogam. Entretanto, para além dessa polêmica constitutiva, existe um nível polêmico propriamente dito. Nesse nível, os discursos partilham

³⁵ Vale ressaltar que essa resposta não é algo que se dá no nível textual. Nilmário não leu o texto de Rosenfield e resolveu responder às acusações da autora. Essa agressão mútua se dá, como vimos em Maingueneau (1984), no *nível discursivo*. É o discurso petista que responde às acusações do discurso antipetista, da mesma forma que é o discurso antipetista que cria o simulacro sobre concepção de *luta* do PT.

³⁶ No quarto capítulo, essa questão será retomada, pois pretendemos observar o funcionamento desses semas, verificando, mais detidamente, o estabelecimento da relação de polêmica no interior das diferentes FDs que os materializam.

do mesmo espaço discursivo e, por isso, necessitam disputar esse espaço para, através da “destruição” do Outro, afirmarem-se como únicos ocupantes legítimos de tal espaço. Daí que, no caso da polêmica propriamente dita, o simulacro não só está presente, mas também caracteriza, até certo ponto, o *ethos* do discurso. Com base em Discini (2003), fizemos uma aproximação entre *ethos* e estilo, pois entendemos que o discurso polêmico tem uma *corporalidade* e um *tom* próprios que, de acordo com Maingueneau (1987), caracterizam o *ethos* de um discurso. Nas palavras do próprio Maingueneau:

Parece-nos que a fé em um discurso, a possibilidade de que os sujeitos nele se reconheçam presume que ele esteja associado a uma certa voz (que preferimos chamar de tom, à medida que seja possível falar do “tom” de um texto do mesmo modo que se fala de uma pessoa). /.../

Mas, o tom, por si só, não recobre, sem seu conjunto, o campo do ethos enunciativo. O tom está necessariamente associado a um caráter e a uma corporalidade. (Maingueneau, 1987:46).

Talvez a existência de um *ethos* dos discursos polêmicos que se caracteriza, entre outras coisas, pela presença do simulacro, seja um indício de que tal fenômeno (o simulacro) é um efeito que, de alguma forma, contribui para constituição do estilo dos discursos polêmicos.

Ampliando essa conclusão, talvez possamos afirmar que, apesar de a FD determinar o que pode e deve ser dito, existem também condicionamentos próprios do *estilo dos gêneros* e que esses condicionamentos fazem com que o *ethos* do enunciador mude (ou, ao menos, assumam uma corporalidade mais adequada) de acordo com gênero no qual está inserido. Assim, mesmo o discurso dos tucanos sendo um discurso de “superioridade” (*cf.* Miqueletti, 2002) em relação à oposição (nesse caso, ao PT), quando materializado em um gênero em que a polêmica funciona como relação constitutiva (caso da seção Tendências/Debates), esse tom torna-se relativamente agressivo. Em outras palavras, nesse caso, haverá, por parte do discurso do PSDB, uma certa agressividade, além do tom de “deboche” e “desprezo” que caracteriza o *ethos* de superioridade desse discurso. Essas observações em relação à existência de um suposto *ethos* polêmico possibilitam o seguinte questionamento: assim como determinados discursos *preferem* um e não outro gênero para se materializarem (isso já foi discutido nos trabalhos de Maingueneau através dos conceitos de *semântica global* e de

prática discursiva), os gêneros poderiam, de alguma maneira, suscitar modificações no *ethos* dos diferentes discursos?

Reconhecemos que essa questão não pode ser satisfatoriamente respondida nesta dissertação, uma vez que os dados apresentados são de um único gênero discursivo e isso impossibilita uma observação mais detalhada acerca da relação entre gênero e discurso. No entanto, salientamos que, de acordo com esses mesmos dados, pode-se supor que a seção Tendências/Debates apresenta, além do *ethos* dos discursos, uma estrutura própria que, aliando-se ao *ethos* de cada discurso ali materializado, cria diferentes efeitos de estilo.

Capítulo III

CONCEPÇÕES E DISCUSSÕES ACERCA DA DISCURSIVIDADE

Renunciaremos, pois, a ver no discurso um fenômeno de expressão – a tradução verbal de uma síntese realizada em algum outro lugar; nele buscaremos antes um campo de regularidade para diversas posições de subjetividade. O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. (Foucault, Arqueologia do Saber, p. 61-62).

1. As bases teóricas da Análise do Discurso: discurso e formação discursiva

Neste tópico, apresentaremos os principais conceitos da Análise do Discurso, observando a relevância de tais conceitos para a análise que pretendemos desenvolver. De acordo com o posicionamento teórico que estamos adotando, noções como *discurso* e *formação discursiva* aparecerão como sendo as principais norteadoras do estudo aqui desenvolvido.

1.1 Algumas considerações sobre a noção de discurso

Existem muitos significados para a palavra discurso³⁷ e a cada um desses significados corresponde uma teoria diferente. Assim, cada vez que evocamos o termo “discurso” podemos estar fazendo referência a uma certa concepção e, conseqüentemente, a um determinado método de análise. Essa diversidade, ao mesmo tempo que amplia os horizontes do analista, pode gerar algumas discrepâncias entre teoria e método de análise, uma vez que, se não houver uma certa clareza na escolha dos critérios utilizados pelo analista, pode-se cair no erro das grandes generalizações que só servem para desacreditar, em certo sentido, os resultados obtidos nas análises.

Diante dessa realidade, faz-se necessário delimitar, mesmo que de forma sintética, o campo teórico no qual este trabalho está inserido. Filiamo-nos à Escola Francesa de Análise

³⁷ Maingueneau (1974) lista seis acepções diferentes para palavra discurso.

do Discurso e, por isso, o estudo que desenvolveremos busca, antes de tudo, investigar textos a partir de uma determinada relação entre língua e história, observando o caráter e a historicidade dos discursos e verificando a constituição dos sujeitos enquanto *sujeitos do discurso*. A relação entre o lingüístico e o histórico é o que alguns analistas chamam de encontro entre o real da língua e o real da história (cf. Pêcheux & Fuchs, 1975; Pêcheux 1975; Pêcheux & Gadet, 1981; Orlandi, 1999). Acreditamos que fazer análise do discurso é, entre outras coisas, levar em consideração, além das estruturas lingüísticas, as relações sociais e históricas que favoreceram a gênese e o funcionamento dos discursos existentes em nossa sociedade. Isso porque, como afirma Maingueneau (1984:9), *as unidades do discurso constituem sistemas significantes que revelam uma semiótica textual, mas também revelam a história que fornece a razão para as estruturas de sentido que elas manifestam*. Ou seja, o funcionamento textual revela, em certo sentido, um determinado funcionamento discursivo, resultado de relações de poder historicamente constituídas.

Em virtude dessa imbricação entre linguagem e história e de sua conseqüente relação com o discursivo, neste trabalho retomamos a noção de discurso desenvolvida por Foucault e reinterpretada por Maingueneau. De acordo com esses autores, o termo *discurso* pode ser definido como

Uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite defini-lo como um espaço de regularidades enunciativas. (Foucault 1969a:154 *apud*. Maingueneau, 1984:5).

Segundo essa concepção, a análise do discurso é uma teoria que busca compreender “*a dualidade radical da linguagem, a um só tempo, integralmente formal e integralmente atravessada pelos embates subjetivos e sociais*” (Maingueneau, 1987:12). Assim, na análise que será realizada, a questão das determinações lingüísticas será tão central quanto a relação interdiscursiva, pois na concepção com a qual trabalhamos, a análise lingüística serve como base material para compreensão do funcionamento discursivo de cada discurso existente em uma determinada sociedade. Para essa concepção, o discurso é, portanto, o resultado da relação entre um sistema de restrições de boa formação semântica (*a formação discursiva*), e o conjunto de enunciados produzidos de acordo com esse sistema (*a superfície discursiva*).

No caso da seção Tendências/Debates, por exemplo, foi preciso encontrar um *fi condutor* que reunisse os textos produzidos dentro de um mesmo *espaço discursivo* (cf. pág.

69). É a partir da análise de vários textos que estão ligados, em alguma medida, a um mesmo discurso, que poderemos compreender melhor a gênese dos discursos e o funcionamento interdiscursivo (como, aliás, propõe a teoria que aqui se segue).

Conforme a tese central defendida por Maingueneau (1984), existe um primado do interdiscurso que corresponde à relação constitutiva entre os diferentes discursos presentes em nossa sociedade. Seguindo uma outra orientação teórica, mas, partindo do mesmo princípio, Bakhtin reconhece que todo discurso já “nasce” dentro de um processo de interação com seu Outro. Ainda de acordo com o teórico em questão:

“O discurso vivo e corrente está imediata e diretamente determinado pelo discurso-resposta futuro: ele é que provoca esta resposta, presente-a e baseia-se nela. Ao se constituir na atmosfera do ‘já dito’, o discurso é orientado ao mesmo tempo para o discurso-resposta que ainda não foi dito, discurso, porém, que foi solicitado a surgir e que já era esperado. Assim, é todo diálogo vivo”. (Bakhtin, 1975:89).

Nessa perspectiva, aceita-se que todo discurso já surge ligado a uma rede de outros discursos que com ele se relaciona em um constante hibridismo dialógico. Cada conjunto de discursos pertencentes a um mesmo sistema de restrições compõe uma formação discursiva que, como veremos no próximo tópico, cria, no seu interior, as condições necessárias para o surgimento de outros discursos.

1.2. Formação Discursiva: de Foucault a Maingueneau

O conceito de Formação Discursiva foi desenvolvido por Foucault (1969a)³⁸ e reinterpretado por Pêcheux (1975) numa perspectiva althusseriana.

De acordo com Foucault, os discursos são dispersos e, por isso, as formações discursivas são definidas como *sistemas de dispersão*. Nessa perspectiva, as formações discursivas são sistemas essencialmente heterogêneos e constituídos por elementos que são o resultado de *formulações de níveis demasiado diferentes e de funções demasiado heterogêneas*. Tais elementos não se organizam em uma arquitetura fechada, mas apenas

³⁸ Segundo Foucault (1969a:153), as *Formações Discursivas* são um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa.

enquanto *esquemas de correspondência* que permitem identificar as regras de formação de cada *repartição discursiva*. Nas palavras do próprio Foucault,

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva. (Foucault, 1969a:43).

Foucault considera que as formações discursivas se caracterizam tanto pela dispersão quanto por uma certa regularidade.

Ainda segundo Foucault, as formações discursivas são consequência dos diferentes *procedimentos de controle e de delimitação do discurso* (Foucault, 1971:21) que subjetivam (ou, nas palavras de Pêcheux (1975), assujeitam) o homem, tornando-o um sujeito essencialmente histórico. Ou seja, são esses procedimentos de controle que fazem com que estejamos sempre situados no interior de discursos e, conseqüentemente, de formações discursivas que nos fazem significar de determinados lugares históricos e sociais. É nesse sentido que o autor em questão propõe a seguinte hipótese:

/.../ em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (Foucault, 1971:8)

Pêcheux (1975b), retomando, em alguma medida, a concepção teórica de Foucault, postula que os discursos correspondem a blocos mais ou menos unitários que materializam, no seio da sociedade, uma determinada ideologia. Por isso, a FD é vista como um sistema fechado (entretanto, Pêcheux não nega a possibilidade de haver uma certa correspondência entre as formações discursivas) que pode englobar diferentes discursos.

Pêcheux (1969) indicava claramente que as representações sociais não são nem individuais nem universais, mas sim particulares. Essas representações sociais caracterizam diferentes conjunturas ideológicas. Assim, de acordo com a teoria desenvolvida por Pêcheux, as formações ideológicas são conjuntos de representações historicamente geradas por uma

determinada formação social que contém no seu interior diferentes FDs. Nesse sentido, a formação ideológica pode ser definida como

um elemento suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um dado momento, desse modo cada formação ideológica constitui um exemplo complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mais se reportam mais ou menos diretamente às posições de classes em conflito e as une pelo discurso a outras. (Pêcheux, 1975a:166)

O autor em questão define a FD como aquilo que numa formação ideológica dada *determina o que pode e deve ser dito* (p. 166).

Em outras palavras, os discursos funcionam, tanto para Foucault como para Pêcheux, como sistemas que restringem os enunciados produzíveis para um determinado grupo de enunciadorees. Enquanto que as formações discursivas são constituídas por conjuntos de discursos que se apresentam como representativos de um mesmo grupo social, em relação a um tema.

Por outro lado, também a partir dos estudos desenvolvidos por Foucault, Maingueneau propõe uma teoria dos discursos que consiga estabelecer uma ponte entre o histórico e o lingüístico, *procurando pensar as condições de uma “enunciabilidade” que se circunscreve historicamente* (Maingueneau, 1984:8).

Nesse sentido, o lingüista faz uma severa crítica às teorias que, por alguma razão, supervalorizam os sistemas significantes, deixando de lado a historicidade, presente em todo e qualquer discurso, bem como às teorias que, esquecendo da forma, supervalorizam as determinações históricas. O que Maingueneau procura desenvolver nos seus trabalhos, e que, como dissemos anteriormente, estamos buscando retomar nesta dissertação, é uma teoria do discurso que una um certo sistema de restrições (*formação discursiva*) e os enunciados produzidos de acordo com essas restrições (*superfície discursiva*), valorizando assim os discursos considerados tanto do ponto de vista da sua *gênese* quanto de sua *relação com o interdiscurso*.

Para tanto, Maingueneau (1984) apresenta sete hipóteses através das quais busca desenvolver uma teoria que tenha como ponto central a relação entre discursos a partir de uma ótica interdiscursiva.

A primeira hipótese desenvolvida pelo autor é a de que *o interdiscurso tem precedência sobre o discurso*. Essa é a hipótese central da teoria de Maingueneau e é a partir dela que o autor defende a idéia de que os discursos não se constituem independentemente uns dos outros. Um discurso é o resultado da relação que mantém com a rede de outros discursos pertencentes a um campo discursivo.

A segunda hipótese diz respeito à noção de *interincompreensão*. Segundo o autor de *Genèses du Discours*, a relação interdiscursiva faz com que os discursos mantenham entre si uma interação semântica que se manifesta, principalmente, por meio de um processo específico de tradução, que é de uma interincompreensão regrada. Nessa perspectiva,

“/.../ cada discurso introduz o Outro em seu fechamento, traduzindo seus enunciados nas categorias do Mesmo e, assim, sua relação com esse Outro se dá sempre sob a forma de simulacro que dele constrói” (Maingueneau, 1984:12).

Na terceira hipótese, Maingueneau propõe a existência de um *sistema de restrições semânticas globais*. De acordo com esse sistema, todos os planos do discurso estão interligados. O autor em questão recusa a idéia de que haveria, no interior do funcionamento discursivo, um lugar privilegiado de análise. O vocabulário, as frases, os operadores argumentativos, a intertextualidade, enfim, tudo aquilo que está no texto (e também fora dele) e que remete, de alguma forma, ao funcionamento do discurso pode ser levado em consideração pelas análises que tomam como referência à hipótese de uma semântica global. Maingueneau reconhece, portanto, a dinâmica dos discursos, pois segundo esse autor:

“Ele (o discurso) não é nem um sistema de ‘idéias’, nem uma totalidade estratificada que poderíamos decompor mecanicamente, nem uma dispersão de ruínas passíveis de substituições topográficas, mas um sistema de regras que define a especificidade de uma enunciação”. (Maingueneau, 1984: 9).

Ao recusar a idéia de que existem categorias privilegiadas, Maingueneau não apenas desenvolve uma teoria acerca de um *sistema de restrições semânticas globais*, mas também redireciona a noção de formação discursiva desenvolvida por Pêcheux. Isso porque, segundo Pêcheux, as formações discursivas são sistemas restritivos que determinam o que pode e deve ser dito. Entretanto, esses sistemas de restrições têm sido analisados apenas sob o ponto de

vista do vocabulário - como na teoria dos *termos-pivôs*³⁹ (cf. Pêcheux, 1969) – e da sintaxe - como na teoria do *discurso transverso* e das *relativas explicativas* (cf. Pêcheux, 1975b). Dessa forma, Pêcheux privilegia alguns aspectos importantes da análise, mas não estabelece uma relação entre os discursos e uma determinada *prática discursiva* que faz com que os sujeitos estejam condicionados não apenas pelo *dito*, mas por todo um conjunto de ações ligadas a uma determinada FD, em virtude da semântica global.

A quarta hipótese aborda a questão da *competência discursiva*⁴⁰. De acordo com essa noção, os enunciadores de um discurso dado têm o domínio tácito de regras que permitem produzir enunciados ligados à sua FD. Além disso, essa mesma competência permite que os sujeitos enunciadores reconheçam e recusem os enunciados pertencentes às formações discursivas contrárias.

Na quinta hipótese, Maingueneau defende a existência de uma *prática discursiva*. Segundo essa noção, o discurso não corresponde apenas a um conjunto de textos e idéias, mas à *rede institucional* de um determinado grupo. Ou seja, segundo essa concepção, todo discurso está, em alguma medida, ligado a uma instituição à qual está atrelada uma certa vocação enunciativa. Essa vocação enunciativa corresponde às condições postas por uma formação discursiva para que um sujeito nela se sinta chamado a inscrever-se.

A sexta hipótese é, em certa medida, uma ampliação da quinta. A prática discursiva define não apenas as unidades de um conjunto de enunciados; ela define também o estatuto de outros domínios semióticos, tais como o pictórico e o musical, por exemplo. Assim, uma FD irá determinar não apenas o estatuto dos enunciadores que nela estão inseridos, ela definirá a maneira desses enunciadores agirem, o tom de seus discursos, o tipo de música e, até mesmo, a forma de vestir desses enunciadores.

A sétima hipótese diz respeito à relação entre a formação discursiva e o seu exterior. Ou seja, de acordo com Maingueneau, talvez uma FD possa ser estudada não apenas em seu fechamento estrutural (embora, ao postular o primado do interdiscurso a teoria desenvolvida por Maingueneau já afete esse suposto fechamento), mas o discurso passa a ser visto também como um *espaço de circulação semântica articulada sobre uma descontinuidade fundadora* (Maingueneau, 1984:7).

³⁹ Maingueneau (1987:135) afirma que, no que diz respeito ao método dos *termos-pivôs*, 1) *deve-se considerá-lo como um método auxiliar e não essencial para a análise e 2) deve-se utilizá-lo quando é possível controlá-lo e não recorrer a ele sistematicamente, qualquer que seja o corpus.*

⁴⁰ Sobre a noção de *competência discursiva*, conferir o segundo capítulo desta dissertação.

Em síntese, a partir do momento em que reconhece o *primado do interdiscurso*, Maingueneau situa-se em um espaço marcado pela noção de dialogismo ou de heterogeneidade, correntemente associados a Bakhtin, mas definindo uma noção específica de interdiscursividade. Ainda segundo Maingueneau, não basta afirmar que há uma relação entre os diversos discursos presentes em uma determinada sociedade. Faz-se necessário compreender a existência de um *espaço de trocas* (o interdiscurso) que antecede o próprio discurso. Essa relação interdiscursiva é, para o autor, a base de todo e qualquer estudo discursivo. Ou seja, *os discursos não se constituem independentemente um dos outros para, em seguida, serem postos em relação* (Maingueneau, *op.cit.* p. 9), eles já surgem a partir de uma relação interdiscursiva que os constitui.

2. A noção de heterogeneidade discursiva

Authier-Revuz (1998), baseando-se na concepção dialógica de Bakhtin e em uma determinada concepção psicanalítica⁴¹, propõe uma teoria bastante específica de heterogeneidade. De acordo com essa concepção, o discurso é constitutivamente atravessado pelo Outro. A heterogeneidade constitutiva é, entre outras coisas, conseqüência da ação do discurso sobre o sujeito, que se constitui na e pela linguagem: um sujeito dividido (clivado) que é resultado de sua relação com o Outro. Esse Outro pode ser tanto o inconsciente quanto todos os outros discursos que se materializam na sociedade. De certa forma, é nesse sentido que a AD fala em *posição sujeito*. O sujeito discursivo não é uma forma de subjetividade, mas um “lugar” que o indivíduo ocupa para ser sujeito do que diz (Foucault, 1969a). Ainda de acordo com Authier-Revuz (1998), a heterogeneidade enunciativa pode ser *constitutiva* ou *mostrada*. Entretanto, a autora em questão esclarece que, apesar de a heterogeneidade mostrada apresentar uma certa dependência em relação à heterogeneidade constitutiva, aquela não é um espelho desta. Isso porque os dois tipos de heterogeneidade representam duas ordens de realidade diferentes. Pois, enquanto a heterogeneidade constitutiva não deixa marcas visíveis na superfície textual, só podendo ser apreendida por meio do interdiscurso, a heterogeneidade mostrada *permite apreender seqüências delimitadas que mostram claramente sua alteridade* (Maingueneau, 1984:25).

⁴¹ Essa visão psicanalítica do discurso está baseada na releitura que Lacan (1978) faz da psicanálise freudiana.

Nesse sentido, a noção de heterogeneidade supõe, entre outras coisas, que os discursos existem não a partir de uma suposta *realidade das coisas*, mas a partir de outros discursos. Nos tópicos seguintes, explicitaremos melhor cada uma dessas formas de heterogeneidade.

2.1. Heterogeneidade Constitutiva: o Outro sempre presente

A heterogeneidade constitutiva, apesar de não estar marcada na superfície textual, pode ser definida a partir da noção de interdiscurso. A constatação de que todo discurso está sempre em relação com outros discursos, ou seja, de que *o discurso é tecido a partir de seu exterior constitutivo* (Fiorin, 1990) leva à conclusão de que não existem discursos isolados. Portanto, falar em heterogeneidade constitutiva é, como diz Maingueneau, reconhecer a presença do Outro no discurso do mesmo.

Para sairmos um pouco do campo das conceituações, citaremos um exemplo de heterogeneidade constitutiva presente no *corpus* que estamos analisando. No dia 01 de dezembro de 2001, os editores da seção Tendências/Debates “escolheram” como pergunta motivadora do debate a seguinte questão: “*O Brasil deve também desenvolver técnicas de clonagem humana?*”. Um dos convidados para responder a essa questão foi o monge beneditino Estêvão Bettencourt, que respondeu NÃO à pergunta do jornal. A resposta do monge não é uma opinião pessoal, mas corresponde a uma posição assumida por aqueles que estão inseridos no discurso anticlonagem. Assim, o texto de Estêvão Bettencourt está, em certa medida, ligado a um discurso segundo o qual a evolução científica pode significar um grande mal para a humanidade. É o que podemos observar no trecho abaixo:

Exemplo 22

Na verdade, a ciência e a técnica não são valores absolutos, estão a serviço da pessoa humana, subordinados aos direitos inalienáveis do ser humano. Este tem direito à vida desde que é embrião.

Nesse trecho, há uma negação polêmica, marca de heterogeneidade mostrada. Entretanto, para compreendermos o sentido dessa negação precisamos recorrer ao interdiscurso que antecede o discurso anticlonagem. Ao dizer o que a ciência e a técnica não são, o discurso anticlonagem faz referência a uma suposta concepção do que significa, para a outra formação discursiva, ciência e tecnologia. O discurso anticlonagem afirma que, para um certo discurso (nesse caso, o discurso daqueles que apóiam a clonagem), *a ciência e a técnica*

são valores absolutos. Entretanto, provavelmente, nenhum defensor da clonagem humana faria esse tipo de afirmação. Assim, o discurso anticlonagem nega não um enunciado do discurso em favor da clonagem, mas o *simulacro*⁴² que dele constrói. O leitor do texto *A reprodução humana está ligada ao amor*, de Estêvão Bettencourt recorre à competência discursiva do discurso anticlonagem que o ajuda a compreender o efeito de sentido da negação polêmica mencionada acima. Tal compreensão não se deve apenas a uma capacidade cognitiva do leitor, mas se deve, principalmente, ao conjunto de outros discursos com os quais o texto do monge beneditino dialoga e que constituem o que Maingueneau chama de interdiscurso.

À guisa de conclusão, podemos dizer que o interdiscurso está, como veremos no próximo tópico, diretamente relacionado à noção de heterogeneidade constitutiva, uma vez que, através desse interdiscurso podemos, em certa medida, perceber a relação existente entre os discursos que circulam em nossa sociedade. Ou, como afirma Fiorin (1990:46),

É a apreensão dos diferentes discursos que circulam numa dada formação social, dividida em classes, subclasses, grupos de interesses divergentes, pontos de vista múltiplos sobre uma dada realidade que permite ver as relações polêmicas entre discursos.

2.2. interdiscurso: O outro no discurso do Mesmo

A concepção de interdiscurso de Maingueneau inscreve-se, como vimos acima, na noção de *heterogeneidade constitutiva* que, segundo o autor, “*amarra, numa relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro*” (1984:25). Assim, sabendo-se que todo discurso se constitui a partir de sua relação com o Outro, “*não se terá que limitar a orientação dialógica apenas aos enunciados portadores de citações, de alusões, etc..., já que o Outro no espaço discursivo não é jamais redutível a uma figura de interlocutor*”. (p.p. 31-32).

⁴² A noção de simulacro com a qual estamos trabalhando está, como veremos mais adiante, relacionada com o conceito de *interincompreensão* desenvolvido por Maingueneau (1984).

Esse caráter *dialógico* de todo enunciado discursivo já havia sido discutido nos estudos desenvolvidos por Bakhtin e seus seguidores. Para esse autor, a orientação dialógica é inerente a todo e qualquer discurso⁴³. Ou seja,

Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa (Bakhtin, 1929:88).

Ao retomar alguns dos pressupostos desenvolvidos por Bakhtin, Maingueneau afirma estar operando em um quadro mais restrito, diferenciando-se, nesse sentido, da abrangência teórica e metodológica dos estudos bakhtinianos. Nessa perspectiva, a concepção dialógica é reinterpretada através da noção de *semântica global* de Maingueneau. De acordo com esse autor, a heterogeneidade constitutiva manifesta-se em todos os *planos* do discurso, gerando uma integração *tanto na ordem do enunciado quanto na da enunciação* (Maingueneau, 1984.). Portanto, não há, segundo Maingueneau, necessidade de distinguir, em um discurso qualquer, o essencial do acessório. Todas as dimensões discursivas têm importância equivalente para compreensão global do funcionamento de um discurso.

Dessa forma, com base em Maingueneau, podemos afirmar que não basta *identificar* as diferentes discursividades existentes em uma sociedade, mas é necessário observar que esses vários discursos não surgem do nada e não se enraízam na sociedade isoladamente. Há um constante *diálogo* (para usar um termo do Bakhtin), uma constante inter-relação entre os discursos. Essa interação é responsável pela própria existência desses discursos, que já surgem no interior de uma cadeia interdiscursiva. É a essa precedência das relações entre discurso que Maingueneau chama de *primado do interdiscurso*. Assim, para o autor em questão:

“O interdiscurso tem precedência o discurso. Isso significa propor que a unidade de análise não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos” (Maingueneau, 1984:11).

⁴³Apesar de estarmos levando em consideração as orientações de Bakhtin acerca do dialogismo, estamos nos baseando na concepção de interdiscurso de Maingueneau, pois acreditamos que essa noção, juntamente com os estudos desse autor acerca de uma *semântica global*, será muito relevante para melhor compreensão de diversos aspectos do *discurso polêmico*.

De acordo com essa perspectiva teórica, o discurso não é apenas aquilo que se produziu em uma determinada *formação discursiva*, mas o conjunto dos enunciados que podem ser produzidos de acordo com as restrições de cada discurso.

Um exemplo dessa imbricação entre os diferentes níveis de análise é o estudo que estamos realizando na seção Tendências/Debates. Como vimos no capítulo dois, nessa seção, a polêmica pode ser constatada a partir dos temas abordados, que favorecem, em certa medida, o debate e, conseqüentemente, a disputa de posições discursivas. Além disso, a própria estrutura da seção também aponta para um certo funcionamento discursivo. Existem ainda outras categorias de análise como, por exemplo, o fato de pertencer ao gênero opinativo e, como veremos no próximo capítulo, um determinado uso do vocabulário e das retomadas anafóricas, constituem um “quadro global” que nos permite compreender a relação polêmica entre os discursos que se materializam nos textos da seção citada seção. Dessa forma, como bem afirma Maingueneau, o estudo de um discurso envolve a análise de diferentes categorias semânticas e textuais, além de um conjunto de práticas, que se relacionam e se complementam.

2.3. Heterogeneidade Mostrada: as marcas de alteridade

No que diz respeito à heterogeneidade mostrada, pode-se dizer que esta *incide sobre as manifestações recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes enunciativas* (Authier-Revuz, 1990:25). Para exemplificá-la, vejamos um trecho do texto de Estêvão Bettencourt que começamos a analisar no tópico anterior:

Exemplo 23

A genitalidade humana tem grandeza e nobreza singulares, de tal modo que não se pode tratar a célula humana como se trata a do gado. Com outras palavras: a vida do ser humano não é apenas o resultado de reações físico-químicas, mas sim o patrimônio de alguém chamado à Transcendência ou ao Absoluto (qualquer que seja o nome que se Lhe dê). Em nossos dias, defende-se a clonagem humana em nome da terapêutica de certas doenças. Em resposta, é preciso observar que o fim não justifica os meios. Produzir embriões para lhes tirar a vida e assim salvar a vida de um adulto é bárbaro. Fala-se muito contra a discriminação racial, sexual, religiosa etc. Como então aceitar a discriminação do ser humano indefeso em favor de um adulto? Como produzir muitos embriões para aproveitar algum ou

alguns e matar os demais, de acordo com o pragmatismo da sociedade de consumo. (Grifos nossos)

Nesse pequeno trecho, encontramos vários exemplos de heterogeneidade mostrada. Além das *glosas metaenunciativas*⁴⁴, como é o caso da expressão Com outras palavras, temos o uso dos verbos *defende-se* e *fala-se*. As formas de terceira pessoa do singular, seguida do pronome *se* (índice de indeterminação do sujeito) indicam que o locutor é indeterminado. E os verbos indicam (mostram) que os enunciados que os seguem não pertencem ao autor do texto, mas a um outro enunciatador. Além disso, como vimos no tópico anterior, o uso do operador argumentativo não é apenas...mas sim... também indica a existência de um outro discurso (nesse caso, supostamente, o discurso da ciência) que defenderia a não transcendência do ser humano, ou seja, um discurso segundo o qual o homem é “*apenas o resultado de reações físico-químicas*” (atente-se para o fato de que o discurso da ciência presente no texto de Estêvão Bettencourt, assim como no trecho que analisamos no tópico anterior, não corresponde ao que a ciência diz, mas é um *simulacro* do discurso científico). Por fim, temos, no trecho acima, o enunciado os fins não justificam os meios que faz referência ao discurso cristalizado da *citação de autoridade*. De acordo com Maingueneau (1987:100), tais citações correspondem a “*enunciados já conhecidos por uma coletividade que gozam o privilégio da intangibilidade: por essência, não podem ser resumidos nem reformulados, constituem a própria Palavra, captada em sua fonte*”.

Ainda no que se refere à heterogeneidade mostrada, esta pode ser (i) *mostrada marcada*, isto é, ela pode ser facilmente percebida na superfície do discurso (é o que ocorre no uso das aspas, nas citações, nos comentários metadiscursivos) ou (ii) *mostrada não marcada*, ou seja, a voz do locutor pode se misturar à do outro sem deixar marcas facilmente perceptíveis, como ocorre, por exemplo, no caso do discurso indireto livre ou na ironia⁴⁵. Esses dois recursos necessitam, além do contexto imediato (intertexto), do auxílio do interdiscurso, como vimos no exemplo acerca do texto de Estêvão Bettencourt.

⁴⁴ No que diz respeito às glosas metaenunciativas, remetemos ao livro *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer* de Authier-Revuz. Nesse texto, a autora refere-se a essas glosas como sendo *modalizações autonômicas*, ou seja, “*objetos encontrados no trajeto do dizer e que se impõem a ele como objeto*” (Authier-Revuz, 1998:110). A autora diz ainda que “*a enunciação desse signo, em vez de se realizar ‘simplesmente’, no esquecimento que acompanha as evidências inquestionáveis, desdobra-se como um comentário de si mesma*” (p. 112).

⁴⁵ Sobre a ironia, Maingueneau (1987:98) faz o seguinte comentário: “*Enquanto a negação pura e simplesmente rejeita um enunciado, utilizando um operador explícito, a ironia possui a propriedade de poder rejeitar, sem passar por um operador dessa natureza*”.

3. Discurso e Interincompreensão: sobre a noção de polêmica

Nesta parte da dissertação, apresentaremos e discutiremos alguns conceitos que irão contribuir de forma essencial na análise que pretendemos desenvolver. Estamos utilizando como base teórica, assim como nos tópicos anteriores, os trabalhos desenvolvidos por Dominique Maingueneau, bem como algumas outras teorias que julgamos necessárias para corroborar a análise que pretendemos realizar no quarto capítulo. Nesse sentido, nosso principal objetivo, neste tópico, é explicitar a noção de polêmica com a qual trabalhamos, verificando sua aplicabilidade no estudo da seção Tendências/Debates.

3.1 O discurso polêmico

No que diz respeito ao discurso polêmico, Maingueneau desenvolve uma teoria que busca, entre outras coisas, através da noção de interdiscurso, precisar os tipos de relação que os discursos podem manter entre si. Para tanto, o autor em questão distingue a polêmica enquanto interincompreensão daquilo que se entende habitualmente por polêmica. De acordo com Maingueneau, a polêmica enquanto fenômeno discursivo é mais do que uma controvérsia violenta, pois *opera no nível das condições de possibilidade semântica* (Maingueneau, 1984: 117).

Nesse sentido, a polêmica discursiva postulada nos trabalhos de Maingueneau não se refere a um nível apenas constitutivo, segundo o qual todos os discursos estariam sempre em polêmica com seu Outro, mesmo que este não seja empiricamente apresentado. Para essa polêmica constitutiva, qualquer enunciado, por ser sempre uma “resposta” a todos os outros enunciados que com ele dialogam, seria essencialmente polêmico.

Entretanto, quando trata da polêmica discursiva, Maingueneau (1984) refere-se, de forma mais específica, a dois discursos identificados no interior de um mesmo *espaço discursivo* que polemizam não só constitutivamente, mas que revelam essa polêmica através de uma *heterogeneidade mostrada*. Dessa forma, a polêmica discursiva seria um tipo de heterogeneidade na qual as marcas ou índices polêmicos podem ser identificados na superfície discursiva através de simulacros.

Ainda de acordo com essa perspectiva teórica, a maneira como os discurso polemizam entre si irá depender, em certa medida, da constituição semântica de cada discurso. Assim, a

concepção de polêmica desenvolvida por Maingueneau está relacionada à noção de *semântica global*. Isso porque, quando um discurso apropria-se do discurso que com ele polemiza, essa apropriação dá-se em todos os campos do discurso. Ou seja,

A tradução do Outro, a construção de um simulacro podem pois envolver todos os planos da discursividade; só uma concepção pobre de discurso, correlata a sua redução a um conjunto de idéias, permite privilegiar de maneira exclusiva o significado (Maingueneau, 1984: 118).

Nesse sentido, para que possamos compreender o funcionamento da polêmica enquanto relação interdiscursiva, faz-se necessária uma compreensão global acerca dos fenômenos que envolvem a discursividade.

Por isso, ainda objetivando explicitar a questão da interdiscursividade, Maingueneau (1987) faz uma distinção entre três instâncias do interdiscurso: *universo discursivo*, *campo discursivo* e *espaço discursivo*. O universo discursivo é definido como sendo “o conjunto de todas as formações discursivas que interagem numa conjuntura dada” (Maingueneau, 1987:116). Esse universo discursivo, por causa de sua abrangência, é de pouca importância para análise das relações discursivas. Quanto ao campo discursivo, Maingueneau o define como “um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência” (p.116). Assim, as formações discursivas que se encontram em um mesmo campo discursivo estão sempre em relação mais direta, seja essa relação de afrontamento ou de aliança. Nessa perspectiva, é importante remeter, mais uma vez, ao texto do Maingueneau, pois, de acordo com esse autor:

O exercício da polêmica presume a partilha do mesmo campo discursivo e das leis que lhe estão associadas. É preciso desqualificar o adversário, custe o que custar, porque ele é constituído exatamente do Mesmo que nós, mas deformado, invertido, conseqüentemente, insuportável (Maingueneau, 1984:125).

Ainda segundo Maingueneau, é no interior do campo discursivo que os discursos se estabilizam. Entretanto, isso não significa que todos os discursos de um campo discursivo se constituam da mesma forma, pois existe uma certa hierarquia discursiva que opõe, em um mesmo campo, discursos dominantes e dominados. É por isso que se torna importante delimitar os *espaços discursivos*. Esses correspondem aos *subconjuntos de formações*

discursivas cuja relação o analista julga pertinente para seu propósito (Maingueneau, 1987:117). Ou seja, o espaço discursivo não é previamente dado, ele resulta de uma escolha do analista que, a partir de um conhecimento histórico e da observação de um conjunto de textos pertencentes a cada uma das FDs analisadas, define um espaço de trocas que possibilite uma análise discursiva na qual a polêmica surge enquanto relação explícita e marcada na superfície discursiva. Portanto, é a partir da delimitação do espaço discursivo que o analista poderá analisar as relações de força entre formações discursivas que, ao mesmo tempo, se recusam e se constituem mutuamente.

3.2. Sobre a noção de interincompreensão

A questão da interincompreensão está, de acordo com Maingueneau (1984), diretamente relacionada com a noção de polêmica. Isso porque

Quando se considera o espaço discursivo como rede de interação semântica, ele define um processo de interincompreensão generalizada, condição de possibilidade mesma de diversas posições enunciativas. Para elas, não há dissociação entre o fato de enunciar em conformidade com as regras de sua própria formação discursiva e de “não compreender” o sentido dos enunciados do Outro (Maingueneau, 1984:110).

Nesta dissertação, utilizaremos a noção de interincompreensão para tentar compreender como se dá a “criação” do discurso polêmico e observaremos, principalmente, até que ponto essa noção está relacionada com a análise da seção Tendências/Debates.

A existência do processo de interincompreensão está, segundo Maingueneau (1984), em conformidade com o fato de enunciarmos sempre no interior de uma certa Formação Discursiva. Ou seja, o universo semântico que constitui nossa formação discursiva “impede” que compreendamos o discurso do Outro. Por isso, o que ocorre é uma “tradução” do discurso alheio de acordo com a grade semântica pertencente à Formação Discursiva que o está citando. Assim, toda vez que um determinado discurso está se constituindo, inicia-se a elaboração de uma rede dialógica que entra em relação com uma infinidade de outros discursos. Porém, esses discursos Outros são sempre “modificados”. Essa modificação se dá, muitas vezes, de forma polêmica, ou seja, o discurso-agente - segundo Maingueneau (1984), aquele que se encontra na posição de tradutor - apropria-se do discurso paciente - aquele que é

traduzido - e reinterpreta esse último para poder, dentre outras coisas, garantir o seu espaço e desautorizar o discurso Outro. Assim, como afirma Maingueneau (1984:110), “*para constituir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que constrói dele*”.

Nesse sentido, apoiando-nos na concepção de *semântica global*⁴⁶ de Maingueneau, verificamos que todo discurso apresenta um conjunto de semas divididos em *semas positivos*, que correspondem aos semas aceitos, e *semas negativos*, que são rejeitados pela FD da qual o discurso faz parte. Quando interpretados pelo discurso Outro, os semas positivos são traduzidos nas categorias do discurso negativo de seu próprio sistema. Por isso, para que dois discursos estejam em uma relação de polêmica é necessário, como dissemos anteriormente, que eles partilhem o mesmo espaço discursivo. Nessa perspectiva, a polêmica é, como bem afirma Maingueneau (1984:121), uma espécie de *homeopatia pervertida*, pois nela um discurso qualquer traz o Outro para o seu recinto para melhor combatê-lo. No entanto, esse Outro não pode entrar no discurso do Mesmo tal como ele é, faz-se necessário desqualificá-lo, anulá-lo e apresentá-lo não enquanto ele mesmo, mas enquanto simulacro que dele se constrói.

Vale ressaltar, para evitar mal entendidos, que, na visão de Maingueneau, a criação do simulacro não é fruto de uma decisão (ou da incapacidade) de um sujeito empírico, mas é efeito discursivo. Usando o velho exemplo dos termos *ocupar* e *invadir*, podemos dizer que não é o líder do MST, por exemplo, quem resolve chamar a ação de um sem-terra de *ocupação*, em vez de *invasão*, mas é a FD à qual ele está sujeito que o “obriga” a interpretar como ocupação o que os latifundiários e alguns políticos (além da *Folha de S. Paulo*, como vimos na seção T/D do dia 30/03/2002 – cf. cap. II, p. 45) chamam de invasão. Assim, são os discursos que dão golpes um no outro, respondendo àqueles golpes mais ameaçadores para sua constituição e reinterpretando o adversário através de simulacros que fragilizam o Outro, tornando-o mais vulnerável e, conseqüentemente, mais fácil de ser destruído.

⁴⁶ De acordo com essa concepção, todos os planos do discurso estão integrados de uma vez, tanto na ordem do enunciado como da enunciação (Maingueneau, 1984:81).

Capítulo IV

ANÁLISE DOS TEMAS DA SEÇÃO TENDÊNCIAS/DEBATES: A POLÊMICA EM TORNO DA MUDANÇA

*A polêmica só pode ser estéril, resolvendo-se no afrontamento de dois discursos incompatíveis. O discurso, antes de qualquer polêmica ocorrida, é freqüentemente construído respondendo às objeções que lhe parecem mais previsíveis, mas o segredo de sua invulnerabilidade não está aí; ele reside simplesmente no fato de que sua competência lhe fornece os meios de produzir ad libitum enunciados que ao mesmo tempo são conformes ao dogma e relevam de sua própria formação discursiva (Maingueneau, *Genèses du Discours*, p. 126).*

1. Mudança ou continuidade: uma questão discursiva

Na maioria dos casos, observar como são tratadas questões relacionadas à mudança ou à continuidade é uma das formas de compreender o funcionamento e a dinâmica dos diferentes *espaços discursivos* (cf. cap. III, p.p. 69 e 70). Esses dois traços semânticos (mudança e continuidade) estão presentes em grande parte dos discursos da sociedade atual⁴⁷. Entretanto, a maneira de enxergar a mudança ou a continuidade e o valor – positivo ou negativo – de cada um desses semas dependerá da *semântica global*⁴⁸ (e também interdiscursiva) de cada discurso. A mudança é vista, por alguns discursos, como algo benéfico, moderno, inovador, enfim, como um valor positivo. Enquanto que, para outros, mudança é sinônimo de desordem, imprudência, afobação. O mesmo ocorre com o traço semântico da continuidade. Para alguns discursos, a continuidade é vista como algo positivo e para outros, como algo negativo.

⁴⁷ Quando trata do sistema de restrições do *humanismo devoto* e do *jansenismo*, Maingueneau explica que o fato de diferentes discursos poderem desdobrar-se sobre um mesmo sistema de restrições não quer dizer que não haja diferenças ou especificidades entre os discursos. Para o autor, *o sistema de restrições não pode ser concebido como a “essência” de um discurso, seu sentido profundo. Ele é apenas uma estrutura que pode investir-se nos universos textuais mais diversos* (Maingueneau, 1984:62). Nesse sentido, podemos supor que mesmo que existam vários discursos que se desdobrem sobre os traços semânticos *mudança* e *continuidade*, existirão sempre diferenças entre esses discursos. Até porque, cada discurso explora o sistema de restrições e, conseqüentemente, os traços sobre os quais se desdobra de uma maneira específica.

⁴⁸ Sobre o conceito de prática discursiva, remetemos à página 61 do terceiro capítulo desta dissertação.

Para os discursos que consideram a mudança *boa*, a continuidade é vista como antiquada, retrógrada ou como sinônimo de atraso. Um exemplo bastante claro de supervalorização da mudança e de repúdio à continuidade é o discurso da ciência e da tecnologia. A ciência sempre esteve ligada às descobertas, à inovação, à mudança. Para ser científico, é preciso “estar à frente”. A tecnologia também se caracteriza, na maioria das vezes, pela inovação. Basta observar as propagandas sobre carros, eletrodomésticos e produtos eletrônicos para verificarmos o quanto os partidários da tecnologia valorizam a mudança.

Por outro lado, existem aqueles discursos que têm como uma de suas características a valorização da continuidade. Nesse caso, a continuidade significa algo positivo, pois representa segurança, confiabilidade, tradição. Há pouco, tivemos um exemplo dessa valorização da continuidade. O tão debatido projeto de lei nº 1679/99, de autoria do deputado Aldo Rebelo, reivindicava uma maior valorização da língua portuguesa que, segundo os defensores do projeto, corre o risco de ser “sufocada” pela onda de estrangeirismos que “invade” nosso país. Para esse discurso, preservar a língua portuguesa é, de certa forma, valorizar a tradição e os costumes da nação brasileira em detrimento de *mudanças* que podem, segundo os mais extremistas, levar ao “desaparecimento do português”. Ainda no que se refere à defesa da continuidade, podemos citar o tão conhecido poema *Antigamente*, de Carlos Drummond da Andrade. Nele, o poeta relembra, com espírito supostamente saudosista⁴⁹, os costumes antigos, evocando a valorização das tradições. Assim, podemos dizer que quando se trata de discursos sobre a língua e os costumes, a continuidade é vista como um valor positivo e a mudança como sinônimo de decadência, destruição e imprudência.

Existem ainda os discursos, principalmente na publicidade, que buscam unir mudança e continuidade em um mesmo “produto”. Isso ocorre, por exemplo, nas propagandas de alguns bancos. O Bradesco lançou, há algum tempo, uma propaganda na qual o tema central eram os sessenta anos do banco. Várias pessoas apareciam falando da sua história com o Bradesco e da “importância” do Bradesco na vida de cada um. Os mais idosos falavam sobre a confiança que depositavam no banco. Os mais jovens falavam sobre as inovações tecnológicas (por exemplo, as movimentações bancárias feitas através da internet) que tanto

⁴⁹ De acordo com o professor Gilberto Mendonça Teles, in Andrade (1976), no poema de Drummond “a palavra *antigamente* refere-se a um tempo psicológico, em que as reminiscências se juntam a impressões de leitura para criar um modelo de linguagem que se poderia imaginar possível por volta de 1900”.

facilitam suas vidas. Nesse sentido, a propaganda procurava evocar as vantagens do Bradesco, tomando, como principal estratégia persuasiva, a relação entre tradição e modernidade.

Os semas *mudança* e *continuidade* podem, como mostrado nos exemplos acima, evocar diferentes formas de analisar as relações sociais e históricas materializadas nos mais diversos discursos em circulação na sociedade. Ou seja, segundo uma determinada forma de relacionar as diferentes formações discursivas que interpelam os sujeitos, os discursos são concebidos no âmbito da mudança ou da continuidade⁵⁰. De acordo com essa perspectiva analítica, falar em transgênicos, por exemplo, é conceber a questão dos alimentos geneticamente modificados sob uma das seguintes perspectivas: (1) liberar a produção desses produtos corresponderia a uma atitude de mudança não só no âmbito da ciência, mas também na agricultura, na economia e, em última instância, na maneira de encarar a questão da alimentação da população mundial; ou (2) proibir a produção dos alimentos transgênicos seria assumir uma postura “prudente” ou “precavida” para os que partilham dessa posição, e “conservadora” ou “tradicionalista” para os adversários da continuidade.

Os semas mudança e continuidade também estão presentes nas questões relacionadas à bioética (ser favorável ou contrário à eutanásia), à política (desejar ou não uma modificação no quadro político atual – como no caso das últimas eleições) ou à religião (incentivar ou não o fim do celibato clerical).

Obviamente, todas essas questões poderiam ser analisadas sob um outro prisma. A liberalização das drogas, por exemplo, pode ser vista não como uma questão de mudança ou continuidade, mas também como inserida no discurso em prol da liberdade individual ou como um dos discursos contrários a uma formação ideológica que prega a intervenção do Estado em todas as práticas do cidadão. Entretanto, optamos por essa categoria de análise porque pretendemos analisar os textos da seção Tendências/Debates por meio de um corte semântico que abranja todos os textos selecionados.

Na metodologia por nós adotada, analisar um texto (ou uma dispersão de textos) é muito mais estabelecer uma relação de família com outros textos do que dizer o que cada

⁵⁰ Salientamos que os traços semânticos *mudança* e *continuidade* estão relacionados a discursos que se materializam empiricamente na sociedade por meio da relação entre língua e história. Nesse sentido, tanto o sema da mudança quanto o da continuidade serão estudados enquanto traços discursivos. Isto significa que ambos podem representar valores positivos ou negativos. Assim, por mais que a sociedade atual valorize a mudança, existem discursos que têm como uma das características de sua prática o traço semântico da continuidade. Portanto, de acordo com o estudo realizado nesta dissertação, a relação entre os semas mudança e continuidade é muito mais uma questão de jogo discursivo do que um valor estabelecido pela sociedade.

texto “significa”. Portanto, acreditamos que cada um dos textos selecionados nesta dissertação possibilita uma análise a partir de uma perspectiva discursiva que contrapõe o *tradicional* e o *moderno*, ou seja, a *continuidade* e a *mudança*.

Assim, ao iniciarmos este capítulo, a primeira observação diz respeito ao corte semântico feito nos temas abordados na seção Tendências/Debates. Como dito no primeiro capítulo, uma grande parte dos textos da seção está relacionada a uma certa concepção de mudança e de continuidade. Essa seleção não exclui os vários outros temas tratados na seção, nem tampouco se propõe a esgotar as outras possibilidades de análise. O objetivo é mostrar a linha de análise que norteará esta dissertação, observando, entre outras coisas, a presença dos temas *mudança e continuidade* nos textos selecionados. Para tanto, apresentaremos três *linhas temáticas* principais: **1) a questão da mudança e sua relação com a bioética; 2) a mudança e a questão da liberdade civil; e 3) a mudança e sua relação com a questão da segurança pública.**

A partir desse corte semântico, esperamos realizar uma análise que priorize os pontos de convergência dos variados discursos materializados nos artigos da seção Tendências/Debates.

Acrescentamos ainda que, antes de cada análise, faremos, quando necessário, um pequeno resumo dos textos selecionados. Em outras palavras, haverá, na maioria das vezes, uma leitura relativamente intuitiva do texto sob análise. Essa leitura não será a análise propriamente dita, mas contribuirá essencialmente para a compreensão do assunto abordado em cada texto, evitando que o leitor precise recorrer constantemente aos artigos anexos no final deste trabalho.

1.1 A polêmica em relação à bioética

Questões relacionadas com a bioética têm sido de grande interesse para ciência na atualidade. Nas últimas décadas, principalmente, houve um avanço assustador no desenvolvimento científico. Entretanto, surge a seguinte questão: até que ponto a ciência está respeitando os princípios éticos que devem guiar a sociedade? A noção de bioética (ética nos estudos científicos relacionados à vida humana) está fundamentada em uma FD segundo a qual a ciência teria por obrigação proporcionar o “bem” para a humanidade. Para essa concepção, qualquer princípio científico que desrespeite o homem e seus “direitos”

fundamentais não deve ser implementado. Assim, quando se fala em bioética, está-se evocando um discurso segundo o qual o cientista deveria ser alguém preocupado com o *bem estar* do homem. É isso o que podemos observar no trecho abaixo, retirado de uma reportagem da FSP, publicada no dia 09 de agosto de 2001. Vejamos o trecho:

Exemplo 24

Durante o painel, Rudolf Jaenisch, biólogo pioneiro na clonagem de animais, disse que "isso [a clonagem humana] não é boa ciência". (FSP, 09/08/2001 – Crescem protestos contra clonagem)

A noção de *boa ciência* retoma um discurso segundo o qual existe uma ciência boa e uma ciência má. O comentário do biólogo Rudolf Jaenisch, inserido no texto em forma de *discurso direto*, revela que, para alguns cientistas, o problema não está na clonagem em si, mas na clonagem de seres humanos. Afinal, o biólogo em questão trabalha na clonagem de animais.

Por outro lado, existem aqueles que apresentam o *desenvolvimento científico* como sinônimo de progresso e modernidade. Para esses cientistas, não existe uma oposição entre uma ciência má e uma ciência boa. Nesse sentido, toda ciência é boa e é a falta de avanço científico que é vista como algo negativo. O avanço nas técnicas de clonagem é, para os defensores das mudanças no campo da genética, uma prova de desenvolvimento científico. Sobre esse tema, vejamos o trecho abaixo:

Exemplo 25

Depois de quase oito horas de discussão, a Câmara dos Lordes decidiu conceder na segunda-feira à noite permissão legal para que os cientistas usem embriões humanos em suas pesquisas para o tratamento de doenças. Os lordes avaliaram que as vantagens científicas se sobrepõem aos temores que cercam o assunto. (FSP, 12/08/2001. Reportagem de Josélia Aguiar). (grifos nossos)

As preocupações consideradas *éticas* pelo discurso anticlونagem são vistas como *temores* pelos defensores dessa técnica. O termo *temor* tem (geralmente) uma conotação negativa na maioria dos discursos. Pode-se supor, inclusive, que nenhum discurso reivindica para sua grade semântica específica o termo *temor*. Entretanto, no discurso científico, essa conotação negativa torna-se ainda mais nítida. Afinal, a palavra *temor* refaz uma memória

discursiva que recorda outros momentos (por exemplo, a Idade Média)⁵¹ nos quais as descobertas científicas foram retardadas por causa da propagação de um discurso “anticientífico” que propunha o fim de toda e qualquer “evolução da ciência”. O temor aparece, portanto, em oposição à idéia de desenvolvimento científico e tecnológico.

Na seção Tendências/Debates, o tema da clonagem, bem como outros temas relacionados à bioética, é abordado por pessoas consideradas autoridades capacitadas a defender o discurso contra e o discurso a favor da mudança nas técnicas biogenéticas.

Analisaremos três textos (dois tratando da clonagem e um dos transgênicos) que versam sobre temas relacionados à questão da bioética. O primeiro texto trata da questão da clonagem humana e foi publicado na seção Tendências/Debates do dia 01 de dezembro de 2001. Neste período, devido à estréia da novela *O clone*, a questão da clonagem é retomada pelos diferentes veículos de comunicação. Para promover o debate, os editores da seção propõem a seguinte questão: “*O Brasil deve também desenvolver técnicas de clonagem humana?*”. As personalidades convidadas para responderem a pergunta são Estêvão Bettencourt, que reponde NÃO, e João Pedro Junqueira, que responde SIM. Alguns trechos dos textos apresentam pontos de entrada interessantes para a análise discursiva que estamos propondo. Começemos pelo texto de Pedro Junqueira.

Apesar de a pergunta motivadora do debate estar relacionada à clonagem humana, o texto “*Nosso admirável mundo novo*” defende a clonagem de embriões, também chamada de clonagem terapêutica⁵², não havendo, no texto, nenhuma referência à questão da clonagem de seres humanos adultos. Essa relativa mudança no assunto proposto pela seção pode ser um indício de que a clonagem terapêutica é, em certa medida, um tema que gera menos controvérsias do que a clonagem humana. Para alguns setores da sociedade, clonar um *embrião* é, ao menos aparentemente, menos grave do que clonar um *ser humano adulto* (cf. a análise do texto “*Salvando Vidas*”, de Mayana Zatz). Defender a clonagem terapêutica é, nesse sentido, defender a *vida humana*, pois, mediante esse tipo de clonagem, muitas pessoas

⁵¹ Sobre esse assunto, sugerimos a leitura do livro *A Dança do Universo* de Marcelo Gleiser. Neste livro, o autor trata de assuntos relacionados ao desenvolvimento da física desde os pré-socráticos. As ações da Igreja contra “*os grandes mártires na luta pelo desenvolvimento da ciência e pela liberdade de expressão*” (Gleiser, 2002:137) constituem um dos capítulos do livro em questão. Gleiser faz uma espécie de retomada histórica acerca dos fatos ocorridos durante a Idade Média, quando a Igreja, representada pela Inquisição buscava “*silenciar os que tinham a coragem de lutar contra a repressão cega*” (idem, p. 136).

⁵² Os defensores da clonagem terapêutica, ao contrário daqueles que defendem a clonagem humana, que tem o objetivo de clonar seres humanos adultos, propõem a clonagem de embriões humanos dos quais serão retiradas células-tronco totipotentes. Essas células podem originar qualquer órgão ou tecido humano e, por isso, poderiam ser utilizadas em transplantes. Mais adiante, analisaremos um texto que trata da clonagem terapêutica.

que necessitam de transplantes podem ser “salvas”. Logo, torna-se mais fácil, para o autor do texto em questão, construir sua argumentação baseada na defesa da clonagem terapêutica.

No que diz respeito ao título do texto, trata-se de uma alusão ao livro “*O admirável mundo novo*” de Aldous Huxley⁵³. Ao apresentar o pronome possessivo *nosso* no lugar do artigo definido *o*, presente no título original da obra, o texto assume uma posição favorável em relação à mudança. Tal posição é refletida através da conotação positiva gerada pela troca, provocando um sentido de aceitação em relação a esse *mundo novo*. O uso do pronome *nosso* supõe a existência de uma relação de identificação entre a sociedade moderna (nós) e o mundo novo prefigurado no livro de Huxley.

No texto de Junqueira, o termo *desenvolvimento* é posto em oposição a *atraso*. A clonagem é vista como mais uma técnica que pretende melhorar e desenvolver as condições de vida do homem. A defesa das técnicas de clonagem indica um discurso que defende o direito à evolução e ao desenvolvimento do conhecimento científico. Para exemplificar essa valorização da clonagem, vejamos o que diz o trecho abaixo:

Exemplo 26

QUANDO me perguntam se sou a favor da clonagem, sempre respondo um sonoro sim! Ela está aqui para ficar, assim como vários outros avanços. A medicina moderna é praticada há apenas 50 anos. Antes, com raras exceções, vivíamos numa escuridão científica. O que aprendemos nesses 50 ou 60 anos em termos de medicina é mais do que em toda a nossa história, ou seja, a pré-história da medicina só acabou há algumas décadas. Quem hoje não se beneficia dos antibióticos, da anestesia, dos ansiolíticos, das técnicas cirúrgicas, dos transplantes, da terapia genética e da fertilização “in vitro”, entre outros? (Grifos nossos)

Aqui, Pedro Junqueira apresenta sua opinião em relação à clonagem em tom de exaltação. O texto corporifica, através da expressão *sonoro sim*, seguida de um ponto de exclamação, uma espécie de entusiasmo do autor no que diz respeito à clonagem. Esse tom, até certo ponto impaciente, deve-se a reivindicada urgência no desenvolvimento de técnicas de clonagem que, segundo o discurso materializado no texto, contribuirão para o avanço da ciência moderna.

⁵³ O livro de Huxley pertence ao gênero ficção científica, mas, devido às inúmeras coincidências que apresenta com o que está acontecendo na atualidade, inclusive em relação à *clonagem humana*, tem sido visto por muitos como uma espécie de livro profético. De acordo com Maingueneau (1987:172), a alusão é uma prática, utilizada principalmente na imprensa e na publicidade, que “*consiste em deixar entrever, atrás de um enunciado, outros enunciados ou fragmentos de enunciados célebres*”.

No segundo período do trecho acima, o embreante⁵⁴ *aqui* faz referência não apenas ao lugar da enunciação, mas ao tempo presente. O uso desse embreante sugere que a clonagem é um tema da atualidade. Nesse sentido, a clonagem é apresentada como algo que já chegou e que portanto não deve ser ignorado. Após a oração principal *Ela está aqui para ficar*, há o acréscimo de uma oração comparativa (*assim como vários outros avanços*) em tom de comentário. O verbo dessa segunda oração, que está elíptico, é o mesmo da oração principal (*estar*). Ao afirmar, implicitamente, que *vários outros avanços estão aqui para ficar*, o enunciador do texto está partindo do pressuposto de que a clonagem é *um avanço*. Com isso, o enunciador apresenta a clonagem como algo positivo, assim como outros avanços o são. A tese de que a clonagem é um avanço será retomada e defendida durante todo o texto. O autor do texto refere-se também a uma suposta *escuridão científica* que, segundo o trecho acima, corresponderia à *pré-história da medicina*. Em outros momentos do texto, a idéia de escuridão científica é retomada a fim de fazer referência ao período anterior ao desenvolvimento da medicina moderna. É o que podemos verificar no trecho abaixo:

Exemplo 27

A Lei de Biossegurança (lei nº 8.974) proíbe a utilização de embriões para pesquisa, impossibilitando a utilização de células-tronco para pesquisa da clonagem terapêutica. /.../. Se tal projeto seguir, mesmo com o parecer contrário de toda a comunidade científica, não existirá mais discussão sobre clonagem. Retornaremos à idade das trevas. O Brasil não pode correr o risco de ficar fora do grupo de países que realiza pesquisa de ponta nessa área. Temos pessoal qualificado, interesse, disposição e condições materiais. Infelizmente temos também pessoas que trabalham na contramão da história e que querem manter o Brasil atrasado. Temos também grupos religiosos que não só trabalham contra o direito do indivíduo de recorrer a técnicas de fertilização "in vitro" para alcançar uma gravidez, como proíbem o uso de preservativos para evitar a Aids (sic.) ou o uso de métodos contraceptivos modernos para evitar uma gestação indesejada. Certamente não são só médicos e cientistas que determinam o melhor caminho, mas sim um conjunto de setores representativos da sociedade, após longa discussão. Se não formos rápidos na discussão, estaremos fadados ao eterno subdesenvolvimento científico-tecnológico, submissos e obrigados a comprar tecnologia ultrapassada. A ciência caminha lado a lado com o ser humano, e não distante dele. Algumas vezes essa ciência

⁵⁴ De acordo com Maingueneau (1998:108), “chama-se **embreagem** o conjunto das operações pelas quais um enunciado se ancora na situação de enunciação, e **embreantes**, os elementos que no enunciado marcam essa embreagem”.

atropela o pensamento humano e o homem se esforça para compreendê-la melhor. Essa busca por uma nova compreensão permite que a humanidade se desenvolva, cresça e expanda seus horizontes. (Grifos nossos)

O excerto trata do projeto que proíbe a clonagem de embriões. Segundo o texto de Pedro Junqueira, o projeto em questão é um *retorno a idade das trevas*. O discurso que sustenta essa afirmação é aquele segundo o qual não aprovar os *avanços* é retornar ao obscurantismo científico de antes da revolução da medicina moderna que, segundo esse texto, ocorreu há cerca de cinquenta anos. A dêixis discursiva⁵⁵ *idade das trevas* está relacionada ao *obscurantismo científico* (cf. texto *A Europa e os transgênicos* de Roberto Freire) da Idade Média. Isso porque, para alguns defensores das mudanças no campo da ciência, militar contra os *avanços científicos* é, em certa medida, retornar à Idade Média, pois, nesse período, muitas descobertas da ciência foram rejeitadas por causa de uma certa concepção religiosa.

Além da defesa de uma *evolução científica* em oposição a uma suposta *idade das trevas*, o texto de Junqueira se apóia no argumento de que, para o Brasil avançar, é necessário seguir o exemplo dos países avançados, pois *O Brasil não pode correr o risco de ficar fora do grupo de países que realiza pesquisa de ponta nessa área*. Temos, nesse trecho, uma negação que refuta o simulacro criado pelo discurso pró-clonagem. De acordo com esse simulacro, o Brasil estaria correndo o risco de ser excluído do grupo de países que desenvolvem técnicas de clonagem. Nessa perspectiva, o enunciado acima indica a presença de um discurso segundo o qual o desenvolvimento de um país depende, em muito, de sua inclusão no grupo de países considerados desenvolvidos. Talvez, esse enunciado possa ser relacionado ao discurso em favor da globalização. Estar inserido no processo de globalização corresponderia a pertencer a um determinado grupo de países que apresentam um alto nível de desenvolvimento na área de biogenética.

No sexto período do exemplo em análise, o uso do advérbio modal *infelizmente* seguido da *relativa determinativa* “peças que trabalham na contramão da história e que querem manter o Brasil atrasado” (essa expressão refere-se a todos aqueles que são contrários à clonagem) funciona como mais uma crítica ao discurso anticlonagem. A frase determinativa

⁵⁵ De acordo com Maingueneau (1987:41), a dêixis discursiva define, as coordenadas espaço-temporais implicadas num ato de enunciação dentro do universo de sentido que uma FD constrói através de sua enunciação. Nesse sentido, a expressão *idade das trevas*, que nesse caso funciona como uma dêixis fundadora, pois remete o leitor a uma situação de enunciação anterior na qual o enunciador busca legitimar o enunciado atual, retoma a cena discursiva da Idade Média.

está sustentada em um outro discurso que, como afirma Pêcheux (1975), encontra-se no nível do pré-construído. Segundo esse discurso, retomado através da relativa determinativa, todos aqueles que não apóiam a ciência, seja qual for o projeto que esteja sendo desenvolvido, estão contra o desenvolvimento e, conseqüentemente, estarão trabalhando na *contramão da história, mantendo o Brasil atrasado*. O uso do verbo *manter* pressupõe uma situação que vem se prolongando há algum tempo. Ao “escolher” o verbo *manter* para se referir ao suposto atraso brasileiro em relação ao desenvolvimento da ciência, Pedro Junqueira reforça, implicitamente, a idéia de que o Brasil vive, atualmente, esse suposto atraso científico. O termo *atraso* funciona no texto como um *sema negativo*. Por meio desse sema, o discurso pró-clonagem critica o discurso anticlonagem, pois, de acordo com os defensores do clone, o atraso científico é conseqüência do *preconceito* (outro sema negativo do discurso em favor da clonagem) daqueles que se dizem contra o desenvolvimento dessa nova técnica biogenética. Ainda no trecho acima, observamos que, ao se referir aos grupos religiosos contrários à clonagem, o autor do texto não inicia sua argumentação criticando tais grupos pela objeção deles às técnicas de clonagem. A crítica é feita a partir de duas descobertas científicas que, apesar de já aceitas por quase toda população, ainda são proibidas por alguns grupos religiosos. Com isso, o texto tenta mostrar o quão *atrasado* é o pensamento desses grupos religiosos. Afinal, se tais grupos não aceitam técnicas que, além de aceitas por todos, servem para salvaguardar a *liberdade* do homem⁵⁶, como poderiam aceitar a clonagem?

Quanto à questão do *preconceito*, há a retomada desse termo em dois enunciados do texto. Em ambos, a palavra *preconceito* é introduzida no texto como uma forma de criticar o discurso contrário à mudança. Vejamos os trechos abaixo:

Exemplo 28

A ciência muitas vezes caminha mais rápido do que a sociedade, talvez por fazer parte da personalidade do "cientista" vislumbrar o futuro de forma menos preconceituosa. (Grifos nossos)

O medo é que setores específicos da sociedade só enxerguem seus interesses limitados e preconceituosos. (Grifos nossos)

No primeiro excerto, os cientistas são comparados com a sociedade. Como em toda comparação, temos, no exemplo acima, o estabelecimento de uma relação assimétrica, na qual

⁵⁶ Nesse sentido, a fertilização “in vitro” dá ao ser humano o direito de procriar, mesmo em alguns casos de infertilidade, enquanto que os métodos anticonceptivos e o uso de preservativos permitem que o casal possa decidir o melhor momento de ter filhos, além de evitar doenças, como a AIDS.

identificamos os exaltados (os cientistas) e os diminuídos (a sociedade) pela comparação. O sintagma nominal *a ciência* é retomado através da anáfora lexical *o cientista*. Nesse caso, o todo (a ciência) é retomado pela parte (o cientista). O efeito de sentido criado a partir dessa retomada anafórica por hiperonímia é o de que a suposta “agilidade” da ciência é consequência da personalidade do cientista. Ou seja, há uma supervalorização do cientista. O cientista (e não mais a ciência) é visto como alguém que está acima do restante da sociedade. Entretanto, para suavizar o *tom* eventualmente prepotente do enunciado, o enunciador utiliza-se de alguns modalizadores epistêmicos, como a locução adverbial *muitas vezes* e o advérbio *talvez*. Além desses modalizadores, o uso das aspas no termo *cientista* funciona como uma modalização autonímica⁵⁷, que também serve para suavizar o tom de superioridade do enunciado em questão. Ao pôr a palavra “cientista” entre aspas, é como se o enunciador afirmasse que não está usando essa palavra no sentido X (talvez, no sentido de indivíduo empírico que faz ciência), mas em um sentido Y (enquanto abstração que corresponderia à própria ciência).

Por fim, o autor do texto tenta defender o discurso científico de uma constante crítica feita por aqueles discursos que se opõem a algumas atitudes da ciência. Segundo os discursos *anticientíficos* (esse termo já é um simulacro criado por certos grupos de cientistas, afinal nenhum discurso, seja ele religioso ou mesmo de uma outra facção da comunidade científica, se autodenominaria anticientífico), a ciência (ou uma certa ciência) não leva em consideração a dignidade humana, isto é, não respeita a humanidade e não trabalha para o *bem* (sema positivo utilizado por esse discurso) da mesma. Contrapondo-se a esse discurso, Pedro Junqueira faz a seguinte afirmação: “*A ciência caminha lado a lado com o ser humano, e não distante dele*”. Na primeira parte dessa sentença, temos uma afirmação que se contrapõe a um pressuposto segundo o qual *a ciência não caminha junto com a humanidade*. Isso fica ainda mais claro quando lemos a negação polêmica - *e não distante dele* (do homem) - feita na segunda parte da sentença.

Por outro lado, o texto de Estêvão Bettencourt critica a clonagem humana, alegando que esse procedimento científico contraria o *ideal de vida humana*, pois *trata a célula*

⁵⁷ De acordo com Maingueneau (1998:158), o uso autonímico das aspas se caracteriza por *englobar o conjunto dos procedimentos por meio dos quais o enunciador desdobra, de uma certa maneira, seu discurso para comentar sua fala enquanto está sendo produzida*.

*humana como se trata a do gado*⁵⁸. De acordo com texto de Estêvão Bettencourt, não há *nenhum fator ético que impeça a clonagem de animais infra-humanos*, uma vez que esses, ao contrário do homem, *não têm personalidade e não constituem família*. Essa afirmação do frade dominicano supõe um discurso que defende a especificidade da raça humana. Tal especificidade coloca o ser humano numa categoria superior aos demais seres vivos. O discurso acerca da supremacia dos seres humanos é reafirmado por alguns grupos religiosos que fundamentam sua fé na existência de um Deus criador. Esse Deus teria criado todas as criaturas segundo uma escala de valores, colocando o homem no topo da pirâmide. Assim, o grande responsável pela *especificidade humana* é um Ser Supremo, um deus criador de todas as coisas. É o que podemos confirmar no trecho abaixo, retirado do texto de Estêvão Bettencourt.

Exemplo 29

A vida do ser humano não é apenas o resultado de reações físico-químicas, mas sim o patrimônio de alguém chamado à Transcendência ou ao Absoluto (qualquer que seja o nome que se Lhe dê).

O excerto trata da importância da vida humana, vista como um patrimônio que não *pode* ser desperdiçado. Assim, a clonagem é, segundo esse discurso, algo que precisa ser evitado, pois atenta contra a suposta especificidade da espécie humana. A defesa da especificidade da espécie humana é retomada, no exemplo acima, através da negação polêmica que inicia o trecho. Pois, ao dizer o que a vida humana não é, o enunciado acima supõe a existência de um outro enunciado segundo o qual *a vida humana seria apenas o resultado de reações físico-químicas*. Como veremos em outras partes do texto de Estêvão Bettencourt, esse último enunciado é atribuído aqueles que defendem a clonagem. Entretanto, o que o discurso anticlonagem faz é criar um simulacro do discurso pró-clonagem. Afinal, os defensores da clonagem não diriam que defendem a idéia de que a vida humana seria apenas o resultado de reações físico-químicas.

Além da defesa de uma suposta especificidade do ser humano, existem outros pré-construídos que sustentam o discurso contrário à clonagem. Aceitar a clonagem é, até certo ponto, tirar do ser superior – *qualquer que seja o nome que se Lhe dê* - o mérito de ser o único

⁵⁸ Sobre a importância e o valor do ser humano, vale a pena observar o seguinte trecho, publicado na FSP do dia 09/08/2001: *O Vaticano também reagiu: "O valor de um homem não é o mesmo de um rato", disse o monsenhor Elio Sgreccia, vice-presidente da Pontifícia Academia para a Vida do Vaticano e conselheiro do Papa João Paulo II.*

criador do homem. Se as pessoas começarem a ser criadas a partir de técnicas científicas, não precisarão mais de um ser *Absoluto* (retomando o termo usado no trecho acima) para criá-las. Baseados nessa mesma lógica criacionista, alguns grupos religiosos são contrários também às técnicas de fertilização “in vitro” e ao uso de preservativos. Para esses grupos, *só Deus pode decidir sobre a vida humana*.

A argumentação do texto de Bettencourt está centrada em uma posição segundo a qual *é preciso respeitar a dignidade de cada ser humano*. Nesse sentido, a clonagem é vista como uma atitude antiética porque fere essa dignidade. Os semas positivos presentes no discurso contrário à clonagem são, principalmente, *respeito, ética, dignidade humana e consciência*. Como podemos observar nos trechos abaixo, esses semas aparecem com grande frequência no texto de Estêvão Bettencourt.

Exemplo 30

A partir do momento em que o óvulo é fecundado - ou também a partir do momento em que a célula começa a se dividir e se multiplicar -, inaugura-se uma nova vida humana. Nunca mais se tornaria humana se não fosse desde então; mesmo que seja uma vida tênue, que só chegue a produzir seis células, é humana e merece respeito.

/.../

Tal é o procedimento que a consciência indica, se queremos respeitar a dignidade de cada ser humano, mesmo na condição de embrião.

/.../

Essas considerações são reforçadas pela perspectiva do que poderá acontecer se a ciência não for orientada pela consciência ética. A volúpia da conquista pode obcecar o cientista e empolgá-lo a ponto tal que a ciência se volte contra o homem, em vez de servir ao homem. Na verdade, a ciência e a técnica não são valores absolutos, estão a serviço da pessoa humana, subordinadas aos direitos inalienáveis do ser humano. (Grifos nossos)

A expressão referencial definida *A volúpia da conquista* funciona como um simulacro do discurso em favor da clonagem. O que os geneticistas chamam de *desenvolvimento tecnológico* ou *avanço científico* (cf. texto de Pedro Junqueira) é recategorizado, segundo a grade semântica específica do discurso anticlonagem, como *volúpia da conquista*.

A negação polêmica presente no último período do trecho acima – *a ciência e a técnica não são valores absolutos* – pressupõe um discurso segundo o qual a ciência estaria sendo vista, por alguns, como um valor absoluto, acima de todas as coisas, inclusive acima do homem. Nesse sentido, o discurso anticlonagem não se opõe ao discurso pró-clonagem em si,

mas a um simulacro que constrói dele. Segundo esse simulacro, os cientistas que defendem a clonagem são vistos como antiéticos, egoístas e irresponsáveis. Entretanto, de acordo com o texto de João Pedro Junqueira, que analisamos anteriormente, o discurso da ciência não a considera um *valor absoluto*, mas algo *que caminha mais rápido que a sociedade*. Dessa forma, para esse discurso, os cientistas que defendem a clonagem, longe de serem egoístas ou irresponsáveis, são apenas indivíduos que *conseguem vislumbrar o futuro de forma menos preconceituosa* (cf. p. 81 desta dissertação)

Por outro lado, o discurso em favor da clonagem também constrói um simulacro dos seus adversários, reinterpretando os semas positivos do discurso anticlonagem de acordo com a grade específica de seu próprio discurso. Substantivos como *escuridão científica*, *fanatismo* e *preconceito* são utilizados para referir-se ao que o discurso anticlonagem chama de *prudência científica*, *amor ao ser humano* e *respeito à dignidade humana*, respectivamente.

Para se defender da acusação de *preconceito*, Estêvão Bettencourt acusa aqueles que defendem a clonagem de estarem *discriminando um ser humano indefeso em favor de um adulto*. É o que podemos comprovar no trecho abaixo:

Exemplo 31

Fala-se muito contra a discriminação racial, sexual, religiosa etc. Como então aceitar a discriminação do ser humano indefeso em favor de um adulto? Como produzir muitos embriões para aproveitar algum ou alguns e matar os demais, de acordo com o pragmatismo da sociedade de consumo?

Nesse excerto, há uma inversão semântica realizada pelo discurso anticlonagem. Os cientistas que defendem a clonagem acusam aqueles que se posicionam contra esse método de estarem sendo preconceituosos em relação aos avanços da ciência⁵⁹, isto é, de estarem, de uma certa forma, impedindo o desenvolvimento científico e favorecendo o atraso tecnológico.

Para defender-se dessa acusação, Estêvão Bettencourt, chama de discriminação a atitude de descartar os embriões que não forem aproveitados na clonagem. Nesse sentido, o sentido da palavra *discriminação* muda de acordo com a grade semântica específica de cada uma dessas FDs.

⁵⁹ Essa crítica dos cientistas defensores da clonagem contra aqueles que rejeitam esse método pode ser observada no seguinte trecho do texto de Pedro Junqueira: “A ciência muitas vezes caminha mais rápido do que a sociedade, talvez por fazer parte da personalidade do ‘cientista’ vislumbrar o futuro de forma menos preconceituosa”.

Em uma outra perspectiva discursiva, alguns cientistas também se mostram contrários às técnicas de clonagem humana. Alegando razões diferentes daquelas apresentadas pelo discurso religioso, a própria comunidade científica, bem como outras instituições políticas e sociais, mostra-se dividida no que diz respeito à clonagem. Vejamos os trechos abaixo:

Exemplo 32

A clonagem humana é contrária à ética européia, afirmou ontem a Comissão Européia, depois do anúncio do médico italiano Severino Antinori, feito diante da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, de que pretende iniciar experimentos de clonagem em novembro (FSP, 09/08/2001 – Reportagem da redação). (Grifos nossos).

"A Comissão Européia se pronuncia contra a clonagem de seres humanos pela simples razão de que essa tecnologia vai contra os sentimentos éticos dos cidadãos europeus", declarou a porta-voz Andrea Dahmen. "Além disso, essa tecnologia se encontra num estado muito precoce". (FSP, 09/08/2001 – Reportagem da redação).

Tom Shakespeare, especialista em ética médica, afirmou que a decisão era preocupante. "Estamos muito temerosos com o uso de células de embriões dessa maneira", afirmou. Para Shakespeare, o mundo científico pode estar indo rápido demais em um tema que exige mais precaução. (FSP, 12/08/2001. Reportagem de Josélia Aguiar).

Nos parágrafos acima, os motivos contrários à clonagem humana são bastante diferentes daqueles do texto de Estêvão Bettencourt. A questão da ética é retomada, mas a ética evocada pela Comissão Européia não é a mesma ética à qual se refere o monge beneditino. Na declaração de Andrea Dahmen, o termo *ética* assume o sentido de um sentimento específico dos cidadãos europeus. O trecho começa com uma citação em discurso direto. Nessa citação, há uma afirmação que está fundamentada no pressuposto de que a Europa teria uma ética própria. Ou seja, ao apresentar a expressão *ética européia* como complemento nominal do adjetivo *contrário*, o enunciador pressupõe a existência de um enunciado implícito (o de que há uma ética européia) que ele considera como consensual e sobre o qual ele se apóia (cf. Maingueneau, 1998:204). Por conseguinte, a ética não é vista como um valor universal, como no caso do texto de Bettencourt que se refere a uma *consciência ética* (essa suposta consciência ética seria a responsável pelo estabelecimento da hierarquia de valores entre o *bem* e o *mal*), mas como um conjunto de regras ligadas ao juízo de apreciação particular de uma determinada coletividade. Nesse caso, estaríamos falando não

de uma ética universal, mas de várias éticas particulares (ética européia, ética americana, ética cristã, etc.). Além das questões éticas, as autoridades do mundo político e a comunidade científica alegam que os métodos de clonagem são ainda muito *precoces* e, por isso exigem uma certa *precaução*.

No dia 22 de junho de 2002, a seção Tendências/Debates aborda novamente a questão da clonagem. Dessa vez, o tema proposto é a clonagem terapêutica. A pergunta motivadora do debate é “*Deve-se incentivar a clonagem terapêutica?*”. O convidado que responde NÃO à questão é, mais uma vez, o monge beneditino Estêvão Bettencourt. Para responder SIM à pergunta da seção, a convidada é a geneticista Mayana Zatz. O assunto da clonagem é retomado pelos editores da seção T/D por causa das declarações, em favor da clonagem terapêutica, feitas pelo então ministro da Ciência e da Tecnologia Ronaldo Sardenberg, no dia 11 de junho de 2002, em um seminário organizado pelo Senado. Uma vez que já analisamos mais detidamente os dois textos anteriores, também versando sobre a clonagem, iremos comentar apenas alguns trechos que retomam os discursos pró e anticlونagem.

O texto de Estêvão Bettencourt tem o seguinte título “*Os fins não justificam os meios*”⁶⁰. Esse título é uma negação polêmica do enunciado *Os fins justificam os meios*. Tal enunciado já faz parte do senso comum e, por isso, está, em certa medida, cristalizado como pertencente à *vox populi*. Portanto, ao negar tal enunciado, o texto de Estêvão Bettencourt assume um *ethos* de sapiência, pois somente um discurso que se pretende muito sábio poderia negar a veracidade da sabedoria popular⁶¹. Entretanto, essa suposta sabedoria presente no discurso religioso não está centrada nos seus enunciadores em si, mas na sabedoria de um *Ser Absoluto* que, como vimos no outro texto de Estêvão Bettencourt, é visto como o criador do homem. Portanto, alguém capacitado a “contestar” (ou questionar) à sabedoria popular.

No momento em que o texto de Estêvão Bettencourt mostra-se apto a contestar a *vox populi*, inicia-se a elaboração de uma cadeia argumentativa que supõe, implicitamente, a capacidade do discurso religioso de negar (ou contestar) o discurso pró-clonagem. Essa

⁶⁰ No primeiro texto de Estêvão Bettencourt que analisamos, o enunciado “os fins não justificam os meios” está presente no seguinte trecho: “*é preciso observar que o fim não justifica os meios*”. Nesse caso, o valor da negação é reforçado pela presença do comentário mataenunciativo *é preciso observar que*. Esse comentário meta volta-se sobre o dizer a fim de destacar a importância que o enunciador atribui ao enunciado.

⁶¹ Existem situações, como no caso dos provérbios, nas quais a chamada “sabedoria popular” é negada através de uma paródia. É o que ocorre, por exemplo, na música *Bom conselho* de Chico Buarque ou nos *Provérbios do Planalto* de Jô Soares. Nesses casos, os enunciados paródicos possuem um *tom* irônico. Não há, no entanto, uma negação propriamente dita dos provérbios. O que há é um velado questionamento acerca do caráter “inquestionável” da enunciação proverbial.

contestação torna-se possível porque um discurso que se pretende sábio o suficiente para contrariar a autoridade de um provérbio, seria, supostamente, ainda mais capaz de polemizar com os defensores da clonagem. Esse *ethos* sapiencial é reforçado pela referência feita a um texto da área médica, o que mostra um suposto conhecimento do enunciador em relação ao assunto que está sendo abordado. É o que podemos comprovar no seguinte trecho:

Exemplo 33

Com efeito, a partir das pesquisas do dr. Jerome Lejeune (1926-94), está comprovado que o conceito é autêntico ser humano desde a fecundação do óvulo pelo espermatozóide; não se pode falar de pré-embrião até o 14º dia nem se admite o prazo de 40 a 80 dias para que haja a animação humana. São palavras do dr. Lejeune: “A vida começa no momento em que toda a informação necessária e suficiente se encontra reunida para definir o novo ser. Portanto, ela começa exatamente no momento em que toda informação trazida pelo espermatozóide é reunida à informação trazida pelo óvulo. Está então realizado um novo ser. Aquele que mais tarde chamarão Pedro, Paulo ou Madalena (“Pensées du Prof. J. Lejeune”, Paris)”.

O excerto acima não só reforça o suposto conhecimento do enunciador sobre genética, mas também funciona como argumento de autoridade⁶² para o discurso anticlonagem, pois mostra que a própria comunidade científica (ou alguns membros dessa comunidade) é contrária à utilização de embriões humanos no desenvolvimento de técnicas de clonagem.

Além da citação acima, o enunciador do texto *Os fins não justificam os meios* cita no seu discurso um trecho do texto de decisão do Parlamento Europeu que defende a *integridade do embrião humano*. Vejamos o exemplo:

Exemplo 34

Muito a propósito decidiu o Parlamento Europeu, na sua resolução n.º B5 710/2000: “O embrião humano corre o risco de ser considerado uma coisa, uma reserva biológica, um objeto para a manipulação (...) Estamos convictos de que uma única concepção corresponde às exigências da democracia e dos direitos humanos: a que reconhece a plena humanidade do embrião. Esta convicção estimula a pesquisa científica que respeita a integridade do embrião humano. Rejeita toda a ação sobre o embrião que não tenha como objetivo o bem-estar direto do embrião”.

⁶² De acordo com Perelman (1996:348), o argumento de autoridade é aquele que “utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo como meio de prova a favor de uma tese”.

Com essa citação, o texto de Estêvão Bettencourt busca “destruir” o argumento dos defensores da clonagem terapêutica, quando afirmam: *“os milhares de embriões que são descartados todos os anos em clínicas de fertilização poderiam ser uma fonte fantástica para obtenção de qualquer tecido”* (cf. texto de Mayana Zatz). Argumentando no sentido contrário a essa afirmação de Mayana Zatz, Estêvão Bettencourt, afirma que *“não é lícito produzir um ser humano com a intenção premeditada de o explorar como coisa e depois matá-lo ou congelá-lo por cinco anos e eliminá-lo, desde que um casal benévolo não o venha procurar”*. Essa afirmação de Estêvão Bettencourt é, na verdade, um simulacro do discurso dos cientistas pró-clonagem, criado a partir da semântica global do discurso no qual o monge beneditino está inserido.

No texto de Mayana Zatz, cujo título é *Salvando vidas*, há uma longa explicação a respeito do que é a clonagem terapêutica. O texto tem um *tom* didático explicitado através de duas estratégias argumentativas utilizadas pela autora. A primeira dessas estratégias é a utilização de *perguntas retóricas*⁶³. Por meio dessas perguntas, a autora busca antecipar possíveis dúvidas do leitor. Vejamos alguns exemplos:

Exemplo 35

As questões agora são: Como obter células-tronco? O que tem isso a ver com a tão debatida clonagem terapêutica? Qual é a diferença entre a clonagem reprodutiva e a clonagem terapêutica? (Grifos nossos)

/.../. Sabendo de todo esse potencial terapêutico, porque alguns são contra essa nova tecnologia? (Grifos nossos)

Além das perguntas que servem para antecipar possíveis dúvidas do co-enunciador, o texto apresenta alguns dos argumentos utilizados em favor da clonagem também em forma de perguntas. É o que podemos constatar no exemplo abaixo:

Exemplo 36

Quanto a destruir "embriões humanos", estamos falando de cultivar tecidos ou órgãos, a partir de embriões descartados, que nunca serão inseridos num útero. Se esses embriões forem usados para salvar

⁶³ De acordo com Bakhtin (1929:170), perguntas ou exclamações retóricas são aquelas que se situam, de alguma maneira, na fronteira entre o discurso citante e o discurso citado. Assim, *“podem ser interpretadas como uma pergunta da parte do autor, mas também como uma pergunta de um personagem”*. No caso do texto de Mayana Zatz, o personagem representado seria o próprio leitor do artigo. Bakhtin utiliza essa terminologia para referir-se a textos literários. Entretanto, acreditamos que nada impede que o mesmo princípio analítico possa ser utilizado no gênero artigo de opinião, bem como em outros gêneros.

crianças e jovens condenados por doenças letais e incuráveis, não estaremos criando vida?

Esse recurso argumentativo utilizado pela autora corrobora, mais uma vez, o *tom* didático do artigo. Com essa forma de argumentação, o texto corporifica um enunciador que busca, através de métodos, até certo ponto, “indutivos”, persuadir seu co-enunciador. O uso das aspas na expressão *embriões humanos* serve para marcar a distância entre essa expressão, utilizada pelo discurso anticlونagem, e o discurso pró-clonagem. Ao invés da expressão colocada entre aspas, o discurso em favor da clonagem utiliza em sua grade semântica específica a expressão *embriões descartados*. A “escolha” lexical por parte do discurso pró-clonagem deve-se ao fato de que é bem mais fácil defender a realização de experiências genéticas com *embriões descartados* do que com *embriões humanos*. Isso porque o termo *humano* tem, para a sociedade em geral, um peso semântico muito forte. Se é *humano*, não pode ser *descartado*. No entanto, quando usa o termo *embriões descartados*, o enunciador do discurso pró-clonagem parte do pressuposto de que esses embriões não são ainda propriamente humanos.

A segunda estratégia argumentativa utilizada por Mayana Zatz é o recurso a *comentários metaenunciativos* que fazem referência à organização do texto. Segundo Borillo (1985), esses enunciados funcionam como marcas de estruturação, guiando o curso da leitura e facilitando a compreensão do texto pelo leitor. Além das características apontadas por Borillo, acreditamos que os enunciados metaenunciativos presentes no artigo de Mayana Zatz contribuem para o *tom* didático do texto, uma vez que tais enunciados funcionam como *marcas argumentativas*. Vejamos alguns exemplos:

Exemplo 37

As questões agora são: Como obter células-tronco? O que tem isso a ver com a tão debatida clonagem terapêutica? Qual é a diferença entre a clonagem reprodutiva e a clonagem terapêutica.

É o que tentarei explicar a seguir. (Grifos nossos)

É importante lembrar que as doenças genéticas afetam 3% das crianças que nascem, ou seja, mais de 5 milhões de brasileiros.

(Grifos nossos)

Os comentários metadiscursivos grifados indicam um desdobramento do discurso sobre si mesmo. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que enuncia, o enunciador comenta o seu enunciado a fim de estruturá-lo para melhor persuadir seu interlocutor.

Outro tema relacionado à questão da bioética é a polêmica em torno dos transgênicos (produtos geneticamente modificados). Os editores da seção Tendência/Debates aproveitaram as notícias acerca de um suposto compromisso firmado entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e algumas organizações não governamentais para apresentar aos leitores da FSP alguns pontos em torno da polêmica dos transgênicos. A pergunta feita pela equipe editorial da seção Tendências/Debates em relação aos transgênicos é a seguinte: “*O novo governo deve liberar os transgênicos?*”. Esse tema foi proposto no dia 07 de dezembro de 2002. As “autoridades” convidadas a darem sua opinião foram: Roberto Freire - senador pelo PPS de Pernambuco -, que responde SIM à pergunta motivadora do debate, e Andrea Salazar - coordenadora de campanhas do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor -, Marc von der Weid - coordenador de políticas públicas da Assessoria e Serviços a Projetos a Agricultura Alternativa - e Mariana Paoli - coordenadora da campanha de engenharia genética do Greenpeace -, que juntos coordenam a Campanha *Por um Brasil Livre de Transgênicos*. Os três, assinando um mesmo texto, respondem NÃO à pergunta da seção.

A questão dos transgênicos não aparece sozinha no debate proposto pela seção. Ela surge ligada ao novo governo brasileiro e a suas possíveis ações. Temos, na verdade, dois temas atuais abordados em uma mesma questão.

O texto de Roberto Freire, assim como o texto de Pedro Junqueira (o texto defendendo a clonagem humana que analisamos acima), apela para o desenvolvimento científico e tecnológico e afirma que a proibição do cultivo de produtos transgênicos *se converteria em desastre inominável em nosso futuro*. Vejamos como Freire justifica sua defesa dos produtos transgênicos:

Exemplo 38

Tanto na tribuna do Senado quanto por intervenções públicas, na mídia e fora dela, sempre defendi os avanços da ciência, a pesquisa e a inovação tecnológica, incluindo as conquistas na área de biotecnologia. Não por acreditar no determinismo científico, mas por entender que a civilização chegou até os nossos dias -superando dramas relacionados à saúde, ao ambiente e à própria reprodução humana - ajudada firmemente pelas mãos do conhecimento. (grifos nossos).

O senador Roberto Freire, por meio de uma negação polêmica, defende-se de uma suposta acusação de que ele, por defender os avanços científicos, acreditaria no determinismo científico. Além disso, Roberto Freire deixa implícita a afirmação de que os transgênicos representam um *avanço da ciência e uma conquista na área da biotecnologia*.

Segundo o discurso em defesa dos transgênicos, que, como podemos verificar, em alguns pontos se assemelha ao discurso em defesa da clonagem, o aperfeiçoamento de técnicas como a clonagem e os transgênicos só trazem benefícios à sociedade em geral. O trecho abaixo, também retirado do texto do senador Roberto Freire, exemplifica essa coincidência.

Exemplo 39

Com a afirmação crescente do humanismo e da democracia, o resultado da ciência estará vinculado de forma crescente ao benefício, e não a possíveis desvios maléficos.

Aqui, o enunciador parte do pressuposto de que há uma afirmação crescente do humanismo e da democracia para postular a existência de um *resultado benéfico da ciência*. Com isso, o enunciador não nega a existência de uma ciência *má*, pois considera que pode haver *desvios maléficos*. Ele apenas afirma que, se existem malefícios na ciência, esses são pouco numerosos, devido a um crescimento dos benefícios.

Quando analisamos os textos que tratam da questão da clonagem, observamos que o discurso pró-clonagem vê no discurso anticlonagem uma forma de atrasar o desenvolvimento e também um retorno a um suposto obscurantismo científico. No texto de Freire, essa idéia do atraso é retomada no seguinte trecho:

Exemplo 40

Deixemos de lado aspectos filosóficos, da razão iluminista, da crítica ao obscurantismo que antes queimava livros e agora se empenha em queimar lavouras de transgênicos, adentremos a realidade do mundo. E esta é uma só: o fundamentalismo bobo está ficando para trás, o conhecimento mais uma vez triunfa frente à ignorância. (Grifos nossos)

No exemplo acima, o enunciador cria um simulacro em relação ao discurso daqueles que não apóiam as experiências com produtos geneticamente modificados. A “precaução” em relação ao uso desses produtos é traduzida como *fundamentalismo bobo e ignorância*. Em

contrapartida, as ações da biotecnologia são vistas como a *realidade do mundo* e como *trunfo do conhecimento*. Há também, por parte daqueles que defendem essas *evoluções* científicas, um certo *ethos* de superioridade, que busca ridicularizar o discurso contrário, apresentando esse discurso como anticientífico, bobo e ultrapassado. No caso do trecho acima, fazer referência à *queima de lavouras de transgênicos* é apelar para uma memória discursiva segundo a qual ir de encontro à liberação dos transgênicos é tão absurdo quanto a atitude de queimar livros considerados impróprios pela Inquisição Católica do final da Idade Média. Esse tipo de comparação é mais uma forma de desqualificar e ridicularizar o discurso antitransgênicos, assim como todo discurso que se posicione contra os *avanços* da ciência.

Buscando defender-se da acusação de *ignorar o princípio da precaução* (cf. texto “*Transgênicos, a falsa salvação*”), o discurso em favor dos transgênicos procura mostrar que o desenvolvimento de técnicas para o cultivo de alimentos geneticamente modificados só tende a gerar benefícios para a humanidade. Vejamos o excerto abaixo:

Exemplo 41

(O Parlamento Europeu) acentua, corretamente, que os produtos transgênicos por si só não eliminarão a fome, embora possam concorrer para isso à medida que se insiram em uma concepção muito maior de distribuição de renda e de alimentos em todo o mundo. (Grifos nossos)

A menção, em discurso indireto, ao texto do Parlamento Europeu funciona como um argumento de autoridade em favor dos transgênicos. Esse argumento é, de certa forma, enunciado implicitamente no título do artigo: *A Europa e os transgênicos*. Isso porque apresentar o posicionamento favorável da Europa em relação aos produtos geneticamente modificados é, de alguma forma, reforçar os argumentos pró-transgênicos. O uso do advérbio modal *corretamente* marca a presença da *voz* dos autores do texto avaliando favoravelmente o discurso do Parlamento Europeu. A primeira oração do enunciado atribuído ao discurso dos europeus - *os produtos transgênicos por si só não eliminarão a fome* - é um argumento favorável ao discurso antitransgênicos. Entretanto, a segunda oração desse mesmo enunciado, que inicia com o operador argumentativo *embora*, “neutraliza” o valor argumentativo da primeira oração, pois introduz um argumento mais forte do que o apresentado na primeira parte do enunciado. No entanto, o verbo *poder* no subjuntivo (*possam*) funciona como um *modalizador*, produzindo um efeito de sentido de dúvida em relação à afirmação seguinte. Conseqüentemente, o valor do enunciado atribuído ao Parlamento Europeu perde um pouco

sua força argumentativa, uma vez que tal enunciado é apresentado como uma “possibilidade” e não como uma certeza.

Em uma outra perspectiva, aqueles que defendem a não liberação dos transgênicos apóiam sua argumentação em um discurso segundo o qual “*os transgênicos não são solução para resolver o problema da fome nem no Brasil nem no mundo*”. Para o discurso antitransgênicos, não há nenhum benefício na utilização de produtos geneticamente modificados. Além disso, ainda segundo o discurso contrário à liberação dos transgênicos, a única fome que esses produtos poderiam suavizar é a *fome de lucros das multinacionais*. É o que podemos comprovar no trecho abaixo, retirado do texto “*Transgênicos, a falsa salvação*” publicado, como dissemos acima, na seção Tendências/Debates do dia 07/12/2002:

Exemplo 42

Harvey Glick, diretor da Monsanto, erra ao afirmar que os transgênicos podem ajudar o Brasil e erradicar a fome, acenando com o desenvolvimento de safras transgênicas resistentes às secas no Nordeste. Glick deveria saber que não há, nem tão cedo será desenvolvida, tecnologia de transferência de genes que permita isso, independentemente dos riscos que a mesma possa conter.

Por trás dessa e de outras promessas transgênicas mágicas está em jogo a pressão pela liberação de soja geneticamente modificada resistente a herbicidas, que representaria um mercado de bilhões de dólares. Aliás, é bom lembrar que a soja transgênica e o seu herbicida são propriedade exclusiva da Monsanto e que a soja transgênica está proibida no Brasil por ordem judicial. A pretendida liberação, portanto, poderia até suavizar a fome de lucros dessa multinacional, mas não teria nenhum impacto sobre o número de famintos em nosso país. (Grifos nossos)

Nesse trecho, o uso do verbo *errar* funciona como um comentário avaliativo da afirmação de Harvey Glick introduzida no texto através do discurso indireto. O mesmo sentido avaliativo assume o gerúndio do verbo *acessar* (acendendo) que antecede o complemento do que corresponderia a uma suposta declaração de Glick. Assim, ao dizer que o diretor da Monsanto *acena com o desenvolvimento de safras transgênicas resistentes à seca*, o enunciador assume uma postura de dúvida em relação a essa afirmação de Glick. Essa suposta dúvida é confirmada no período seguinte, quando, através da locução verbal *deveria saber*, os autores do texto deixam implícita a idéia de que Glick estaria blefando, pois *não há, nem tão cedo será desenvolvida, tecnologia de transferência de genes que permita isso*.

O período seguinte inicia com uma expressão referencial definida – *essa e outras promessas transgênicas mágicas* – que retoma a afirmação de Glick. Pó meio dessa expressão referencial, o texto “*Transgênicos, a falsa salvação*” assume um *tom* irônico no que diz respeito ao discurso pró-clonagem. Ou seja, ao dizer que a afirmação de que os transgênicos podem contribuir para erradicação da fome no Brasil não passa de uma *promessa mágica*, o discurso antitransgênicos ridiculariza o discurso daqueles que defendem a liberação dos produtos geneticamente modificados, pois coloca esse último no campo da utopia. Esse tom irônico se mantém no último período do trecho acima, quando, mediante o uso de mais uma expressão referencial definida – *a pretendida liberação* – o texto retoma a questão da liberação da soja transgênica, afirmando que tal liberação *poderia até suavizar a fome de lucros dessa multinacional, mas não teria nenhum impacto sobre o número de famintos em nosso país*.

Em um outro momento, os autores procuram defender o discurso antitransgênicos de uma constante acusação que lhe é feita por parte de seus opositores. O trecho diz o seguinte:

Exemplo 43

Não tratamos o problema dos transgênicos como uma questão de “dogma ou ideologia” como, estranhamente, tem sido colocado.
(Grifos nossos)

Nesse enunciado, o discurso antitransgênicos, por meio de uma negação polêmica, refuta a acusação de que eles estejam tratando a polêmica em torno dos produtos geneticamente modificados como uma questão de dogma ou ideologia. O uso das aspas de modalização autonímica, bem como do advérbio *estranhamente* marcam a distância que o enunciador do texto mantém em relação à afirmação dos seus opositores.

Nesse primeiro grupo de artigos selecionados, observamos a existência de algumas estratégias recorrentes nos discursos materializados nos textos. Muitas dessas estratégias discursivas podem ser resumidas a partir da síntese de alguns traços semânticos representativos de tais discursos. Para melhor visualizarmos os semas (traços semânticos) de cada discurso, utilizaremos a oposição *discurso da mudança versus discurso da continuidade*, a qual explicitamos no início deste capítulo. Vejamos agora um quadro no qual estão representados os principais semas (positivos e negativos) dos temas tratados nesse primeiro bloco de textos:

Tabela 3
Semas referentes ao discurso da bioética

	MUDANÇA (incentivar)		CONTINUIDADE (proibir)	
	Pró (semas positivos)	Contra (semas negativos)	Pró (semas positivos)	Contra (semas negativos)
Clonagem	<ul style="list-style-type: none"> • Avanço; • Desenvolvimento científico; • Evolução. 	<ul style="list-style-type: none"> • Atitude antiética; • Volúpia da conquista; • Atitude precoce. 	<ul style="list-style-type: none"> • Prudência; • Respeito à humanidade; • Ética. 	<ul style="list-style-type: none"> • Atraso • Temor; • Preconceito.
Transgênicos	<ul style="list-style-type: none"> • Nova tecnologia; • Conquista benéfica; • Triunfo do conhecimento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promessa mágica; • Tecnologia insegura; • Engodo econômico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Precaução; • Defesa do meio ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentalismo bobó; • Ignorância.

1.2. A polêmica em relação à liberdade civil

Outro tema abordado na seção Tendências/Debates e que é atravessado pelos traços semânticos da mudança e da continuidade é a polêmica em torno da *liberdade civil*. Nesses tempos em que assuntos como *terrorismo, guerra, liberdade sexual e religiosa* estão cada vez mais presentes, a questão da liberdade civil é constantemente retomada nas discussões políticas, econômicas e sociais e, conseqüentemente, retomada também pelos meios de comunicação. Em relação à liberdade individual de cada cidadão, a Declaração Universal dos Direitos Humanos diz o seguinte:

Artigo II - Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. Não será tampouco feita qualquer distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

A primeira constatação a respeito de como é vista a questão da liberdade nos diferentes discursos materializados nos textos da seção Tendências/Debates é que existem diferentes concepções de liberdade. Para alguns discursos, essa liberdade deve obedecer a certas regras, certos limites. É o que alguns chamam de *liberdade com responsabilidade*. Essa noção de liberdade está fundamentada em uma memória discursiva segundo a qual a liberdade sem regras pode se tornar prejudicial ao homem. O discurso religioso, por exemplo, evoca a necessidade de obedecer a regras, uma vez que a humanidade é chamada a ser fiel ao Deus que a criou. Essa fidelidade será manifestada através de uma liberdade (é o chamado *livre arbítrio*) submetida a certos controles sociais. Petit (1996), no texto *El sujeto imposible*, trata da questão da liberdade do sujeito afirmando que o controle do Estado nos dá uma liberdade limitada, uma vez que estamos presos na estrutura repressora desse Estado que nos domina. Assim, na medida em que somos livres para consumir, acabamos nos tornando impossíveis enquanto indivíduos, pois estamos submetidos às leis e à sociedade. Nesse sentido, ainda segundo Petit, somos livres para nos darmos uma lei.

Em relação à questão da liberdade civil, selecionamos dois momentos nos quais a seção Tendências/Debates abordou assuntos que estão, em alguma medida, relacionados ao tema da liberdade.

O primeiro desses assuntos está relacionado à liberalização ou não do uso de drogas. Esse assunto foi abordado pela seção Tendências/Debates em duas ocasiões nos textos selecionados. Na primeira vez em que o assunto da liberalização das drogas foi “discutido” na seção T/D (dia 24/11/2001), a pergunta motivadora do debate foi “*A maconha deve ser descriminalizada?*”. O fato que motivou a elaboração dessa pergunta por parte da equipe editorial foi a demissão da apresentadora Sônia Francine da TV Cultura por causa de uma entrevista que a citada apresentadora concedeu a revista *Época*. Nessa entrevista, Sônia Francine teria declarado ser consumidora de maconha. Os convidados para responder a essa questão foram o médico Arthur Guerra de Andrade, que respondeu NÃO, e o deputado federal (PT-RJ) Fernando Gabeira, que respondeu SIM à questão.

No texto de Gabeira, que tem o título *A velha discussão sobre o crime sem vítima*, a defesa da liberalização da maconha é feita com base no exemplo de outros países. Esse recurso funciona no texto como um argumento de autoridade, uma vez que o exemplo de outros países, supostamente mais informados sobre a questão da maconha do que o Brasil, possui um forte valor persuasivo. Em alguns momentos, o texto assume um *tom* irônico em

relação às punições aplicadas aos usuários de maconha. É o que podemos observar no trecho seguinte:

Exemplo 44

Outros caminhos trilhou a polícia britânica para recomendar ao governo Blair uma política mais liberal em relação à maconha. Pesquisas internas revelaram que um flagrante e todos os trâmites legais indispensáveis à prisão de um fumante de maconha tomam cinco horas de trabalho, um tempo precioso demais a ser tomado da polícia. Um elementar senso de ridículo levou o governo britânico a reformular a sua política, criando uma área experimental no distrito de Lambeth, em Londres, onde está o bairro de Brixton, com grande presença de estrangeiros, inclusive jamaicanos. Nessa área, fumar é permitido, pois a polícia tem mais o que fazer além de prender usuários de maconha. A mesma reflexão da Polícia Montada do Canadá - uma análise de custos e benefícios da repressão ao uso da maconha - a levou a recomendar ao governo um processo de flexibilização que a liberasse dessas tarefas mesquinhas e contraproducentes. (Grifos nossos)

O enunciador, ao relatar os estudos e, posteriormente, as decisões tomadas pelas polícias britânica e canadense, assume um *tom* irônico, buscando ridicularizar as políticas de repressão ao uso de drogas. O acréscimo de comentários como *um tempo precioso demais a ser tomado da polícia* e *um elementar senso do ridículo* funciona como um elemento a mais na argumentação do texto, pois busca convencer os prováveis leitores do artigo de que os países, como o Brasil, que agem de forma contrária ao que está sendo feito na Inglaterra e no Canadá estão fazendo a polícia *perder um tempo muito preciso* e, portanto, *não têm senso do ridículo*. A explicativa *pois a polícia tem mais o que fazer além de prender usuários de maconha* também funciona como um argumento a mais para reforçar a tese defendida no artigo de Gabeira. Nessa perspectiva, a explicação fornecida através da citada oração indica uma posição discursiva, assumida como verdade pelo discurso em favor da liberação da maconha, segundo a qual prender usuários de maconha não deveria ser uma tarefa da polícia, pois existem coisas mais urgentes a serem feitas por ela. No último período do trecho acima, o grupo nominal *repressão ao uso da maconha* é retomado pela expressão referencial definida *essas tarefas mesquinhas e contraproducentes*. Essa retomada anafórica funciona como um simulacro do discurso em favor da repressão ao uso da maconha. Assim, ao recategorizar a expressão *repressão ao uso da maconha* através de dois adjetivos semanticamente negativos, o enunciador não só faz uma avaliação negativa sobre a citada repressão, mas também

redefine, dentro de sua grade semântica específica, o sentido da expressão *repressão ao uso da maconha*.

O texto do médico Arthur Guerra de Andrade, cujo título é *Jogar com o risco*, como vimos no primeiro capítulo desta dissertação (cf. cap 1, p.p. 22-24), está dividido em duas partes. Na primeira, o enunciador do texto assume um *ethos* de superioridade, portando-se como alguém autorizado a tratar do assunto *uso de drogas*. Nesse caso, é o discurso da medicina que sobressai, tornando o texto incisivo. No segundo momento do texto, há uma suavização no tom do artigo. Isso se deve, principalmente, a uma mudança de tópico discursivo. Nessa segunda parte do texto, o enunciador irá centrar sua argumentação na entrevista dada por Sônia Francine⁶⁴ à revista *Época*. Por se tratar de um assunto supostamente delicado, Arthur Guerra de Andrade assume uma posição mais amena. Como já iniciamos a análise do texto *Jogar com o risco* no primeiro capítulo da dissertação, limitaremos-nos a apresentar apenas mais um trecho do artigo em questão para que possamos observar algumas marcas lingüísticas que reforçam o discurso contrário à liberalização das drogas.

Exemplo 45

Mas quem é a Soninha? É uma profissional, competente, responsável, que trabalha com um público definido, os adolescentes. Mais do que isso, seus atos são apreciados com atenção, desde a forma como se veste e fala até o modo como se comporta.

Não me sinto à vontade para comentar sua demissão da TV Cultura, visto que o meu treinamento é da área da saúde. Porém há um momento em que o que o profissional expressa deixa de ser apenas o que ele pensa: reflete o que pensa a instituição que ele representa. Com toda a pluralidade desta Folha, eu não saberia dizer o que aconteceria se um dos colunistas da página A2 (Opinião) - na sua mão esquerda neste momento - trouxesse opiniões pró-terrorismo ou pró-racismo, contrárias à coluna vertebral do jornal. (Grifos nossos)

No trecho acima, o enunciador começa enumerando as características de Sônia Francine. No período seguinte, depois do comentário metaenunciativo *mais do que isso*, o enunciado *seus atos são apreciados com atenção*, que corresponde a um argumento mais forte do que os anteriores, é introduzido no texto. Esse enunciado explicita o tópico sobre o qual está fundamentado todo o trecho acima: as supostas conseqüências da revelação da

⁶⁴ Como explicitamos anteriormente, na citada entrevista, publicada na revista *Época*, a apresentadora Sônia Francine assume publicamente que é usuária de maconha.

apresentadora. Em outras palavras, pode-se dizer que, para o discurso materializado no texto de Arthur Guerra de Andrade, Sônia Francine é, acima de qualquer outra coisa, uma formadora de opinião.

No parágrafo seguinte, o texto volta a assumir um *tom* moderado e o enunciador mostra-se, mais uma vez, reticente em relação ao tema tratado. Esse tom moderado, como vimos no primeiro capítulo, funciona como uma estratégia argumentativa que suaviza as críticas feitas à apresentadora Sônia Francine. Nesse sentido, o uso da *expressão referencial definida o profissional*, que aparece no segundo período do segundo parágrafo, funciona como uma forma genérica de o enunciador referir-se à apresentadora Sônia Francine. Ou seja, ao invés de citar o nome da apresentadora, o enunciador “escolhe” usar a expressão *o profissional*. Tal “escolha” supõe um certo efeito de imparcialidade. Esse efeito de imparcialidade evita, até certo ponto, que a *face positiva*⁶⁵ do médico seja ameaçada, pois ao indicar que não há nenhuma conotação pessoal nas críticas feitas à apresentadora Sônia Francine, Arthur Guerra de Andrade assume uma posição, supostamente, menos comprometida.

Na última parte do trecho acima, o enunciador utiliza-se de um exemplo do próprio veículo de comunicação no qual o seu texto foi publicado para reforçar as críticas feitas à apresentadora Sônia Francine. Dessa forma, o enunciador não só corrobora o *ethos* democrático da *Folha*, pois faz referência a uma suposta *pluralidade* do jornal, mas também reafirma, implicitamente, a gravidade das declarações da apresentadora, comparando sua atitude a de um articulista que ousasse apresentar *opiniões pró-terrorismo ou pró-racismo*.

A partir da análise do texto de Arthur Guerra de Andrade, pudemos observar que a crítica não é feita apenas à liberalização do consumo da maconha, mas a toda e qualquer manifestação a favor do uso de drogas. Sônia Francine é criticada porque, segundo o texto, ela teria “*sugerido comportamentos que podem levar à dependência de drogas*”. Ou seja, a apresentadora estaria, de acordo com o discurso contrário ao uso de drogas, influenciando negativamente os jovens, que constituem o público característico do programa até então apresentado por Francine.

⁶⁵ No que diz respeito às faces do enunciador e do co-enunciador, Maingueneau (1998:38) afirma que “*todo indivíduo possui duas faces*”. A face negativa *corresponde ao território de cada um (seu corpo, sua intimidade)*. Já, a face positiva *corresponde à fachada social, à nossa própria imagem que tentamos apresentar aos outros*.

Na segunda ocasião em que a questão da liberação das drogas foi abordada (05/04/2003), a pergunta que motivou o debate foi: “*Deve-se descriminalizar as drogas como meio de combate ao crime organizado?*”. Os convidados da seção foram o ex-secretário nacional Antidrogas da Presidência da República Wálter Maierovitch, que respondeu SIM à questão, e, mais uma vez, o médico Arthur Guerra de Andrade, que respondeu NÃO à pergunta da seção Tendências/Debates. A discussão é retomada devido à onda de criminalidade que assolou o Rio de Janeiro durante os primeiros meses de 2003, causando inclusive o fechamento de pontos comerciais por causa da ação do crime organizado.

O texto de Wálter Maierovitch, cujo título é *Proibição e legalização*, faz uma retomada histórica dos discursos sobre o consumo de drogas, argumentando no sentido de mostrar que a polêmica em torno do consumo de drogas é, acima de tudo, uma questão política. O texto vai sendo construído com a ajuda de advérbios modalizadores, como *pior e melhor*, que marcam, de forma bastante contundente, a posição do enunciador. Como exemplo, vejamos o trecho abaixo:

Exemplo 46

*A China buscou a proibição e isso resultou nas duas Guerras do Ópio (1839-1842 e 1856), que findaram com a vitória dos ingleses. Exemplos recentes podem ser lembrados. Nos anos 40 e 50, a CIA apoiou o Exército Nacionalista Chinês, o famoso Kuomintang, na luta contra os maoístas. **Incentivou o plantio e a venda do ópio para a compra de armas.** A CIA empregou igual estratégia no Laos, nos anos 60, para aniquilar a guerrilha de Pathet Lao. O mesmo posicionamento verificou-se no Afeganistão, nos anos 80 e em face da invasão russa. Pior mesmo foi a cobertura dada para o tráfico de crack nos guetos de Los Angeles, com obtenção de recursos para a sustentação, na Nicarágua, dos Contras. (Grifos nossos)*

As várias anáforas associativas retomam o argumento central do artigo que é a idéia de que *durante séculos, a questão da droga vem sendo utilizada para esconder interesses econômicos e geopolíticos* (trecho do texto de Wálter Maierovitch). O referente das três anáforas grifadas acima é o enunciado *incentivou o plantio e a venda do ópio para compra de armas*, no qual o sujeito de incentivou é a CIA. Quando as anáforas *igual estratégia* e *o mesmo posicionamento* são apresentadas, há uma referência direta a atitude da CIA. Entretanto, quando a expressão *pior mesmo* é utilizada, não há apenas a retomada do enunciado que está em negrito. Há também uma avaliação negativa em relação a tal enunciado. O enunciador não só retoma a questão do incentivo da CIA ao plantio de drogas,

mas afirma, implicitamente, que, dentre todas as estratégias de incentivo ao comércio de drogas, *a cobertura dada para o tráfico de crack nos guetos de Los Angeles* foi a pior. Na verdade, a crítica à CIA é apenas uma das formas encontradas pelo autor do texto para criticar a política antidrogas dos Estados Unidos. Essa crítica aos americanos fica ainda mais clara no trecho abaixo:

Exemplo 47

Os norte-americanos, como reação às tendências descriminalizantes, adotaram, para a América Latina e pela boca dos seus aliados, a técnica de jogar a culpa no usuário pelo quadro de escalada da criminalidade. Apelaram ao truísmo: sem demanda não haveria oferta. Um truísmo que faz parte da campanha para manter a criminalização. (Grifos nossos)

Aqui, a crítica aos americanos é feita por meio de um simulacro. Ou seja, quando define a política antidrogas dos americanos, o enunciador faz um simulacro do discurso dos americanos. Portanto, para o discurso pela liberalização das drogas, a política antidrogas dos Estados Unidos não passa de uma *técnica de jogar a culpa nos usuários pelo quadro de escala da criminalidade*.

Na continuação do exemplo anterior, o enunciador permanece criticando a política antidrogas americana, só que agora a comparando com as atitudes dos últimos presidentes do Brasil. Vejamos:

Exemplo 48

No Brasil, a política do ex-presidente FHC trilhou o canhestro e superado modelo norte-americano. Por exemplo, optou pela criminalização do porte para uso próprio e implantou uma forma de solidariedade autoritária, com adoção do modelo norte-americano de Tribunais para Dependentes Químicos.

Pior ainda. Em 1998, quando da Assembléia Especial da ONU para tratar da questão das drogas, o então sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva assinou documento condenando a adesão do Brasil à americanizada política da ONU. Na semana passada, os ministros da Educação, da Cultura e dos Direitos Humanos assinaram um protocolo de intenções com a Secretaria Nacional Antidrogas da Presidência da República. Afora a prática inusitada de ministros com intenção de aplicar a política do presidente, o tal protocolo busca a implantação da política herdada de FHC, a qual, infelizmente, parece ter caído no agrado do presidente Lula. (Grifos nossos)

O uso de adjetivos como *canhestro e superado* serve para categorizar negativamente a política de combate às drogas dos americanos. Assim, a expressão referencial definida, formada pela soma dos adjetivos supramencionados com o sintagma nominal *modelo norte-americano*, retoma, ao mesmo tempo em que recategoriza, o que no exemplo anterior é chamado pelo enunciador de *truísmo*, isto é, a política antidrogas dos americanos, segundo a qual *sem demanda não haveria oferta*. No período seguinte, o texto apresenta alguns exemplos que aproximam as ações do então presidente FHC dos modelos norte-americanos. O parágrafo subsequente inicia com mais um enunciado metaenunciativo que comenta, avaliando negativamente o enunciado do período seguinte. O enunciado *pior ainda* refere-se a uma suposta *mudança* de atitude do presidente Lula no que diz respeito à questão do combate às drogas. Esse comentário *metaenunciativo*, juntamente com o advérbio modalizador *infelizmente*, avalia negativamente a provável mudança de Lula. Há, em certo sentido, uma inversão de papéis, pois o discurso que defende a liberalização das drogas critica o ex-sindicalista e atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva porque ele “mudou”. Entretanto, essa crítica não é a mudança em si, mas a uma mudança que, para o discurso em prol da liberação das drogas, não traz benefícios. É como se as atitudes de Lula representassem na verdade um retrocesso e não uma evolução. Nesse sentido, podemos dizer que, para o discurso em prol da mudança, apenas os “avanços” são bem vindos.

O texto de Arthur Guerra de Andrade, cujo título é *Há muito que discutir*, procura mostrar como a questão do consumo de drogas é tratada em outros países. Na verdade, o artigo em questão nega a tese de alguns defensores do discurso em prol da liberação das drogas, segundo a qual países supostamente mais “evoluídos” já teriam desenvolvido uma política de liberalização do consumo de algumas drogas como a maconha (cf. texto *A velha discussão dobre o crime sem vítimas* de Fernando Gabeira). Conforme o texto de Arthur Guerra de Andrade, *nenhum país tem uma política nacional sobre drogas que contemple a legalização das mesmas*. Para defender essa tese, o texto em questão define, de acordo com o discurso antidrogas, o conceito de legalização. É o que podemos observar no exemplo seguinte:

Exemplo 49

Nesta matéria, é importante a conceitualização do que legalização e do que descriminalização ou despenalização. Basicamente, por legalizar o uso de drogas ilícitas, entende-se postura da sociedade semelhante à referente ao atual consumo de bebidas alcoólicas.

Por outro lado, quase todos os países discutem cada vez mais intensamente o que é descriminalização ou despenalização do uso de drogas: o fato de a pessoa ser flagrada de posse de drogas ilícitas, até certa quantia considerada de uso pessoal, não é avaliado como comportamento criminal, portanto, o indivíduo não pode ser preso por esse motivo. (Grifos nossos)

No trecho acima, há uma definição acerca da legalização no uso de drogas. O uso da glosa metaenunciativa *é importante*, serve para destacar e enfatizar o enunciado que a segue. O autor do texto destaca a suposta importância da conceitualização apresentada no período seguinte. Entretanto, o advérbio modal *basicamente*, bem como o adjetivo *semelhante*, dá ao conceito um tom mais suave, menos incisivo. No segundo parágrafo do exemplo, o enunciador utiliza, na explicitação do conceito de descriminalização ou despenalização, uma estratégia diferente da utilizada no caso do conceito de legalização das drogas. Ao invés de dizer o que é descriminalização, o texto diz o que esse termo não é. Na verdade, há uma negação polêmica que funciona como uma defesa do discurso antidrogas. Ao afirmar que a posse de drogas ilícitas, até certa quantia, não leva o indivíduo para cadeia, o discurso antidrogas busca defender-se da acusação de que existe uma política muito *severa* para com o usuário de drogas.

Após precisar o sentido de “legalizar”, “descriminalizar” e “despenalizar”, de acordo com o discurso contrário à legalização, o texto de Arthur Guerra de Andrade fornece dados que contradizem o discurso em favor da legalização. É o que podemos observar no excerto abaixo:

Exemplo 50

O que acontece nos outros países? Vamos utilizar os exemplos de três deles, citados com frequência como “modelos” de enfrentamento do problema: Portugal, Holanda e Suíça. Lá, o uso de drogas não é legalizado, apesar de repetidas veiculações na mídia informando o contrário. As pessoas não estão autorizadas a produzir, a vender, a utilizar drogas ilícitas. Em Amsterdã, por exemplo, é tolerável o uso de maconha em alguns cafés, sendo que nesses locais a quantia para consumo individual diminuiu de 30 g no passado para atuais 5 g. Convém lembrar que esse consumo é realizado quase que exclusivamente por turistas e que o uso de maconha nas ruas, nos parques e em lugares públicos não é permitido. Obviamente, nem sequer é discutido o uso público de outras drogas ilícitas, tais como cocaína, anfetaminas e heroína. (Grifos nossos)

Aqui, Arthur Guerra de Andrade utiliza o exemplo de três países citados constantemente como exemplo no que diz respeito às políticas de descriminalização (cf. textos de Fernando Gabeira e de Wálter Maierovitch) por aqueles que defendem a liberalização das drogas. O uso das aspas de modalização autonímica na palavra *modelos* mostra que esse termo foi retirado do discurso em defesa da liberação das drogas. Além de indicar que a palavra aspeada não pertence ao discurso materializado no texto, as aspas denunciam uma certa ironia do enunciado em questão.

No período seguinte, há uma negação explícita do discurso pró-descriminalização. Embora não informe quem é o enunciador das *repetidas veiculações na mídia* acerca da legalização das drogas nos três países citados, o texto apela para o conhecimento de mundo do leitor para concluir que essa suposta falsa informação vem do discurso em defesa da legalização das drogas. Entretanto, no período seguinte, não há uma negação do discurso dos adversários como um todo. O texto não nega a existência de cafés onde o consumo de drogas é permitido, apenas modaliza a informação, por meio de algumas escolhas lexicais. Assim, ao invés de falar em legalização ou permissão para o consumo de drogas, o texto de Guerra afirma que tal consumo é *tolerável*. O autor do texto também faz questão de afirmar que esse consumo se dá em *alguns cafés*⁶⁶, mostrando que a suposta liberação está condicionada a vários outros fatores.

No período seguinte, a glosa metaenunciativa *convém lembrar*, que, assim como é *importante*, destaca e enfatiza o enunciado que a segue, introduz uma oração reforçando o tom restritivo do período anterior. Por fim, o uso do advérbio modal *obviamente*, no último período do trecho sob análise, corrobora a posição daqueles que são contrários à legalização das drogas. De acordo com o discurso contrário à legalização, a liberação de *drogas ilícitas* não deve ser nem considerado.

Para concluir a análise do artigo de Arthur Guerra de Andrade, vejamos algumas marcas lingüísticas presentes no último período do texto:

Exemplo 51

Penso que, no Brasil, é necessário discussão, planejamento, ações efetivas na prevenção, no tratamento e na repressão do uso de

⁶⁶ No texto de Gabeira (*A velha discussão sobre o crime sem vítima*), o enunciado que trata sobre a venda de maconha em cafés é o seguinte: “A Holanda, onde a maconha é vendida em ‘coffee shops’, sempre foi uma demonstração concreta da falsidade dessa tese”. A tese a qual o texto se refere é a de que *a maconha é uma escada para outras e mais perigosas drogas*.

drogas. E, atualmente, não é a legalização o caminho a ser tomado. O discurso, ainda que atraente e sedutor, é perigoso e estéril. (Grifos nossos)

O tratamento e a repressão ao uso de drogas são apresentados como algo incontestável. O uso da glosa metaenunciativa *é necessário*, que faz referência ao enunciado subsequente destacando-o, é, até certo ponto, suavizado pelo emprego do modalizador *penso que*, pois esse modalizador dá ao enunciado um *tom* mais ameno. Ao enumerar os elementos *necessários na prevenção, no tratamento e na repressão do uso de drogas*, o enunciador do texto pressupõe a existência de uma prevenção, de um tratamento e de uma repressão. Ou seja, em nenhum momento essas três medidas são questionadas. No entanto, quando utiliza uma escala argumentativa que inicia com o termo *prevenção* e termina com o termo *repressão*, o texto deixa implícita a idéia de que a repressão deve ser utilizada em última instância. Assim, para o discurso contrário à legalização das drogas, a repressão, apesar de só dever ser utilizada em último caso, não deve ser abolida.

Outro assunto relacionado à questão da liberdade civil é a polêmica em torno da liberdade sexual. A seção Tendências/Debates abordou alguns aspectos desse tema quando seus editores propuseram um debate relacionado à polêmica em torno da guarda do filho da cantora Cássia Eller. Na ocasião, a pergunta motivadora do debate foi “*Morrendo um cônjuge homossexual, é certo dar a guarda do filho dele ao outro cônjuge?*”. Esse tema foi abordado na seção T/D no dia 12 de janeiro de 2002. Os convidados para responderem a questão foram Sílvia Pimentel, coordenadora nacional do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a defesa dos Direitos da Mulher (Cladem-Brasil), e Francesco Scavolini, presidente do Comitê Di Pietro e membro do Comites (Comitê dos italianos no exterior).

O texto de Sílvia Pimentel inicia tratando da polêmica a respeito da tutela do filho da cantora Cássia Eller e termina abordando a questão do projeto de lei que trata da união civil entre pessoas do mesmo sexo. Vejamos alguns trechos retirados do texto em questão:

Exemplo 52

PELA PRIMEIRA vez no país, o Judiciário manifestou-se sobre guarda de criança pleiteada por companheira homossexual. Representou um avanço significativo a liminar concedida em relação à guarda provisória do filho de Cássia Eller a Maria Eugênia, que com ela conviveu durante 14 anos. Tudo indica que a tutela definitiva do garoto venha confirmar essa corajosa decisão. Embora pequeno, é

crescente o número de decisões judiciais que asseguram os direitos de pessoas homossexuais. Vale destacar decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), de 2000, sobre o direito à igualdade e à não-discriminação em virtude de orientação sexual. Alguns Tribunais de Justiça do país também já proferiram decisões inovadoras sobre os direitos de pessoas do mesmo sexo em união estável. O ordenamento jurídico brasileiro é omissivo em relação aos homossexuais e não garante a todos os seus cidadãos tratamento que respeite os valores de igualdade, respeito, equidade e diversidade. Esse fato tem servido para reforçar e reproduzir preconceitos, estereótipos e discriminações, além de muita hipocrisia. É causa de grande sofrimento.

/.../

O movimento político e jurídico brasileiro em torno dos direitos referentes à livre orientação sexual insere-se em um contexto internacional de construção dos direitos humanos.

A socióloga feminista norte-americana Nancy Fraser aponta que tanto a injustiça socioeconômica quanto a injustiça cultural se encontram amplamente difundidas nas sociedades contemporâneas. Estão ambas arraigadas em processos e práticas que sistematicamente colocam grupos de pessoas em desvantagem ante outros. Ambas, portanto, devem ser remediadas. Para ela, ser democrata radical implica estar atento e tratar de eliminar dois tipos de impedimento à participação democrática: a desigualdade social e o desrespeito à diferença. A democracia radical requer uma política cultural da identidade e da diferença, bem como uma política social. (Grifos nossos)

Nesse trecho, constatamos a presença do discurso em favor da liberdade sexual que, para os sujeitos dessa FD, é uma das manifestações da liberdade civil. Com base nesse discurso, o ser humano é livre para escolher, entre outras coisas, sua orientação sexual. Assim, a decisão de dar a guarda provisória do filho de Cássia Eller a sua companheira Maria Eugênia é vista como um avanço significativo na luta pelos direitos dos homossexuais. A expressão *avanço significativo* (objeto direto, localizado no primeiro parágrafo do exemplo acima) expressa a posição discursiva do enunciador em relação à decisão da justiça no que diz respeito à guarda do filho de Cássia Eller. Nesse mesmo período, a inversão da ordem sujeito-verbo-objeto (SVO) também contribui para destacar a tese defendida no texto, pois coloca em primeiro plano o complemento verbal *um avanço significativo*, o que reforça a posição do discurso em prol dos *direitos dos homossexuais*. A expressão referencial definida *essa corajosa decisão*, que retoma o enunciado *a liminar concedida em relação à guarda provisória do filho de Cássia Eller a Maria Eugênia* também indica a posição discursiva

materializada no texto no que diz respeito à guarda do filho de Cássia e, em última instância, em relação aos direitos dos homossexuais.

No segundo trecho retirado do texto de Sílvia Pimentel, a questão dos direitos dos homossexuais é relacionada à luta pelos *direitos humanos*. Ainda segundo esse discurso, ferir o direito dos homossexuais é fomentar a *desigualdade social* e o *desrespeito à diferença*. Ao citar o discurso da democrata radical Nancy Fraser, a autora do texto retoma um discurso segundo o qual uma das formas da *democracia* manifestar-se em uma sociedade é através do *respeito à diferença*. Assim, o texto deixa implícita a idéia de que se não há respeito aos homossexuais, não há respeito à diferença e, portanto, não se estaria vivendo a democracia em sua plenitude. Há, por parte do discurso materializado no texto de Sílvia Pimentel, o reconhecimento da *diferença* no que diz respeito ao homossexualismo. Entretanto, ainda segundo esse discurso, tal diferença não deveria gerar desigualdade.

No parágrafo seguinte, Sílvia Pimentel cita um trecho da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Vejamos o que diz o excerto:

Exemplo 53

A Declaração dos Direitos Humanos de 1993 (adotada por mais de 170 Estados) reitera a concepção introduzida pela Declaração de 1948 ao afirmar: "Todos os direitos humanos são universais, interdependentes e relacionados. A comunidade internacional deve tratar os direitos humanos globalmente de forma justa e equitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase".

Como diz a jurista Flávia Piovesan, vive-se um momento no Brasil de redefinição e reformulação da agenda de direitos humanos, em que são incorporados temas como os direitos econômicos, sociais e culturais ao lado dos tradicionais direitos civis e políticos. Assim, há que se incorporar os direitos dos homossexuais como direitos humanos. (Grifos nossos)

Nesse exemplo, há uma citação em *discurso direto*. O discurso direto, de acordo com Maingueneau (1998:140), “*não se contenta em eximir o enunciador de qualquer responsabilidade, mas ainda simula restituir as falas citadas e se caracteriza pelo fato de dissociar claramente as duas situações de enunciação: a do discurso citante e a do discurso citado*”. Esse tipo de citação, ainda segundo Maingueneau, *cria um efeito de autenticidade*. Ao utilizar o texto da Declaração dos Direitos Humanos, Sílvia Pimentel antecipa, ao mesmo tempo em que reforça, a tese de que as mudanças ocorridas no Brasil na *agenda dos direitos humanos* são de grande importância, uma vez que, segundo a própria comunidade

internacional, *todos os direitos humanos são universais, independentes e relacionados*. No segundo parágrafo, há a introdução da glosa metaenunciativa *como diz a jurista Flávia Piovesan*. Essa glosa marca a presença de uma *modalização em discurso segundo*⁶⁷. Através desse tipo de modalização, a autora do texto *Uma questão de justiça* atribui a autoria do enunciado a um outro enunciador. Entretanto, no último período, Sílvia Pimentel retoma, implicitamente, a citação em Discurso Direto acerca dos direitos humanos e a citação em discurso segundo atribuída a Flávia Piovesan. Essa retomada ocorre por meio de uma associação de enunciados. A enunciadora une o fato de a declaração universal dos direitos do homem considerar todos os direitos humanos como universais às reformulações feitas na agenda dos direitos humanos no Brasil para concluir que *há que se incorporar os direitos dos homossexuais como direitos humanos*. Dessa forma, o texto retoma a tese, expressa alguns parágrafos antes, de que *“o movimento político e jurídico brasileiro em torno dos direitos referentes à livre orientação sexual insere-se em um contexto internacional de construção dos direitos humanos”*.

A principal tese defendida no artigo é a de que os direitos dos homossexuais fazem parte dos direitos humanos e, por isso, não podem ser ignorados. Ainda de acordo com o texto de Sílvia Pimentel, essa “mudança” na forma de tratar as questões relacionadas ao homossexualismo deve estar baseada, principalmente, no reconhecimento e no respeito à diferença.

O texto de Francesco Scavolini é intitulado *A vida é bela*. Esse título é uma evocação ao título do filme de Roberto Benigni cujo título é também *A vida é bela*. O texto de Scavolini inicia fazendo uma pequena resenha do filme de Benigni. Vejamos o que diz o texto sobre o filme ao qual alude:

Exemplo 54

“A VIDA é Bela” é o título do filme com o qual o cineasta e ator italiano Roberto Benigni ganhou, em 2000, o Oscar de melhor filme estrangeiro. O filme conta a história de um pai que, dentro dos horrores de um campo de concentração nazista, faz o impossível para alegrar a vida de seu filho ainda menino, chegando ao ponto extremo de sacrificar a sua própria vida.

⁶⁷ De acordo com Maingueneau (1987:139), a modalização em discurso segundo é *uma forma mais simples e mais discreta do que o discurso direto de um enunciador indicar que não é o responsável por um enunciado*. Na mesma perspectiva, Authier-Revuz (1998:135-136) afirma que a modalização em discurso segundo *inscreve-se num paradigma de elementos modalizadores diversos, cuja especificidade, em seu interior, é a de modalizar pela referência a um outro discurso*.

Esse é o amor. A vida é bela quando é doação de si mesmo.

No trecho supramencionado, após o primeiro parágrafo que faz uma espécie de resenha do filme *A vida é bela*, temos um outro que retoma o anterior pelo pronome possessivo *esse*. Nesse caso, o pronome possessivo está exercendo a função de operador argumentativo que resume o enunciado anterior. O enunciador define a atitude do pai do filme como sendo o próprio *amor*. No período seguinte, há a retomada da expressão *a vida é bela*, que agora aparece atrelada a um complemento que a restringe. Ou seja, para o discurso materializado no texto de Scavolini, a *doação de si mesmo* é uma espécie de pré-requisito que restringe o sentido de *a vida é bela*. Ainda sobre o segundo parágrafo do trecho acima, pode-se dizer que ele apresenta a tese central do texto, pois é constituído por duas afirmações feitas através de frases nominais de tom relativamente taxativo. Além disso, o excerto em questão apresenta-se graficamente destacado do restante do texto. É um parágrafo curto, o que reforça a importância atribuída a ele, e aparece sozinho no meio de dois outros bem mais longos, o que lhe dá um certo destaque. Assim, os dois enunciados corporificados nesse parágrafo *mostram* sua força argumentativa por meio da maneira *como* são apresentados no texto.

Somente a partir do terceiro parágrafo o texto começa a tratar da questão proposta pelos editores da seção Tendências/Debates. Vejamos a forma como o assunto é introduzido no texto e qual sua relação com os anteriores.

Exemplo 55

Sem querer julgar o íntimo da consciência - que, como afirma o Concílio Vaticano 2º, é o sacrário de toda pessoa humana e a qual só Deus pode julgar -, não nos é, porém, permitido fechar os olhos sobre a vicissitude de Cássia Eller e de seu filho. Cássia tinha fama, dinheiro e sucesso. Tinha, aos olhos da sociedade consumista, tudo o que precisava para ser feliz e para fazer feliz o seu filho. Porém terminou tragicamente os seus dias sem de fato conseguir corresponder às legítimas exigências de amor de seu próprio filho.
(Grifos nossos)

O enunciador começa defendendo-se de uma possível acusação que poderia ser feita ao seu texto e, conseqüentemente, ao discurso materializado nesse texto. Nesse sentido, a expressão *sem querer julgar* funciona como uma glosa metaenunciativa que faz referência ao dizer, modalizando o enunciado ao qual se refere. O uso do sintagma nominal *a vicissitude de Cássia Eller e de seu filho* é uma espécie de catáfora que antecipa o que vai ser dito sobre a cantora nos dois períodos seguintes. Ou seja, os acontecimentos que envolvem a vida de

Cássia Eller e que são narrados no texto de Scavolini são qualificados de *vicissitudes*. A palavra *vicissitude* tem o sentido de *acidente desfavorável*. No terceiro período, o aposto *aos olhos da sociedade de consumo* está fundamentado no pressuposto de que existem setores da sociedade que não consideram *fama, dinheiro e sucesso* requisitos suficientes para se ter felicidade. Nessa perspectiva, apenas a *sociedade de consumo*, expressão que no texto de Scavolini tem um sentido negativo, considera que Cássia Eller *tinha tudo o que precisava para ser feliz*. No último período, o enunciador afirma que a cantora Cássia Eller morreu (termo eufemizado pela expressão *terminou os seus dias*) *sem de fato conseguir corresponder às legítimas exigências de amor de seu próprio filho*. O uso de expressões como *de fato* e *próprio filho* dão ao texto um *tom* dramático, pois enfatizam a força do enunciado. Além disso, ao utilizar o adjetivo *legítimas* antes do substantivo *exigências*, o enunciador supõe a existência de exigências não legítimas, deixando implícita a idéia de que, na relação entre Cássia Eller e o filho, essas exigências ilegítimas podem até ter sido correspondidas.

Um outro fato que merece observação mais atenta do texto de Scavolini é o uso das aspas de modalização autonímica em duas palavras retiradas de outros discursos. Verifiquemos em quais situações ocorre esse uso das aspas:

Exemplo 56

Agora que a Justiça confiou a guarda do filho de Cássia a sua "companheira", homossexual assumida, parece que o calvário do menino vai continuar: não bastam os frutos amargos que ele já saboreou.

Além disso, quando as "uniões de fato" reivindicam o direito à adoção, demonstram de maneira clara que ignoram o bem superior da criança e as condições mínimas que lhe são devidas para uma adequada formação. (Grifos nossos)

Nos trechos acima, o uso das aspas justifica-se pelo fato de as palavras aspeadas não pertencerem ao discurso que Scavolini representa. No primeiro caso, trata-se de um termo correntemente utilizado para referir-se a cada uma das partes (indivíduos) envolvidas em um relacionamento afetivo. Essa expressão, por ser vista pelo discurso homossexual como “livre de conotações preconceituosas”, foi “adotada” também por esse discurso para referir-se a alguém que “vive maritalmente” com uma pessoa do mesmo sexo. O efeito de sentido gerado pelo uso de tal termo no texto de Scavolini é o de um *tom* irônico. A segunda expressão corresponde à forma como o discurso jurídico refere-se às uniões entre pessoas do mesmo sexo. Nesse caso, a expressão *uniões de fato* estaria se opondo à expressão *uniões de direito*.

Aqui, ao contrário do primeiro caso, não há a criação de um efeito de ironia. O que há é apenas o uso das aspas enquanto marcação autonímica do discurso Outro.

Por fim, observemos o último parágrafo do texto de Scavolini. Nele, temos a retomada do *tom* dramático que analisamos alguns exemplos acima.

Exemplo 57

*A vida, no verdadeiro amor, é bela; a transmissão da vida, com verdadeiro amor, é bela; e a geração da vida, pelo verdadeiro amor, é bela. Vamos imaginar por um instante que o nosso planeta fosse povoado só por homens ou só por mulheres: a vida acabaria logo. Não nos deixemos enganar: a vida é bela, a família é bela, Deus é belo!
É preciso e urgente dizer e mostrar isso às novas gerações! (Grifos nossos).*

No trecho acima, todas as intercaladas são constituídas pela expressão *verdadeiro amor*. A repetição dessa expressão dá ao trecho um caráter enfático e um tom, até certo ponto, incisivo.

No penúltimo período do texto, temos uma frase negativa seguida por três frases nominais que têm o mesmo predicativo (*bela*), mas têm três sujeitos diferentes: *a vida, a família e Deus*. Esse tipo de construção reforça o tom incisivo do parágrafo. Além disso, a disposição dos sujeitos sugere uma gradação, tendo-se Deus como elemento mais importante dessa suposta cadeia gradativa. A tese da cadeia gradativa pode ser reforçada pelo uso do ponto de exclamação após a palavra Deus.

O texto assume um *ethos* exaltado, reforçado, principalmente, pelo último enunciado. Neste, o uso dos modalizadores *é preciso e urgente* corrobora a dramaticidade do texto. Por fim, o ponto de exclamação no final do período em questão, coroa o tom de exaltação encenado durante todo o texto e que atinge seu ápice no final.

Para concluir a análise do segundo bloco de textos, apresentaremos, assim como no caso do discurso acerca da bioética, um quadro no qual estão sintetizados os semas positivos e negativos que representam, em algum sentido, os discursos materializados em cada um dos textos desse segundo bloco.

Tabela 4
Semas referentes ao discurso da legalização das drogas

	MUDANÇA (Legalizar)		CONTINUIDADE (Reprimir)	
	Pró (semas positivos)	Contra (semas negativos)	Pró (semas positivos)	Contra (semas negativos)
Legalização das drogas	<ul style="list-style-type: none"> • Flexibilização; • Saída de bom senso. 	<ul style="list-style-type: none"> • Banalização; • Discurso perigoso e estéril. 	<ul style="list-style-type: none"> • Seriedade; • Prudência. 	<ul style="list-style-type: none"> • Hipocrisia; • Lentidão pátria; • Proibicionismo.
	MUDANÇA (Legalizar)		CONTINUIDADE (Reprimir)	
Solução para o problema das drogas	<ul style="list-style-type: none"> • Legalização; • Prevenção; • Tratamento. 		<ul style="list-style-type: none"> • Repressão; • Prevenção; • Tratamento. 	

Tabela 5
Semas referentes ao discurso da união civil entre pessoas do mesmo sexo

	MUDANÇA (Legalizar)		CONTINUIDADE (Reprimir)	
	Pró (semas positivos)	Contra (semas negativos)	Pró (semas positivos)	Contra (semas negativos)
Conceder a guarda do filho de um homossexual ao seu cônjuge.	<ul style="list-style-type: none"> • Avanço significativo; • Corajosa decisão. 	<ul style="list-style-type: none"> • Calvário para a criança; 	<ul style="list-style-type: none"> • Verdadeiro bem; • Bem superior da criança; 	<ul style="list-style-type: none"> • Omissão; • Causa de sofrimento
União civil entre pessoas do mesmo sexo	<ul style="list-style-type: none"> • Respeito à igualdade e à diversidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Deplorável deturpação da família; 	<ul style="list-style-type: none"> • Aliança fiel; • Medida adequada. 	<ul style="list-style-type: none"> • Hipocrisia; • Discriminação;

1.3. A polêmica em relação à segurança pública

Atualmente, a polêmica sobre a segurança pública está presente nos mais diferentes setores da sociedade. As grandes questões acerca de como o problema da violência pode ser resolvido, bem como as discordâncias no que diz respeito às pretensas soluções, é um tema constantemente abordado pela seção Tendências/Debates. O quadro abaixo fornece uma idéia mais precisa da periodicidade com a qual o tema da segurança pública é retomado na seção citada seção.

Tabela 6
Temas da seção Tendências/Debates ligados à segurança pública

Questões relacionadas à problemática da segurança pública no Brasil.	
Pergunta da seção Tendências/Debates	Data de publicação
<i>A questão primordial da segurança pública em São Paulo é a falta de policiamento?</i>	19/01/2002
<i>Mais policiais e penas mais duras solucionariam a questão da segurança?</i>	02/02/2002
<i>A operação da polícia militar na rodovia Castelinho foi bem sucedida?</i>	09/03/2002
<i>O Carandiru deveria ser desativado já?</i>	23/03/2002
<i>A polícia deve usar o auxílio de detentos em suas operações?</i>	03/08/2002
<i>Devem-se empregar as forças armadas no combate ao crime?</i>	08/03/2003
<i>Aumentar as penas dos condenados auxilia no combate ao crime organizado?</i>	22/03/2003

Como podemos observar na tabela acima, a questão da segurança pública é constantemente abordada pelos editores da seção Tendências/Debates. Basta que um fato novo ocorra para que o tema volte a ganhar destaque na seção. Dentre os vários textos que abordam a polêmica em torno da segurança pública, selecionamos aqueles escritos com base nas seguintes perguntas motivadoras: (1) *Mais policiais e penas mais duras solucionariam a questão da segurança?*; e (2) *Devem-se empregar as forças armadas no combate ao crime*. A escolha dessas duas perguntas deve-se à abrangência da discussão sobre segurança que ambas proporcionam.

No dia 02 de fevereiro de 2002, o tema da segurança é abordado pelos editores da T/D através da seguinte questão: *Mais policiais e penas mais duras solucionariam a questão da segurança?* Os convidados a responder à questão são (1) a juíza aposentada e professora de pós-graduação da FGV-RJ Denise Frossard, e o ex-secretário de Planejamento do município de São Paulo (gestão Régis de Oliveira) e ex-assessor da Secretaria Estadual de Segurança Pública (gestão Fleury Filho e Mariz de Oliveira) Fernando Fantauzzi. Esses dois convidados respondem, respectivamente, NÃO e SIM à questão proposta. O assassinato de Celso

Daniel⁶⁸, prefeito de Santo André, foi o fato que fomentou reportagens e debates enfocando temas ligados à segurança pública durante o final do mês de janeiro e início de fevereiro⁶⁹.

O texto de Denise Frossard tem, entre outras características, um tom agressivo. O título é formado pela expressão *sem anestesia*, seguida de um ponto de exclamação. Esse enunciado, que é uma frase exclamativa, funciona como uma espécie de “ordem” para aqueles que cuidam da questão da segurança. Dessa forma, o título do artigo já é um indício do caráter incisivo e, até certo ponto, exaltado do texto. O primeiro parágrafo do artigo de Denise Frossard reforça ainda mais tal caráter. É o que podemos comprovar no trecho abaixo:

Exemplo 58

***DECIDIDAMENTE** só se resolve a questão da violência com a audácia, a inteligência, a frieza e o mesmo senso de resultados presentes na criminalidade organizada. Por essa razão, a maioria das propostas colocadas à opinião pública são equivocadas.* (Grifo nosso)

Nesse exemplo, o advérbio *decididamente* exerce a função de modalizador, intensificando a força argumentativa do enunciado que o segue. A forma com a qual o enunciador “elogia” a organização e a eficácia do crime organizado é, na verdade, uma maneira implícita de criticar uma suposta ausência, por parte da polícia, dos “atributos” conferidos à criminalidade.

No segundo, no terceiro e no quarto parágrafos, a autora recrimina as atuais medidas tomadas para diminuição da violência no país, alegando que tais medidas não são capazes de resolver o problema da violência. Vejamos o que dizem os parágrafos em questão:

Exemplo 59

Estivessem unificadas as polícias, fosse maior o efetivo policial, estivesse o Exército nas ruas, proibido o comércio de armas ou estivesse em vigor a pena de prisão perpétua ou de morte, estariam a salvo os prefeitos do PT, o promotor mineiro Lins do Rêgo, a professora carioca Geisa (do ônibus da linha 174) e os milhares de brasileiros que sofrem os efeitos do crime?

A minha experiência - ontem, como operadora da Justiça criminal e, hoje, como estudiosa do crime organizado - diz que não.

⁶⁸ O prefeito Celso Daniel foi seqüestrado no dia 18 de janeiro de 2002, após sair de um restaurante na zona sul de São Paulo. Ele foi encontrado morto dois dias depois em uma estrada de terra, em Juquitiba na Grande São Paulo.

⁶⁹ A título de curiosidade, inteiramos que, no dia 22 de janeiro de 2002, a seção Tendências/Debates publicou um texto de Márcio Thomaz Bastos, cujo título era *Somos todos assassinos*. O artigo, que tinha um *tom* de profunda indignação, tratava da morte do prefeito de Santo André, utilizando esse “grave crime” para cobrar das autoridades “medidas e investimentos adequados em uma linha de combate ao crime e à violência”.

Mesmo para aqueles que não têm a minha trajetória, mas meditam sobre o tema longe dos holofotes, a resposta, certamente, será a mesma. (grifos nossos)

No primeiro parágrafo transcrito acima, o texto enumera, por meio de verbos no subjuntivo (o que cria um efeito de mera possibilidade), as “soluções” propostas, nos últimos tempos, para resolver a questão da falta de segurança. Além dessas possíveis soluções, são lembrados alguns atos de violência ocorridos no Brasil. O parágrafo é construído em forma de questionamento e a “resposta” é fornecida no parágrafo seguinte. Nele, Denise Frossard recorre à sua *experiência* no campo criminal a fim de corroborar sua resposta. A experiência evocada pela autora é um traço de responsabilidade (cf. capítulo II, p. 44) que funciona também como um argumento de autoridade. Esse traço de responsabilidade irá depender das “exigências” de cada um dos discursos que circulam na sociedade. Certamente, para o discurso acerca da segurança pública, uma das formas de autorizar uma pessoa a falar sobre um determinado assunto é reconhecer a *experiência* dessa pessoa no tema.

O quarto parágrafo é constituído por uma oração coordenada na qual o uso dos operadores argumentativos *mesmo* e *mas* indicam uma certa desvalorização *daqueles que não têm a mesma experiência* que a autora do texto se atribui. Além disso, a expressão *longe dos holofotes* é uma alusão irônica àqueles que, de acordo com o texto, usariam o problema da violência para “aparecerem na mídia”.

No quinto parágrafo, o texto apresenta sua tese central: “*A violência no Brasil não é só um caso de polícia*”. O advérbio só deixa implícita a tese de que a violência seria também um caso de polícia. Ainda nesse parágrafo, o caso do assassinato da atriz Daniela Perez é citado como exemplo para a tese transcrita acima. Segundo o texto, *a polícia cumpriu seu papel*, mas a lei que, de acordo com o texto, é representada pelo Congresso Nacional, *devolveu os assassinos às ruas*.

Além do *tom* agressivo, apresentado no primeiro parágrafo, identificamos no artigo momentos de ironia que retomam, de forma mais amena, uma certa agressividade. Vejamos o trecho abaixo:

Exemplo 60

Ao calor das discussões, ouve-se falar, muito apropriadamente, é verdade, do custo da violência para a sociedade. E o custo para os criminosos? É esse custo que define a oportunidade do crime. E, cá entre nós, o crime no Brasil, ao que se vê, tem sido um bom negócio! (grifos nossos).

A expressão modalizadora *muito apropriadamente, é verdade* marca a presença do enunciador no discurso de Outrem que é trazido para o texto por meio da glosa metadiscursiva *ouve-se falar*. Essa glosa é um exemplo de modalização autonímica, pois atribui a um outro (nesse caso, indeterminado) a autoria do enunciado. No último período do parágrafo, o uso da expressão *cá entre nós* indica uma certa ironia que, como dissemos acima, contribui veladamente com o *tom* agressivo do artigo. Além disso, a afirmação de que o crime no Brasil tem sido um bom negócio seguida pelo ponto de exclamação reforça esse tom irônico.

Após citar a “*operação mãos limpas*”, realizada na Itália, como exemplo do combate ao crime organizado, o texto termina com uma citação de Benjamin Disraeli. É o que podemos observar nos dois últimos parágrafos do texto:

Exemplo 61

A experiência italiana acabou com a noção de impunidade que regia as ações da "Cosa Nostra" e impôs ao crime organizado um brutal prejuízo econômico.

O momento exige que “os homens de bem tenham a audácia dos canalhas!”, como disse Benjamin Disraeli.

A escolha lexical do penúltimo parágrafo, com o uso do verbo *impor* e do substantivo *brutal* “mostram”, ao mesmo tempo em que comentam, a força da “repressão italiana”. A citação em discurso direto, presente no último parágrafo, também retoma o tom exaltado do texto. Na citação de Disraeli, o substantivo *canalha* seguido do ponto de exclamação é uma forma de “gritar” a revolta corporificada no texto de Denise Frossard.

O texto de Fernando Fantauzzi, cujo título é *Nós ou eles*, assim como o de Denise Frossard, também indica uma certa irritação atrelada a um *tom* agressivo. O título do artigo é a base da argumentação desenvolvida durante todo o texto. Ao fazer a distinção entre *nós* e *eles*, o enunciador realiza duas estratégias discursivas: (1) faz uma separação entre os “marginais” e o restante da população, induzindo a uma atitude diferenciada para com essas duas “categorias”; (2) coloca-se no lugar das “vítimas”, isto é, da população, capacitando-se, dessa forma, a falar em nome das vítimas.

Partindo do pressuposto de que a expressão *nós ou eles* (e suas variantes, como *eu ou ele*, entre outros) tornou-se uma espécie de *clichê* ou lugar-comum, sendo retomada em vários discursos, o enunciador inicia o texto explicitando a suposta importância dessa expressão para o discurso sobre a segurança pública. É o que podemos observar no trecho abaixo:

Exemplo 62

A EQUAÇÃO aparentemente simplista do "nós ou eles" resume mais do que uma mera fórmula ou uma frase feita. Depois de praticamente uma década de posicionamentos equivocados do governo estadual com relação à política de segurança pública, atingimos o caos em seu grau mais agudo. O maior bem que todos nós temos, a vida, está por um fio.

O texto, por meio do advérbio modalizador *aparentemente* e do operador argumentativo *mais do que*, contrapõe-se à idéia de que a expressão *nós ou eles* é uma mera fórmula. No segundo período, há um encadeamento semântico com o período anterior, pois quando afirma que *atingimos o caos em seu grau mais agudo*, o enunciador justifica o uso da expressão *nós ou eles*. Tal expressão é, para o discurso em prol da segurança pública, não *uma mera fórmula ou frase feita*, mas a conseqüência de uma situação de *caos agudo*. Ainda no segundo período, verificamos uma inversão na ordem das orações. A oração principal – *atingimos o caos em seu grau mais profundo* – aparece depois de sua subordinada. Tal inversão sugere que, no enunciado em questão, o “peso argumentativo” está na informação veiculada pela oração subordinada.

O segundo parágrafo transcrito acima é constituído por um enunciado curto, mas que justifica todo parágrafo anterior. Nesse enunciado, temos a retomada de um discurso segundo o qual *a vida é o maior bem do ser humano*. Esse discurso é quase um senso comum e, por isso, funciona como um argumento forte para justificar a radicalização dos mecanismos de combate ao crime. Tal radicalização está implícita no uso da expressão *nós ou eles*.

Nos parágrafos subseqüentes, Fernando Fantauzzi apresenta-se como alguém capacitado para tratar do tema da segurança pública. Observemos o trecho baixo:

Exemplo 63

Como podemos chegar a tal estado de coisas? Eu me arrisco a dar algumas explicações que não atenuam, mas explicam este inferno que paira sobre nossas cabeças. Convivo com a questão da segurança pública desde os 23 anos de idade: primeiro como delegado na periferia da cidade de São Paulo (no Capão Redondo, entre outros bairros das zonas sul, leste e oeste) e, depois, como assessor de dois secretários estaduais da Segurança Pública.

A teoria e a prática, portanto, me autorizam a afirmar que, entre os vários erros cometidos ao longo dos últimos anos com relação ao tema, o maior foi, sem dúvida, entulhar as polícias de equipamentos e materiais /.../. (grifos nossos)

O autor do artigo propõe-se a dar algumas explicações para *este inferno que paira sobre nossas cabeças*. Referir-se a *este inferno*, assim como utilizar a expressão *tal estado de coisas*, é uma forma de retomar anaforicamente a afirmação de que a vida da população está por um fio, feita no parágrafo anterior. Dessa forma, o texto não apenas encadeia seus parágrafos, mas também acrescenta argumentos e avaliações que reforçam sua tese central⁷⁰. No terceiro período do parágrafo em análise, o enunciador começa a justificar a razão pela qual pode *arriscar-se a dar algumas explicações* no que diz respeito à questão da segurança pública. O histórico profissional de Fernando Fantauzzi é apresentado de forma resumida a fim de mostrar que ele é alguém capacitado para falar sobre segurança pública. Esse histórico é retomado de forma resumida no início do segundo parágrafo do trecho acima através da anáfora redutiva (cf. Maingueneau, 1998) *a teoria e a prática*. Essa anáfora condensa em dois termos (teoria e prática) todo o último período do parágrafo anterior.

Quanto ao tom agressivo do texto, vejamos alguns enunciados que exemplificam essa suposta agressividade:

Exemplo 64

Claro que é saudável a busca de soluções. Mas, então, esbarramos naquela ladainha repetitiva de que essas soluções são de médio e longo prazo. E alertam para que ninguém espere melhorias para a semana que vem ou para o mês que vem.

/.../

Governantes medrosos e hesitantes têm colocado a culpa (da criminalidade) sempre na morosidade da polícia, na corrupção que grassa em seus quadros. (grifos nossos)

Nos trechos acima, há duas ocasiões nas quais o texto de Fernando Fantauzzi assume um tom agressivo. Na primeira situação, há uma citação em discurso indireto que, ao mesmo tempo que cita, recusa o que é citado. A forma de introdução do enunciado em discurso indireto *essas soluções são de médio e longo prazo* é, na verdade, uma desvalorização deste. Em outras palavras, a expressão *ladainha repetitiva*, que antecede a introdução do enunciado pertencente ao discurso de *outrem*, é uma forma de ridicularizar esse discurso. Além disso, afirmar que o discurso de seu “adversário” é uma *ladainha repetitiva* é, em certo sentido, uma maneira agressiva de polemizar com esse adversário.

⁷⁰ De acordo com Maingueneau (1998:202), “Para o enunciador, as retomadas anafóricas constituem um meio privilegiado de impor sub-repticiamente algumas avaliações. Isso é particularmente claro no caso de anáforas lexicais infleis como ‘este/esse’, que provocam freqüentemente uma nova categorização dos referentes”.

No segundo fragmento acima transcrito, o enunciador chama os governantes que, segundo o texto, *têm colocado a culpa da criminalidade na morosidade da polícia, de medrosos e hesitantes*. Esses dois adjetivos, pela sua própria carga semântica, reforçam o tom agressivo do artigo.

Além do tom agressivo, o texto apresenta também, em alguns momentos, um caráter enfático. Isso pode ser comprovado nas “soluções” propostas por Fernando Fantauzzi. Essas soluções são, quase todas, enunciadas em um tom bastante incisivo. É o que podemos observar nos trechos transcritos abaixo:

Exemplo 65

É preciso que o governador do Estado chame para si a tarefa e os riscos de coordenar uma força-tarefa responsável pela execução de um plano de ação na área da segurança pública.

E é preciso que implante um cronograma de reuniões semanais do que chamo de Conselho de Segurança, com metas específicas a serem alcançadas.

/.../

É fundamental devolver a dignidade ao policial, ao bom policial, mostrando-lhe que estamos de fato numa guerra e que cabe ao aparato de segurança pública do Estado proteger o maior bem de que dispõem as pessoas que trabalham e estudam e as donas de casa que se dedicam a suas famílias: a vida. (grifos nossos)

Os modalizadores grifados (*é preciso* e *é fundamental*) voltam-se sobre o dizer a fim de destacar a importância do enunciado seguinte. Ao apresentar repetidas vezes tais modalizadores, o texto gera um efeito de urgência, contribuindo para criação de um caráter enfático.

No último parágrafo, a tese apresentada a partir do título do artigo é retomada. É o que podemos constatar em seguida:

Exemplo 66

Não é exagero afirmar que não há alternativas nem grandes muros separando os criminosos das pessoas de bem. Temos de admitir que a equação é "nós ou eles". Até que um governador encarne em suas qualidades a força e a honra necessárias para exercer a autoridade, só nos resta, infelizmente, rezar. (grifos nossos)

O trecho acima inicia com uma negação polêmica. Por meio dessa negação, o enunciador antecipa, ao mesmo tempo que nega, a acusação de *exagero* feita acerca do

enunciado seguinte. No segundo período, o texto retoma sua tese inicial. O verbo *ter*, juntamente com o verbo *admitir*, que nesse caso exerce a função sintática de oração subordinada reduzida de infinitivo, forma uma expressão modalizadora que enfatiza e reforça a força argumentativa do enunciado *a equação é “nós ou eles”*. Por fim, o advérbio modalizador *infelizmente*, utilizado no último período do parágrafo, reforça o tom levemente irônico do enunciado *só nos resta rezar*.

O tema da segurança pública é retomado pelos editores da seção Tendências/Debates no dia oito de março de 2003. Nesse dia, a pergunta motivadora do debate é a seguinte: “*Devem-se empregar as Forças Armadas no combate ao crime*”. Assim como no caso da pergunta do dia 05 de maio de 2003 (*Devem-se descriminalizar as drogas como meio de combater o crime organizado*), a motivação para elaboração da pergunta do dia 08 de março está na intensificação das ações do crime organizado no Rio de Janeiro. Os convidados a responder à questão são Antônio Cláudio Mariz de Oliveira – advogado criminalista e presidente do Conselho Nacional de Polícia Criminal e Penitenciária -, que responde NÃO à pergunta da seção; e Ives Gandra da Silva Martins – advogado tributarista e professor emérito das universidades Mackenzie e Paulista e da Escola de Comando do Estado-Maior do Exército -, que responde SIM ao emprego das Forças Armadas no combate ao crime.

O texto de Mariz de Oliveira, cujo título é *Mero paliativo*, defende o não emprego das Forças Armadas no combate ao crime, afirmando que a tarefa de proteger a população nas ruas é dos *órgãos de proteção social*. Vejamos o que dizem o primeiro e o segundo parágrafos do texto:

Exemplo 67

A análise da possibilidade e da conveniência de as Forças Armadas ocuparem os espaços destinados às polícias Civil e Militar para combater a criminalidade não deve ter por enfoque uma situação emergencial e motivações emocionais, portanto de caráter meramente subjetivo.

Devemos ter presente que a pauta da luta contra o crime não pode ser ditada pelo próprio crime. Como já há algumas décadas a insegurança crescente é a tônica, afrontando e superando esquemas de proteção individual e coletiva, os órgãos de proteção social deveriam estar agindo e se aprimorando constantemente, sem interrupção. Assim, eles deveriam aumentar seus efetivos, ajustar suas estratégias, intensificar as suas ações na medida e na proporção em que a criminalidade aumentasse. E, mais, independentemente do

aumento da violência, deveriam desenvolver um trabalho organizado e permanente de investigação e de inteligência no afã de desenvolver uma ação preventiva. (grifos nossos)

No primeiro parágrafo, o enunciador, através da expressão nominal que inicia o texto, introduz a questão do emprego das Forças Armadas no combate ao crime, indicando que tal questão é algo que necessita ser analisado. Nesse sentido, os substantivos *possibilidade* e *conveniência* marcam uma posição segundo a qual decidir sobre o emprego das Forças Armadas na repressão a criminalidade é uma questão de ponderação. O uso do modalizador *não deve* implica um *tom* incisivo e que, portanto não abre espaço para possíveis contestações. Na verdade, o parágrafo em questão é uma negação polêmica que pressupõe a existência de um outro discurso, o qual estaria tentando decidir a conveniência do emprego das Forças Armadas no combate ao crime a partir de uma situação emergencial e de motivações emocionais. O operador argumentativo *portanto* retoma o enunciado anterior a fim de explicitá-lo. Assim, ao afirmar que as motivações emocionais são de *caráter meramente subjetivo*, o enunciador desvaloriza tais motivações. O emprego do advérbio *meramente* intensifica essa desvalorização. Conseqüentemente, podemos afirmar que o primeiro parágrafo do texto de Mariz de Oliveira cria um simulacro do discurso que defende o emprego das Forças Armadas no combate ao crime. De acordo com esse simulacro, as decisões do discurso em prol do emprego das Forças Armadas estariam baseadas numa *situação emergencial*, tendo motivações *meramente subjetivas*.

No segundo parágrafo do texto, há várias ocorrências do verbo *dever* (e suas variantes) e uma do verbo *poder*. Tais verbos, como vimos acima, funcionam como modalizadores que dão ao texto um tom bastante incisivo. Mesmo quando utilizado no futuro do pretérito (*deveriam*), o verbo *dever*, no caso do trecho em análise, possui uma carga semântica que indica um *ethos* autoritário, supondo a existência de um enunciador que se coloca na posição de profundo conhecedor do assunto em questão.

Podemos verificar a presença desse tom incisivo e, ligeiramente, irritado também no sexto parágrafo do texto, como podemos constatar abaixo:

Exemplo 68

É preciso que se entenda, definitivamente, que segurança se faz com a remoção das causas da criminalidade, com investigação, informação, prisões e, especialmente, com a aplicação efetiva da lei. (grifos nossos)

A expressão *é preciso que* exerce a função de um enunciado metadiscursivo que destaca e enfatiza o dito. Essa glosa, juntamente com o advérbio *definitivamente*, fornece ao enunciado subsequente um caráter de exigência. Dessa forma, o enunciador assume a posição não de quem aconselha ou indica possíveis soluções, mas de quem *sabe e aponta a saída*.

Voltando ao início do texto, verificamos que, no terceiro parágrafo, o artigo de Mariz de Oliveira assume um tom de revolta e, em certo sentido, agressivo no que diz respeito às *forças de segurança* do país. É o que podemos observar abaixo:

Exemplo 69

*!..!. Quando há um arrefecimento temporário, as forças de segurança voltam à sua rotina de *pasmaceira e acomodação*, marcada pelo criminoso desvio de funções oficiais, no que tange às polícias militares, e oficioso, quanto às polícias civis, em detrimento da sociedade. Quando, ao contrário, o crime recrudescer, soluções paliativas e ilusórias surgem e são anunciadas como verdadeiras panacéias para essa crônica doença mal diagnosticada e mal tratada.*

O trecho em questão apresenta um tom agressivo corroborado pelo uso de termos como *pasmaceira e acomodação* que estão desqualificando a rotina das *forças de segurança*. Além disso, ao utilizar expressões como *criminoso desvio de funções oficiais* para referir-se às ações das polícias militares e ao fazer referência a supostas funções *oficiosas* das polícias civis, o texto assume um tom não só de agressividade, mas também de revolta no que diz respeito às polícias militares e civis do Brasil. Esse tom fica ainda mais claro no terceiro período do terceiro parágrafo quando o enunciador apresenta as *soluções* propostas pelos *órgãos de proteção social* chamando-as de *paliativas e ilusórias*. Esses dois adjetivos desvalorizam tais soluções. Por fim, a expressão referencial definida *essa crônica doença mal diagnosticada e mal tratada* é uma forma, em certa medida, agressiva de retomar, por meio de uma anáfora associativa o *recrudescimento do crime*. Esse tom agressivo é, mais uma vez, retomado no último parágrafo do texto:

Exemplo 70

Ora, infelizmente a violência em nosso país não é um problema novo, emergencial, instantâneo. Tornou-se crônico, permanente, a exigir ações efetivas, constantes, duradouras e a serem adotadas pelos órgãos que possuam destinação específica para tanto. E, mais do que isso, tornou-se um trágico problema, decorrente de um longo

processo de acúmulo de vergonhosas carências sociais, resultante do egoísmo, da apatia e da indiferença das elites dirigentes, fazendo imprescindível uma mobilização de todo o corpo social e do governo em prol da solidariedade e de medidas para a distribuição de rendas, da saúde, da educação, da habitação, dentre outras, voltadas a um maior equilíbrio social. (grifos nossos)

Nesse último parágrafo, o uso do advérbio *infelizmente* e dos grupos nominais com os quais o enunciador caracteriza a *violência (problema crônico e permanente, trágico problema)*, além do adjetivo “*vergonhosas*”, relacionado às *carências sociais* do Brasil reforçam o tom de indignação do texto. Na mesma perspectiva, os substantivos usados para referir-se às ações das *elites dirigentes (egoísmo, apatia e indiferença)* também reforçam o tom indignado, além de retomarem o tom agressivo presente em outros momentos do texto.

Os três textos analisados neste tópico são marcados por um tom agressivo. Esse tom deve-se, de certa forma, ao tema abordado, pois falar de segurança pública é evocar um interdiscurso que tem, no interior de seu sistema semântico, termos como *violência, agressividade, repressão*, entre outros. Tais termos favorecem a criação de um *corpo discursivo* mais incisivo e, até certo ponto, agressivo. É por meio de um *ethos* de exaltação que o discurso em prol da segurança se corporifica. Além disso, o tom agressivo dos textos em questão reforça o caráter persuasivo e polêmico dos mesmos, contribuindo assim para a caracterização da seção Tendências/Debates.

Entretanto, no texto de Ives Gandra da Silva Martins, o tom de agressividade, verificado nos textos anteriores, não ocorre. O texto, intitulado *O papel das Forças Armadas*, defende a tese de que o emprego das Forças Armadas no combate ao crime está prevista na Constituição e, por isso, é legal. O tom do texto é, em certa medida, informativo e, diferentemente dos outros três analisados neste tópico, não há, por parte do enunciador, uma postura revoltada ou mesmo incisiva.

O primeiro e o segundo parágrafos do artigo tratam da organização da Constituição brasileira. Em ambos não se faz menção à questão da segurança pública. O tema só será apresentado no terceiro parágrafo. Entretanto, como poderemos observar no trecho a seguir, o “tema” do primeiro e do segundo parágrafos é retomado no terceiro por meio de uma *anáfora associativa*.

Exemplo 71

A Constituição brasileira é dividida em dez títulos, sendo nove de disposições permanentes e um de disposições transitórias "quase permanentes", pois o número de seus dispositivos "provisórios" tem crescido desde 1988, passando de 70 para 89 em 2002. Por outro lado, 45 emendas constitucionais já foram elaboradas nos últimos 14 anos -número consideravelmente maior do que nos 215 anos da Constituição americana, que teve apenas 26 emendas. O título V é dedicado à defesa do Estado e das instituições democráticas, sendo composto de apenas oito artigos (136 a 144), dividido em quatro partes (Estado de Defesa, Estado de Sítio, Forças Armadas e segurança Pública). (grifos nossos)

Como afirmamos anteriormente, apenas no parágrafo acima (terceiro parágrafo do texto) o tema central do artigo começa a ser, sutilmente, abordado. Talvez, a “demora” em introduzir o tema proposto pelos editores da T/D deva-se ao tom informativo do texto. De acordo com essa “tática” argumentativa, o enunciador estaria muito mais interessado em apresentar ao leitor informações que o ajudarão a “compreender melhor” o tema em questão do que em defender um ponto de vista.

Há uma certa sutileza na forma de introduzir o ponto de vista defendido no texto. As marcas que apresentam a posição discursiva do enunciador são apenas sugeridas. É o que podemos comprovar no quarto e no quinto parágrafos:

Exemplo 72

*Dois juristas de renome (desembargadores Aricê Amaral dos Santos e Álvaro Lazzarini) dedicaram-se, em profundidade, ao estudo desta parte da Constituição, tendo o primeiro denominado seu capítulo 1 de *Regime Constitucional das Crises*. Ambos realçam a importância do equilíbrio democrático que os institutos e as instituições mencionadas ofertam à República brasileira. Na mesma linha, pronunciaram-se eminentes comentaristas da lei suprema, como Manoel Gonçalves Ferreira Filho, José Cretella Jr., Pinto Ferreira, Alexandre de Moraes, Wolgran Junqueira Ferreira e outros de igual valor e mérito. (grifos nossos).*

O uso de adjetivos, como *de renome* e *eminentes*, da locução adverbial *em profundidade* e da expressão *e outros de igual valor e mérito* indicam um posicionamento marcadamente favorável a uma certa interpretação do título V da Constituição, retomado por meio da expressão referencial definida *desta parte da Constituição*. Entretanto, todas essas marcas lingüísticas são, na verdade, *indícios* – para usar um termo de Ginzburg (1986) – que marcam a posição discursiva do enunciador.

Após apresentar, na íntegra, o artigo 42 do título V da Constituição, que trata das funções das Forças Armadas, o texto, finalmente, começa a desenvolver uma argumentação mais direta no que diz respeito à defesa do emprego das Forças armadas no combate ao crime. É o que podemos verificar no trecho abaixo:

Exemplo 73

Como se percebe, a atuação das Forças Armadas para manter a ordem e a lei, quando os órgãos da segurança pública não conseguem preservá-las, é não só constitucional, como desejável para que as instituições democráticas não sejam tismadas.

Ora, o narcotráfico hoje é um flagelo mundial. Países enfrentam dificuldades em serem dirigidos sempre que seus governos contrariam os interesses dos produtores de drogas; lembrando que o próprio Exército americano, o qual tem dado apoio às nações que solicitam sua colaboração, não desconhece que um dos maiores consumidores de drogas no mundo são os Estados Unidos.

No Brasil, o crime organizado ganhou força como jamais ocorreu em sua história, ditando, no Rio de Janeiro, normas que a própria Polícia Militar não consegue superar. Seus habitantes preferem não enfrentar os detentores de tal poder por não se sentirem suficientemente protegidos pelos órgãos de segurança pública. Esta é a única razão pela qual foi acionado o Exército, visto que, sempre que solicitado por qualquer dos poderes constitucionais, deve atuar para estabilizar a ordem e a lei. (grifos nossos)

No primeiro parágrafo, a glosa metadiscursiva *como se percebe* retoma o parágrafo anterior, que apresenta o texto da Constituição acerca das Forças Armadas. Tal retomada funciona como um encadeamento que permite ao enunciador iniciar sua argumentação em favor da presença das Forças Armadas nas ruas para combater o crime. A oração quando os órgãos de segurança não conseguem preservá-las indica implicitamente a tese central do texto: *as Forças Armadas precisam auxiliar os demais órgãos de segurança no combate ao crime, pois esses órgãos não estão conseguindo preservar a ordem no país*. Essa tese é explicitada no segundo parágrafo transcrito acima. Nele, o enunciador começa a tratar da questão do crime organizado. Nesse sentido, há um “desvio” (ou uma recategorização) do tema proposto na pergunta da seção. O texto começa a desenvolver uma argumentação a partir do *crime organizado*, mas, na pergunta motivadora do debate, fala-se no *crime* de forma mais geral. Talvez, essa delimitação seja uma forma de o enunciador tentar desenvolver, mais convincentemente, a posição que está sendo defendida no texto. Afinal, as Forças Armadas, de acordo com a Constituição, devem manter a lei a partir do momento em que os demais

órgãos de segurança não conseguem preservá-la. Portanto, para defender o uso das Forças Armadas no combate ao crime, Ives Gandra da Silva precisa caracterizar uma situação na qual esses órgãos de segurança estejam tendo dificuldades na manutenção da ordem. E a questão do crime organizado é, segundo o autor do texto em questão, um exemplo claro e atual de uma situação que os órgãos de segurança não estão conseguindo controlar.

No último parágrafo do trecho acima, a falta de segurança gerada pela ação do crime organizado é denunciada mediante a afirmação de que os habitantes do Rio de Janeiro não se sentem *suficientemente protegidos pelos órgãos de segurança pública*. O uso do advérbio modalizador *suficientemente* suaviza a afirmação, preservando a *face positiva* dos órgãos de segurança pública, pois os livra da possível acusação de inutilidade – ou seja, se eles não protegessem em nada a população, não teriam porque continuar existindo. Além de preservar a face dos citados órgãos de segurança (Polícias Militar e Civil), o advérbio também preserva, em certo sentido, a face positiva do enunciador, pois evita que o mesmo possa ser acusado de estar menosprezando e desqualificando o trabalho de tais órgãos.

Para concluir a análise do artigo de Silva Martins, transcrevemos um trecho que, através do emprego de um glosa metaenunciativa, corrobora o tom sutil com o qual os argumentos são apresentados no texto.

Exemplo 74

Aspecto relevante a ser mencionado é que, no momento em que as Forças Armadas atuam nessa função complementar, as forças de segurança pública ficam-lhe subordinadas, nos objetivos específicos a que se propuseram. (grifos nossos).

A glosa metadiscursiva que inicia o parágrafo destaca e enfatiza o dizer, reforçando a força argumentativa do enunciado seguinte. Entretanto, tal destaque é feito de forma sutil. Se comparado com as glosas, que têm a mesma função discursivo-argumentativa, utilizadas no texto de Mariz de Oliveira (*cf.* análise anterior), veremos que a expressão *é preciso que se entenda* tem um efeito de sentido bastante diferente de *aspecto relevante a ser mencionado*.

Com esse último exemplo, retomamos a idéia de que o texto de Silva Martins, diferentemente dos anteriores, possui um tom informativo corporificado em um *ethos* de sutileza. A *sutileza* verificada no texto em questão pode ser um indício de um *estilo individual* do autor. Tal estilo une-se ao *ethos* do discurso da segurança pública, bem como ao estilo da

seção Tendências/Debates, para formar um todo discursivo que caracteriza o texto em questão.

No que diz respeito à aparente contradição entre o texto de Silva Martins e os demais textos que tratam da questão da segurança, talvez possamos supor que o texto do referido autor subverte o *ethos* agressivo dos discursos materializados nos demais textos analisados. Nesse sentido, a forma de construção do texto *O papel da forças armadas* já seria uma maneira de polemizar com o discurso adversário. Não estamos defendendo a existência de um sujeito consciente que decide subverter o discurso no qual está inserido. O que propomos (ou, mais provavelmente, sugerimos) é a existência de possíveis *indícios de autoria* (cf. Possenti 2002) que indicam a existência de um sujeito tático (cf. Certeau, 1980).

No quadro abaixo, serão apresentados alguns semas que estão diretamente relacionados aos discursos materializados nos textos analisados nesse último bloco.

Tabela 7
Semas relacionados à questão da segurança pública

	MUDANÇA (enrijecimento das leis)		CONTINUIDADE (não enrijecimento das leis)	
	Pró	Contra	Pró	Contra
Aumento das penas e do contingente policial	<ul style="list-style-type: none"> • Atitude de emergência; • Devolução dos direitos dos policiais; 	<ul style="list-style-type: none"> • Propostas equivocadas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Senso de resultados; • Solução permanente; • Resultados eficazes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Posicionamentos equivocados; • Ladainha repetitiva
Emprego das Forças Armadas no combate ao crime	<ul style="list-style-type: none"> • Constitucional ; • Desejável; 	<ul style="list-style-type: none"> • Mero paliativo; • Soluções paliativas e ilusórias; • Verdadeiras panacéias 	<ul style="list-style-type: none"> • Soluções permanentes; • Busca de um maior equilíbrio social. 	<ul style="list-style-type: none"> • Restrições excessivas

Ao final da análise, inteiramos que, além dos semas que sintetizam os discursos materializados nos textos analisados em cada uma das três linhas temáticas selecionadas, existem algumas marcas lingüísticas que permeiam e caracterizam todos os textos analisados. São estratégias argumentativas, além de traços discursivos e estilísticos, que caracterizam, em alguma medida, os textos da seção Tendências/Debates. Entre essas estratégias, citamos:

- Recorrência de negações polêmicas que servem tanto para antecipar possíveis críticas do discurso adversário, como para contrapor-se a supostas afirmações dos adversários;
- Presença de comentários metadiscursivos que retomam ou antecipam enunciados a fim de destacá-los e enfatizá-los, contribuindo assim com a argumentação do texto;
- Criação de simulacros que anulam o adversário traduzindo o discurso paciente no interior da grade semântica específica do discurso agente;
- Utilização de anáforas lexicais que recategorizam o referente de forma a contribuir com a posição que defendida no texto;
- Uso de modalizadores *deônticos* (expressões que apresentam um *tom* de certeza, convicção e, até certo ponto, exigência. Exemplos: *é preciso*, *é urgente*, *obviamente*) e *epistêmicos* (expressões que sugerem um *tom* de dúvida, incerteza - exemplos: *possivelmente*, *provavelmente*, *talvez*) que marcam o *tom* do texto, contribuindo para a construção do *ethos* de cada um dos discursos materializados nos textos da seção Tendências/Debates.

CONCLUSÃO

No início desta dissertação, tínhamos como eixo norteador da pesquisa a análise da polêmica discursiva a partir de uma perspectiva interdiscursiva. Pretendíamos estudar alguns aspectos do discurso polêmico, observando a constituição de diferentes *espaços discursivos* que juntos constituiriam os diferentes temas abordados pela seção Tendências/Debates. No decorrer da pesquisa, pudemos não apenas comprovar a funcionalidade de um estudo discursivo que priorize a hipótese do primado do interdiscurso (*cf.* Maingueneau, 1984), mas também constatar a existência de diferentes aspectos discursivos-textuais que contribuem para a caracterização do discurso polêmico na seção Tendências/Debates. Agora, ao final do percurso teórico e analítico, retomaremos os principais pontos desenvolvidos em cada um dos capítulos para tecer alguns comentários acerca das possíveis conclusões as quais a análise dos dados nos permitiu chegar.

Uma vez que nosso principal objetivo era compreender o funcionamento discursivo da seção T/D, começamos por analisar os aspectos estruturais da citada seção, buscando compreender qual o espaço físico e discursivo que ela ocupa na totalidade da *Folha de S. Paulo*. Nesse sentido, a entrevista feita com Rodrigo Uchoa e a análise de cada uma das diferentes partes que constituem a seção T/D contribuíram significativamente para a análise das condições de produção sob as quais a citada seção é produzida. Constatamos que a presença da modalização deôntica nas perguntas elaboradas pela equipe editorial e o tom agressivo de alguns artigos contrapõem-se ao suposto *ethos* democrático da seção (*cf.* Miqueletti, 2002), materializado por meio de um tom moderado. Assim, apesar de apresentar uma estrutura que supõe um *ethos* democrático, uma vez que dá voz aos dois lados de uma polêmica, a seção T/D revela sua posição discursiva através da escolha dos articulistas, da elaboração das perguntas motivadoras dos debates e das ilustrações, podem indicar um ponto de vista diferente do(s) apresentados pelos artigos publicados na seção. Dessa forma, os temas, os convidados, as perguntas, e todos os outros aspectos estudados no primeiro capítulo, constituem uma unidade que individualiza, em certa medida, a seção T/D, pois a diferencia de outras seções da *Folha*. Nesse momento da pesquisa, passamos a supor que talvez pudéssemos falar em um estilo polêmico que

caracterizasse a seção Tendências/Debates. A partir dessa suposição, surge a necessidade de elaborar um capítulo para tratar exclusivamente do estilo da seção T/D.

No segundo capítulo, analisamos a relação entre o estilo da seção e a criação dos simulacros discursivos. Os dados revelaram que existe, na seção Tendências/Debates, uma estreita relação entre *estilo* e *ethos*. Essa relação tem como principal característica a criação de simulacros discursivos. Ou seja, é por meio dos simulacros que os textos da T/D materializam a interincompreensão dos discursos que disputam o mesmo espaço discursivo. Além dos simulacros, o traço discursivo da *responsabilidade*, bem como a relação entre os semas *mudança* e *continuidade* também são característicos do estilo da seção Tendências/Debates.

No que diz respeito ao traço da responsabilidade, constatamos que os articulistas que escrevem na citada seção buscam uma certa legitimação para apresentarem-se como pessoas autorizadas a tratar do tema sobre o qual foram convidados a escrever. Essa legitimação é feita não só pelo articulista, que *escolhe* as estratégias textuais-discursivas que melhor se adaptam ao discurso que representa, mas também pela própria seção, que apresenta no final de cada artigo uma pequena nota na qual são descritas as principais atividades do articulista convidado. Essa nota, que funciona como uma espécie de *curriculum vitae* do convidado, é uma forma de a seção “informar” ao leitor que aquele articulista é alguém autorizado para tratar do tema proposto. Inteiramos que, apesar de estar condicionado pelas determinações do discurso a que pertence e às coerções genéricas da seção, os textos publicados na T/D também apresentam traços característicos de um *estilo individual* do autor. Esse suposto estilo individual, longe de ser consequência das “manobras” de um sujeito auto-suficiente, é apenas a constatação de que existem traços de singularidade que emergem em meio aos condicionamentos de cada formação discursiva.

Em relação aos traços semânticos da *mudança* e da *continuidade*, salientamos que esses traços podem ser encontrados em quase todos os textos publicados na seção T/D. O recurso aos semas supramencionados deve-se ao fato de os traços semânticos da *mudança* e da *continuidade* estarem presentes em grande parte dos discursos da sociedade atual. Entretanto, mesmo que a maioria dos discursos materializados nos textos da T/D possa ser analisada a partir de um mesmo corte semântico, existem outras características que particularizam cada um desses discursos.

Portanto, por mais que existam semelhanças entre os sistemas de restrições que caracterizam os discursos materializados nos textos publicados na seção Tendências/Debates, haverá sempre especificidades ou particularizações que se manifestam por meio de outros traços semânticos e textuais, constituindo a *prática interdiscursiva* de cada um desses discursos.

Foi em busca dessas particularizações que, no quarto capítulo, dividimos os temas abordados nos textos selecionados para análise em três grandes grupos. Dessa forma, procuramos analisar separadamente os traços discursivos característicos de cada um dos discursos materializados nas três linhas temáticas selecionadas para análise.

Nos textos referentes à bioética, a mudança é vista como um valor positivo por aqueles que defendem uma suposta *evolução científica*. Os textos que defendem a clonagem humana, bem como os que militam em favor da produção e comercialização de alimentos transgênicos, acusam seus opositores de estarem *caminhando na contramão da história* e de promoverem o *atraso científico*. Em contrapartida, os defensores da continuidade afirmam que muitas das mudanças na área da biogenética são atitudes *imprudentes, antiéticas e precipitadas*. O ethos assumido por essas duas discursividades é de *sapiência*. Cada qual evoca um conhecimento específico para defender sua posição discursiva. Assim, enquanto Estêvão Bettencourt cita, nos seus artigos, excertos bíblicos e textos escritos por médicos, como o Doutor Leujeune, para persuadir o leitor por meio de diferentes estratégias argumentativas, os defensores da clonagem e da liberação dos transgênicos recorrem ao conhecimento científico para defender o ponto de vista subjacente ao discurso no qual eles estão inseridos.

Nos textos que materializam o discurso da liberdade civil, a mudança é vista, por aqueles que a defendem, como uma atitude de *flexibilização* e como uma *manifestação de respeito à igualdade e à diversidade*. Para os defensores da continuidade, o mais prudente é deixar as coisas como estão. Isto significa, por exemplo, não liberar o uso de drogas e não aprovar a união civil entre pessoas do mesmo sexo. De acordo com essa visão, mudar as leis em relação aos temas mencionados corresponderia a uma atitude de *banalização* e de *imprudência*. Nos textos referentes a esse tema, o ethos do discurso varia de acordo com o estatuto do enunciador. Ou seja, quando o enunciador assume a posição de quem é capacitado a falar sobre um determinado tema, o ethos do discurso materializado naquele texto será de *superioridade*. Nesses casos, há

predominância de enunciados irônicos, que buscam ridicularizar o discurso do adversário, parecendo não considerá-lo. Além disso, o enunciador coloca-se na posição de alguém que sabe do que está falando. Alguns trechos dos dois textos de Arthur Guerra de Andrade e do texto de Fernando Gabeira, que tratam sobre a liberalização das drogas, são exemplos desse ethos de superioridade. Entretanto, há, ainda no que diz respeito aos temas que tratam da liberdade civil, os discursos que, assumindo um tom ameno ou moderado e uma postura de aconselhamento, revelam um ethos de *tolerância*. A segunda parte do texto *Jogar com o risco* de Arthur Guerra de Andrade e alguns trechos do texto de Francesco Scavolini são exemplos desse efeito de flexibilidade. Supomos que essas variações no tom dos textos relacionados ao discurso da liberdade civil são consequência do espaço discursivo no qual esses discursos estão inseridos. Isso porque, quando assuntos relacionados à liberdade civil são abordados, a sociedade de forma geral sente-se atingida e a fronteira entre os valores do *bem* e do *mal* ou do *certo* e do *errado* torna-se ainda mais tênue

Quanto aos temas relacionados à segurança pública, o traço semântico da mudança corresponde, na maioria das vezes, a uma atitude mais rígida, por parte das polícias, em relação à criminalidade. Esse enrijecimento é visto, pelos que o defendem, como uma *atitude de emergência* e como algo *desejável*. Entretanto, para aqueles discursos que podem ser analisados a partir do traço semântico da continuidade, a *mudança* nas atitudes das polícias para com os criminosos é uma *proposta equivocada* e uma *solução paliativa*. No que diz respeito ao ethos assumido no discurso sobre a segurança, parece-nos que as posições são mais fixas do que nos discursos sobre a liberdade civil. O ethos de indignação está presente em quase todos os textos e o tom agressivo é uma das características mais marcantes desse ethos. No entanto, em um dos textos analisados, constatamos a subversão desse tom agressivo. O texto de Silva Martins, intitulado *O papel das Forças Armadas*, apresenta um tom de sutileza. Acreditamos, entretanto, que esse tom é uma forma de polemizar e, conseqüentemente, de se contrapor aos discursos que defendem a utilização das Forças Armadas no combate ao crime.

Além dos traços característicos de cada um dos recortes temáticos mencionados, verificamos que algumas estratégias discursivo-argumentativas estão presentes na maior parte dos textos analisados. Essas estratégias podem também ser consideradas como marcas textuais

que caracterizam o estilo do gênero analisado. Ou seja, o gênero artigo de opinião apresenta alguns traços estilísticos específicos que, no caso da seção Tendências/Debates, são reforçados devido aos debates que a citada seção materializa. Debates esses que concedem a T/D um caráter essencialmente polêmico. Dessa forma, o uso da modalização deôntica, a utilização de comentários metadiscursivos que explicitam e reforçam o dito, a explicitação de negações polêmicas que antecipam e refutam as críticas do discurso adversário, a presença de comentários irônicos que ridicularizam o discurso do Outro, bem como a presença de outros recursos textuais verificados durante a análise, contribuem essencialmente para caracterizar o funcionamento discursivo-textual da citada seção.

Em síntese, postulamos que, na seção Tendências/Debates, o estilo polêmico, que caracteriza a polêmica discursiva, materializa-se por meio de diferentes ethos e diferentes estratégias discursivo-argumentativas. Tais diferenças irão depender do tema abordado, das coerções genéricas e do estilo individual de cada convidado.

O estudo desenvolvido não tem a pretensão de refutar as demais possibilidades de análise, nem tão pouco de esgotar as possíveis abordagens do tema. Reconhecemos as limitações que este trabalho possa apresentar, principalmente no que concerne à abrangência teórico-metodológica da pesquisa. Entretanto, no âmbito dos estudos sobre o discurso, acreditamos que esse estudo contribuirá para o fortalecimento de uma análise de discurso que favoreça uma maior valorização das relações interdiscursivas, pois, no tocante a tais relações, constatamos que, apesar dos estudos já desenvolvidos, muito se há ainda por fazer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. (1974). *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*. Trad. J. J. Moura Ramos. Lisboa, Presença/Martins Fontes. (Título original, 1970).
- ANDRADE, C. D. de (1976). *Seleção em prosa e verso – estudo e notas do profº. Gilberto Mendonça Teles*. 4ª ed. Rio de Janeiro, J. Olympio.
- AUTHIER-REVUZ, J. (1982). “Heterogeneidade(s) enunciativa (s)”. In: ORLANDI, E. P. & GERALDI, J. W. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, UNICAMP – IEL, nº 19, jul/dez, 1990
- AUTHIER-REVUZ, J. (1998). *Palavras incertas*. Campinas, Editora da Unicamp.
- BAKHTIN, M. (Volochinov) (1929). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 10º ed. São Paulo, Hucitec/Annablume, 2002.
- BAKHTIN, M. (1975). *Questões de literatura e de estética*. 3ª ed. São Paulo, UNESP/Hucitec, 1998.
- BAKHTIN, M. (1979). “Os gêneros do discurso” In: *Estética da criação verbal*. 2º ed. São Paulo, Martins Fontes, 1997
- BIRULÉS, F. (1996). “Del sujeto a la subjetividad”. In: CRUZ, M. (comp.). *Tiempo de subjetividad*. Barcelona, Piados.
- BORILLO, A. (1985). “Discours ou metadiscours?” In: *Metalangue, metadiscours, metacomunication*. Paris, DRLAV, 32. p.p. 47-61.
- BRANDÃO, M. H. (1998) *Introdução à Análise do Discurso* 7ª ed. Campinas, Editora da UNICAMP.
- CHARTIER, R. (1994). *A ordem dos livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Trad. Mary Del Priore: Brasília, Editora da UnB.
- CUNHA, D. A. C. da. (1997). “Bakhtin e a lingüística atual: interlocuções”. In: BRAIT, B. (org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas, Editora da UNICAMP.
- CUNHA, D. A. C. da (1998). *A interação entre discursos na atividade falada e escrita*. In: MARCUSCHI, L. A; HOFFNAGEL, J; CUNHA, D. de A. C. da; BARROS, K. S. de. Fala

- e Escrita: Características e Usos IV, (produção textual, processos interativos e gênero na atividade discursiva). Projeto Integrado apresentado ao CNPq. Recife (mimeo).
- CUNHA, D. A. C. da. (2001). “Atividades sobre os usos ou exercícios gramaticais ? Uma análise do discurso reportado”. In: DIONISIO, A. P. & BEZERRA, M. A. (orgs.). *O livro didático de português: múltiplos olhares*. Rio de Janeiro, Editora Lucerna. p.p 101-112.
- DE CERTEAU, M. (1980). *A invenção do cotidiano – Artes do fazer*. 7ª ed. Petrópolis, Vozes, 2000.
- DISCINI, N. (2003). *O estilo nos textos*. São Paulo, Contexto.
- DUCROT, O. (1984). “O esboço de uma teoria polifônica da enunciação”. In: *O dizer e o dito*. Campinas, Pontes, 1987.
- FIORIN, J. L. (1988). *Linguagem e ideologia*. São Paulo, Ática.
- FIORIN, J. L. (1990). “Tendências da Análise do Discurso”. In. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, UNICAMP – IEL, nº 19, jul/dez.
- FOUCAULT, M. (1969a). *A arqueologia do Saber*. Trad. L. F. De A. Sampaio. 3. ed. São Paulo, Loyola, 1971.
- FOUCAULT, M. (1969b). O que é um autor? In. *O que é um autor. /s.l./* Passagens.
- FOUCAULT, M. (1971) *A ordem do discurso*. São Paulo, Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. (1975). *Vigiar e punir*. Petrópolis, Vozes, 2003.
- GLEISER, M. (2002). *A dança do universo – dos mitos de criação ao big-bang*. São Paulo, Companhia da Letras.
- GINZBURG. C. (1986). “Sinais, raízes de um paradigma indiciário”. In: *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991
- GRANGER. G. (1968). *Filosofia do Estilo*. São Paulo, Perspectiva – Edusp.
- HAROCHE, C. L., HENRY, P. & PÊCHEUX, M (1971). *La Sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours*. In: KRISTEVA. J. (1971). *Langages*, Paris, nº 24.
- LACAN, J. J. (1978). *Escrits*. Seuil, Paris.
- HOLANDA. A. B. de. (1999). *Novo Aurélio – O dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira.
- MAINGUENEAU, D. (1974). *Initiation aux methodes de l’analyse du discours*. Paris, Hachette.

- MAINGUENEAU, D. (1984). *Genèses du discours*. Bruxelles, Pierre Mardaga, editeur.
- MAINGUENEAU, D. (1987). *Novas tendências em Análise do Discurso*. 3ª ed. Campinas, Pontes/Editora da UNICAMP, 1997.
- MAINGUENEAU. (1990). “Análise do Discurso: a questão dos fundamentos”. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, UNICAMP – IEL, nº 19, jul/dez.
- MAINGUENEAU, D. (1993). “O ethos”. In: *O contexto da obra literária*. São Paulo, Martins Fontes.
- MAINGUENEAU, D. (1998). *Análise de textos de comunicação*. São Paulo, Cortez, 2001.
- MALDIDIER, D. (1994). “Elementos para uma história da Análise do Discurso na França”. In: ORLANDI, E. P. (org.) *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Trad. B. S. Z. Mariani et al. Campinas, Editora da UNICAMP.
- MARCUSCHI, L. A. (2001). “Gêneros Textuais: definição e funcionalidade”. In: DIONISIO, A. P; MACHADO, A. R; BEZERRA, M. A. (orgs.). *Gêneros Textuais e Ensino*. Rio de Janeiro, Lucerna. p.p. 19-36.
- MAYRINK-SABISON, M. L. T. (1999). *Metodologia de investigação em alfabetização: um programa de investigação baseado no paradigma indiciário*. (inédito). Campinas, IEL/UNICAMP.
- MIQUELETTI, F. (2002). *Discurso, tom e caráter: uma análise do ethos tucano*. (Dissertação de Mestrado). Campinas, Unicamp.
- MUSSALIM, F. (2001). “Análise do Discurso”. In: MUSSALIM, F. & BENTES, A. C. *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. São Paulo, Cortez. p.p 101-142.
- ORLANDI, E. P. (1996) *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Rio de Janeiro, Vozes. p. 101-113.
- ORLANDI, E. P. (1999). *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, Pontes.
- PÊCHEUX, M. (1969). “Análise Automática do discurso”. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. E. P. Orlandi Campinas, Editora da UNICAMP, 1990.
- PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. (1975a). “A propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas”. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.). *Por uma análise*

- automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. P. Cunha. Campinas, Editora da UNICAMP, 1990.
- PÊCHEUX, M. (1975b). *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, Editora da Unicamp, 1988. Tradução: E. P. Orlandi (*et al*)
- PÊCHEUX, M. & GADET, F. (1981). *La langue introuvable*. Paris, Maspero.
- PÊCHEUX, M. (1983). *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. Campinas, Pontes. Tradução: Eni P. Orlandi., 1997.
- PERELMAN, C. & OLBRECHTS-TYTECA, L. (1996). *Tratado de Argumentação: a nova retórica*. São Paulo, Martins Fontes, 2000.
- PETITI, S. L. (1996). “El sujeto imposible”. In: CRUZ, M. (comp). *Tiempo de subjetividad*. Barcelona, Paidós.
- POSSENTI, S. (1988). *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo, Martins Fontes.
- POSSENTI, S. (1994). “Discurso, sujeito e o trabalho de escrita”. In : NASCIMENTO, E. M. F. S. & GREGOLIN, M. do R. V. (orgs.). *Problemas atuais da Análise do Discurso*. Araraquara, Editora da UNESP.
- POSSENTI, S. (1995). *O eu no discurso do Outro: a subjetividade mostrada*. In: ALFA (UNESP), 1995, v. 39, p.p. 45 – 55.
- POSSENTI, S. (2002). “Indícios de autoria”. In: *Perspectiva – Revista do Centro de Ciências da Educação*, 20 (1) (Expressando a língua portuguesa e seu ensino). Florianópolis, Editora da UFSC. p.p. 105-124.
- PROUST, M. (1927). *Em busca do tempo perdido – no caminho de Swann*. São Paulo, Editora Globo. 21º ed. Tradução de Mário Quintana, 2001.
- RAJAGOPALAN, K. (2003). *Por uma lingüística crítica – linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo, Parábola editorial. (Linguagem 4).

ANEXOS

ANEXO 1

Entrevista com Rodrigo Uchôa, coordenador de Artigos e Eventos da Folha de S. Paulo

“Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo”.

1. Quais foram os motivos ou as razões que levaram a direção a criar o espaço Tendências/Debates?

FOLHA. O espaço de artigos de colaboradores de fora do jornal foi criado num momento de transição política, quando a redemocratização apontava no horizonte como um caminho viável tanto pelo desgaste do regime militar quanto pelo fortalecimento de tendências alternativas no espectro político. A Folha pretendeu, então, dar vazão a vozes e opiniões que não encontravam canais de discussão pública.

2. Quantas pessoas trabalham nessa seção? Em que ano começou?

FOLHA. A seção é chamada de CAE (Coordenação de Artigos e Eventos). Além dos artigos de Tendências/Debates, fornece artigos para eventuais espaços em outros cadernos, por exemplo, quando um articulista não pode escrever ou quando cadernos especiais necessitam de colaboradores para análises. A CAE é também responsável pelos debates promovidos pelo jornal. Há um coordenador, um coordenador assistente, uma secretária e um auxiliar.

3. Qual é a importância que tem a seção no jornal FSP?

FOLHA. O jornal considera a seção crucial para levar ao público visões de representantes de segmentos diversos da sociedade. Isso é corroborado pelo Projeto Editorial da casa.

4. De preferência, para que tipo de leitor está direcionado o espaço Tendências/Debates?

FOLHA. Não há preferência. A intenção é alcançar todo tipo de leitor.

5. Quais são os critérios para a escolha dos temas que se abordam na seção?

FOLHA. Dá-se inicialmente preferência a assuntos que estejam na pauta do jornal. Isso não impede que assuntos “atemporais” sejam contemplados, porém, eles não ganham prioridade.

6. Os temas publicados têm alguma relação com o editorial e as notícias que são veiculadas no jornal?

FOLHA. Como explicitado na resposta anterior, damos preferência a artigos que esclareçam e contribuam para o debate de temas relacionados à pauta do jornal. É importante ressaltar novamente que isso não impede a publicação de artigos não-relacionados à pauta do dia.

7. Quais são os temas que têm prioridade na seção?

FOLHA. Os temas políticos e econômicos ganham prioridade.

8. Quais são os critérios que se tem para escolher as diversas tendências do pensamento contemporâneo?

FOLHA. Tentamos imprimir um equilíbrio entre as tendências, ou seja, se publicamos um artigo extremamente contrário a determinado assunto, procuramos dar um extremamente favorável.

9. Qual é o enfoque que a seção faz das tendências atuais do mundo contemporâneo?

FOLHA. Não fazemos um enfoque particular, apenas divulgamos os mais diferentes enfoques.

10. Geralmente quem escreve os artigos são políticos, professores universitários, advogados, representantes de organizações de diversos segmentos sociais, etc., quais são os critérios que se consideram para escolher os autores dos artigos?

FOLHA. Há uma preferência dada aos mais representativos dentro de cada setor. Porém, há uma importante contribuição de novos autores que tenham visões inovadoras das questões discutidas.

10. Os artigos são encomendados ou são enviados espontaneamente pelos autores para serem escolhidos para publicação?

FOLHA. Cerca de 50% dos artigos são encomendados e 50% vêm de contribuições espontâneas.

11. A seção Tendências/Debates prioriza o conteúdo político e econômico? Se for assim, por quê?

FOLHA. Os conteúdos políticos e econômicos são priorizados por serem os de maior interesse do leitorado.

12. Geralmente aos sábados coloca-se uma pergunta sobre algum problema contingente

no país e apresentam-se dois artigos, um a favor (SIM) e outro contrário (NÃO), gostaria de saber quais são os critérios que são considerados na elaboração das perguntas e também das respostas?

FOLHA. As perguntas tentam abarcar facetas não-exploradas a fundo pelo jornal em sua cobertura noticiosa diária e temas que despertam controvérsias na sociedade. Não controlamos as respostas, apenas tomamos o cuidado de pedir artigos para pessoas que tenham posições diferentes, para que seja estabelecido o contraditório.

13. Habitualmente, a seção traz dois artigos sobre temas diferentes, o primeiro aparece com um desenho ou ilustração. Gostaria de saber se os temas escolhidos no dia a dia seguem uma pauta semanal?

FOLHA. Há uma pré-pauta estabelecida pelo CAE na tentativa de organizar a possibilidade ou não de aproveitamento dos artigos enviados espontaneamente. Porém essa pré-pauta geralmente é “atropelada” pelos acontecimentos.

14. Considera que a seção Tendências/Debates contribui com seus artigos à gestação de uma nova cultura e ao desenvolvimento do conhecimento?

FOLHA. Consideramos que os artigos contribuem para a discussão de assuntos importantes.

15. A seção tem em consideração o processo de transformação que vive a sociedade atual?

FOLHA. Tentamos acompanhar os processos de transformação da sociedade o mais de perto possível. Não há a intenção de direcionar esses processos, apenas tentamos contribuir para o debate deles.

16. Quais seriam as tendências mais importantes do mundo contemporâneo?

FOLHA. Por ser cada vez mais multifacetado, cremos que o mundo contemporâneo não comporta mais tendências dogmaticamente especificadas. Esse é inclusive um desafio diário: trazer visões diferentes de assuntos que comportam células de mudanças.

17. Tendências/Debates tem relação com a revista Mais! ?

FOLHA. Não. Há colaboração de todas as seções do jornal, mas não há uma relação de interdependência entre “Mais!” e “Tendências/Debates”.

18. Gostaria de agregar mais alguma coisa sobre a seção T/D da FSP?

FOLHA. Creio que nossas principais intenções e dificuldades diárias já foram explicitadas nas respostas acima.

ANEXO 2

Textos coletados no site www.uol.com.br no link da *Folha de S. Paulo*.

A maconha deve ser descriminalizada? (24/11/2001)

SIM

A velha discussão sobre o crime sem vítima

FERNANDO GABEIRA

PARA RESPONDER com seriedade à questão da descriminalização, alguns países, como os EUA e a França, criaram comissões parlamentares com amplos poderes de investigação. No caso norte-americano, a comissão presidida pelo senador Raymond Shafer, disponibilizou uma verba adicional de US\$ 2 milhões para realizar pesquisas próprias destinadas a responder a perguntas que o trabalho científico, até aquele momento, ainda não tinha focalizado.

Tanto a resposta francesa quanto a norte-americana, ao cabo de extensas discussões, convergem para admitir que a maconha deveria ser legalizada, uma vez que não representa mais perigo para a saúde humana do que algumas outras drogas já existentes no livre mercado. Outros caminhos trilhou a polícia britânica para recomendar ao governo Blair uma política mais liberal em relação à maconha. Pesquisas internas revelaram que um flagrante e todos os trâmites legais indispensáveis à prisão de um fumante de maconha tomam cinco horas de trabalho, um tempo precioso demais a ser tomado da polícia. Um elementar senso de ridículo levou o governo britânico a reformular a sua política, criando uma área experimental no distrito de Lambeth, em Londres, onde está o bairro de Brixton, com grande presença de estrangeiros, inclusive jamaicanos. Nessa área, fumar é permitido, pois a polícia tem mais o que fazer além de prender usuários de maconha. A mesma reflexão da Polícia Montada do Canadá - uma análise de custos e benefícios da repressão ao uso da maconha - a levou a recomendar ao governo um processo de flexibilização que a liberasse dessas tarefas mesquinhas e contraproducentes. Mesmo no Brasil, há cerca de dois meses, a Academia de Polícia do Rio deu um passo adiante, abrindo um debate sobre o tema, presidido pelo delegado Álvaro Dias. Ali foi possível que alguns dos argumentos acima fossem expostos democraticamente para uma platéia que começa a questionar os fundamentos da política brasileira sobre a maconha. No Brasil, a violência ligada ao comércio clandestino é mais intensa, sendo considerada um fator determinante da insegurança das grandes cidades.

A União Européia afirma que no mínimo 45 milhões de europeus experimentaram maconha - cerca de 15 milhões fizeram nos últimos 12 meses. A maioria dos consumidores (40%) estava na faixa dos 18 anos; na faixa de 15 a 16 anos, 25%. A conclusão desse trabalho de pesquisa indica uma saída de bom senso, pois, para os observadores políticos, ficou bastante claro que uma lei quebrada por 45 milhões torna-se ameaçada. Lá, enquanto a sociedade discute, os países que ainda não reformularam tendem a fazer vista grossa. No último fim de semana, o ministro da Saúde francês, Bernard Kouchner, recebeu mais um relatório científico sobre o tema, concluindo também, pela enésima vez, que os males produzidos pelo consumo da maconha não justificam sua proibição. O mais recente

relatório francês do Instituto Nacional de Saúde e Pesquisa Médica desautoriza também - o que as estatísticas já tinham feito com eloquência - a tese de que a maconha é uma escada para outras e mais perigosas drogas. A Holanda, onde a maconha é vendida em "coffee shops", sempre foi uma demonstração concreta da falsidade dessa tese. Ora, os consumidores de heroína holandeses não aumentaram em número. O Brasil vive uma semana decisiva nessa discussão. O Senado deve aprovar um projeto, em plenário, excluindo a pena de prisão para usuários de droga, que ficarão sujeitos a multas, a trabalhos comunitários ou, em casos mais graves, à suspensão de alguns direitos. Além da lentidão pátria, há também o velho problema da hipocrisia. Signatário do documento da ONU, de junho de 98, no qual se dispõe a ajudar por todos os meios a integração do usuário na sociedade (artigo 7º), o governo brasileiro está silencioso diante do episódio da demissão, pela TV Cultura, da apresentadora Sonia Francine. Nossa timidez se deve também à pressão norte-americana. Algo que os canadenses conseguem superar, apesar de estar no olho do furacão repressivo. Nem o remédio Marinol, baseado no princípio ativo da maconha e usado para aplacar enjôo dos pacientes em quimioterapia contra o câncer, conseguimos produzir, apesar de estarmos prontos para isso no laboratório estadual de Pernambuco. Temos de comprar a produção norte-americana. Trabalho com o tema no Brasil há 20 anos. Até ajudantes de caminhão gritam ao passar: "Quando é que vamos liberar?" Não há calendário previsto. Enquanto isso, resta-nos repetir a frase de sempre: "Se não há crime sem vítima, por que é crime usar maconha?"

Fernando Gabeira, 60, deputado federal (PT-RJ), é autor do livro "A Maconha", da série "Folha Explica" (Publifolha).

A maconha deve ser descriminalizada? (24/11/2001)

NÃO

Jogar com o risco

ARTHUR GUERRA DE ANDRADE

DO PONTO DE vista médico, as pessoas que fumam maconha podem estar em três grupos: os usuários sociais ou ocasionais (cujo consumo não traz complicações ao indivíduo ou à sociedade); os usuários com quadro de abuso (já com consequências negativas advindas do uso, como baixo rendimento escolar, dificuldades familiares e alterações psicológicas); e os usuários com dependência (necessita da maconha para relaxar e, sem ela, não se sente bem). Atualmente, não conseguimos identificar quais são os fatores que levam uma pessoa a se fixar em um desses estágios. Sabemos que o consumo da maconha é uma condição necessária (só vai ser usuário quem fumar maconha) e que, quanto mais fácil for obtê-la, maior será o risco de a pessoa se tornar usuária. Cada uma das situações acima necessita de uma avaliação diferente e de condutas específicas. É óbvio que o usuário ocasional não necessita de tratamento; não é preciso ser médico para entender que a pessoa que apresenta dependência precisa ser tratada. Isso vale para usuários de maconha, cocaína, álcool e (perdão ao leitor desavisado) tabaco. Diagnóstico em medicina é um procedimento sério que norteia o tratamento. É natural que alguém que tenha um uso social de maconha diagnostique-se como tal. Mas não é natural que a pessoa dependente assim se considere. Funciona exatamente como o álcool: o

alcoolista é, geralmente, o último a admitir a gravidade do problema. Eu penso que a apresentadora Sonia Francine errou ao admitir publicamente que fuma maconha, em reportagem da revista "Época". Antes de justificar a minha posição, acho necessário pontuar que o meu conhecimento sobre a apresentadora era bastante restrito, mas que sua figura era _e continua sendo_ simpática. Além disso, tanto na reportagem como em entrevistas posteriores, entendi que o objetivo de Soninha (peço permissão para usar essa forma carinhosa) era estimular o debate, e não fazer propaganda da maconha. A começar pelo título da reportagem ("Eu fumo maconha"), o que é preocupante é que essa forma de discussão de um tema tão importante favorece a banalização. Não cabe a mim fazer diagnósticos nessa situação, especialmente porque nem conheço a Soninha. Tenho tudo para acreditar que ela é uma usuária social, ocasional, como ela mesma se apresenta. Mas quem é a Soninha? É uma profissional, competente, responsável, que trabalha com um público definido, os adolescentes. Mais do que isso, seus atos são apreciados com atenção, desde a forma como se veste e fala até o modo como se comporta. Não me sinto à vontade para comentar sua demissão da TV Cultura, visto que o meu treinamento é da área da saúde. Porém há um momento em que o que o profissional expressa deixa de ser apenas o que ele pensa: reflete o que pensa a instituição que ele representa. Com toda a pluralidade desta Folha, eu não saberia dizer o que aconteceria se um dos colunistas da página A2 (Opinião) _na sua mão esquerda neste momento_ trouxesse opiniões pró-terrorismo ou pró-racismo, contrárias à coluna vertebral do jornal. Na minha opinião, as convicções particulares de Soninha são secundárias se tomadas em relação às mensagens que ela deve passar, na posição de liderança e de credibilidade que ela ocupa, representando a instituição, que, em última instância, é alimentada com nossos impostos. Acho que ela não tem o direito, de estando nessa situação, sugerir comportamentos que possam levar a danos, como a dependência de drogas. Eu sei que ela não visa a isso, que não é esse o objetivo de seu questionamento, mas esse é um resultado possível quando o tema é debatido de forma superficial. Há, por último, um fator mais importante ainda: a invasão de sua privacidade familiar. Tendo eu passado por situações próximas no passado, quando em entrevistas semelhantes fui abordado sobre temas nevrálgicos em relação a meus familiares _o uso de drogas, por exemplo_, e tendo avaliado essa experiência como péssima, eu penso que os familiares da Soninha deveriam ser poupados ao máximo da exposição. Penso que, ao fazer declarações desse teor apimentado, Soninha deveria resguardar suas filhas e sua mãe, que provavelmente muito se orgulham dos predicados de ousadia, responsabilidade e profissionalismo da apresentadora. Mas elas, como o público que a assiste, devem ser preservadas de suas convicções pessoais quando expostas da forma como está sendo feita. Como no ditado, "o exemplo não é a melhor forma de ensinar algo para alguém. É a única".

Arthur Guerra de Andrade, 47, coordenador do curso médico da Faculdade de Medicina do ABC e professor associado Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da USP.
aandrade@usp.br

O Brasil deve também desenvolver técnicas de clonagem humana? (01/12/2001)

NÃO.

A reprodução humana está ligada ao amor

ESTÊVÃO BETTENCOURT.

OBSERVAMOS logo de início que nenhum fator ético impede a clonagem de animais infra-humanos. Não têm personalidade e não constituem família. São levados pelo instinto. O mesmo não se dá com o ser humano. A reprodução humana está ligada ao amor, a um ideal de vida e à doação mútua de homem e mulher, o que se concretiza na prole. A genitalidade humana tem grandeza e nobreza singulares, de tal modo que não se pode tratar a célula humana como se trata a do gado.

Com outras palavras: a vida do ser humano não é apenas o resultado de reações físico-químicas, mas sim o patrimônio de alguém chamado à Transcendência ou ao Absoluto (qualquer que seja o nome que se Lhe dê). Em nossos dias, defende-se a clonagem humana em nome da terapêutica de certas doenças. Em resposta, é preciso observar que o fim não justifica os meios. Produzir embriões para lhes tirar a vida e assim salvar a vida de um adulto é bárbaro.

Fala-se muito contra a discriminação racial, sexual, religiosa etc. Como então aceitar a discriminação do ser humano indefeso em favor de um adulto? Como produzir muitos embriões para aproveitar algum ou alguns e matar os demais, de acordo com o pragmatismo da sociedade de consumo?

Dirá alguém: até o 14º dia após a concepção, tem-se um pré-embrião, e não um embrião propriamente dito. Em resposta, deve-se dizer: a partir do momento em que o óvulo é fecundado - ou também a partir do momento em que a célula começa a se dividir e se multiplicar -, inaugura-se uma nova vida humana. Nunca mais se tornaria humana se não fosse desde então; mesmo que seja uma vida tênue, que só chegue a produzir seis células, é humana e merece respeito. Aliás a própria ciência deixa entrever outras formas de intervenção terapêutica que não implicam clonagem nem utilização de células embrionárias, mas se servem de células matrizes retiradas de adultos. Tal é o procedimento que a consciência indica, se queremos respeitar a dignidade de cada ser humano, mesmo na condição de embrião. Em outros termos ainda: toda derrogação às leis da natureza humana provoca a reação da própria natureza. Entre essas leis está também a que rege a genitalidade humana _não pode ser violada sem que graves conseqüências, mais cedo ou mais tarde, daí decorram.

Essas considerações são reforçadas pela prospectiva do que poderá acontecer se a ciência não for orientada pela consciência ética. A volúpia da conquista pode obcecar o cientista e empolgá-lo a ponto tal que a ciência se volte contra o homem, em vez de servir ao homem. Na verdade, a ciência e a técnica não são valores absolutos, estão a serviço da pessoa humana, subordinadas aos direitos inalienáveis do ser humano. Este tem direito à vida desde que é embrião.

Não venha a ciência a produzir artificialmente seres destinados a servir aos caprichos de alguma facção que, mediante nova forma de escravatura, dispute a hegemonia sobre a Terra!

É importante notar que o próprio Parlamento Europeu aprovou a resolução nº B5 710/2000, sobre a clonagem dos seres humano, que proclama: "Estamos convictos de que uma única forma de concepção corresponde às exigências da democracia e dos direitos humanos: a

que reconhece a plena humanidade do embrião. Essa convicção rejeita toda ação que não tenha como objetivo o bem-estar direto do mesmo”.

Dom Estêvão Bettencourt é monge do mosteiro de São Bento e professor de teologia do Seminário São José, da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Foi professor de teologia da PUC-RJ.

O Brasil deve também desenvolver técnicas de clonagem humana? (01/12/2001)

SIM

Nosso admirável mundo novo

JOÃO PEDRO JUNQUEIRA

QUANDO ME perguntam se sou a favor da clonagem, sempre respondo um sonoro sim! ELA está aqui para ficar, assim como vários outros avanços.

A medicina moderna é praticada há apenas 50 anos. Antes, com raras exceções, vivíamos numa escuridão científica. O que aprendemos nesses 50 ou 60 anos em termos de medicina é mais do que em toda a nossa história, ou seja, a pré-história da medicina só acabou há algumas décadas. Quem hoje não se beneficia dos antibióticos, da anestesia, dos ansiolíticos, das técnicas cirúrgicas, dos transplantes, da terapia genética e da fertilização “in vitro”, entre outros?

Grande escarcéu ocorreu quando nasceu, em 1978, em Manchester (Reino Unido), o primeiro bebê de proveta. Os médicos, cientistas e pacientes foram duramente criticados; alguns centros de pesquisa na área foram proibidos de continuar seus trabalhos; e instituições como a Igreja Católica fizeram de tudo para proibir a realização, até com ameaças de excomunhão aos seguidores que realizavam fertilização “in vitro”. Quando a possibilidade da clonagem surgiu, em 1997, alguns vislumbraram a chance de eternidade; outros ficaram preocupados com a chance de clonar Hitler, por exemplo; e outros, ainda, pensaram em perpetuar um filho morto ou um outro ser querido. Pena que o debate sobre a clonagem tenha tomado rumo tão emocional e que o homem não tenha enxergado os benefícios de tal fantástico procedimento.

A ciência muitas vezes caminha mais rápido do que a sociedade, talvez por fazer parte da personalidade do “cientista” vislumbrar o futuro de forma menos preconceituosa. E é nesse ponto que é preciso diferenciar a clonagem terapêutica da clonagem reprodutiva. A clonagem reprodutiva objetiva criar uma cópia idêntica de um ser humano. Seria um gêmeo idêntico, nascido anos ou décadas depois. Um corpo igual em uma mente diferente, já que o meio em que vivemos exerce influência importante, digamos 50%. Devemos nos lembrar de que existe um grande fator negativo atuando contra a clonagem reprodutiva: a falta de diversidade genética. Precisamos sempre de novos genes para que possamos sobreviver. Se repetirmos a reprodução de um único conjunto de genes, corremos o risco de acumular uma taxa inaceitável de mutações desfavoráveis, levando clones reprodutivos a desenvolver várias doenças incompatíveis com a vida.

Vale lembrar que a semiclonação em bovinos foi abandonada por causa do grande número de animais doentes produzidos; no caso da ovelha Dolly, ela apresenta um envelhecimento precoce por causa de um defeito no DNA.

A clonagem terapêutica tem como objetivo principal reorientar uma célula a produzir um determinado conjunto de células ou um tecido: é a chamada célula-tronco. Vamos imaginar o caso de alguém com leucemia que necessite de um transplante de medula. Ele seria o

doador dele mesmo, sem incorrer no risco de uma rejeição. Há uns cem número de situações a serem desenvolvidas para o benefício do ser humano. O medo é que tomemos medidas radicais para proibir o estudo da clonagem, impossibilitando a aquisição de conhecimentos que nos permitam um futuro mais digno. O medo é que cientistas ou médicos inescrupulosos realizem experiências com seres humanos sem saberem suas conseqüências. O medo é que a sociedade não tenha discernimento para enxergar a possibilidades e proíba a sua realização. O medo é que setores específicos da sociedade só enxerguem seus interesses limitados e preconceituosos. O medo é que o interesse econômico de uma minoria prevaleça sobre a maioria. Só estamos começando. Um longo caminho precisa ser trilhado.

No Brasil, o medo é ainda maior. E as conseqüências podem ser piores. Enquanto a discussão mundial gira em torno da clonagem, ainda estamos discutindo leis para reger a fertilização "in vitro" e a manipulação de embriões.

A Lei de Biossegurança (lei nº 8.974) proíbe a utilização de embriões para pesquisa, impossibilitando a utilização de células-tronco para pesquisa da clonagem terapêutica. O projeto de lei nº 90, de 1999, que está no Senado, é ainda mais danoso e preocupante, pois proíbe a realização de vários procedimentos de fertilização "in vitro" que já são realizados no mundo e no Brasil de forma segura e corriqueira, inclusive com o aval do Conselho Federal de Medicina (resolução CFM nº 1.358/92).

Se tal projeto seguir, mesmo com o parecer contrário de toda a comunidade científica, não existirá mais discussão sobre clonagem. Retornaremos à idade das trevas. O Brasil não pode correr o risco de ficar fora do grupo de países que realiza pesquisa de ponta nessa área. Temos pessoal qualificado, interesse, disposição e condições materiais. Infelizmente temos também pessoas que trabalham na contramão da história e que querem manter o Brasil atrasado. Temos também grupos religiosos que não só trabalham contra o direito do indivíduo de recorrer a técnicas de fertilização "in vitro" para alcançar uma gravidez, como proíbem o uso de preservativos para evitar a Aids ou o uso de métodos contraceptivos modernos para evitar uma gestação indesejada.

Certamente não são só médicos e cientistas que determinam o melhor caminho, mas sim um conjunto de setores representativos da sociedade, após longa discussão. Se não formos rápidos na discussão, estaremos fadados ao eterno subdesenvolvimento científico-tecnológico, submissos e obrigados a comprar tecnologia ultrapassada. A ciência caminha lado a lado com o ser humano, e não distante dele. Algumas vezes essa ciência atropela o pensamento humano e o homem se esforça para compreendê-la melhor. Essa busca por uma nova compreensão permite que a humanidade se desenvolva, cresça e expanda os seus horizontes.

João Pedro Junqueira, 37, médico, doutor em ginecologia pela UFMG, é diretor da Clínica Pró-Criar/Mater Dei de Reprodução Humana.

Morrendo um cônjuge homossexual, é certo dar a guarda do filho dele ao outro cônjuge? (12/01/2002)

SIM

Uma questão de justiça

SILVIA PIMENTEL

PELA PRIMEIRA vez no país, o Judiciário manifestou-se sobre guarda de criança pleiteada por companheira homossexual. Representou um avanço significativo a liminar concedida em relação à guarda provisória do filho de Cássia Eller a Maria Eugênia, que com ela conviveu durante 14 anos. Tudo indica que a tutela definitiva do garoto venha confirmar essa corajosa decisão.

Embora pequeno, é crescente o número de decisões judiciais que asseguram os direitos de pessoas homossexuais. Vale destacar decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), de 2000, sobre o direito à igualdade e à não-discriminação em virtude de orientação sexual. Alguns Tribunais de Justiça do país também já proferiram decisões inovadoras sobre os direitos de pessoas do mesmo sexo em união estável.

O ordenamento jurídico brasileiro é omissivo em relação aos homossexuais e não garante a todos os seus cidadãos tratamento que respeite os valores de igualdade, respeito, equidade e diversidade. Esse fato tem servido para reforçar e reproduzir preconceitos, estereótipos e discriminações, além de muita hipocrisia. É causa de grande sofrimento. Mesmo muitos esforços de alguns grupos da sociedade civil não conseguiram incluir a livre orientação sexual como um direito estabelecido na Constituição. Contudo é inegável que representaram um marco relevante na busca do reconhecimento jurídico dos direitos humanos de homossexuais.

Cumpra frisar que há poucas normas em nosso país que consideram expressamente a discriminação por orientação sexual: a Constituição de Sergipe (1989); a Lei Orgânica do Distrito Federal (1993); duas leis ordinárias no Estado do Rio (1999 e 2000); e uma lei ordinária de Santa Catarina (2002).

A Assembléia Legislativa de São Paulo aprovou, em 2001, legislação que estabelece a punição para qualquer tipo de discriminação contra homossexuais, bissexuais ou transgêneros.

No Congresso, encontra-se em tramitação o projeto de lei nº 1.151-A, de autoria da então deputada Marta Suplicy e que aguarda votação na Câmara. O projeto assegura a duas pessoas do mesmo sexo o reconhecimento de sua união civil, visando a proteção de seus direitos, dentre eles, os referentes a propriedade, sucessão e benefícios previdenciários. O momento é oportuno para a ampliação de seu conteúdo no sentido de contemplar temas não apenas patrimoniais, mas também os relativos à guarda ou tutela de crianças e adolescente. Consta da justificativa do projeto que a ninguém é dado ignorar que a heterossexualidade não é a única forma de expressão da sexualidade humana; que, conforme o Conselho Federal de Medicina e a Organização Mundial da Saúde, a homossexualidade não pode ser considerada desvio ou transtorno sexual; e que deve ser suprida a lacuna jurídica em relação aos não-heterossexuais.

A justificativa do projeto ressalta que o Brasil é um país no qual homossexuais têm sofrido extrema violência e que a legalização da união civil entre pessoas do mesmo sexo favorecerá e diminuirá o comportamento discriminatório em relação a essas pessoas. Cabe ao Estado aceitar e proteger essa realidade.

O movimento político e jurídico brasileiro em torno dos direitos referentes à livre orientação sexual insere-se em um contexto internacional de construção dos direitos humanos.

A socióloga feminista norte-americana Nancy Fraser aponta que tanto a injustiça socioeconômica quanto a injustiça cultural se encontram amplamente difundidas nas sociedades contemporâneas. Estão ambas arraigadas em processos e práticas que sistematicamente colocam grupos de pessoas em desvantagem ante outros. Ambas, portanto, devem ser remediadas. Para ela, ser democrata radical implica estar atento e tratar de eliminar dois tipos de impedimento à participação democrática: a desigualdade social e o desrespeito à diferença. A democracia radical requer uma política cultural da identidade e da diferença, bem como uma política social.

A Declaração dos Direitos Humanos de 1993 (adotada por mais de 170 Estados) reitera a concepção introduzida pela Declaração de 1948 ao afirmar: "Todos os direitos humanos são universais, interdependentes e relacionados. A comunidade internacional deve tratar os direitos humanos globalmente de forma justa e equitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase".

Como diz a jurista Flávia Piovesan, vive-se um momento no Brasil de redefinição e reformulação da agenda de direitos humanos, em que são incorporados temas como os direitos econômicos, sociais e culturais ao lado dos tradicionais direitos civis e políticos. Assim, há que se incorporar os direitos dos homossexuais como direitos humanos. O projeto de lei sobre união civil de homossexuais é passo extremamente importante nesse sentido. Nossa expectativa, agora, é que o Congresso honre o exemplo dado pelo Judiciário do Rio.

Silvia Pimentel, 61, professora da Faculdade de Direito da PUC-SP, é coordenadora nacional do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem-Brasil) e membro do conselho diretor da Comissão de Cidadania e Reprodução.

Morrendo um cônjuge homossexual, é certo dar a guarda do filho dele ao outro cônjuge? (12/01/2002)

NÃO

A vida é bela

FRANCESCO SCAVOLONE

"A VIDA é Bela" é o título do filme com o qual o cineasta e ator italiano Roberto Benigni ganhou, em 2000, o Oscar de melhor filme estrangeiro. O filme conta a história de um pai que, dentro dos horrores de um campo de concentração nazista, faz o impossível para alegrar a vida de seu filho ainda menino, chegando ao ponto extremo de sacrificar a sua própria vida.

Esse é o amor. A vida é bela quando é doação de si mesmo.

Sem querer julgar o íntimo da consciência - que, como afirma o Concílio Vaticano 2º, é o sacrário de toda pessoa humana e a qual só Deus pode julgar -, não nos é, porém, permitido fechar os olhos sobre a vicissitude de Cássia Eller e de seu filho. Cássia tinha fama, dinheiro e sucesso. Tinha, aos olhos da sociedade consumista, tudo o que precisava para ser feliz e para fazer feliz o seu filho.

Porém terminou tragicamente os seus dias sem de fato conseguir corresponder às legítimas exigências de amor de seu próprio filho.

Agora que a Justiça confiou a guarda do filho de Cássia a sua "companheira", homossexual assumida, parece que o calvário do menino vai continuar: não bastam os frutos amargos que ele já saboreou. Sem dúvida existem muitas famílias verdadeiras, disponíveis para receber e eventualmente adotar o filho de Cássia e para doar a ele aquele amor e aquele carinho dos quais tanto precisa.

De fato, enquanto célula fundamental da sociedade, como é definida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, a família merece ser assistida e defendida através de medidas adequadas do Estado e de outras instituições.

A Igreja Católica está fazendo a sua parte. Segundo o papa João Paulo 2º, quando a igreja expõe a verdade sobre o matrimônio e a família, ela o faz tendo em conta também os postulados do direito natural, que estão no fundamento mesmo do verdadeiro bem da própria sociedade e de seus membros.

Com efeito, afirma o papa, não é insignificante para as crianças nascerem e serem educadas em um lar constituído por pais vinculados por meio de uma aliança fiel; aquilo que falta nas convivências não matrimoniais, continua João Paulo 2º, é a abertura recíproca para um futuro a ser vivido em conjunto, que cabe ao amor ativar e fundar e que é tarefa específica do direito de procriar.

Em outras palavras, falta precisamente o direito não na sua dimensão extrínseca normativa, mas na sua autêntica dimensão antropológica de salvaguarda da coexistência humana e de sua dignidade. Além disso, quando as "uniões de fato" reivindicam o direito à adoção, demonstram de maneira clara que ignoram o bem superior da criança e as condições mínimas que lhe são devidas para uma adequada formação.

Enfim, as uniões de fato entre pessoas homossexuais constituem uma deplorável deturpação daquilo que deveria ser a comunhão aberta à vida, pressuposto indispensável para o crescimento sereno e harmonioso dos filhos _citando aqui as palavras do santo padre, durante uma audiência, em Roma, em 4 de junho de 1999. A vida, no verdadeiro amor, é bela; a transmissão da vida, com verdadeiro amor, é bela; e a geração da vida, pelo verdadeiro amor, é bela. Vamos imaginar por um instante que o nosso planeta fosse povoado só por homens ou só por mulheres: a vida acabaria logo. Não nos deixemos enganar: a vida é bela, a família é bela, Deus é belo!

É preciso e urgente dizer e mostrar isso às novas gerações!

Francesco Scavolini, 46, doutor em jurisprudência pela Universidade de Urbino (Itália), é presidente do Comitê Antonio Di Pietro e membro do Comites (Comitê dos Italianos no exterior) de São Paulo.

Mais policiais e penas mais duras solucionariam a questão da segurança? (02/02/2002)

NÃO

Sem anestesia!

DENISE FROSSARD

DECIDIDAMENTE só se resolve a questão da violência com a audácia, a inteligência, a frieza e o mesmo senso de resultados presentes na criminalidade organizada. Por essa razão, a maioria das propostas colocadas à opinião pública são equivocadas. Estivessem unificadas as polícias, fosse maior o efetivo policial, estivesse o Exército nas ruas, proibido o comércio de armas ou estivesse em vigor a pena de prisão perpétua ou de morte, estariam a salvo os prefeitos do PT, o promotor mineiro Lins do Rêgo, a professora carioca Geisa (do ônibus da linha 174) e os milhares de brasileiros que sofrem os efeitos do crime?

A minha experiência - ontem, como operadora da Justiça criminal e, hoje, como estudiosa do crime organizado - diz que não. Mesmo para aqueles que não têm a minha trajetória, mas meditam sobre o tema longe dos holofotes, a resposta, certamente, será a mesma. A violência no Brasil não é só um caso de polícia. Um claro exemplo é o caso Daniela Perez. A polícia cumpriu o seu papel. A Justiça também. Foi a lei - o legislador, o Congresso Nacional -, em última instância, quem devolveu os assassinos às ruas. O resultado é a impunidade.

O crime tem por objetivo, de regra, um resultado econômico e é alimentado, no Brasil, por uma legislação às vezes permissiva, às vezes equivocada. E também por uma atividade e investigação sempre ineficaz.

Ao calor das discussões, ouve-se falar, muito apropriadamente, é verdade, do custo da violência para a sociedade. E o custo para os criminosos? É esse custo que define a oportunidade do crime. E, cá entre nós, o crime no Brasil, ao que se vê, tem sido um bom negócio!

No Rio de Janeiro, de 1995 a novembro de 2001, não houve nenhuma investigação policial de crime de tráfico de influência (artigo 332 do Código Penal). Nesse mesmo período, apenas 35 inquéritos policiais foram instaurados para apuração de crimes de corrupção ativa (prevista no artigo 333 do nosso Código Penal). Há mais ainda. Apenas 20% dos crimes são levados ao conhecimento da polícia, em razão da descrença do cidadão nas suas instituições. A noção da impunidade agrega maior valor econômico ao crime. Há alguém capaz de duvidar disto? A impunidade torna a atividade criminosa altamente lucrativa.

A solução permanente é tornar o crime um mau negócio, de alguma forma. Esse foi o resultado da sentença que levou à prisão os 14 chefes do crime organizado no Rio de Janeiro em 1993.

O resultado teria sido melhor, certamente, não fossem as brechas e os relaxamento legais. O que fazer então? A solução reside na adoção imediata de ações concretas e eficientes com base na reestruturação legislativa, inclusive de cunho constitucional. Unir na ponta da investigação a Polícia Civil, os juízes e os promotores, desenhando a magistratura de uma espécie de juizado de instrução, tem mostrado resultados eficazes, como pudemos ver na Itália, naquela que ficou conhecida como a "operação mãos limpas", onde os Carabinieri - equivalente à nossa Polícia Civil - e magistrados praticamente derrotaram a "Cosa Nostra", a Máfia.

A experiência italiana acabou com a noção de impunidade que regia as ações da "Cosa Nostra" e impôs ao crime organizado um brutal prejuízo econômico. O momento exige que "os homens de bem tenham a audácia dos canalhas", como disse Benjamin Disraeli.

Denise Frossard, juíza aposentada, professora de pós-graduação da FGV-RJ, é fundadora e membro da diretoria da Transparência Brasil.

Mais policiais e penas mais duras solucionariam a questão da segurança? (02/02/2002)

SIM

Nós ou eles

FERNANDO FANTAUZZI

A EQUAÇÃO aparentemente simplista do "nós ou eles" resume mais do que uma mera fórmula ou uma frase feita. Depois de praticamente uma década de posicionamentos equivocados do governo estadual com relação à política de segurança pública, atingimos o caos em grau mais agudo.

O maior bem que todos nós temos, a vida, está por um fio.

Como pudemos chegar a tal estado de coisas? Eu me arrisco a dar algumas explicações que não atenuam, mas explicam este inferno que paira sobre nossas cabeças. Convivo com a questão da segurança pública desde os 23 anos de idade: primeiro como delegado na periferia da cidade de São Paulo (no Capão Redondo, entre outros bairros das zonas sul, leste e oeste) e, depois, como assessor de dois secretários estaduais da Segurança Pública. A teoria e a prática, portanto, me autorizam a afirmar que, entre os vários erros cometidos ao longo dos últimos anos com relação ao tema, o maior foi, sem dúvida, entulhar as polícias de equipamentos e materiais _o Orçamento estadual para a segurança pública foi de R\$ 2,1 bilhões, em 1996, para R\$ 4,2 bilhões, em 2001_, mas sem atentar para a melhoria das condições básicas para o policial exercer suas funções: salários dignos, aperfeiçoamento e reciclagem profissionais e política clara de segurança pública, devolvendo os direitos dos policiais.

Hoje, nossos 120 mil policiais civis e militares convivem com bandidos cujos direitos são colocados, pelo próprio governo, em patamar superior ao deles. Se o policial atira e mata um marginal, ele é afastado por seis meses, para tratamento psicológico. Ora, esse policial não se sente seguro nem para sacar a arma, mesmo que seja em defesa própria. É estranho que só agora, quando a casa definitivamente cai e o crime organizado passeia livre e solto pelo Estado, haja quem queira se candidatar a deputado contando com os votos dos 70 mil membros do PCC atualmente "hospedados" em nossas prisões. Mil pessoas são assassinadas mensalmente em nosso Estado: são 12 mil por ano, muito mais do que a maior parte das guerras que assolaram o mundo pelo século 20 afora. Nossos presos são pelo menos 200 mil, mas há outros 100 mil mandados de prisão ainda não executados por pura falta de acomodações penitenciárias.

Claro que é saudável a busca de soluções. Mas, então, esbarramos naquela ladainha repetitiva de que essas soluções são de médio e longo prazo. E alertam para que ninguém espere melhorias para a semana que vem ou para o mês que vem. Construir prisões leva tempo, sim. E se pensarmos que, só para atender aos 100 mil condenados que frequentam nossas ruas, seria necessário construir três prisões para 800 marginais por mês, durante três

anos, vem logo a pergunta: "Que governo teria fôlego para tanto?" Ora, o artigo que mais tem sido escasso nos últimos anos na política estadual é a autoridade. As polícias Militar e Civil não combatem o crime com o mínimo de eficiência porque sofrem há praticamente uma década uma campanha sistemática de destruição de sua credibilidade. Governantes medrosos e hesitantes têm colocado a culpa sempre na morosidade da polícia, na corrupção que grassa em seus quadros etc. Pode funcionar como desculpa. E pode até ser, admito, que este ou aquele governante não goste da instituição "polícia". Mas, no momento em que se senta na cadeira de governador, o chefe do Executivo estadual assume uma missão _e sua missão não é mais expressar gostos pessoais, mas, sim, assumir com mão-de-ferro o comando da luta contra o crime. A questão da segurança requer, sim, planejamentos de médio e longo prazos, mas a situação é de emergência.

É preciso que o governador do Estado chame para si a tarefa e os riscos de coordenar uma força-tarefa responsável pela execução de um plano de ação na área da segurança pública. E é preciso que implante um cronograma de reuniões semanais do que chamo de Conselho de Segurança, com metas específicas a serem alcançadas. Participariam do conselho, que seria presidido pelo próprio governador, as seguintes pessoas: o delegado-geral da Polícia Civil, o comandante da Polícia Militar, o secretário da Segurança Pública e pelo menos dois representantes de entidades da sociedade civil.

É fundamental devolver a dignidade ao policial, ao bom policial, mostrando-lhe que estamos de fato numa guerra e que cabe ao aparato de segurança pública do Estado proteger o maior bem de que dispõem as pessoas que trabalham e estudam e as donas de casa que se dedicam a suas famílias: a vida. E proteger de quem? Dos marginais que hoje se movem com uma tranqüilidade apavorante em nossas ruas e casas.

Não é exagero afirmar que não há alternativas nem grandes muros separando os criminosos das pessoas de bem. Temos de admitir que a equação é "nós ou eles". Até que um governador encarne em suas qualidades a força e a honra necessárias para exercer a autoridade, só nos resta, infelizmente, rezar.

Fernando Fantauzzi, 40, foi secretário de Planejamento do município de São Paulo (gestão Régis de Oliveira) e assessor da Secretaria Estadual da Segurança Pública (gestões Fleury Filho e Mariz de Oliveira)

O Carandiru deveria ser desativado já? (23/03/02)

NÃO

Ameaça de outros "carandirus"

RUBENS APPROBATO MACHADO

A DESATIVAÇÃO do complexo do Carandiru não pode e não deve ser imaginada como um fator de marketing. Desativar o Carandiru pressupõe, no mínimo, a existência de um planejamento para a adequada reposição das vagas alocadas naquele antigo complexo prisional. E, como se sabe, São Paulo não dispõe de espaços para atender a expansão da massa carcerária, que, hoje, ultrapassa a casa dos 100 mil presos -dos 230 mil em todo o país.

São Paulo, sozinho, tem quase 44% da população carcerária brasileira. E as prisões paulistas têm 39% de presos a mais do que comportam as 74 penitenciárias do Estado, além

da Casa de Detenção. Leve-se em conta o clamor da sociedade por uma polícia mais eficiente e uma jurisdição penal mais ágil, que redundam em maior volume de condenados e, conseqüentemente, em mais presídios.

É verdade que o Carandiru, em termos de conceito e condições, está ultrapassado. A descontrolada superpopulação carcerária é um dos mais incisivos fatores de criminalidade. A promiscuidade é generalizada. As condições de higiene, sanitárias e de preservação da saúde são precaríssimas. Negócios em torno do comércio de drogas e da prática de outros ilícitos tomam conta do ambiente. Mas a questão é: para onde irão os presos? E os cárceres que os abrigarão terão condições de ser muito diferentes do Carandiru? Provavelmente não. Há de se conferir, ainda, os elevados valores de manutenção desse gigantesco presídio, uma vez que o custo social, decorrente da falta de vagas que deixa livres condenados perigosos, é sensivelmente maior.

Como se sabe, a violência tem aumentado em São Paulo. E não se trata apenas da explosão dos seqüestros. Os índices registram aumento de homicídios, roubos, assaltos e furtos de veículos. Para agravar a situação, há milhares de mandados de prisão que não são cumpridos até em razão da falta de vagas nas penitenciárias. Que fazer? Alternativas já foram definidas, sem falar na necessária eliminação das causas da criminalidade. Primeiro, multiplicar os espaços carcerários. Não há outro caminho a curto prazo para tirar os criminosos das ruas. Crescem as demandas de maneira geométrica, mas a estrutura prisional tem crescido de forma apenas aritmética.

Segundo, descentralizar a população carcerária, colocando-a em pequenos presídios espalhados por todo o Estado. Cárceres menores permitirão maior segurança e controle, mais assistência ao preso e melhores condições de higiene, de saúde e de prevenções sanitárias.

Terceiro, colocar o preso em presídios localizados na região onde reside e tem suas raízes. Isso facilita as visitas de familiares e a recuperação de laços de amizade. As continuadas rebeliões nas prisões apontam também como uma das causas o distanciamento do criminoso de sua cidade de origem.

Não haverá eficácia da ação contra a criminalidade sem motivação dos corpos policiais. Portanto não se trata apenas de aumentar os efetivos e mandá-los para as ruas. O policial há de se entusiasmar com a missão, o que significa melhoria das condições salariais e profissionais, além da impregnação do sentimento de mando e autoridade representado pelo comando. A repressão ao crime deve ser entendida como um caminho auxiliar de toda uma política de prevenção, com foco na motivação das unidades policiais, na inteligência criativa capaz de detectar os pólos de criminalidade, na identificação e no recolhimento dos líderes dos bandos, no planejamento voltado às operações nas áreas mais críticas, o que vai implicar reforço e reordenamento dos orçamentos de áreas não muito privilegiadas. Desativar um barril de pólvora, com cerca de 7.000 presos, sem uma correta relocação dos presos, é agravar uma situação de déficit que já soma quase 26 mil unidades carcerárias. O amontoado de presos é também escandaloso nas delegacias. Calcula-se que, nas cadeias paulistas, existam 34 mil presos em menos de 18 mil vagas. Procurar excluir o Carandiru dessa paisagem, além de não resolver os problemas, irá, ao reverso, aumentá-los.

Não adianta impor normas, obrigações, disposições sem atentar para os climas e ambientes sociais e psicológicos em que vivem as polícias. No campo do Judiciário, há de se apressar o julgamento de pedidos de progressão das penas, pois a demora na solução acaba tumultuando a vida carcerária.

Em um novo contexto, com planejamento otimizado e uma política descentralizada de relocação de criminosos, o Carandiru poderá vir a ser desativado sem a sociedade correr o risco de ver multiplicadas pelo Estado essas extensões do inferno.

Rubens Approbato Machado, 68, advogado, é presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

O Carandiru deveria ser desativado já? (23/03/02)

SIM

Crônica de uma desativação anunciada

CARLOS WEIS

HÁ CERCA de um ano, quando repartí com meus colegas da Assistência Judiciária a informação de que, agora sim, a Casa de Detenção de São Paulo, no complexo do Carandiru, seria desativada, poucos compartilharam da minha alegria, céticos que se tornaram após anos de promessas frustradas.

Chagado o mês de março de 2002, momento do golpe final contra o presídio que representa tudo o que há de hediondo em termos de política penitenciária, a monstruosidade ainda respira e teima em desaparecer. Daí a necessidade de relembrar os porquês de sua tão desejada morte, para que se cumpra seu destino já tantas vezes anunciado. A Casa de Detenção de São Paulo, criada para abrigar 3.250 pessoas, teve sua população inchada para mais de 8.000 presos, amontoados em pleno centro de São Paulo, mas escondidos da população por altas e tenebrosas muralhas. Como dizia o texto preparado pelo governo do Estado há um ano, "esse gigantismo fez com que a Casa de Detenção se tornasse um centro de problemas variados, servindo de exemplo dos defeitos da execução penal no Brasil, além de figurar como referência negativa para todo o sistema penitenciário".

Não é para menos. Dividida em sete pavilhões ensimesmados, com cinco andares cada e um pátio central, ali nunca se conseguiu prestar assistência razoável, tornando absolutamente impossível o desenvolvimento de qualquer atividade voltada à integração social do condenado. No quesito segurança (de quem ali está preso, trabalha ou dos que vivem à sua volta), o presídio é uma fonte de problemas. Não custa lembrar do "amarelão" e da "masmorra", locais horrendos e destinados não a punir os presos perigosos, mas a "abrigar" os que, jurados de morte pelos primeiros, ali buscavam o refúgio possível. Pior que isso é saber que, graças a seu gigantismo e à conseqüente ausência do poder estatal, o chamado "fundão" (pavilhões 8 e 9) tornou-se o local ideal para o desenvolvimento de uma ética e prática paralelas, geradoras das facções criminosas hoje tão combatidas.

Em suma, a Casa de Detenção é um inferno para quem está lá e um fracasso como política de segurança pública. Aliás, foi justamente essa calamitosa situação que possibilitou ao governo estadual a celebração de convênio com o Ministério da Justiça e a construção de novos presídios em caráter de urgência e com dispensa de licitação, tudo para a desativação da Casa de Detenção.

Há quem sugira a reforma e reutilização do presídio. No entanto é preciso deixar claro que, neste caso, seria preciso investir altas somas para o completo remodelamento das instalações, pois seu formato e a disposição dos prédios decorrem de uma concepção

ultrapassada de prisão, que não mais pode subsistir. Isso sem falar no permanente risco de, tal como ocorreu no passado, utilizar-se a Casa de Detenção muito acima de sua capacidade planejada, fazendo ressurgir o pesadelo da superlotação e de suas incontáveis consequências.

Nesse caso, não é melhor entregar a área ao uso da população local e construir modernas unidades em outro lugar? Por tudo isso, e tendo em vista que uma política penitenciária não pode se limitar à abertura de vagas em presídios, os Programas Nacional e Estadual de Direitos Humanos prevêem a desativação da Casa de Detenção dentre o conjunto de medidas saneadoras das vergonhosas condições carcerárias brasileiras. Tais compromissos, assumidos perante entidades representativas da sociedade organizada e mesmo ante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, não podem ser postos de lado, nem mesmo quando se pretende, com isso, diminuir a criminalidade.

A manutenção da Casa de Detenção não é solução para nada, nem mesmo para a terrível situação em que vivem os presos dos distritos policiais. Ocorre que, segundo dados do governo, a polícia vem prendendo por volta de 3.000 pessoas ao mês. Se forem elas levadas à Detenção, o presídio estará novamente lotado em cerca de três meses e, então, voltaremos à situação que vivíamos havia pouco: distritos policiais lotados e Casa de Detenção igualmente lotada.

Na verdade, uma política penitenciária coerente com a Constituição Federal e com as Normas Mínimas da ONU para o Tratamento de Presos exige não só a construção de unidades prisionais, em que seja possível aliar segurança e integração social do condenado, mas outras estratégias de atuação, tais como o desenvolvimento de atividades educacionais e laborativas nos presídios, a aplicação maior e mais controlada de penas alternativas, a soltura dos presos primários e/ou que tenham cometido crimes de menor potencial ofensivo, a instalação e o fortalecimento dos Conselhos da Comunidade e dos Patronatos, a criação da Defensoria Pública, etc.

Isso para não falar na necessidade urgente de a sociedade se envolver com o problema, empenhando-se na redução da desigualdade social e econômica, causa verdadeira e criminosa do atual momento de insegurança pública.

Que a desativação da Casa de Detenção seja mantida, nas datas inicialmente fixadas, e simbolize o início da implantação de uma moderna e eficaz política para o setor penitenciário.

Carlos Weis, 36, é procurador do Estado de São Paulo em atuação na Assistência Judiciária ao Preso e presidente do Conselho de Cidadania da Casa de Detenção.

O aumento do IOF para cobrir as perdas da CPMF é uma medida adequada? (24/04/2002)

SIM

Governar é escolher

ARTHUR VIRGÍLIO NETO

O ATRASO na aprovação da proposta de emenda constitucional que prorroga a CPMF, abre buraco inaceitável na contas públicas brasileiras.

E, portanto, não havia mais do que três hipóteses para sanar o problema: aumentar alíquotas, cortar investimentos ou, na visão mais drástica, combinar os dois amargos

remédios. Daí a opção pelo aumento das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras, o IOF, que talvez, por si só, não seja suficiente para cobrir o inteiro do déficit. Pessoalmente, não considero a CPMF o imposto ideal. Afinal, ele se dá em cascata e retira competitividade relativa da economia brasileira, apesar de, no seu aspecto positivo, tributar também pessoas e atividades informais e até ilícitas. Se a CPMF não é ilegal e contribui, sobretudo, para o equilíbrio fiscal, que, obtido a duras penas, vem sustentando a estabilidade, muito pior do que ela é a cobrança do IOF.

Nessa linha, afirmo, com toda convicção, que o mais nocivo de tudo, todavia, é o rombo de R\$ 400 milhões que cada semana de adiamento da aprovação da CPMF acarreta para as contas públicas.

Dinheiro não escorre de nenhuma torneira. E nem depende da famosa e tétrica "vontade política", que é, idilicamente, brandida por setores da oposição, quase que num contraponto à realidade dos fatos.

"Vontade política" seria a senha para o paraíso. Com ela, aumentar-se-iam todos os salários e eliminar-se-iam todas as penas. Com ela, "o sertão viraria mar e o mar viraria sertão". Com ela, homens públicos irrealistas exercitariam sua "bondade" social sustentada por colunas de papelão.

Nesta última semana, o FMI disponibilizou parcela de R\$ 4,8 bilhões que o governo brasileiro não está precisando utilizar, assim como não lançará mão de outra nos próximos dias, no valor de R\$ 4,2 bilhões. Além disso, R\$ 4,2 bilhões de títulos vencidos da dívida foram pagos, há dias, antecipadamente. É por gestos assim que credibilidade brasileira vem aumentando passo a passo.

Dos 1.200 pontos de risco, observados em outubro do ano passado, já estamos abaixo da casa dos 700, com possibilidade concreta de recuo consistente que nos permitiria atingir o "investment grade".

Estamos longe dos cem pontos notáveis do Chile, porém, mais distantes, ainda, dos mais de 4.000 pontos, lamentavelmente históricos, da vizinha Argentina. O segredo é respeitar a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei de Responsabilidade Fiscal. É gerar superávits primários substanciais que nos permitam enfrentar e equacionar o quadro do déficit nominal. É honrar todos os compromissos internacionais financeiros e políticos. É demonstrar o sentimento contemporâneo de reformar as estruturas velhas e carcomidas. É levar a sério o país.

Meu companheiro de página, hoje, certamente, borboleteará em torno de fórmulas periféricas ao verdadeiro compromisso com o ajuste fiscal.

Com o governo Fernando Henrique, ajuste fiscal é pré-requisito, é coisa básica e é para valer.

Em suma: o aumento de alíquotas de IOF virá, temporariamente, para cobrir o vácuo aberto pela frustração parcial de arrecadação da CPMF.

Governar, muitas vezes, é escolher entre o desagradável e o desastroso. Governar não deveria ser, jamais, torcer a verdade e tentar iludir a sociedade, nem mesmo nessa época nervosa de disputas eleitorais.

Arthur Virgílio Neto, 55, deputado federal (PSDB-AM), é líder do governo no Congresso Nacional. Foi ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República.

**O aumento do IOF para cobrir as perdas da CPMF é uma medida adequada?
(24/04/2002)**

NÃO

Governo tunga o bolso do contribuinte.

JOSÉ GENOINO

A DECISÃO do Ministério da Fazenda de aumentar a alíquota do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) caracteriza mais um dos abusos que este governo vem cometendo sistematicamente contra o contribuinte e o consumidor.

Inscreve-se no mesmo rol de medidas da que foi implementada recentemente, determinando o aumento da tarifa da energia elétrica para compensar um suposto prejuízo que as empresas distribuidoras tiveram com o racionamento. O aumento do IOF visa compensar as perdas que o governo teve com a não-aprovação da prorrogação da CPMF, o imposto do cheque.

O atraso na aprovação da prorrogação da CPMF deveu-se à briga na base governista, entre PSDB e PFL, que resultou na liquidação da candidatura de Roseana Sarney à Presidência da República. Ou seja, os governistas brigam entre si, causam prejuízos ao país e mandam cobrar a conta aos contribuintes. O ônus da irresponsabilidade dos políticos é distribuído para toda a sociedade.

As conseqüências do aumento do IOF são ruins para o crescimento da economia. O crédito ficará mais caro, tanto para o tomador de dinheiro emprestado quanto para o consumidor. O Banco Central já breçou a tendência de queda da taxa de juros. Com o crédito mais caro, a economia do país cresce menos, o consumo cai, novos empregos deixarão de ser criados o desemprego pode aumentar.

O aumento da alíquota do IOF atinge até mesmo as pessoas de baixa renda, seja na hora de tomarem um empréstimo, seja na hora de pagarem uma prestação de uma compra a prazo. São justamente as pessoas de renda mais baixa que recorrem com maior freqüência a compras no crediário. Essas pessoas terão suas prestações majoradas por contado aumento do IOF.

Em síntese, os setores mais prejudicados, como se tornou regra neste governo, são os produtivos, os trabalhadores e os consumidores em geral.

A dupla Fernando Henrique e Pedro Malan sempre recorreu a aumento de impostos para cobrir problemas de caixa do governo. Medidas "fiscalistas" e confiscatórias foram sendo distribuídas ao longo desses últimos oito anos, elevando a carga tributária e pondo-a entre os patamares mais altos praticados no mundo.

Cortes em políticas públicas e em investimentos em infra-estrutura tornaram a sociedade e a economia anêmicas, sem as condições para o crescimento, agravando os problemas sociais. A volúpia arrecadatória do governo, os privilégios ao setor financeiro e à banca internacional minaram as possibilidades da constituição de um ambiente adequado de crédito, que pudesse alavancar o crescimento da economia.

Chega a ser revoltante o fato de que este governo teve oito anos para implementar uma reforma tributária, que aliviasse o setor produtivo e instituísse a justiça tributária, por meio de um sistema que fizesse a tributação pesar menos sobre os mais pobres, mas nada fez. Mantemos um dos sistemas tributários mais injustos do mundo, que drena recursos dos mais pobres para os mais ricos, além de prejudicar o crescimento. Pelo tempo de que o governo dispunha, trata-se de uma omissão injustificável e imperdoável. A reforma tributária terá que ser um ponto prioritário na agenda do próximo governo. A

própria campanha eleitoral enseja um momento propício para que ela seja discutida, para que os candidatos se posicionem sobre o assunto e para que os compromissos de sua realização sejam firmados.

A reforma tributária é imprescindível para que a estrutura da economia seja modernizada, com o objetivo de assentar as condições para a retomada do crescimento.

José Genoíno, 55, é deputado federal pelo PT de São Paulo e candidato do partido ao governo do Estado.

O celibato clerical deveria ser opcional? (27/04/02)

NÃO

A raiz do problema é outra

ESTÊVÃO BETTENCOURT

PARA DISCUTIR adequadamente a obrigatoriedade do celibato, seja, antes do mais, dito o que ele significa para o cristão. Conforme São Paulo (Cor., 7, 25-35), a vida una ou indivisa é a resposta imediata que o cristão pode dar ao anúncio de que em Cristo já começou a se implantar o Reino de Deus. "O tempo se fez breve", porque entrou nele um pouco da eternidade; em consequência, Deus pode dar ao cristão o carisma de não se comprometer com família para se concentrar totalmente no serviço do Reino. Cientes disso, muitos clérigos forma espontaneamente abraçando a vida indivisa.

A primeira legislação a respeito deve-se ao Concílio Regional de Elvira (em 307, aproximadamente); outros concílios regionais repetiram a lei, que se tornou válida para toda Igreja Ocidental em 1139 (Concílio Geral do Latrão).

Houve quedas e falhas no decorrer dos tempos, mas a legislação se manteve até hoje, dando testemunho de que a vida una e indivisa não pode faltar na igreja, ligada ao sacerdócio ou não (nas congregações religiosas); ela é um sinal de que o homem pode encontrar no infinito de Deus a sua plena satisfação. Torná-la hoje opcional para os clérigos seria o mesmo que aboli-la, pois o celibato é opcional para todos os homens, mas poucos são (afora os religiosos) os que o abraçam.

E abolir o celibato sacerdotal seria uma concessão à onda de hedonismo vigente em nossa sociedade. Mais: um padre casado estaria dividido entre a igreja e a família; nem estaria livre das dificuldades que afligem os casais de hoje, enfraquecidos pela volubilidade e pela infidelidade.

Muito significativo é o depoimento de Max Thurian, monge protestante de Taizé (França), que se converteu ao catolicismo: "Nas Igrejas da Reforma foi deixado o celibato à escolha de quem exerce o ministério... Muitas vezes observo as grandes dificuldades encontradas por pastores casados constrangidos a se ocuparem com coisas estranhas ao ministério... E, por isso, eu considero o celibato um tesouro muito importante da Igreja Ocidental". Também as pessoas casadas podem ter comportamento escandaloso, como se deu no caso do famoso pediatra de São Paulo. A solução, portanto, não está em extinguir o celibato obrigatório; a quem Ele chama, Deus dá o carisma da vida una. Positivamente falando, a solução do problema clerical está mais a fundo: sejam os jovens formados no amor não só das virtudes teológicas, mas também no das virtudes humanas: senso de responsabilidade, fidelidade, lealdade, cultivo da disciplina de vida, do autocontrole e do autodomínio. Sem

essa base (tão difícil para quem se acostumou a fugir do sacrifício e da renúncia), nenhum profissional está isento de dar escândalo.

“A graça supõe a natureza” (São Tomás de Aquino), de modo que as virtudes naturais bem cultivadas se tornam o receptáculo da graça e do sobrenatural. Além disso, será necessário que os formadores estejam conscientes de que pode alguém procurar o seminário como fuga ou por julgar que não encontrará seu lugar na sociedade civil; quem chega a ser ordenado nessas condições, torna-se infeliz (por não ter vocação) e faz a desgraça alheia. Em conclusão, vê-se que a revogação da lei do celibato, longe de pôr termo a um problema sério que aflige a igreja, seria um remendo, que daria lugar a outros problemas. Que seja atacado o caso pela raiz para que a sociedade possa ver na vida celibatária o sinal de que Deus responde plenamente a quem o procura com sinceridade.

Cabe, aliás, observar ainda o seguinte: o problema da pedofilia clerical é muito grave. O papa o considera um crime e pediu perdão às vítimas de tais abusos. Já que o delito era inesperado, os meios de comunicação o têm comentado amplamente. O mal chama a atenção mais do que o bem, como todos sabem.

Todavia, a proporção de clérigos pedófilos nos Estados Unidos é relativamente pequena (deveria ser nula) em comparação com o número de sacerdotes fiéis. Com efeito, o psiquiatra americano A. W. Richard Sipe, que estuda o comportamento sexual de religiosos há 40 anos, declarou o seguinte numa revista de circulação nacional: “Estimo que 6% dos padres americanos tenham tido contato sexual com menores; 4% deles com adolescentes e o restante com crianças”. Isso quer dizer que 94% dos sacerdotes norte-americanos se mantêm isentos de culpa nesse setor. Em consequência, a igreja, ao procurar corrigir seus graves males, sabe que ainda fica muita dedicação abnegada e silenciosa.

Dom Estevão Bettencourt é monge do mosteiro de São Bento e professor de teologia do Seminário São José, da arquidiocese do Rio de Janeiro. Foi professor de teologia da PUC-RJ.

O celibato clerical deveria ser opcional? (27/04/02)

SIM

De volta ao futuro

MÁRIO SERGIO CORTELLA

CELIBATO! Não é só o tema que é polêmico, o termo também o é. Do ponto de vista etimológico há controvérsias sobre a origem da palavra, que, para alguns e à primeira vista, viria do latim "caelebs" (solteiro) a partir do sânscrito "kevalah" (solitário), aproveitando-se da semelhança com a expressão do baixo latim "caelum" (céu) para sugerir a dedicação às "coisas do alto"; entretanto outros sugerem que a origem esteja na junção dos termos gregos "koite" (leito nubente) e "lepo" (repudiar).

Para além das discordâncias lingüísticas, e antes de qualquer preconceito fútil, é preciso ressaltar a beleza da liberdade contida na escolha incontestável feita por um homem ou por uma mulher quanto à sua forma específica de dedicação existencial, isto é, quanto ao modo como decidiu usar parte da duração da sua imprescindível vida.

Essa proclamação de princípio implica reconhecer o componente estético e ético presente na decisão daqueles e daquelas que defendem a dedicação plena aos afazeres e convicções

de sua comunidade religiosa, a ponto de recusarem afirmativa e respeitosamente algo que consideram essencial: a vida conjugal e familiar.

Pode soar estranho dizer que os praticantes voluntários do celibato e da castidade expressam uma "recusa respeitosa" à vivência matrimonial e sexual, na medida em que toda recusa pareceria ser simples rejeição e, portanto, negação. No entanto milhares de pessoas por todo o planeta, praticantes de inúmeras religiões (e sem exclusividade do catolicismo romano), afirmam a radical importância do matrimônio e da prática sexual, especialmente quando escolhem abrir mão desses elementos; afinal de contas, só há sacrifício deliberado e força de vontade comprovada quando aquilo que é muito desejado pode, com dificuldades, ser recusado.

Por isso, o celibato é sempre uma opção honrosa e venerável; mas é como opção que deve ser entendido, inclusive para os religiosos e religiosas do mundo católico, de maneira que não haja embaraços e constrangimentos intransponíveis aos que aspiram se dedicar honestamente aos serviços religiosos sem abandonar outras aspirações igualmente relevantes.

Foi exatamente assim que a igreja o fez nos primeiros mil anos de sua fundação; e ainda hoje "católicos orientais" (mormente dos ritos maronitas e armênios) podem ser ordenados mesmo que casados (embora não possam fazê-lo após a ordenação).

Destaque-se que o celibato clerical não é, de forma nenhuma, estranho às orientações do cristianismo, inclusive nas fontes eclesiais da chamada igreja primitiva. Desde o começo e durante todo esse período milenar inicial, a igreja exortou todos aqueles que quisessem fazer essa escolha a seguirem o "conselho evangélico" enunciado e exemplificado pelo Fundador e por alguns de seus apóstolos e, mais adiante, vivido pelos eremitas, acéticos e ordens monásticas.

Porém o incentivo ao celibato voluntário dos primórdios não implicava rejeição e condenação moral dos que tivessem outra preferência; somente no princípio do século 12 aconteceu a promulgação da obrigatoriedade do celibato para o clero do rito romano e, a partir daí, seguiu-se uma trajetória que transformou em coação excludente parte daquilo que nas origens cristãs foi desejo singelo e leal de consagração e vida compartilhada. Desse modo, sem esquecer dos evidentes benefícios econômicos e políticos que a regra do celibato clerical trouxe a alguns momentos do poderio católico desde a Era Medieval (sem, todavia, valorizar em demasia tais articulações e acatando a lisura de quem utiliza razões teológicas), é preciso exaltar o argumento histórico para defender a opcionalidade do celibato para os membros do clero católico, usando como recurso central não o resgate do passado, mas, isso sim, a construção do futuro.

Não é voltar ao como já foi um dia, e sim caminhar em direção ao que, em nome da liberdade e da fraternidade, precisa ser amanhã. Tudo isso de forma a não impedir a realização das possibilidades e dos desejos de muitos e muitas, privando a Igreja Católica de outras adesões e generosidades sinceras.

Mario Sergio Cortella, 48, bacharel em filosofia, mestre e doutor em educação, é professor do Departamento de Teologia e Ciências da Religião e da Pós-Graduação em Educação da PUC-SP. Foi secretário municipal de Educação de São Paulo (1991-92). É autor, entre outros livros, de "A Escola e o Conhecimento" (Instituto Paulo Freire/Cortez).

Deve-se incentivar a clonagem terapêutica? (22/06/02)

SIM

Salvando vidas

MAYANA ZATZ

MILHARES de pessoas morrem todos os anos ou ficam seriamente incapacitadas por causa de doenças degenerativas. Substituir o tecido que está se degenerando ou um órgão não-funcional é um sonho antigo da medicina, que se realizou, de forma ainda limitada, no transplante de órgãos.

Pesquisas recentes têm mostrado que esse sonho pode estar mais próximo do que nunca. A esperança é que, a partir de células-tronco, ou seja, células ainda indiferenciadas, seja possível fabricar qualquer tecido e, com isso, salvar milhões de vida. As questões agora são: Como obter células-tronco? O que tem isso a ver com a tão debatida clonagem terapêutica? Qual é a diferença entre clonagem reprodutiva e clonagem Terapêutica?

É o que tentarei explicar a seguir.

Todos nós já fomos uma célula única, resultante da fusão de um óvulo e um espermatozóide. Essa primeira célula já tem, no seu núcleo, o DNA com toda a informação genética para gerar um novo ser. Logo após a fecundação, ela começa a se dividir. Após 72 horas, este embrião, agora com cerca de cem células, é chamado de blastocisto. As células internas do blastocisto vão originar as centenas de tecidos que compõem o corpo humano. São chamadas de células-tronco totipotentes (elas podem originar qualquer tecido). A partir de um determinado momento, essas células começam a se diferenciar e formar os tecidos do organismo. Uma vez diferenciadas, todas as células descendentes manterão as mesmas características daquela que as originou, isto é, células de fígado vão originar células de fígado, células musculares vão originar células musculares etc. Vamos imaginar uma pessoa que tem uma doença degenerativa dos músculos. É o caso, por exemplo das distrofias musculares progressivas, que afetam 80 mil brasileiros, crianças e adultos, e que, nas formas mais graves, podem levar à morte ainda na segunda década de vida. Como substituir o músculo doente por um saudável?

É esta justamente a grande esperança. A expectativa é que, a partir de células-tronco, seja possível "fabricar" um novo tecido muscular. A questão é como obter as células-tronco. Existem três fontes, cada uma com suas vantagens, desvantagens e incertezas. São elas: Crianças e adultos: têm células-tronco no sangue, na medula e em vários tecidos. As vantagens são a possibilidade de usar células do próprio doador e evitar problemas de rejeição. Mas não sabemos se elas existem em quantidade suficiente ou se têm a capacidade de se diferenciar em todos os tecidos ou só em alguns. O maior empecilho é que as células do próprio doador não serviriam para portadores de doenças genéticas. Cordão umbilical: ele é rico em células-tronco e é uma fonte excelente para curar leucemias e doenças hematológicas. Mas não sabemos ainda se as células de cordão são totipotentes. Células embrionárias: sabemos que elas são totipotentes. Os milhares de embriões que são descartados todos os anos em clínicas de fertilização poderiam ser uma fonte fantástica para obtenção de qualquer tecido.

E a clonagem terapêutica, também é uma maneira de obter células-tronco? Sim. A transferência do núcleo de uma célula de pele, por exemplo, para um óvulo sem núcleo pode transformar essa célula já diferenciada em uma célula totipotente. A partir daí

seria possível fabricar qualquer tecido. Essa técnica tem a vantagem de evitar a rejeição se o doador for a própria pessoa -por exemplo, alguém que precise reconstituir a medula porque se tornou paraplégico após um acidente.

Entretanto ela não serviria para portadores de doenças genéticas, como um afetado por distrofia muscular progressiva que necessita substituir seu músculo esquelético. É importante lembrar que as doenças genéticas afetam 3% das crianças que nascem, ou seja, mais de 5 milhões de brasileiros.

Sabendo de todo esse potencial terapêutico, por que alguns são contra essa nova tecnologia?

Ela pode abrir caminho para a clonagem reprodutiva humana, geraria um comércio de óvulos; haveria destruição de "embriões humanos" e não é ético destruir uma vida para salvar outra, dizem alguns.

Apesar desses argumentos, a clonagem e o uso de células embrionárias para fins terapêuticos é apoiada pela maioria dos cientistas, por representantes de várias religiões e, principalmente, pelas pessoas que poderão se beneficiar dela. Com relação a abrir caminho para a clonagem reprodutiva, existe uma diferença fundamental entre os dois procedimentos: a implantação ou não em um útero humano. É impossível fazer um clone humano se o embrião não for inserido em um útero.

Quanto ao comércio de óvulos, não seria a mesma coisa que ocorre hoje com transplante de órgãos? Não é mais fácil doar um óvulo do que um rim?

Quanto a destruir "embriões humanos", estamos falando de cultivar tecidos ou órgãos, a partir de embriões descartados, que nunca serão inseridos num útero. Se esses embriões forem usados para salvar crianças e jovens condenados por doenças letais e incuráveis, não estaremos criando vida?

Precisamos entender a diferença entre clonagem reprodutiva (rejeitada pelos cientistas) e clonagem terapêutica. A Comunidade Européia e o Canadá aprovaram pesquisas com células de embriões de até 14 dias para fins terapêuticos. É fundamental que nossos legisladores também apoiem essas pesquisas, porque elas poderão salvar um número incontável de vidas.

Mayana Zatz, professora titular de genética humana e médica da USP, é coordenadora do Centro de Estudos do Genoma Humano do Instituto de Biociências da universidade.

Deve-se incentivar a clonagem terapêutica? (22/06/02)

NÃO

Os fins não justificam os meios

ESTÊVÃO BETTENCOURT

AO FALAR de clonagem, deve-se distinguir a clonagem reprodutiva da terapêutica. A clonagem reprodutiva já esteve mais em voga. O bom senso pondera os inconvenientes: daria origem a uma nova forma de escravidão, pois produziria um ser humano sem pai e mãe convencionais, muito necessários ao desenvolvimento psicológico da criança; um ser humano dependente de um par mais velho e sujeito a doenças e envelhecimento precoce. Embora o dr. Severino Antinori proclame o êxito de experiências um tanto clandestinas, há quem duvide da realidade desse sucesso.

Muito mais atraente é a perspectiva de se produzirem embriões dos quais serão extraídas células-tronco para transplante em pacientes de doenças incuráveis (Parkinson, Alzheimer, diabetes etc.). A célula-tronco, com adequada substância adicionada, pode dar origem ao tecido desejado, regenerando assim o organismo afetado. Ora, esse procedimento, por mais sedutor que seja, é ilícito não só aos olhos da fé, mas também aos olhos da razão. Com efeito, a partir das pesquisas do dr. Jerome Lejeune (1926-94), está comprovado que o conceito é autêntico ser humano desde a fecundação do óvulo pelo espermatozóide; não se pode falar de pré-embrião até o 14º dia nem se admite o prazo de 40 ou 80 dias para que haja a animação humana.

São palavras do dr. Lejeune: "A vida começa no momento em que toda a informação necessária e suficiente se encontra reunida para definir o novo ser. Portanto ela começa exatamente no momento em que toda a informação trazida pelo espermatozóide é reunida à informação trazida pelo óvulo. Está então realizado um novo ser. Aquele que mais tarde chamarão Pedro, Paulo ou Madalena ("Pensées du Prof. J. Lejeune", Paris)". Se assim é, vê-se quão iníquo é o procedimento. Não é lícito produzir um ser humano com a intenção premeditada de o explorar como coisa e depois matá-lo ou congelá-lo por cinco anos e eliminá-lo, desde que um casal benévolo não o venha procurar. A finalidade boa não justifica os meios maus. Aliás, a própria ciência sabe também que, no adulto, existem células-tronco que podem atender à finalidade terapêutica visada.

A ciência sem consciência ética pode se voltar contra o homem. Afinal, ela deve ser cultivada em favor do homem, e não o homem em favor da ciência. Muito a propósito decidiu o Parlamento Europeu, na sua resolução nº B5 710/2000: "O embrião humano corre o risco de ser considerado uma coisa, uma reserva biológica, um objeto para a manipulação (...) Estamos convictos de que uma única concepção corresponde às exigências da democracia e dos direitos humanos: a que reconhece a plena humanidade do embrião. Esta convicção estimula a pesquisa científica que respeita a integridade do embrião humano. Rejeita toda a ação sobre o embrião que não tenha como objetivo o bem-estar direto do embrião".

Falou o bom senso humano. A ciência saberá ouvi-lo para não sacrificar uma criança, ainda que do tamanho de uma cabeça de alfinete, a fim de servir a um adulto.

Dom Estevão Bettencourt é monge do mosteiro de São Bento e professor de teologia do Seminário São José, da arquidiocese do Rio de Janeiro. Foi professor de teologia da PUC-RJ.

O novo governo deve liberar os transgênicos? (07/12/2002)

SIM

A Europa e os transgênicos

ROBERTO FREIRE

UMA PEQUENA nota publicada na Folha na semana passada encheu-me de preocupação: a de que o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, assumira compromisso com organizações não governamentais de que manteria as dificuldades legais em relação aos produtos geneticamente modificados, particularmente na agricultura.

Consciente da grandeza do Brasil e de seu desenvolvimento tecnológico e da complexa sociedade que temos, sinceramente não acredito na veracidade da informação, tendo em

vista que uma decisão desse tipo se converteria em desastre inominável em nosso futuro. Entretanto, quando visualizamos ainda uma parte expressiva do PT defendendo tais desatinos, simbolizada pelo atual governo do Rio Grande do Sul, um simples sinal de fumaça pode virar um grande incêndio, danoso e que deve ser exorcizado de qualquer maneira.

Tanto na tribuna do Senado quanto por intervenções públicas, na mídia e fora dela, sempre defendi os avanços da ciência, a pesquisa e a inovação tecnológica, incluindo as conquistas na área de biotecnologia. Não por acreditar no determinismo científico, mas por entender que a civilização chegou até os nossos dias -superando dramas relacionados à saúde, ao ambiente e à própria reprodução humana- ajudada firmemente pelas mãos do conhecimento. Se ele gerou em suas dobras descabros, distorções e tragédias pelas mãos da política e por um certo mecanicismo econômico -as bombas usadas contra povos são uma delas e a destruição de bens ambientais, outra-, propiciou muito mais soluções e continuará a fazê-lo. Com a afirmação crescente do humanismo e da democracia, o resultado da ciência estará vinculado de forma crescente ao benefício, e não a possíveis desvios maléficos.

Deixemos de lado aspectos filosóficos, da razão iluminista, da crítica ao obscurantismo que antes queimava livros e agora se empenha em queimar lavouras de transgênicos, adentremos a realidade do mundo. E esta é uma só: o fundamentalismo bobo está ficando para trás, o conhecimento mais uma vez triunfa frente à ignorância.

O Parlamento Europeu, com base em relatório da deputada portuguesa Elisa Maria Damião, acaba de aprovar, por ampla maioria, a orientação de que todos os países-membros devem encarar a emergência dos transgênicos por outro prisma, mais positivo e promissor, sem abandonar a prudência do controle social e científico deles. E essa posição é paradigmática, pois a moratória decretada na Europa em relação ao assunto, que colocava o continente em completo desalinhamento a países como os EUA, encerra-se em 2003. Ou seja, os europeus compreenderam que, ou entram no páreo da corrida para dominar a pesquisa dos transgênicos, ou ficarão a ver navios, como o velho do Restelo, com graves repercussões em suas economias e sociedades.

Se não bastassem preocupações de ordem alimentar, de saúde e de produtividade em tantas áreas, eles querem evitar outro drama presumível se mantida a atitude atrasada anterior: a fuga de cérebros. E, em um mundo globalizado, quem não se prepara para manter no interior de suas culturas e economias o que há de melhor do conhecimento terá de se contentar com o passado e com o tradicional.

A orientação do Parlamento Europeu vai além. Quer o tema mais bem tratado nas escolas, a ampliação do ensino de biologia, principalmente em relação à genômica e à microbiologia. Acentua, corretamente, que os produtos transgênicos por si só não eliminarão a fome, embora possam concorrer para isso à medida que se insiram em uma concepção muito maior de distribuição de renda e de alimentos em todo o mundo. Mais, os transgênicos, em suas várias modalidades, podem, inclusive, se converter em peça importante na defesa e na recuperação do próprio ambiente.

Não podemos - e Lula também não pode, ainda mais agora na condição de presidente da República - analisar os transgênicos pelo prisma ideológico. Por exemplo, se quisermos resolver o problema da grave falta conjuntural de milho no país, da ordem de 3 milhões de toneladas, só temos duas saídas, parece, possíveis: EUA e Argentina. E o produto disponível é todo geneticamente modificado.

A esquerda moderna reclama a tradição de Mendel. Os seguidores de Trofim Lysenko não têm passagem entre nós, para desespero da direita que gostaria que assim fosse.

Roberto Freire, 60, é senador pelo PPS de Pernambuco e presidente nacional do partido

O novo governo deve liberar os transgênicos?

NÃO

Transgênicos, a falsa salvação

ANDREA SALAZAR, JEAN MARC VON DER WEID E MARIANA PAOLI

A OFENSIVA do lobby da Monsanto sobre o governo eleito (como noticiado pela Folha em 25/11/2002) já era esperada, embora não tão rapidamente. Mas os argumentos pró-transgênicos utilizados agora não são novos e já foram cabalmente rebatidos pelas ONGs da Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos. Se insistimos nesses argumentos, é para esclarecer à sociedade mais uma vez que os transgênicos não são solução para resolver o problema da fome – nem no Brasil, nem no mundo.

Harvey Glick, diretor da Monsanto, erra ao afirmar que os transgênicos podem ajudar o Brasil e erradicar a fome, acenando com o desenvolvimento de safras transgênicas resistentes às secas no Nordeste. Glick deveria saber que não há, nem tão cedo será desenvolvida, tecnologia de transferência de genes que permita isso, independentemente dos riscos que a mesma possa conter.

Por trás dessa e de outras promessas transgênicas mágicas está em jogo a pressão pela liberação de soja geneticamente modificada resistente a herbicidas, que representaria um mercado de bilhões de dólares. Aliás, é bom lembrar que a soja transgênica e o seu herbicida são propriedade exclusiva da Monsanto e que a soja transgênica está proibida no Brasil por ordem judicial. A pretendida liberação, portanto, poderia até suavizar a fome de lucros dessa multinacional, mas não teria nenhum impacto sobre o número de famintos em nosso país. Afinal, é mais do que evidente que a fome é consequência da má distribuição de recursos e não da de produção.

Com a pregação em favor de uma tecnologia que em nenhum lugar do mundo se comprovou segura para o consumo humano e para o ambiente, a Monsanto insiste em ignorar o Princípio da Precaução, estabelecido pelo Protocolo de Biossegurança e referendado pela Convenção sobre Diversidade Biológica, já ratificada pelo Brasil. Segundo o princípio, o ônus da prova sobre a inocuidade dos transgênicos é de quem os produz e não de quem os combate. Cabe, portanto, à Monsanto provar que eles não fazem mal.

A legislação brasileira também tem esse entendimento e por isso exige estudos de impacto ambiental para liberar os transgênicos. Foi com essa interpretação que a Justiça impediu a liberação da soja da Monsanto há quatro anos. Mas, em vez de provar a eventual segurança dos transgênicos, a Monsanto e o governo federal, em conjunto, tentaram ao mesmo tempo derrubar esta decisão e alterar a própria legislação, pressionando o Congresso a aprovar uma lei mais permissiva. Será que quatro anos não teriam sido suficientes para provar a suposta inexistência de impactos negativos à saúde, ao ambiente e à agricultura? O que a Monsanto teme?

Os representantes do governo americano falam em vantagens dos transgênicos, mas será que poderiam explicar por que precisam conceder cerca de US\$ 10 bilhões por ano só para

compensar as perdas dos produtores de transgênicos nos EUA? Por que os EUA estão chantageando países em crise alimentar, com milhões de famintos, como a Zâmbia, para que aceitem seus estoques de transgênicos que não encontram mais mercado na Europa, no Japão e na China?

Os americanos dizem que o Brasil já estaria contaminado por sementes transgênicas contrabandeadas da Argentina para o Rio Grande do Sul e que, portanto, só nos restaria aceitar o fato consumado e liberar os transgênicos. Realmente, a omissão criminosa do governo FHC facilitou a contaminação parcial da soja gaúcha, e a Monsanto contribuiu com sua maciça propaganda enganosa dirigida a agricultores. A empresa decidiu ainda não cobrar o custo integral da semente na Argentina muito provavelmente para baratear e facilitar a adoção dessa caixa-preta tecnológica.

Mas os agricultores gaúchos que fizeram essa escolha são vítimas e estão isolados nessa opção. No Paraná, por exemplo, grandes e pequenos produtores participam do esforço de esclarecimento sobre os riscos desse produto. Santa Catarina e Mato Grosso do Sul têm leis estaduais antitransgênicos para reforçar a legislação nacional.

A Monsanto sabe que a resistência européia aos transgênicos será dura de dobrar, pois corresponde a profundas convicções dos consumidores (que também são eleitores), e que até nos EUA a resistência aumentou tanto que a obrigou a adiar por quatro anos o lançamento do trigo alterado geneticamente, tal a celeuma provocada entre produtores, indústrias e consumidores. A empresa também sabe muito bem que a separação de transgênicos e não-transgênicos é inviável economicamente.

O negócio dos transgênicos na agricultura é quase um engodo econômico, e muitas empresas já se livraram de suas divisões de pesquisa para esse fim. Só o imenso poder de algumas megaempresas apoiadas pelo dinheiro e pressões do governo americano permitem que esse negócio ainda sobreviva.

O que a sociedade brasileira espera de Lula é uma atitude responsável. Não tratamos o problema dos transgênicos como uma questão de "dogma ou ideologia" como, estranhamente, tem sido colocado.

A questão é de interesse nacional e internacional, e o PT a abordou corretamente em seu programa de governo: no Fome Zero, na Agricultura e no Ambiente, comprometendo-se a defender o ambiente, a saúde da população e a economia brasileira. O governo americano e a Monsanto parecem não estar levando a sério os programas eleitorais.

Andrea Salazar, 30, coordenadora de campanhas do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, Jean Marc von der Weid, 56, coordenador de políticas públicas da Assessoria e Serviços a Projetos a Agricultura Alternativa, e Mariana Paoli, 25, coordenadora da campanha de engenharia genética do Greenpeace, coordenam a Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos.

Devem-se empregar as Forças Armadas no combate ao crime? (08/03/03)

NÃO

Mero paliativo

ANTÔNIO CLÁUDIO DE OLIVEIRA

A ANÁLISE da possibilidade e da conveniência de as Forças Armadas ocuparem os espaços destinados às polícias Civil e Militar para combater a criminalidade não deve ter

por enfoque uma situação emergencial e motivações emocionais, portanto de caráter meramente subjetivo.

Devemos ter presente que a pauta da luta contra o crime não pode ser ditada pelo próprio crime. Como já há algumas décadas a insegurança crescente é a tônica, afrontando e superando esquemas de proteção individual e coletiva, os órgãos de proteção social deveriam estar agindo e se aprimorando constantemente, sem interrupção. Assim, eles deveriam aumentar seus efetivos, ajustar suas estratégias, intensificar as suas ações na medida e na proporção em que a criminalidade aumentasse. E, mais, independentemente do aumento da violência, deveriam desenvolver um trabalho organizado e permanente de investigação e de inteligência no afã de desenvolver uma ação preventiva. No entanto não é isso o que ocorre. Quando há um arrefecimento temporário, as forças de segurança voltam à sua rotina de pasmaceira e acomodação, marcada pelo criminoso desvio de funções oficiais, no que tange às polícias militares, e oficioso, quanto às polícias civis, em detrimento da sociedade. Quando, ao contrário, o crime recrudescer, soluções paliativas e ilusórias surgem e são anunciadas como verdadeiras panacéias para essa crônica doença mal diagnosticada e mal tratada.

Entendo, mesmo em face da situação no Rio de Janeiro, que não se justifica a presença das Forças Armadas nas ruas, exatamente porque, para uma situação permanente, como é a do crime, as soluções devem ser permanentes e adotadas pelos órgãos com destinação específica.

As ações no campo da investigação, da inteligência e do policiamento ostensivo devem ser constantes, planejadas, sincronizadas, efetivas e, repito, permanentes, duradouras. Lembremos que o combate ao crime não se exaure com a presença das forças de repressão nas ruas. Alguém imagina que as Forças Armadas possam modificar sua estrutura organizacional, as suas próprias natureza e destinação, objetivando passar a investigar, prender, policiar, invadir esconderijos para resgatar seqüestrados ou, ainda, apartar brigas em ruas?

Colocar as Forças Armadas nas ruas, salvo situações específicas de abalo coletivo da ordem pública, para dar segurança à população, é reduzi-la a um papel meramente decorativo. É preciso que se entenda, definitivamente, que segurança se faz com a remoção das causas da criminalidade, com investigação, informação, prisões e, especialmente, com a aplicação efetiva da lei. O aparato bélico ocupa papel de importância relativa -eu diria mínima- se as causas do crime não são atacadas e se não são desenvolvidas aquelas condutas próprias das polícias.

Na realidade, a questão das Forças Armadas nas ruas para policiar se situa no campo de sua destinação e de sua competência constitucionais. Historicamente, os objetivos das Forças Armadas de todos os países do mundo são diversos daqueles reservados aos organismos ligados à segurança. As funções são distintas. Inconfundíveis. Claramente determinadas pelas Constituições.

A nossa Carta Maior atribui às Forças Armadas a defesa da pátria, a garantia dos poderes constitucionais e a garantia da lei e da ordem. Às polícias, por sua vez, está reservada a missão de preservar a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio. A Civil se incumbem da chamada polícia judiciária e da apuração dos crimes, e a Militar possui a incumbência de executar o policiamento ostensivo. Aliás, a própria Constituição considera as polícias militares como força auxiliar e reserva do Exército. Vale dizer, aquelas podem auxiliar este no cumprimento de sua missão, e não o contrário.

Quando o constituinte atribuiu às Forças Armadas competência para, por iniciativa de um dos poderes constituintes, garantir a lei e a ordem, referiu-se ao episódico, temporário e factual risco de sua violação, por motivos concretos, nitidamente determinados e relacionados a uma convulsão social.

Ora, infelizmente a violência em nosso país não é um problema novo, emergencial, instantâneo. Tornou-se crônico, permanente, a exigir ações efetivas, constantes, duradouras e a serem adotadas pelos órgãos que possuam destinação específica para tanto. E, mais do que isso, tornou-se um trágico problema, decorrente de um longo processo de acúmulo de vergonhosas carências sociais, resultante do egoísmo, da apatia e da indiferença das elites dirigentes, fazendo imprescindível uma mobilização de todo o corpo social e do governo em prol da solidariedade e de medidas para a distribuição de rendas, da saúde, da educação, da habitação, dentre outras, voltadas a um maior equilíbrio social.

Antonio Cláudio Mariz de Oliveira, 57, advogado criminalista, é presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Foi secretário da Justiça e da Segurança Pública do Estado de São Paulo (governo Quéricia) e presidente da OAB-SP.

Devem-se empregar as Forças Armadas no combate ao crime? (08/03/03)

SIM

O papel das Forças Armadas

IVES GANGRA DA SILVA MARTINS

A CONSTITUIÇÃO brasileira é dividida em dez títulos, sendo nove de disposições permanentes e um de disposições transitórias "quase permanentes", pois o número de seus dispositivos "provisórios" tem crescido desde 1988, passando de 70 para 89 em 2002. Por outro lado, 45 emendas constitucionais já foram elaboradas nos últimos 14 anos - número consideravelmente maior do que nos 215 anos da Constituição americana, que teve apenas 26 emendas.

O título V é dedicado à defesa do Estado e das instituições democráticas, sendo composto de apenas oito artigos (136 a 144), dividido em quatro partes (Estado de Defesa, Estado de Sítio, Forças Armadas e Segurança Pública).

Dois juristas de renome (desembargadores Aricê Amaral dos Santos e Álvaro Lazzarini) dedicaram-se, em profundidade, ao estudo desta parte da Constituição, tendo o primeiro denominado seu capítulo 1 de Regime Constitucional das Crises. Ambos realçam a importância do equilíbrio democrático que os institutos e as instituições mencionadas ofertam à República brasileira. Na mesma linha, pronunciaram-se eminentes comentaristas da lei suprema, como Manoel Gonçalves Ferreira Filho, José Cretella Jr., Pinto Ferreira, Alexandre de Moraes, Wolgran Junqueira Ferreira e outros de igual valor e mérito. O artigo 142 do título V está assim redigido:

“As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República, e destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”, perfilando como funções das Forças Armadas:

a) a defesa da pátria; b) a garantia dos poderes constitucionais; c) a garantia da lei; d) a garantia da ordem. Sendo as duas últimas decorrentes da iniciativa de qualquer dos poderes

constituídos da União, dos Estados e dos municípios, ou seja, dos três Poderes de qualquer uma dessas entidades federativas.

Como se percebe, a atuação das Forças Armadas para manter a ordem e a lei, quando os órgãos da segurança pública não conseguem preservá-las, é não só constitucional, como desejável para que as instituições democráticas não sejam tisonadas. Ora, o narcotráfico hoje é um flagelo mundial. Países enfrentam dificuldades em serem dirigidos sempre que seus governos contrariam os interesses dos produtores de drogas; lembrando que o próprio Exército americano, o qual tem dado apoio às nações que solicitam sua colaboração, não desconhece que um dos maiores consumidores de drogas no mundo são os Estados Unidos.

No Brasil, o crime organizado ganhou força como jamais ocorreu em sua história, ditando, no Rio de Janeiro, normas que a própria Polícia Militar não consegue superar. Seus habitantes preferem não enfrentar os detentores de tal poder por não se sentirem suficientemente protegidos pelos órgãos de segurança pública. Esta é a única razão pela qual foi acionado o Exército, visto que, sempre que solicitado por qualquer dos poderes constitucionais, deve atuar para estabilizar a ordem e a lei.

Aspecto relevante a ser mencionado é que, no momento em que as Forças Armadas atuam nessa função complementar, as forças de segurança pública ficam-lhe subordinadas, nos objetivos específicos a que se propuseram.

O regime brasileiro de defesa das instituições adota também o caminho inverso, ou seja, na defesa da pátria, em havendo perigo de guerra ou de confronto com inimigo externo, ou, ainda, declaração de estado de defesa ou de sítio, os órgãos de segurança pública devem dar cobertura às Forças Armadas, servido-lhes como forças auxiliares.

Em outras palavras, há -sempre que se faça necessário- dispositivos constitucionais e legais (LC nº 69/91) para permitir que os órgãos encarregados da defesa da pátria e manutenção da ordem e da lei trabalhem conjuntamente, cabendo às autoridades públicas a definição de seu papel e a forma de atuação.

Entendo, pois, não só constitucional, como desejável, o emprego das Forças Armadas para complementar as polícias federais, estaduais e municipais -poderão estas ser acionadas se bens, patrimônios e serviços municipais estiverem ameaçados- no combate ao crime organizado, objetivando dar tranqüilidade à sociedade brasileira.

À evidência, como tenho repetidas vezes escrito, no combate ao narcotráfico não se pode tolher os defensores da lei com restrições excessivas. É uma guerra. No momento, todavia, em que o criminoso é preso e fica sob a tutela do Estado, todos os seus direitos de cidadão devem ser assegurados, não se admitindo violências ou torturas, porque manifestamente proibidas pela lei suprema.

Ives Gandra da Silva Martins, 68, advogado tributarista, é professor emérito das universidades Mackenzie e Paulista e da Escola de Comando do Estado-Maior do Exército

**Devem-se descriminalizar as drogas como meio de combater o crime organizado?
(05/04/2003)**

SIM

Proibição e legalização

WÁLTER MAIEROVITCH

UMA coisa é certa. Durante séculos, a questão da droga vem sendo utilizada para esconder interesses econômicos e geopolíticos. Em 1757, os ingleses monopolizaram a comercialização do ópio. Introduziram entre os chineses o hábito da mistura deste ao tabaco, fato causador do tropismo e da dependência química. A China buscou a proibição e isso resultou nas duas Guerras do Ópio (1839-1842 e 1856), que findaram com a vitória dos ingleses.

Exemplos recentes podem ser lembrados. Nos anos 40 e 50, a CIA apoiou o Exército Nacionalista Chinês, o famoso Kuomintang, na luta contra os maoístas. Incentivou o plantio e a venda do ópio para a compra de armas. A CIA empregou igual estratégia no Laos, nos anos 60, para aniquilar a guerrilha de Pathet Lao. O mesmo posicionamento verificou-se no Afeganistão, nos anos 80 e em face da invasão russa. Pior mesmo foi a cobertura dada para o tráfico de crack nos guetos de Los Angeles, com obtenção de recursos para sustentação, na Nicarágua dos Contras.

Nos anos 90, os discursos relativos à proibição e à legalização chegaram à ONU. Tudo para se estabelecer o chamado Direito Internacional sobre as Drogas Proibidas. À americana, prevaleceu o proibicionismo, a repressão e a criminalização do usuário. Na verdade, prevaleceu a divisão entre países pobres e ricos. Os ricos como vítimas dos pobres. Ou melhor, o elevado consumo em razão do cultivo e produção feitos nos países pobres. Por outro lado, faliram os projetos da ONU relativos à introdução de cultivos agrícolas substitutivos. Os mercados internacionais, operados pelos países desenvolvidos, nunca garantiram a compra da nova safra nem a estabilidade dos preços. Em outras palavras, os plantios ilícitos continuaram como fonte única de subsistência dos cultivadores. Diante do insucesso das culturas substitutivas, o presidente George W. Bush resolveu colocar em prática a estratégia antidrogas do Partido Republicano, isto é, o Western Hemisphere Drug Elimination Act. Essa estratégia foi bem resumida pelo parlamentar republicano Bill McCollum: redução drástica da oferta, em qualquer parte do planeta onde ela se encontrar.

Na Colômbia, o presidente Bush liberou US\$ 170 milhões para a Dainacorp despejar, durante cinco anos, herbicidas na Colômbia. Assim, provocou impacto no ecossistema amazônico, com poluição química, contaminação de rios, destruição de florestas e do meio ambiente. No Equador, o rio San Miguel, que passa pela Colômbia, foi atingido. A população ribeirinha, envenenada, teve de ser submetida a tratamento médico, além de suportar a perda de plantios e animais domésticos.

Pelo que se sabe, a segunda etapa será a disseminação do fungo *Fusarium oxysporum*, empregado a título de experimentação no Uzbequistão.

Os europeus, com exceção dos países bálticos, abandonaram a linha das convenções da ONU, que para ser mudada necessita de unanimidade. Países como Holanda, Inglaterra, Bélgica e Espanha trilham caminhos de tolerância e liberalizantes quanto às denominadas "drogas sociais". O melhor caminho seguiu Portugal, que descriminalizou o porte para uso próprio, mantendo a proibição como infração administrativa (não-criminal). Todas as legislações européias endureceram com relação ao narcotráfico. Até agora, nenhum país partiu para a total "liberação" do consumo e do tráfico, dado o elevado custo para a sociedade. Como se verificou no Canadá, o custo social da droga alcançou 4% do PIB. Em razão disso, perdeu força o discurso do "victimless", ou seja, de o usuário ser vítima de si próprio e poder, intimamente, dispor livremente do corpo e da saúde. As posturas mais humanas, como a descriminalização com proibição administrativa e programas informativos e educativos, resgataram a auto-estima do usuário e abriram

espaços para práticas socio sanitárias de redução de danos e riscos. Com o rótulo de criminoso pregado, até o tratamento, segundo especialistas, torna-se mais difícil. Os norte-americanos, como reação às tendências descriminalizantes, adotaram, para a América Latina e pela boca dos seus aliados, a técnica de jogar a culpa no usuário pelo quadro de escalada da criminalidade. Apelaram ao truísmo: sem demanda não haveria oferta. Um truísmo que faz parte da campanha para manter a criminalização. No Brasil, a política do ex-presidente FHC trilhou o canhestro e superado modelo norte-americano. Por exemplo, optou pela criminalização do porte para uso próprio e implantou uma forma de solidariedade autoritária, com adoção do modelo norte-americano de Tribunais para Dependentes Químicos.

Pior ainda. Em 1998, quando da Assembléia Especial da ONU para tratar da questão das drogas, o então sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva assinou documento condenando a adesão do Brasil à americanizada política da ONU. Na semana passada, os ministros da Educação, da Cultura e dos Direitos Humanos assinaram um protocolo de intenções com a Secretaria Nacional Antidrogas da Presidência da República. Afora a prática inusitada de ministros com intenção de aplicar a política do presidente, o tal protocolo busca a implantação da política herdada de FHC, a qual, infelizmente, parece ter caído no agrado do presidente Lula.

Wálter Fanganiello Maierovitch, 55, juiz aposentado do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo, é presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais Giovanne Falcone. Foi secretário nacional Antidrogas da Presidência da República (1999-2000).

Devem-se descriminalizar as drogas como meio de combater o crime organizado? (05/04/2003)

NÃO

Há muito o que discutir

ARTHUR GUERRA DE ANDRADE

O Uso de drogas é um grave problema de saúde pública no mundo todo, tanto nos países desenvolvidos como nos em desenvolvimento. Para todos os países o problema é crescente, preocupante e, apesar dos contínuos esforços, de diferentes formas, nenhum país apresenta resultados animadores na diminuição da utilização e do consumo de drogas, seja nas ações de repressão, prevenção ou tratamento.

Esse é o principal motivo pelo qual atualmente nenhum país tem uma política nacional sobre drogas que contemple a legalização das mesmas. Nesta matéria, é importante a conceitualização do que é legalização e do que é descriminalização ou despenalização. Basicamente, por legalizar o uso de drogas ilícitas, entende-se postura da sociedade semelhante ao atual consumo de bebidas alcoólicas.

Por outro lado, quase todos os países discutem cada vez mais intensamente o que é descriminalização ou despenalização do uso de drogas: o fato de a pessoa ser flagrada de posse de drogas ilícitas, até certa quantia considerada de uso pessoal, não é avaliado como comportamento criminal, portanto, o indivíduo não pode ser preso por esse motivo. O Brasil discute esse problema desde 1996, quando foi apresentado o projeto de lei nº 105/96, que foi transformado na lei nº 10.409, de 11/01/02, que substituía a pena de prisão por medidas alternativas, como prestação de serviços à comunidade e pagamento de multa.

O que acontece nos outros países? Vamos utilizar os exemplos de três deles, citados com frequência como "modelos" de enfrentamento do problema: Portugal, Holanda e Suíça. Lá, o uso de drogas não é legalizado, apesar de repetidas veiculações na mídia informando o contrário. As pessoas não estão autorizadas a produzir, a vender, a utilizar drogas ilícitas. Em Amsterdã, por exemplo, é tolerável o uso de maconha em alguns cafés, sendo que nesses locais a quantia para consumo individual diminuiu de 30 g no passado para atuais 5 g.

Convém lembrar que esse consumo é realizado quase que exclusivamente por turistas e que o uso de maconha nas ruas, nos parques e em lugares públicos não é permitido. Obviamente, nem sequer é discutido o uso público de outras drogas ilícitas, tais como cocaína, anfetaminas e heroína.

Nesses países -e isso serve de exemplo para nós-, as condições foram favoráveis para a ampla discussão, pela sociedade, da despenalização de drogas, por exemplo, com a oferta de bons serviços de atendimento a pacientes, para todas as classes sociais, além de campanhas de esclarecimento e prevenção em larga escala. É notório que as condições do nosso sistema de saúde, tanto no nível público quanto no privado, são muito limitadas e limitantes.

Além disso, o governo, principal formulador de políticas públicas, sugere o modelo de redução de danos como o ideal para enfrentar o problema das drogas. Ainda que reconhecendo os méritos dessa política de redução de danos no que é chamado de prevenção terciária (evitar a cronicidade de casos diagnosticados), sua efetividade é muito discutida para modelos de prevenção primária e secundária (diagnóstico precoce). Mas para onde se dirigem as políticas públicas na área de drogas, atualmente? Cada vez mais discute-se o consumo de bebidas alcoólicas e de tabaco, respeitando-se as liberdades individuais e os enormes interesses financeiros -o exemplo de hoje é a propaganda de tabaco no Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1: apesar de ter sido banida, por lei, propaganda de tabaco em eventos esportivos e apesar das contínuas ameaças da Anvisa de aplicar multas diárias aos organizadores do GP, a propaganda no evento foi liberada, voltando atrás o governo na sua posição inicial).

Então, o movimento das drogas lícitas estará seguindo o atual movimento das drogas ilícitas, resumindo-se em maiores controles.

Por esses motivos, creio que é muito importante a imediata discussão da descriminalização de drogas em diversos fóruns (escolas, empresas, ONGs, famílias). Penso que, no Brasil, é necessário discussão, planejamento, ações efetivas na prevenção, no tratamento e na repressão do uso de drogas. E, atualmente, não é a legalização o caminho a ser tomado. O discurso, ainda que atraente e sedutor, é perigoso e estéril.

Arthur Guerra de Andrade, 48, professor titular de Psiquiatria da Faculdade de Medicina do ABC, é presidente do Conselho Técnico-Administrativo do Grea (Grupo de Estudos de Álcool e Drogas), do Instituto de Psiquiatria da FMUSP).

aandrade@usp.br